



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



ANA CRISTINA MUNIZ DÉCIA

**PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA À LUZ DA VISIBILIDADE
MIDIÁTICA NO AMBIENTE VIRTUAL: ENTRE AÇÕES INSTITUCIONAIS E
PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS (ESTUDO DE CASO DO CURSO DE ODONTOLOGIA)**

SALVADOR
2013

ANA CRISTINA MUNIZ DÉCIA

**PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA À LUZ DA VISIBILIDADE
MIDIÁTICA NO AMBIENTE VIRTUAL: ENTRE AÇÕES INSTITUCIONAIS E
PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS (ESTUDO DE CASO DO CURSO DE ODONTOLOGIA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientador: Prof^o Dr. Robinson Moreira Tenório
Coorientadora: Prof^a Dr^a Dyane Brito Reis Santos

SALVADOR
2013

ANA CRISTINA MUNIZ DÉCIA

Programa de Ações Afirmativas na UFBA à luz da Visibilidade Midiática no Ambiente Virtual: entre ações institucionais e percepções dos sujeitos (estudo de caso do curso de odontologia).

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação.

Aprovada em 06 de maio de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Robinson Moreira Tenório – UFBA

Orientador

Prof^a Dra. Dyane Brito Reis Santos – UFRB

Coorientadora

Prof^o Dr. Álamo Pimentel – UFAL

Prof^a Dra. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa – UFBA

Prof^a Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas – UFRB

Prof^a Dra. Mariângela Silva de Matos – UFBA

DEDICO ESTE TRABALHO A:

JUVENAL DÉCIA, paiho (*in memoriam*),
JACIRA MUNIZ, mainha, iluminadora nos meus sonhos e conquistas,
MARIANA GONÇALVES S. DE MATTOS, minha afillhada e sobrinha-neta,
AMIGOS DE DÉCADAS e os recentemente conquistados nesta travessia,
MESTRES VERDADEIROS E ALUNOS-COLEGAS inspiradores na *ensinagem*,
DIÓGENES BARBOSA, amado companheiro de aromas, sabores, vitórias COTI-DI-ANAS,
DIRETORES E COLEGAS DE PALCO, que animaram o ser de atriz que me habita!

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer reserva uma tensão adicional pelo receio de não mencionar com justiça todas as pessoas importantes para esta intensa jornada de APRENDIZAGEM. Aprendi, no sentido *pichoniano*, que agradecer a todos seria missão impossível, então, apaziguada, exercito o reconhecimento pela contribuição recebida de todos, nomeando alguns representantes, de quem me sirvo mais uma vez.

Começo agradecendo às amigas e pesquisadoras do Eixo AES, que integra o Grupo de Avaliação da Linha Política e Gestão do PPGE/FACED, as impagáveis Aline, Carol, Mari e Riva, dentre tantos colegas, pelas acolhidas do embrião do projeto até o parto, e a quem uniu tantas figuras especiais como Marcos, C. Brito, Dyane... em torno de um Grupo de pesquisa tão intenso, Robinson Tenório. Assim como às secretárias da UFBA, a quem recorri: Eliene, Adele, Rosana, Carminha, Editânia, à secretaria da EAUFBA, denominada Setor de Apoio, e a Renato que deu a pista para achar meus óculos; e à sempre disponível Bibliotecária Urânia do ICI. Aos chefes e colegas do departamento na minha unidade, EAUFBA/DSPG/Curso de Secretariado Executivo. Aos meus alunos, com carinho especial por aquelas que revelaram alegria, como se essa defesa deles fosse, inspirando minha trajetória. Reservo especial gratidão por TODOS OS SUJEITOS que participaram da pesquisa e do piloto, dando visibilidade a suas percepções nas entrevistas e questionários, um ato de doação valiosíssimo. Igualmente a Grazi Beanes e Wagner, fiéis na identificação dos colegas de Odonto e, tantas e tantos colegas seus, e a Sara da copiadora da Faculdade de Odonto por abordar os estudantes que ainda não haviam respondido, cuidando de me informar/acalmar por email ou SMS! Às pessoas que, ao não cumprirem o combinado, contribuíram para impulsionar minha capacidade de superar adversidades que pareciam impossíveis, sou-lhes grata também. Dedico gratidão especial às pessoas que me ajudaram nos primeiros passos do projeto, assim como aos meus orientadores e à banca examinadora, cuidadosamente escolhida por sua práxis e contribuições em suas respectivas áreas, por ter compartilhado sua experiência e mostra caminhos mais viáveis. A Henrique Celso, por sua didática incomparável e encorajadora, mesmo à distância. Aos fiéis amigos Marcos Vieira, Tereza Oliveira e Adilson Paz, que me “suportaram”, em sentido lato, em tarefas cruciais na reta final, encorajando-me a concluir. Agradeço ao apoio afetivo, espiritual e toda a sorte, recebido dos amigos e familiares: de Jacira, minha

mãe, de colegas do Oratório de N.Sra. do Sagrado Coração, do Centro Estrela Branca, de D. Glorinha, de Tânia. A Minha “boadrasta” Maria Pina, Fátima Macedo, Márcia Magno e Paula Magno. A Tereza Soares que, representando a perene e fiel amizade, sempre “furou o bloqueio do isolamento” dos estudos do doutorado para desejar boa sorte (Que generosidade!). Não posso omitir o valor de Cristina, que manteve meu lar aprazível e habitável, apesar da bagunça de livros, textos e versões da tese. A minha sobrinha-neta e familiares pela compreensão com minha não presença. A todas e a todos, sou-lhes imensamente grata!!!

Finalizo, agradecendo aos Deuses por terem me confiado tamanha empreitada, enfrentando a partida do meu pai Juva em 2012, mas sob os cuidados de um companheiro tão cúmplice na “travessia de tantos desertos e oásis” e de uma mãe incondicionalmente amorosa e vigilante nas orações, meus maiores exemplos vivos de superação, que me proveram a força de uma guerreira-amorosa para fechar este ciclo. É com alegria que compartilho este produto-processo de superação, envolto na esperança de que semeie significativas aprendizagens e realizações na direção de mais relevância social, inclusão, mobilidade ascendente e equidade na educação superior pública.

...Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda que eu tenha tamanha fé, a ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei.
(Coríntios 1, 13: 2).

...Mas ontem eu recebi um telegrama
Era você de Aracaju ou do Alabama
Dizendo: Nego sintá-se feliz
Porque no mundo tem alguém que diz:
Que muito te ama!
Que tanto te ama!
Que muito te ama!
Que tanto, tanto te ama!...
Por isso hoje eu acordei
Com uma vontade danada
De mandar flores ao delegado
De bater na porta do vizinho
E desejar bom dia
De beijar o português
Da padaria...
(Telegrama, Zeca Baleiro).

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo caracterizar a visibilidade midiática oferecida pelo ambiente virtual aos mecanismos de permanência e pós-permanência de estudantes no âmbito do Programa de Ações Afirmativas (PAAf) na UFBA. No contexto que a comunicação institucional é compreendida como fator de legitimidade das ações afirmativas, e estas como alternativa de inclusão social, evidencia-se o papel da publicização das informações no ambiente virtual consoante com a lei de acesso à informação (Lei 12.527/2011) e a dimensão avaliativa do SINAES *comunicação da universidade com a sociedade*, alinhadas ao PDI/UFBA, como sustentação aos pressupostos: **a)** a visibilidade nas instituições públicas depende mais da capacidade de encenação midiática do que da força dos argumentos racionais; e a comunicação torna-se também seu próprio marco estrutural, redefinindo identidades, instituições e processos sociais; **b)** a concepção de esfera pública *habermasiana* (ao considerar que só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer e tornar tudo visível a todos), faz do ambiente virtual um espaço privilegiado de visibilidade midiática das instituições e que a legitimidade da universidade pública também dependa do como são disponibilizadas informações nesse ambiente; **c)** estar presente no ambiente virtual tornou-se uma forma concreta de existência na contemporaneidade, que reflete participação e afiliação de um novo perfil estudantil na UFBA reconhecido pela comunidade interna. A abordagem qualitativa valeu-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Escolheu-se o curso de Odontologia como estudo de caso por ser uma formação elitista, cujo estranhamento à presença de estudantes de origem popular (pretos, pobres, da escola pública) poderia configurar obstáculos materiais e simbólicos a sua permanência bem-sucedida. No bloco 1 (ações institucionais) participaram de entrevista semiestruturada 6 gestores entre cargos de reitor, pró-reitor, coordenador de ações afirmativas e outros órgãos. No bloco 2 (percepção dos sujeitos da Odontologia) participaram de entrevista semiestruturada 7 gestores da Faculdade de Odontologia (FOUFBA), inclusive representação estudantil; enquanto que responderam a questionários mistos 53 estudantes e 35 professores. Os resultados mostraram que: **a)** a opacidade caracteriza a visibilidade oferecida ao PAAf/UFBA e às ações desenvolvidas pela respectiva pró-reitoria que visa a alcançar a inclusão social de estudantes; **b)** apesar de demonstrar pouco interesse no tema, os membros da FOUFBA consideraram que ter informações e canais de comunicação disponíveis no ambiente virtual contribuiria para a credibilidade da permanência e a inclusão social dos estudantes de origem popular, dentre outras contribuições; **c)** a legitimidade da política afirmativa como alternativa de inclusão social estudantil ainda não se consolidou na percepção da comunidade interna. Concluiu-se que ações afirmativas requerem ampla e intensa visibilidade no ambiente virtual institucional, sendo essencial haver diálogo e mobilização da comunidade interna, além de estratégias de afiliação intelectual e institucional de estudantes de origem popular, que gerem sua inclusão e mobilidade ascendente. E assim haja visibilidade afirmativa dos estudantes ingressos por cotas como tradução do reconhecimento da eficácia das políticas afirmativas e de novas representações para esse perfil estudantil na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Programas de Ação Afirmativa. Educação Superior Pública. Ambiente Virtual. Visibilidade Midiática. Comunicação Institucional.

ABSTRACT

The research aimed to characterize the media visibility offered by virtual environment to the mechanisms of stay and post-stay student from Affirmative Action Program (AfAP) at UFBA. In the context institutional communication is seen as a factor of legitimacy of affirmative action and these as alternative of social inclusion highlights the role of publicizing information at virtual environment, according to law on access to information (12.527/2011) and evaluative dimension of SINAES *university communication with society*, aligned to (IDP/UFBA), as support the assumptions: **a)** the visibility in public institutions depends more on the ability of mediatic staging than the force of rational arguments; and the communication becomes also its own structural framework, redefining identities, institutions and social processes; **b)** the design of *habermasian* public sphere (considering only to the light of the public sphere is that what is can appear and make everything visible for everyone), makes the virtual environment a privileged place of institutional media visibility and the legitimacy of public university also depends on how the information is available in that environment; **c)** being present in virtual environment in contemporaneity, has become a concrete form of existence reflecting participation and affiliation of those new student profile at UFBA in recognition by its internal community. The qualitative approach drew on the literature review, documental and field research. The course of Dentistry was chosen as case study to be traditionally an elitist undergraduation course whose strangeness to the presence of popular origin students (black, poor, public school) could set up material and symbolic obstacles to their stay successfully. In block 1 (institutional actions) participated in semi-structured interviews 6 managers among the positions of dean, ex-dean, coordinator of affirmative action and other sectors. In block 2 (subjects perception into Dentistry Faculty) participated in semistructured interviews 7 managers of the Faculty of Dentistry (FOUFBA), including student representation, whereas answered mixed questionnaires 53 students and 35 teachers. The results showed that: **a)** the opacity characterizes the visibility offered to AfAP/UFBA and to the actions undertaken by the respective pro-rector responsible to social inclusion of students. **b)** despite showing little interest in the topic, FOUFBA members considered having information and communication channels available in the virtual environment would contribute to the credibility of stay and social inclusion of students from popular origin, among other contributions; **c)** the legitimacy of affirmative policy as alternative of student social inclusion has not been consolidated yet in the perception of the internal community. As a conclusion the affirmative action requires a wide and intense visibility at the institutional virtual environment, being essential to have dialogue and mobilization of the internal community, beyond having strategies to promote intellectual and institutional affiliation of students from popular origin that help to manage their inclusion and upward mobility. And so, there is visible affirmative of students who have entered the university by quotas system as a meaning of recognition of the effectiveness of affirmative action policies and new representations for this student profile in Brazilian society.

Keywords: Affirmative Action Programs. Public Higher Education. Virtual Environment. Media Visibility. Institutional Communication.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURA 1	Mudança Estrutural no Fluxo de Conhecimento	74
QUADRO 1	Matriz de Operacionalidade da Pesquisa	110
GRÁFICOS		
GRÁFICO 1	Conhecimento sobre o previsto no PAAf/UFBA agrupando respostas pelos extremos da escala	139
GRÁFICO 2	Frequência com que cotistas sabem de benefícios disponíveis para estudantes de origem popular no Portal UFBA	140
GRAFICO 3	Frequência com que não cotistas sabem de benefícios disponíveis para estudantes de origem popular no Portal UFBA	140
GRÁFICO 4	Contribuições possíveis em torno do PAAf decorrentes da disponibilidade de informação no ambiente virtual da UFBA na percepção dos estudantes	147
GRÁFICO 5	Contribuições possíveis em torno do PAAf decorrentes da disponibilidade de informação no ambiente virtual da UFBA na percepção de cotista e não cotistas	148
TABELAS		
TABELA 1	Conhecimento do estudante sobre as ações desenvolvidas pela PROAE/UFBA	138
TABELA 2	Conhecimento do que prevê o PAAf/UFBA para a permanência/inclusão social de estudantes na percepção deles próprios	139
TABELA 3	Frequência com que o estudante percebe existir visibilidade midiática do PAAf/UFBA no ambiente virtual	142
TABELA 4	Frequência com que o estudante alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA	143
TABELA 5	Cruzamento entre o INTERESSE NA BUSCA POR INFORMAÇÕES sobre a permanência/inclusão social de estudantes e sua PERCEPÇÃO quanto à RELEVÂNCIA DA DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO PARA SUBSIDIAR O DEBATE na comunidade interna sobre o PAAf (estudantes cotistas e não cotistas)	144
TABELA 6	Cruzamento entre o INTERESSE NA BUSCA POR INFORMAÇÕES sobre a permanência/inclusão social de estudantes e sua PERCEPÇÃO quanto à RELEVÂNCIA DA DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO PARA SUBSIDIAR O DEBATE na comunidade interna sobre o PAAf (estudantes não cotistas)	145
TABELA 7	Percepção do estudante de que disponibilizar informações/	146

	canais de comunicação no ambiente virtual contribuiria para mobilizar o interesse da comunidade interna nos resultados do PAAf/UFBA	
TABELA 8	Participação do estudante em programas de iniciação científica ou grupos de pesquisa	149
TABELA 9	Avaliação do professor de que a concepção que possui sobre ações afirmativas contribui para saber lidar com alunos ingressos pelo sistema de cotas	152
TABELA 10	Frequência com que o professor percebe existir visibilidade midiática do PAAf/UFBA no ambiente virtual	155
TABELA 11	Percepção do professor de que disponibilizar informações/canais de comunicação no ambiente virtual contribuiria para mobilizar o interesse da comunidade interna nos resultados do PAAf/UFBA	156
TABELA 12	Percepção do professor, enquanto proponente/gestor de projetos, da sua disponibilidade de privilegiar a participação regular de estudantes quando estes são oriundos das camadas populares	158
TABELA 13	Percepção do professor proponente/gestor de projetos sobre sua disponibilidade de privilegiar a participação regular de estudantes quando estes não são oriundos das camadas populares	159

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Ações Afirmativas
ACC	Atividade Curricular em Comunidade
AES	Avaliação da Educação Superior
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAFRO	Programa de Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CES	Câmara de Educação Superior
CGU	Controladoria Geral da União
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPL	Curso de Progressão Linear
D.A.	Diretório Acadêmico
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
EDUFBA	Editores da Universidade Federal da Bahia
ENADE	Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes
FACED	Faculdade de Educação
FOUFBA	Faculdade de Odontologia da UFBA
ICADS	Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IHAC	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof ^o Milton Santos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
NUPAE	Núcleo de Assistência Estudantil
ODONTO	Odontologia
OE	Objetivos Específicos
OVE	Observatório da Vida Estudantil
PAAf	Programa de Ações Afirmativas

PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PET	Programa de Educação Tutorial
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLC	Projeto de Lei Complementar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
REG	Regulamento de Ensino de Graduação
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
(sic)	Assim estava escrito. Termo em Latim utilizado para esclarecer que transcrevemos tal como estava no original.
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPSS	Statistical Package For Social Sciences
STF	Superior Tribunal Federal
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TELEUFBA	Lista de Telefones e ramais da UFBA
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTO DO OBJETO-PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	28
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	34
2.1	AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA: DIREITOS, CONCEITOS E DESAFIOS	34
2.1.1	AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA PERSPECTIVADOS DIREITOS HUMANOS	37
2.1.2	OS CONCEITOS E O CONCEITO DE AÇÕES AFIRMATIVAS	41
2.1.3	PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA: LIMITES OU POSSIBILIDADES?	48
2.2	UNIVERSIDADE NA ESFERA PÚBLICA MIDIÁTICA: VISIBILIDADE, LEGITIMAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS PRÁTICAS COMUNICATIVAS	56
2.2.1	UNIVERSIDADE E INFORMAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA MIDIÁTICA: ENTRE O ACESSO E O SIGILO	57
2.2.2	UNIVERSIDADE E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE: PARA ALÉM DA DIMENSÃO AVALIATIVA DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	69
2.2.3	UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL COM AS PRÁTICAS COMUNICATIVAS EM AMBIENTE VIRTUAL	77
2.3	VISIBILIDADE MIDIÁTICA CONTEMPORÂNEA: QUESTÕES SOBRE LEGITIMIDADE NA UFBA	81
2.3.1	PUBLICIDADE, DISCUTIBILIDADE E FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA: FORMULAÇÕES SOBRE VISIBILIDADE	82
2.3.2	VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF NO AMBIENTE VIRTUAL NA UFBA: PRÁTICAS COMUNICATIVAS COMO ESFERAS DA VISIBILIDADE PÚBLICA	92
2.3.3	A CONDIÇÃO DE ESTUDANTE VIA AÇÕES AFIRMATIVAS: AFILIAÇÃO E RECONHECIMENTO COMO PARTE DA POLÍTICA DE VISIBILIDADE AFIRMATIVA	93
3	METODOLOGIA	97
3.1	NOTAS SOBRE A PESQUISA IMPLICADA E O LUGAR DA PESQUISADORA	97
3.2	ABORDAGEM METODOLÓGICA ESCOLHIDA	99
3.2.1	OS CAMINHOS DA PESQUISA	100
4	RESULTADOS: PESQUISA DE CAMPO	111
4.1	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS	112
4.1.1	O QUE REVELARAM OS GESTORES LIGADOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	112
4.2	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS	127
4.2.1	O QUE REVELARAM OS INFORMANTES-CHAVE DA FOUFBA	128
4.2.2	O QUE REVELARAM OS ESTUDANTES DA FOUFBA (DO 6º SEM. A CONCLUINTES)	137
4.2.3	O QUE REVELARAM OS PROFESSORES DA FOUFBA (3 DEPARTAMENTOS)	151
4.3	SÍNTESE INTERPRETATIVA: TRIANGULAÇÃO DOS RESULTADOS	160
5	CONCLUSÃO	175
5.1	RECOMENDAÇÕES	179

REFERÊNCIAS		183
APÊNDICES		
A	QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS ESTUDANTES	195
B	QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS PROFESSORES	198
C	ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORES	201
D	TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO	202
E	TABULAÇÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO COM ESTUDANTES	203
F	TABULAÇÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO COM PROFESSORES	231
G	LISTA DE REFERÊNCIAS CONSULTADAS	259
ANEXO		
A	PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA	263

1 INTRODUÇÃO

Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. [...] lá [na esfera pública] é que elas [as virtudes] encontram seu reconhecimento.

HABERMAS, 1984, p. 16.

Dois esclarecimentos preliminares antecedem o início da apresentação do estudo. Primeiro: o termo “cotista” será aqui utilizado designando o sujeito que permanece na universidade, ingresso mediante processo seletivo com reserva de vagas (cotas), portanto, não pretende reforçá-lo como rótulo ou estigma de uma pessoa que se enquadra pontualmente em situação de vulnerabilidade econômica, social ou cultural. Segundo: a subjetividade da pesquisadora-autora é resultante de elaborações influenciada, direta e indiretamente por distintas autorias, incorporadas ou não no texto. Por isso, adotar-se-á a primeira pessoa do plural do verbo, sempre que couber, como reconhecimento simbólico desta como uma produção coletiva; e ainda como meio de corrigir eventual “plágio involuntário”, justificado quando não podemos assegurar o que é da autoria própria, do outro, ou até do inconsciente coletivo (acepção *junguiana*). Assim, apoiada na compreensão do compositor brasileiro Gonzaguinha, de que “toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”, tem início a apresentação deste estudo.

No cenário atual do desenvolvimento das nações, com avanços gerados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e pelo conhecimento humano, ainda verificamos contradições na forma de desigualdades sociais, concentração de riquezas e exploração dos mais poderosos sobre os menos poderosos. Mesmo em países desenvolvidos ou sob regimes democráticos coexistem divisões de mundos em um mesmo espaço geográfico-cultural que tornam visíveis um gradiente de cidadania que vai da supracidadania à subcidadania no tocante aos diversos setores sociais como educação, trabalho, lazer, cultura.

Avanços na produção de conhecimento e no acesso à informação dividem espaço com relações díspares, onde há pessoas que dominam conhecimento sofisticado enquanto outras sequer sabem ler; que possuem fortunas em capital especulativo enquanto outras não dispõem de alimento para um só dia; que

perpetuam riquezas na trajetória brilhante de seus filhos bem educados dentro e/ou fora do país enquanto outras lutam para financiar um diploma que, conforme o contexto da formação oferecida, poderá mantê-las excluídas das oportunidades de disputa no mercado de trabalho. São cenas debatidas pela universidade pública não apenas na ótica da justiça distributiva, mas do reconhecimento simbólico e da participação política, o que nos convoca, como partícipes da universidade pública, a repensar as segregações e a redução dos direitos de todos os cidadãos aos bens produzidos pela sociedade, inclusive na própria universidade sob o argumento da meritocracia e da democracia racial no Brasil (FRASER, 2001; HONETH, 2009; GOMES, J., 2001, 2003).

Assim, enfrentar a tarefa da equidade via educação superior implica ter em conta na formação universitária a cidadania ativa, novas representações e espaços de participação para quem sempre esteve à margem dos bens e direitos sociais previstos na lei, inclusive aos meios de comunicação e informação nos diversos veículos/mídias contemporâneos, aspecto central deste estudo.

Sob a questão da equidade na educação superior como pano de fundo, partimos para a análise da visibilidade das políticas afirmativas implantadas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a partir do ano de 2005. Considerando-a como “qualidade ou estado daquilo que é visível”, centramo-nos na visibilidade expressa na esfera pública virtual, já que a massiva utilização dos meios eletrônicos e ambientes virtuais possibilita a redução de custos pela queda das barreiras espaço-temporais, o acesso às informações para tomada de decisão, a democratização da comunicação entre a instituição e seus públicos, tornando reconhecível tudo e todos na cena local e mundial.

Por sua vez, a intensidade da visibilidade interfere na formação da opinião pública interna e externa à universidade e subsidia o debate crítico que gera conhecimentos na direção das demandas atendidas ou não, nas agendas de Estados e governos por meio de políticas públicas (BARICHELLO, 2004; GOMES, 2007; HABERMAS, 2006; HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010). Portanto, interessa-nos compreender como a visibilidade midiática das informações disponibilizadas pela UFBA no seu ambiente virtual sobre tais políticas possibilita o acesso à comunidade interna ao processo de implantação e avaliação do referido programa, bem como suas implicações para a legitimação das políticas afirmativas.

Tomando os quatro eixos que caracterizam o Programa de Ações Afirmativas (PAAf) na UFBA, nosso interesse dirigiu-se à visibilidade oferecida pelo ambiente virtual da UFBA aos mecanismos de permanência/pós-permanência de estudantes ingressos pelo programa e como a visibilidade contribui para a crença nas ações afirmativas como alternativa de inclusão e mobilidade ascendente desses estudantes. Sendo a inclusão social o objetivo central do programa, vamos tangenciá-la, sem assumir o compromisso de sua avaliação e dos demais objetivos do programa.

Desde a pesquisa exploratória sobre esse programa verificamos que a etapa do ingresso (eixo 2) dispunha de regulamentação e critérios acessíveis aos interessados em se candidatar à seleção na página virtual da UFBA; a literatura já incluía estudos dos primeiros resultados comparando o desempenho de estudantes cotistas com não-cotistas (ALMEIDA F^o *et al*, 2005). Quanto à etapa da permanência e pós-permanência (eixos 3 e 4) a situação era diferente, pouco havia de informações disponíveis quanto aos desdobramentos do programa PAAf/UFBA.

A busca a partir dos canais de comunicação e sistemas de informação da UFBA com a comunidade universitária gerou pouco ou quase nenhum acesso aos mecanismos de funcionamento do programa, seus avanços e limites, bem como sobre os aspectos simbólicos que poderiam interceder na inclusão do estudante como novo membro nesse novo ambiente (na vida universitária). Ampliando o acesso ao portal da UFBA, dentre outros mecanismos de busca na internet, caracterizou-se uma lacuna quanto à informação/comunicação institucional sobre a implementação do PAAf e seus desdobramentos, inclusive no quesito *comunicação com a sociedade* (que é uma das dimensões da avaliação institucional do SINAES) e pode ser um bom medidor para a transparência institucional e avanços da Lei de Acesso à Informação (n^o 12.527/2011).

A implantação das ações afirmativas (AA) na educação superior, assim como sua consulta à sociedade civil e acadêmica, é permeada de opiniões favoráveis e contrárias. Ambas derivam das representações construídas sobre lugares do negro/pardo (afrodescendente), os filhos das camadas populares. Em contraposição estão as representações dos filhos das elites, abastecidos do capital cultural/simbólico que lhes dá acento privilegiado nas universidades públicas mais prestigiadas do país, em detrimento da equidade que se deveria levar em consideração no estado democrático de direito no Brasil.

Partindo do princípio da publicização do Programa no espaço midiático, como sinônimo de visibilidade, e de que o objeto-beneficiário das AA é um sujeito histórico, nosso intento foi compreender esta dimensão infocomunicativa em duas instâncias. A da *instituição* – considerando a visibilidade das ações realizadas na implementação da política que asseguram a permanência/pós-permanência do estudante ingresso pelas cotas como está previsto no PAAf. E a da percepção do *sujeito* – considerando-a no que tange ao provimento de mecanismos de permanência e da afiliação e reconhecimento na trajetória desse estudante e na sua convivialidade diante das representações presentes no imaginário da comunidade universitária acerca de sua origem e suposta inadequação às exigências desta universidade (SANTOS, D., 2009; DÉCIA, 2011).

Como informação e comunicação são complementares nesta configuração em questão, seria bastante pertinente abordar a visibilidade na dimensão multinível ou infoeducativa, isto é, concebendo a dimensão da informação, educação e comunicação integradamente. Ismar Soares (1999) revelou a emergência da educomunicação como um novo campo de conhecimento. Pensando esse campo na era da informação visível no ciberespaço (LEVY, 1999), seria bem possível esse exercício. Contudo, esta empreitada não é parte do escopo deste estudo.

Estar presente ou visível no ambiente virtual configura uma forma alternativa de existir atualmente, de ser parte, de ser reconhecido. Nesse sentido, a imagem de indivíduos e instituições se propaga positiva ou negativamente e impõe a concepção de usos estratégicos das práticas comunicacionais e informacionais inclusive na universidade pública. Portanto, a amplitude da visibilidade midiática das ações desenvolvidas torna-se questão de importância capital na sociedade contemporânea. Do mesmo modo, a polêmica em torno das cotas para acesso à educação superior pública e o papel estratégico da comunicação na legitimidade institucional dão relevância à construção de uma relação dialógica entre universidade e sua comunidade interna e externa, especialmente em torno das ações afirmativas.

Partimos do pressuposto que, além de refletir na comunicação com a comunidade interna e externa à UFBA, a quase inexistência do debate sobre o transcurso desse programa na UFBA caracteriza lacuna, dificultando: 1) gerar dados para um diálogo crítico sobre o tema da equidade na esfera pública contemporânea; 2) mobilizar os segmentos da comunidade mutuamente implicados no aspecto

políticopedagógico e das relações sociais após a implementação de políticas afirmativas; 3) gerar conhecimento/avaliação de eventuais obstáculos aos objetivos do programa, indicando seu aprimoramento ou extinção, em última instância.

Tais pressupostos nos motivaram a adotar como objeto de análise a visibilidade do Programa de Ações Afirmativas na UFBA nos processos de permanência e pós-permanência dos estudantes de origem popular na educação superior, concebendo-a sob o prisma da informação/comunicação a partir dos seus canais e práticas comunicativos internos como fator de legitimidade institucional pela publicização de novas representações e alternativas de inclusão dos atores de origem popular que passam a conviver na UFBA pós-cotas.

Por concebermos esse debate crítico como uma atribuição relevante da comunicação institucional, nosso propósito geral foi analisar como esse programa se tornava visível aos segmentos da comunidade da UFBA a partir de seus canais de comunicação e sistemas de informação, considerando a comunicação da instituição com a sociedade, marcadamente com a comunidade interna. Diante do estranhamento que a presença de estudantes oriundos das camadas populares nos cursos de alto prestígio pudesse produzir, um propósito específico foi conhecer como se dão as relações estabelecidas entre estudantes cotistas e não cotistas e seus professores na permanência na universidade no período pós-cotas, e suas implicações na afiliação intelectual e institucional, na acepção de Alain Coulon), em uma formação tipicamente elitista como a Odontologia.

A investigação contribuiu para refletir sobre o Programa de Ações Afirmativas na UFBA e o processo de permanência e pós-permanência na educação superior na trajetória de seus estudantes, trazendo à reflexão o compromisso social da inclusão e redução das assimetrias sociais por meio da instituição das políticas afirmativas, destacando-se a visibilidade e acesso à informação pública no ambiente virtual da UFBA. Contribuiu ainda para fomentar o debate sobre a visibilidade no que concerne às pessoas oriundas das camadas populares em uma universidade tradicionalmente de elite e, conseqüentemente, o direito delas à visibilidade de uma permanência bem-sucedida na formação superior pública na condição de estudantes-membros efetivos da instituição.

Na próxima seção tem lugar a problematização do objeto-problema.

1.1 CONTEXTO DO OBJETO-PROBLEMA DE PESQUISA

Dentre os obstáculos ao desenvolvimento das sociedades neste século XXI, no caso brasileiro destaca-se a superação das desigualdades sociais impostas a determinados grupos populacionais, especialmente aos negros/afrodescendentes. Tal compreensão tem influenciado a concepção de políticas públicas de Estado voltadas à promoção da equidade na educação superior para estudantes de origem popular, a exemplo de reserva de vagas nas universidades combinando ampliação do acesso com permanência qualificada, inclusive aos cursos de maior *status* acadêmico e social (GOMES, J.; SILVA, 2003; SAMPAIO, 2011; PAIVA, 2010).

Contudo, alternativas dessa natureza encerram questões de ordem material, simbólica, institucional, estrutural de interesse da sociedade. Discuti-las numa esfera pública é imprescindível à efetividade das políticas/programas, à legitimidade da instituição de ensino superior (IES) pública e respectivos estudantes beneficiados, os futuros partícipes na sociedade a partir de novos lugares e representações sociais. A inclusão deste novo perfil de estudante é tarefa complexa, ainda em estágio inicial de avaliação e objeto de tensões polarizadas. A polêmica das cotas persiste apesar da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (26/04/2012) pela sua constitucionalidade; da aprovação no Senado (07/08/2012) do Projeto de Lei da Câmara (PLC 180/08)¹; e finalmente da sanção presidencial da Lei 12.711/2012,² que em 29/08/2012 instituiu reserva de 50% das vagas nas universidades federais para estudantes da rede pública. Nesse cenário, a tarefa da permanência e pós-permanência bem-sucedida na universidade tem como aliado os processos de

¹ O referido projeto de autoria do Senador Paulo Paim, prevendo que 50% das vagas de universidades federais públicas sejam destinadas a alunos egressos de escolas públicas, tramitou por 13 anos no congresso, o que torna a votação e aprovação no Senado Federal simbólica, antes de seguir para sanção presidencial. Destas vagas, 25% serão destinadas a alunos com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita. Para os outros 25%, não há nenhuma delimitação de renda para concorrência das vagas. Para os 50% das vagas dos egressos de escolas públicas, o critério para distribuição de vagas raciais deve seguir a porcentagem de negros, índios e pardos da cidade onde a universidade está localizada, seguindo os dados do último censo do IBGE. Além disso, determina que sejam feitas avaliações periódicas a cada dez anos para determinar a eficácia da aplicação da ação afirmativa. Disponível em <<http://ptnosenado.org.br/textos/122-curtas/23426-projeto-das-cotas-e-aprovado-e-segue-para-sancao-presidencial>>.

² Sancionada a lei que cria cotas para estudante da rede pública, conforme Art. 1º, “as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Conforme § 1º, no preenchimento das vagas, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. Acesso em 22/10/2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18050>.

afiliação que os familiarizam com regras, ritos e relações desse cotidiano, particularmente àqueles que são os primeiros da família ingressar na universidade pública, especialmente a UFBA. (GOMES, W., 2007; JOVCHELOVITCH, 2000; COULON, 2008).

Essa tarefa demanda visibilidade e debate públicos como elementos fundantes para o processo democrático e a comunicação institucional nas universidades. Numa esfera pública, tais práticas se tornam visíveis nos fluxos e interações mediados por seus canais de comunicação e sistemas de informação, especialmente no ciberespaço. Que são espaços onde também ocorrem debates que qualificam os sujeitos a exercitarem autonomia, reconhecimento recíproco, novas representações de si e do outro e redistribuição dos capitais simbólicos. Ou seja, esses se tornam espaços de notabilidade dos sujeitos. Assim, a visibilidade legitima a instituição pública pela transparência nos processos, acesso à informação e pelos diálogos/trocas sobre questões relevantes para o conjunto da sociedade (BARICHELLO, 2004; HABERMAS, 1984, RODRIGUES, 1994, BOURDIEU, 2007).

O espaço público contemporâneo hoje é mediado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a interação dos sujeitos não depende mais de tempo e espaço físico comum para acontecer. A participação política de distintos públicos pode ocorrer a partir de tempos e lugares também distintos, sem perdas para o processo democrático. Assim, a esfera pública *habermasiana* de hoje caracteriza-se pela virtualização e deslocamento dos tempos e espaços de discussão, deliberação e publicização. Além do mais, os avanços da internet (web 2.0) possibilitaram o deslocamento do pólo de emissão, empoderando os indivíduos da autoria de seu discurso, da construção de significados, de novas relações sociais.

Desse modo, o espaço público virtual pode ser uma via democrática para reconhecimento das transformações, da formação da opinião pública, dos tropeços e das virtudes decorrentes da ampliação de acesso e permanência bem-sucedida na educação superior para sujeitos historicamente desfavorecidos. Nesse terreno dois exemplos ilustram bem o potencial do espaço virtual na discussão e formação da opinião pública, bem como da sua mobilização para as grandes questões sociais.

Um deles foi a intensa discussão ocorrida no espaço virtual por meio da lista docentes-UFBA, em out./2003, quando a postagem do texto de um professor manifestando-se favorável às cotas e relatando a experiência da USP (com o GT sobre ações afirmativas, 1996) alimentou o debate com reações contrárias e

favoráveis por mais de 2 meses. Isto gerou solicitação da Reitoria às congregações das unidades do posicionamento que adotariam na votação no Conselho Universitário (CONSUNI) e uma maior publicização da reunião que aprovou a proposta de reserva de vagas no vestibular de 2005 (SANTOS, J.T; QUEIROZ, 2006).

O outro fator é que houve retorno do debate nas listas de discussão e redes sociais virtuais após a sanção presidencial da Lei nº 12.711/2012 instituir reserva de 50% das vagas nas IES públicas. Entre os acadêmicos a principal linha de discussão tem sido a de que a lei fere a autonomia universitária. Assim, passados dez anos de a primeira universidade pública brasileira implementar o sistema de cotas, o debate é retomado por força dessa Lei e assusta a capacidade que ele teve de se reinventar. O discurso da democracia racial, supostamente existente no Brasil, agora se alia à defesa da autonomia universitária e a suposta meritocracia.

Assim, a visibilidade midiática no ambiente virtual funciona como uma vitrine sobre questões de interesse da sociedade, como a promoção da equidade, onde a universidade se legitima tanto mais consolide sua capacidade de resposta às iniquidades/assimetrias sociais, ou seja, tanto mais seu compromisso social com as transformações necessárias se torne visível à comunidade interna e externamente por meio das políticas públicas e interações entre os sujeitos nela implicados (GOMES, W., 2007; BARICHELO, 2004; UFBA/PAAf, 2004).

Ao analisar as injustiças sociais enquanto dilemas da era pós-socialista, Nancy Fraser (2001, p. 247) postula que “só por meio da reintegração do reconhecimento e da redistribuição pode-se chegar a um quadro adequado às demandas do nosso tempo”. Nessa perspectiva houve medidas para grupos historicamente desfavorecidos, advindos da escola pública, autodeclarados negros e indígenas. Dentre elas, como exemplos de mudanças paradigmáticas na concepção da neutralidade do Estado e do Princípio da Igualdade perante a lei, citamos: a instituição do Decreto nº 4.228 de 13/05/2002 (que institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas); a Lei nº 10.558/2002 (que cria o programa para a promoção do acesso ao ensino superior) e o Projeto de Lei nº 3.627 de 28/04/2004 (que reserva cotas nas universidades), culminando com a Lei nº 12.711 de 29/08/2012 (que reserva 50% das vagas para estudantes das escolas públicas). Tais medidas movem a igualdade do mero formalismo documental – com um pesado ônus ao

desenvolvimento social brasileiro – para sintonizá-la com a equidade e a justiça social reclamadas pelos movimentos sociais e negro.

Refletindo tendências mundiais quanto aos avanços dos processos democráticos, das TICs e a um melhor posicionamento do país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),³ há outras mudanças que convergem para a busca do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Dentre elas destacamos reformas na educação após a Lei nº 9394 de 20/12/1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) e a prática da transparência no setor público (prevista no Art. 5º da Constituição Federal brasileira), impulsionadas com a ampliação do acesso à internet inclusive às camadas populares e mais tarde como a regulamentação da lei do acesso à informação, a LAI, (Lei nº 12.527) de 18/11/2011, regulamentada pelo Decreto 7.724 de 16/05/2012.

No tocante à educação superior, vale destacar a perspectiva assumida pelo Estado de uma “educação superior com qualidade acadêmica e compromisso social com o desenvolvimento do país” representada pela instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) conforme Lei nº 10.861 de 14/04/2004 (SINAES, 2009, p. 126). Ao combinar regulação, supervisão e avaliação e participação de segmentos da comunidade universitária e sociedade civil, esse sistema visa a conhecer a realidade de cada IES e aperfeiçoá-la por meio de dez dimensões e instrumentos avaliativos ajustáveis a cada instituição sob a anuência do Ministério de Educação (MEC) e respectivos órgãos. Por isso, dentre elas, elegemos para análise neste estudo a dimensão denominada *comunicação com a sociedade*, na qual se prevê a análise da coerência entre as ações comunicativas e as políticas contidas nos documentos oficiais da UFBA, particularmente na perspectiva interna.

Essa análise se torna oportuna porque o Programa Nacional de Ações Afirmativas já previa a constituição de um Comitê de Avaliação e Acompanhamento (Decreto nº 4.228/2002, Art. 3º), além de a avaliação do PAAf/UFBA estar prevista para o ano de 2014. Assim, avaliar a visibilidade midiática do programa de ações afirmativas na UFBA encontra pertinência e aderência com a dimensão avaliativa da

³ Índice usado como referência da qualidade de vida e desenvolvimento, incluindo expectativa de vida, anos médios de escolaridade, anos esperados de escolaridade e renda nacional bruta per capita. Para indicar o desenvolvimento humano de cada país são também considerados outros índices: IDH Ajustado à Desigualdade, Índice de Desigualdade de Gênero e Índice de Pobreza Multidimensional. Contudo, “o IDH Ajustado à Desigualdade faz um retrato mais real do desenvolvimento do país, ajustando às realidades de cada um deles. Com isso, o IDH tradicional passa a ser visto como um desenvolvimento potencial”. Acesso 21 maio 2012. Disponível em <http://redeacqua.com.br/2011/11/brasil-ocupa-84%C2%AA-posicao-entre-187-paises-no-idh-2011/>.

comunicação institucional, bem como da avaliação das políticas afirmativas, e particularmente as da UFBA.

As medidas expostas até então, embora importantes, não sendo suficientes para dar conta da ampliação do acesso e da permanência na educação superior em consonância com o SINAES, acabam por demandar um arcabouço de programas estruturantes, propostos e regulamentados pelo Estado.⁴ Além disto, são necessárias reestruturações no nível das IES para viabilizar tais políticas, dentre as quais destacamos:

- a) criação de pró-reitorias de assistência/assuntos estudantis nas universidades para viabilizar a permanência e alcance dos objetivos estabelecidos;
- b) fomento à cultura de avaliação participativa envolvendo desempenho estudantil, dos cursos e de instituições públicas e privadas em escala nacional;
- c) fomento à gestão de informação/conhecimento pela geração e uso de banco de dados informacionais que compõem os sistemas integrados do MEC para gerar conhecimento sobre as políticas implementadas e a tomada de decisão;
- d) instituto das políticas afirmativas nas IES públicas para os originários de escola pública e autodeclarados afrodescendentes e indiodescendentes, incluindo mecanismos de acesso às IES privadas e de afiliação universitária na permanência;
- e) Reestruturação de programas curriculares e criação de cursos em modalidades presencial e a distância, otimizando sua capacidade e com adequação da infraestrutura mínima necessária para oferta de educação de qualidade; e
- f) fomento a novas representações e espaços de participação que reflitam a pluralidade e as singularidades da atual comunidade universitária nos processos de inclusão estudantil e mobilidade social ascendente.

As iniciativas para a permanência na educação superior, durante e após a graduação, são objeto de avaliação e ganham espaço na comunicação institucional repercutindo na dinâmica da comunidade acadêmica e retroalimentando o ciclo de

⁴ Por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) – instituído pela Lei nº 11.096 de 13/01/2005 após conversão da MP nº 213 de 10/09/2004 – que oferece bolsas parciais ou integrais em IES privadas, o Governo Federal busca ampliar o acesso ao ensino superior no País e contribuir para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação, o qual prevê o atendimento em educação superior até 2010 para, pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos. Para tanto, o ProUni é somado ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Acesso em 23 maio 2012. Disponível em http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140.

discussão, deliberação e visibilidade que devem caracterizar a perspectiva crítica em uma universidade pública.

Nessa direção foi instituído também o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mediante Decreto nº 6.096 de 24/07/2007, para dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, conforme Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), prevendo elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil que promova:

igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições sócio-econômicas desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (BRASIL, 2007, p. 6).

A despeito de expressivas críticas quando da sua aprovação, especialmente dos movimentos estudantis, com o REUNI se problematizou a infraestrutura mínima necessária ao acesso e à permanência na educação superior para novos perfis estudantis, representando aumento significativo na contratação de docentes e funcionários técnicoadministrativos, nas construções de prédios e reformas dos existentes e criação de universidades e institutos federais de educação superior (BRASIL, 2007). Vale frisar que as demandas ainda estão longe de serem atendidas, conforme revelou a avaliação feita no Seminário “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: implicações para a UFBA”, realizado em 10/01/2013, no Salão Nobre da Reitoria da UFBA.

Ainda que longe do ideal, programas dessa natureza, que pretendem fomentar a ampliação do acesso e permanência na educação superior de cidadãos oriundos das camadas populares, representam uma mudança paradigmática na visão elitista de universidade e no conjunto da sociedade, pois se abre a possibilidade de repensar novas composições das elites brasileira e nordestina e da partilha de espaços simbólicos de poder na diversidade, essenciais ao estado democrático e ao desenvolvimento com sustentabilidade social.

Contudo, a presença do estudante de origem popular no cotidiano de suas relações na universidade não se faz isenta de dificuldades; e não apenas de ordem material, mas sociocultural. Seu perfil é comparável a um “estranho no ninho”,

especialmente nos cursos de alto prestígio social e acadêmico e com alto custo financeiro, trazendo frequentemente a possibilidade de se configurar uma exclusão dentro da inclusão. Por outro lado, uma vez concebida a necessidade de adotar estratégias de afiliação, pertencimento e de suporte material para acolhê-lo adequadamente, podemos consolidar uma experiência de permanência qualificada exemplar na UFBA (COULON, 2008; MARTINS, 2011; SANTOS 2009).

Em outras palavras, a presença de estudantes de origem popular nas universidades públicas implica lidar com questões sutis e contradições presentes na sociedade brasileira, até certo ponto, previsíveis para o derradeiro país a abolir a escravidão, naturalizando-se a desigualdade de oportunidades entre os cidadãos. Entendemos que as ações afirmativas no seio da comunidade da UFBA perpassam as histórias de pessoas excluídas (ou seja, o objeto em estudo singulariza-se na causa de sujeitos históricos). Por isso é que contemplamos a dimensão simbólica que atravessa os processos de inclusão, afiliação e reconhecimento desses sujeitos que interatuam mutuamente e convivem com os demais na universidade. No nosso entendimento esses elementos configuram a própria concepção de permanência estudantil qualificada na universidade pública.

No que tange aos espaços simbólicos de poder, a visibilidade é um capítulo a parte na sociedade brasileira, com marcado apelo na sociedade da informação e do conhecimento e conectada em redes sociais, virtuais ou não. Vivemos em uma era da espetacularização capitaneada pelos meios de comunicação de massa que exercem razoável influência na formação da opinião pública tanto pela publicização dos fatos que refletem a dinâmica das sociedades quanto pela sua ocultação, quando conveniente aos interesses dos financiadores/patrocinadores da mídia (HABERMAS, 2006).

Sob o manto da democratização da informação e, em nome dela, são construídos mitos, verdades e celebridades na mesma velocidade em que se dão sua descartabilidade. A vida privada gradativamente vai sendo concebida como pública; e a condição de existência do cidadão passa pela exposição midiática, sendo o seu oposto verdadeiro. O espaço público contemporâneo é também o da visibilidade midiática, mediado e disponibilizado pelos canais e sistemas conectados via internet em múltiplas redes de comunicação e mobilização social.

Do ponto de vista acadêmico-científico, a ideia de quantidade-presença também se traduz em produtividade reconhecida pelos órgãos de fomento e

regulação. Isto equivale a dizer que: quem/o que não aparece nos veículos informativos não existe; quem/o que não está conectado nas redes sociais (e não tem centenas de seguidores ou não é seguido por milhares), também não tem existência reconhecida.

Neste momento histórico, cada vez mais, o papel da comunicação midiática no ambiente virtual tem valor impar. Quanto à dimensão da comunicação da universidade com a sociedade, a UFBA vê-se diante da discussão de determinadas questões como, por exemplo: i) o que é desejável ou não tornar acessível e para quem; ii) quais as consequências para a legitimidade da instituição caso seus programas/projetos de repercussão social e da grande mídia não estejam visíveis nos espaços de comunicação institucional; iii) como avaliar se os objetivos do PAAf estão sendo plenamente atingidos uma vez que não são publicizados e debatidos; iv) como conciliar a visibilidade do desempenho estudantil via ações afirmativas sem que isto comprometa o sigilo da identidade deles ou fomenta discriminações negativas.

Considerando-se que “só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer”, a escolha de investigar o programa numa tese de doutorado, em certa medida, atende ao propósito de dar-lhe visibilidade, pois o acesso às informações sobre o que ocorre em tal Programa, por parte de interessados e comunidade envolvida, pode estar além da publicidade como princípio constitucional e imposição legal pela implantação da Lei de Acesso a Informação (LAI), em vigor desde maio/2012. Mais que isto, conhecê-lo e acompanhá-lo pode se tornar uma oportunidade de exercitar a autoavaliação participativa com a mediação de recursos multimídia disponíveis. Nesse exercício, os estudantes e professores podem atuar como usuários reflexivos, repensando a produção e o consumo de informação, comunicação e interações e de como se veem e são vistos nas relações vividas na universidade pós-cotas com a presença de novos atores das camadas populares especialmente nos cursos antes reservados à elite. E isto interessa também ao papel dos gestores.

Por fim, estudar a visibilidade midiática no espaço virtual de um Programa como esse, que visa à permanência de estudantes de origem popular na universidade pública, centrando em um curso de alto prestígio e demanda financeira, como é o curso de Odontologia, possibilita alimentar o diálogo em torno da redistribuição e do reconhecimento como alternativa aos males de ordem

socioeconômica e cultural que a sociedade precisa enfrentar para gerar desenvolvimento com paz e justiça social.

Assim, nossa pretensão é proceder à análise da visibilidade midiática do Programa de Ações Afirmativas (PAAf) na UFBA envolvendo os mecanismos de permanência e pós-permanência de estudantes de origem popular na educação superior, considerando os processos informativo-comunicativos da universidade no espaço virtual em torno das políticas afirmativas e suas perspectivas de inclusão desses novos atores sociais, na percepção de membros da comunidade interna.

Para tanto, contempla dois aspectos-chave: **1)** disponibilidade da informação sistematizada e de canais de comunicação (*feedback*) no espaço virtual sobre o transcurso do PAAf/UFBA para os públicos interessados; e **2)** acesso a informações, por parte da comunidade interna, sobre os mecanismos de permanência e pós-permanência de estudantes de origem popular na educação superior, visando suas perspectivas de inclusão social previstas no programa. Tais aspectos configuram o problema de pesquisa.

PROBLEMA DE PESQUISA, que pretende conhecer:

Como se configura a visibilidade midiática oferecida pelo ambiente virtual da UFBA aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência de estudantes de origem popular na educação superior e como ela atua na percepção da inclusão social desses estudantes segundo a comunidade interna?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Tendo em vista que o problema de pesquisa se configura em um conjunto sistemático de passos, operacionalizados a partir dos objetivos geral e específicos, assumimos como objetivos o que segue.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a visibilidade midiática oferecida pelo ambiente virtual da UFBA aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência estudantil na

educação superior e a percepção da comunidade interna sobre ações afirmativas como alternativa de inclusão e mobilidade social de estudantes de origem popular.

A pretensão mais ampla do objetivo geral é derivada em objetivos específicos, os quais orientam a obtenção dos dados da pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Caracterizar a visibilidade midiática no ambiente virtual da UFBA oferecida aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência de estudantes ingressos pelo sistema de cotas.
2. Caracterizar as informações sobre PAAf/UFBA e suas perspectivas de inclusão social para estudantes de origem popular disponibilizadas no espaço virtual da UFBA para a comunidade interna;
3. Conhecer se os estudantes de origem popular na UFBA reconhecem a si próprios e são reconhecidos pelos demais colegas e professores como membros afiliados à instituição no sentido intelectual e institucional;
4. Identificar se as informações e os canais de comunicação disponibilizados no ambiente virtual da UFBA sobre permanência e pós-permanência estudantil contribuem com a comunicação interna da UFBA; e
5. Conhecer a percepção da comunidade interna da UFBA sobre as ações afirmativas (PAAf/UFBA) enquanto alternativa de inclusão e mobilidade social de estudantes de origem popular.

Por fim, a abordagem do objeto “Visibilidade Midiática em Ambiente Virtual da UFBA das Ações Afirmativas na Educação Superior Pública”, operacionalizado pelo problema e objetivos descritos, configura nesta pesquisa a seguinte **tese central**:

A visibilidade midiática e sistematizada dos resultados auferidos gradativamente com as ações adotadas para a permanência bem-sucedida de estudantes de origem popular (especialmente em cursos de maior prestígio e investimento financeiro) é fundamental para a construção de uma visibilidade afirmativa que traduza o reconhecimento dessa política e de seus estudantes perante a comunidade interna e a sociedade.

Como **derivação da tese central**, sustentamos que:

A visibilidade das políticas de equidade na educação superior, voltadas a estudantes de origem popular, para além da mera prestação de contas à sociedade, possibilita o diálogo universidade-sociedade em torno das históricas desigualdades sociais no Brasil que hoje demandam alternativas de permanência e pós-permanência sustentadas em redistribuição e reconhecimento como meio de inclusão social e mobilidade ascendente desses estudantes, interrompendo o ciclo da exclusão e, portanto, da invisibilidade acadêmica e social naturalizada e imposta a eles durante séculos.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O Programa de Ações Afirmativas na UFBA está em processo de avaliação institucional em 2013-2014. Este fato por si já torna pertinente a discussão sobre os resultados, avanços e limites das ações implementadas (Ceao, s.d). Isto, por sua vez, tem íntima ligação com a visibilidade dessas políticas tanto para a comunidade interna quanto externa à UFBA. Contudo, Sampaio (2011, p. 14) sinaliza que a universidade “historicamente, habituou-se a ver nos estudantes apenas usuários de serviços educacionais”. E na convivência universitária tem sido considerado apenas o que se refere estritamente à formação acadêmica. Isto motivou a criação em 2007 de um espaço de investigação, denominado observatório da vida estudantil (OVE), acolhendo as diversas questões de ordem material e simbólica atinentes ao ingresso e permanência na universidade para estudantes de origem popular, tomando como inspiração a experiência francesa (COULON, 2008).

Entendemos que dentre as demandas da universidade contemporânea, numa sociedade do conhecimento, tão relevante como investigar é prover as condições para dar visibilidade às investigações como forma de superação de limites identificados nas pesquisas. Tem sido lugar-comum, em diversos fóruns da UFBA, o diagnóstico de que a universidade tem problemas na sua comunicação⁵. Muitas

⁵ Situações ilustrativas de problemas de comunicação na UFBA relatados incluem: **1)** Entrevista realizada em 20/05/2011 com o Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil que informara utilizar como canais para divulgar ações da PROAE o “Ufba em Pauta” e a “Lista todos-I da UFBA”, entretanto, pontua que os alunos não acessam a página da UFBA para obter essas informações, e fazem por meio das redes como Orkut e/ou por meio de colegas; **2)** No I Seminário sobre Equidade na Educação Superior, realizado em 15/06/2011 na Escola de ADM, Pesquisadores

vezes o canal utilizado para veicular as informações não é acessado pelo público interessado, sequer dentro da universidade. É certo que têm sido criados diversos sistemas de gestão de informação dentre outros recursos para disponibilizar informações sistematizadamente, descritos na seção 2.2. Mas eles não vão atender sua finalidade se não forem amigáveis, fáceis de acessar e navegar ou não chegarem ao conhecimento do público interessado, seja interno ou externo, para suprir a demanda por informação. Vale destacar que outro aspecto não contemplado nesses sistemas de informação é a via de mão dupla que caracteriza a comunicação, incluindo mecanismos de *feedback*, interação e interatividade.

Um exemplo intrigante diz respeito à visibilidade das informações sobre políticas de equidade na UFBA ou ações afirmativas voltadas para públicos em desvantagem social (negros, índios, mulheres, portadores de deficiência física). Elas são descentralizadas nas unidades onde são oferecidas. O que, para o público externo ou aspirante a ingressar na instituição, configura dificuldade no acesso à informação. Antes de tudo, está em jogo o direito à informação, seguido do direito ao acesso ao bem ou serviço oferecido, ambos previstos na Constituição brasileira, dentre outras leis. Fazendo-se uma busca no Portal da UFBA, no endereço <www.ufba.br>, não é possível entender como funciona seu Programa de Ações Afirmativas e nem como acompanhar suas ações e desdobramentos. Não se compreende, tampouco, porque existem informações de fontes distintas como PROAE, CEAO, NEIM, IHAC, sem que esses espaços promotores de ações afirmativas, direta e/ou indiretamente, dialoguem entre si ou sistematizem suas informações de modo a dar visibilidade para a sociedade daquilo que se produz em benefício de quem está em situação de maior vulnerabilidade e exclusão.

relataram dificuldades no acesso a informações na UFBA sobre as ações afirmativas, a exemplo de Delcelle Queiroz; **3)** Na sua palestra em um dos eventos integrantes do ACTA11<www.acta.ufba.br>, realizado pela UFBA, o Prof. Dr. Nelson Pretto analisou a falta de canais que dessem visibilidade à programação do evento espalhada pelos diversos campi, ficando restrita ao site do evento, e culminando com baixíssima participação da comunidade alvo; ainda nessa mesma atividade a diretora da EDUFBA apresentou o Repositório Institucional da UFBA <www.repositorio.ufba.br>, resultado de sua tese de doutorado defendida em 2011, como meio de aglutinar o que está espalhado em termos de produção intelectual na instituição. **4)** Na programação do ACTA11, dia 08/11/11, no grupo de pesquisa do Observatório da Vida Estudantil (OVE), por sua vez, apresentaram-se resultados da pesquisa realizada com escolas públicas de ensino médio onde se constatou a baixa visibilidade do que se produz na UFBA, inclusive quanto à existência de ações de caráter afirmativo, cursos superiores e congêneres. **5)** Em Reunião promovida pela Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI/UFBA), no dia 11/11/2011, pontuou-se o desconhecimento de diversas chamadas daquele órgão no que tange a programas de intercâmbio, inclusive com bolsa integral para alunos da pós-graduação que ficam ociosas, sobrando, muitas vezes.

Consideramos essencial conceber as necessidades de informações e comunicação para o público interno e também externo à UFBA e não apenas para os fins de regulação previstos na dimensão avaliativa do SINAES, na LAI ou na Constituição Federal. Portanto o panorama exposto caracteriza certa dificuldade em tornar público, em explicitar, o que se faz na universidade seja para fins investigativos, bem como para gerar conhecimento em torno das políticas afirmativas. É provável que os entraves na veiculação da informação reflitam diretamente não apenas na política, mas também nas pessoas interessadas e historicamente penalizadas. Quanto mais restrita a visibilidade menos contribui na formação de uma opinião pública esclarecida.

Não se pode esquecer que o público a que se destinam as políticas afirmativas é majoritariamente oriundo de escola pública, o que acrescenta estranhamento pelo capital cultural e intelectual de que dispõem para competir pela permanência na seara universitária, sem falar no aparato tecnológico para estar conectado em rede regularmente. Na sociedade midiaticizada em que vivemos, quem não é visto não tem, sequer, a chance de participar, de afiliar-se, de ser reconhecido nesta nova e desafiadora convivência universitária, de sair do fosso da exclusão que demanda mais que apenas ter acesso à universidade, mas implica uma permanência qualificada na trajetória universitária. Assim, torna-se relevante realizar estudos sobre a visibilidade midiática das políticas de inclusão na universidade.

A visibilidade da qual nos referimos vai além do acesso à informação; tem a ver com a interação dos sujeitos comunicantes com seus códigos identitários, suas especificidades, diferenças e necessidades; com o seu reconhecimento (nas dimensões do afeto, do direito e da autoestima) e a legitimidade desses atores que são o centro das ações destinadas a superar as desigualdades que penalizam e empobrecem culturalmente a sociedade, acercando-se preferencialmente da análise dos elementos simbólicos que perpassam uma permanência qualificada e podem comprometer a apreensão dos conhecimentos, a interação e a mobilidade ascendente desse público.

Assim, consideramos a visibilidade, a afiliação, o reconhecimento e a permanência qualificada como elementos fundamentais, capazes de refletir oportunidades de mobilidade socioeconômica para estudantes de origem popular que ingressam nos programas de ações afirmativas na nossa universidade.

Concordamos com Sampaio (2011, p 14) quando diz que “a universidade brasileira não tem o hábito de dar visibilidade a seus atores”. Ela continua...

Docentes, gestores, estudantes e pessoal técnico-administrativo, aqueles que constroem o cotidiano acadêmico, não são objeto de estudo sistemático que utilize metodologias sensíveis para expressar aspectos da sua cultura e subjetividade que se desenvolvem no interior da vida universitária. Para melhor desempenhar suas funções e solidificar laços com a sociedade, a universidade carece de um maior entendimento dos itinerários e dilemas enfrentados por diferentes grupos de jovens e adultos que nela convivem ou que dela dependem.

Com a crença de que é oportuna e relevante a análise em questão, apresentamos a estrutura da tese e em seguida o referencial teórico para a compreensão do objeto do estudo.

ESTRUTURA DA TESE

A lógica da pesquisa está posta na matriz, composta de quadro de análise com base na literatura e do quadro operacional, nos documentos e dados obtidos na pesquisa de campo, conforme sintetizado no Quadro 1. Lá tecemos relações entre conceitos, categorias de análise e indicadores, numa relação direta com o problema e objetivos propostos (QUIVY; CONPENHOUT, 1998), proporcionando uma visão sintética da presente pesquisa. A estrutura da tese é composta por 5 capítulos.

O presente capítulo 1 apresenta a introdução, contextualização do objeto-problema de pesquisa e os objetivos. O capítulo 2 compõe a fundamentação teórica que sustenta a tese proposta, distribuído em 3 seções com respectivas subseções: Ações Afirmativas na Educação Superior Pública Brasileira, Universidade na Esfera Pública Midiática e Visibilidade Midiática Contemporânea. O capítulo 3 apresenta a Metodologia, contemplando a pesquisa implicada e o lugar de onde fala a pesquisadora, os caminhos da abordagem escolhida e recursos utilizados para atingir os objetivos traçados. O capítulo 4 apresenta os resultados alcançados no confronto teoria-empíria, os achados da pesquisa propriamente ditos, divididos entre ações institucionais, percepções dos sujeitos culminando a triangulação em uma síntese interpretativa. O capítulo 5 dá lugar à conclusão, às compreensões geradas no processo de pesquisa, seguida de recomendações. Entre os apêndices está a lista de referências não incorporadas, mas que tem relevância no meu entendimento.

Assim, passamos à apresentação do referencial teórico construído para dar conta da compreensão do objeto proposto nesta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A abordagem do objeto visibilidade midiática no ambiente virtual do PAAf/UFBA esbarrou em um obstáculo inicial que foi o baixo resultado quando da busca por fundamentação teórica voltada para a perspectiva da visibilidade pretendida. Uma alternativa foi considerar esse limite como uma possível vantagem, já que, ao construir um referencial para apreender o objeto, estaríamos contribuindo para o avanço do conhecimento em um campo de estudos recente.

Assim, de recorte em recorte, desde o entendimento do contexto das ações afirmativas que trouxe para a evidência da cena nacional sujeitos quase invisíveis – negros e pobres – fomos perscrutando sua relação com a universidade na esfera pública, com foco na mídia no espaço virtual institucional da UFBA, até chegarmos à compreensão da visibilidade comunicativa aproximada da idéia de legitimidade institucional, fomento ao debate, à mobilização e participação dos atores envolvidos na realidade que contorna o PAAf/UFBA. E continuamos perscrutando como essa visibilidade se conecta com as perspectivas de inclusão de seus novos atores, os estudantes de origem popular que configuram ou demandam novas configurações para a universidade pública federal e, em especial, nos cursos de alto prestígio a exemplo do curso de Odontologia da UFBA.

Essa tessitura está configurada em três grandes seções temáticas, sendo a primeira dedicada às Ações Afirmativas na Educação Superior brasileira, depois à Universidade na Esfera Pública Midiática e a terceira à Visibilidade na Contemporaneidade.

2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA: DIREITOS, CONCEITOS E DESAFIOS

Na avaliação do então ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim B. Barbosa Gomes, é com certo atraso que o Direito Constitucional brasileiro começou a discutir as chamadas “questões da sociedade”. A primeira dessas questões de grande impacto social foi quando se debateu o crime do racismo; e a segunda, as

medidas compensatórias “destinadas a promover a implementação do princípio constitucional da igualdade material” (GOMES, J., 2005, p. 45).

Gomes ao colocar tais medidas no centro do debate constitucional contemporâneo lembra que elas interferem em questões que remontam à própria origem da democracia moderna, suscitando o debate crucial acerca da destinação dos recursos públicos, escassos por definição. No Estado Moderno resultante do imperativo iluminista: “o conjunto de recursos da Nação deve ser convertido em prol do interesse de todos, do bem-estar geral da coletividade”. Assim, o autor sentencia que “a História e o Direito Comparado aí estão para nos fornecer algumas pistas e nos alertar contra o perigo da inércia neste domínio” (GOMES, J., 2005, p. 57).

A primeira década do século XXI no cenário brasileiro testemunha alguns avanços na direção da consolidação de instâncias democráticas nas áreas de direito, educação, acesso à informação e comunicação, as quais fortalecem a reivindicação de direitos e a participação política dos cidadãos. Um desses avanços, vale lembrar, é que formas de discriminação praticadas no Brasil, explícita ou dissimuladamente, foram reconhecidas como racismo, sendo sua prática configurada como crime inafiançável e regida por ampla legislação⁶. Dessa maneira, os prejuízos acumulados por uma pessoa ou grupo em decorrência de sua raça, cor, religião, etnia, procedência nacional passaram a ser objeto de políticas reparatórias, mais conhecidas como ações afirmativas, conforme o Decreto nº 4.228 de 13/05/2002. Este decreto instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas e no seu Art.3º prevê, por sua vez, a constituição de um Comitê de Avaliação e Acompanhamento composto por diversos setores⁷, o que torna compulsória a avaliação da implantação desse programa na UFBA.

⁶ A Lei nº 7.716/1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; e foi alterada pelas Leis nº 8.081/1990, que define os crimes e as penas aplicáveis a preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional, praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza; a Lei nº 9.459/1997 que altera os Arts.1º e 20 da Lei 7.716/1989 e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848/1940; e a Lei nº 12.288/2010 que institui o estatuto da igualdade racial.

⁷ Conforme Decreto nº 4.228 (Art. 4º), o Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Programa Nacional de Ações Afirmativas tem a seguinte composição: I - Secretário de Estado dos Direitos Humanos, que o presidirá; II - Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que substituirá o presidente em suas faltas e impedimentos; III - um representante da Presidência da República; IV - um representante do Ministério das Relações Exteriores; V - um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; VI - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; VII - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; VIII - um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; IX - um representante do Ministério da Cultura; X - um representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDA; XI - um representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE; XII - um

As políticas afirmativas na educação superior começaram a ser implantadas no Brasil entre 2001-2002, passando a integrar a agenda política do país legitimadas pelos seguintes aspectos: a) reconhecimento por parte do Estado de práticas racistas e a consequente abertura para tratar legalmente a questão; b) atuação dos movimentos sociais, em especial o movimento negro, na forma denunciatória das práticas discriminatórias contra os negros e também propositiva com o fomento dos pré-vestibulares comunitários que preparavam estudantes de escolas públicas para o ingresso nas prestigiadas universidades públicas; e c) participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na cidade de Durban (África do Sul), em 2001, cuja agenda gerou o compromisso do Brasil com programas que modificassem o *status quo* das populações mais vulneráveis socialmente (PAIVA, 2010, p. 13-14).

Os resultados da luta dos movimentos sociais/negro para consagrar no Direito brasileiro a concepção de sujeito percebido em sua historicidade (o sujeito especificado que adiante nos falará Flávia Piovesan) culminaram com a concepção de que é preciso tratar desigualmente os desiguais para garantir uma igualdade efetiva e substantiva aos cidadãos desfavorecidos, subsumidos a condições e chances desiguais (GOMES, J., 2001, 2005; PIOVESAN, 2005; SANTOS, D., 2009). Os desfechos decorrentes dessas mudanças ganham contornos próprios de cada contexto onde ocorrem e demandam o comprometimento e debate público entre os atores envolvidos para que as questões sejam tratadas conforme cada realidade.

Não é demais dizer que tal concepção do sujeito especificado representa um amadurecimento da democracia brasileira e do Poder Judiciário, pois, refletir demandas de uma parte da sociedade sub-representada, possibilita a revisão do mito da “democracia racial brasileira” e da meritocracia para que haja reparação de injustiças históricas que naturalizaram para o povo negro lugares de subalternidade e sub-representação em diversos campos, especialmente nos da educação e do trabalho. Espelhando as sociedades mais desenvolvidas no direito internacional dos

representante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD; e XIII - um representante do Grupo de Trabalho Interministerial e Valorização da População Negra. § 1º O Presidente do Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Programa Nacional de Ações Afirmativas poderá convidar para participar das reuniões um membro do Ministério Público do Trabalho. § 2º Os membros de que tratam os incisos III a XIII serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pelo Ministro de Estado da Justiça. Art. 5º Os trabalhos de Secretaria-Executiva do Comitê de Avaliação e Acompanhamento de Ações Afirmativas serão prestados pelo IPEA.

direitos humanos, o Brasil vem adotando políticas afirmativas com o objetivo de corrigir ou atenuar tais injustiças (PIOVESAN, 2005).

Para essas injustiças originadas por fatores de ordem socioeconômica e cultural/simbólica Nancy Fraser (2001) e Axel Honneth (2009) tipificam seus remédios como medidas redistributivas e de reconhecimento, respectivamente. O alvo de tais remédios são os indivíduos que sofrem os danos decorrentes das condições desiguais produzidas pela sociedade, tendo a particularidade de ser objeto das políticas afirmativas e ao mesmo tempo sujeito histórico que reivindica inclusão e novos lugares nessa sociedade. Este fato exige que, para além da política afirmativa, os objetos-alvo das políticas afirmativas sejam percebidos na condição de sujeitos-estudantes advindos das camadas populares, marcados por representações da dialética inclusão-exclusão e das tensões estabelecidas na relação indivíduo-sociedade-Estado. Representações e tensões essas que também ocorrem no cotidiano da universidade e atuam nos resultados PAAf, o qual será objeto de possível ampliada visibilidade midiática quando da sua avaliação pela UFBA no ano de 2014.

Tais questões nos instigam a considerar na concepção contemporânea dos Direitos Humanos algumas pistas que alarguem nossa compreensão sobre a visibilidade midiática do PAAf/UFBA na perspectiva das ações institucionais e da percepção dos sujeitos como uma contraface do direito à informação, à comunicação e ao envolvimento da comunidade da UFBA em torno da implantação das políticas afirmativas e de inclusão social de estudantes, portanto, do direito ao reconhecimento. Há que se levar em conta as implicações que esses direitos ou a falta deles exercem sobre a identidade dos sujeitos e a qualidade da sua participação em suas trajetórias acadêmicas. Trajetórias que se refletem na legitimidade das políticas adotadas e da própria IES perante a comunidade interna. Vale salientar que esta não se confina à esfera interna pelo modelo de comunicação em rede e que extrapola à sociedade mais amplamente.

2.1.1 AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Para Flavia Piovesan (2005, p. 34) os direitos humanos são fruto de um processo de construção e reconstrução da história passada e presente, da conquista de espaço de luta e ação social e finca âncora na gramática da inclusão, “refletindo

a plataforma emancipatória de nosso tempo”. A concepção contemporânea de Direitos Humanos foi introduzida pela Declaração Universal de 1948, que “confere lastro axiológico e unidade valorativa a esse campo do Direito com ênfase na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”. Dessa concepção inovadora se desenvolveu o Direito Internacional dos Direitos Humanos, um sistema integrado de tratados internacionais de proteção⁸ que, refletindo “a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados [...], invocam o consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos, fixando parâmetros protetivos mínimos”.

Combinados, esses sistemas de proteção global, nacional e regional, inspirados na Declaração de 1948, asseguram à pessoa humana os direitos fundamentais no plano internacional. Se levarmos em consideração a universalização dos direitos como princípio fundamental e a postura da neutralidade estatal adotada pelo estado brasileiro, não faria sentido promover benefícios específicos para determinadas pessoas ou grupos. Contudo, Piovesan (2005, p. 36) postula que se tornou insuficiente conceber o indivíduo de forma genérica, abstrata, sendo necessária “a especificação do sujeito de direito que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade”. Ou seja, “determinadas violações de direitos exigem uma resposta específica e diferenciada [...]. Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença”. Nessa perspectiva, diferentes vertentes sustentam a promoção da igualdade ao se implantar políticas afirmativas:

- a) igualdade formal, preceituando que “todos são iguais perante a lei”;
- b) igualdade material, partindo do ideal de justiça social e distributiva, orientada por critérios socioeconômicos;
- c) igualdade material, partindo do ideal de justiça pelo reconhecimento de identidades, orientada por critérios de gênero, orientação sexual, idade, raça, entre outros.

Ao mesmo tempo em que as políticas afirmativas visam a remediar as desvantagens de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade decisiva para o projeto democrático quando viabilizam concretamente o direito à igualdade sob “a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade.

⁸ Piovesan ilustra os diversos tratados internacionais e respectivos números de Estados-parte que deles são signatários (ver PIOVESAN, 2005, p. 34-35).

Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva”. Isto tem sido possível à medida que aumentam as possibilidades de participação dos grupos mais vulneráveis socialmente nos diversos campos da educação e do trabalho em instituições públicas e privadas, como comprova a experiência do Direito Comparado norteamericano (PIOVESAN, 2005, p. 39-41; GOMES, J., 2001, p. 69; 2005, p. 47).

Na base filosófico-constitucional das ações afirmativas, desde Aristóteles às diversas escolas de pensamento modernas, verificam-se diversos postulados afinados com o pensamento liberal, dentre os quais se destacam o da Justiça Compensatória e o da Justiça Distributiva (GOMES, J., 2005, p. 61-73).

O argumento da compensação ou reparação da injustiça cometida justificar-se-ia pela inclinação perenizante que o processo de marginalização social exerce sobre as vítimas no presente, transmitindo-se às gerações futuras e tendo natureza restauradora por apenas remediar as injustiças produzidas. Nesse argumento subjaz a ideia de dano, embora nem sempre seja fácil precisar quem o praticou ou dele sofreu injúria, nem estabelecer suas relações de causa e efeito. Vale dizer que isto é evocado como uma fragilidade das medidas compensatórias segundo os oponentes.

O argumento da justiça distributiva prevê a equidade na redistribuição das riquezas, bens e benefícios entre os membros da sociedade como forma de reduzir os efeitos da discriminação produzida (como o racismo ou sexismo) contra determinados indivíduos ou grupos por imposição da sociedade dominante. E reside no pressuposto de que o indivíduo que sofreu ou sofre tais discriminações tem direito a reivindicar certos benefícios que foram deixados de usufruir por causa das condições sociais injustas a que foi submetido. Nesta medida também haveria a dificuldade de precisar as relações de causa e efeito decorrentes da discriminação em questão, sendo também motivo de críticas por parte dos opositores.

Embora as medidas compensatórias ou redistributivas isoladamente mostrem-se insuficientes, a complementaridade das medidas de redistribuição e reconhecimento descritas por Nancy Fraser (2001) é uma alternativa na direção da justiça social com equidade até que ações dessa natureza sejam necessárias para a inclusão social de uma ampla parcela da população via educação superior. Considerando que, anos atrás, esses estudantes não faziam parte do ambiente universitário e possivelmente não são objeto de políticas de comunicação na instituição é relevante que haja meios de promover sua imagem social positiva para

o fortalecimento de sua autoestima e autoconfiança que alterem sua condição de invisibilidade diante da sociedade e da comunidade universitária, uma vez que

A falta de visibilidade pública e a visibilidade subalterna dos negros nos fazem perceber de que forma a desigualdade na participação econômica dos negros no Brasil [...] se associa com a exclusão simbólica de sua imagem social no espaço virtual. Os meios de comunicação de massa são responsáveis pelo acesso à informação e à cultura da ampla maioria da população brasileira, e também contribuem na formação da cultura nacional, dos valores, da auto-imagem, da auto-estima [...] (SILVA F^o, 2008, p. 87).

Assim, uma medida redistributiva como as cotas na educação superior teria como complemento do tipo reconhecimento uma medida que afirme essa presença bem-sucedida publicamente. Um exemplo prático é a lei que reserva vagas nas universidades públicas para estudantes oriundos das camadas populares como uma medida de caráter redistributivo, enquanto que uma ação concertada para promover a visibilidade positivada na permanência e pós-permanência desses estudantes universitários funcionaria como uma medida com caráter de reconhecimento.

Nesse sentido, estamos falando de uma concepção de visibilidade de caráter afirmativo no espaço que pode ser considerado a vitrine institucional virtual (isenta de fronteiras), que refere o status de membro institucional, intelectual e incluído socialmente na qual se possa ver a si próprios e ser vistos por todos. A visibilidade mencionada atuaria como uma medida complementar aos processos da inclusão social prevista no PAAf/UFBA ao tempo em que asseguraria o direito a uma visibilidade afirmativa reconhecida pela própria sociedade (promotora da segregação desses indivíduos outrora) e hoje faz a correção desse equívoco em rede audiovisual multimidiática no ambiente virtual institucional, onde o ato de permanecer depende do ato conjugado de ser-estar-permanecer-aparecer.

Esta compreensão caracteriza as ações afirmativas como um processo complexo de restauração de direitos, reconfigurados constantemente no atual contexto de relações em redes e avanços democráticos amplificados pelas TICs, onde todos se interconectam sob a mediação da internet, um território sem fronteiras espaço-temporais no qual os indivíduos podem ser autores da sua própria história, sendo reconhecidos publicamente no direito a ter uma visibilidade afirmativa.

2.1.2 OS CONCEITOS E O CONCEITO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas (na tradição americana) ou ações positivas (na tradição europeia) ficaram mais conhecidas no Brasil a partir de 2002 pela visibilidade midiática da polêmica das cotas para o ingresso diferenciado nas universidades públicas. E, ao modificarem os critérios elitistas de acesso e permanência na educação superior nas IES públicas, visam a corrigir parte da discriminação e exclusão praticadas secularmente contra determinados segmentos populacionais. Residem no pressuposto de que após conquistada a equidade nas condições de competição e ascensão social para todo e qualquer cidadão, tais ações perdem sua razão de existir na medida em que “uma política de reserva de vagas visa a acelerar a inclusão dos grupos sociais econômica e etnicamente em desvantagem até que as demais ações a tornem desnecessária” (UFBA, 2004, p. 6). Portanto, cumprem uma função social específica em tempo determinado. Em síntese, para Flávia Piovesan (2005, p. 39):

As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, dentre outros grupos.

Ao longo da história, encontram-se diversas políticas afirmativas voltadas para idosos, pessoas com deficiências físicas, filhos da elite rural (“Lei do Boi” Nº 5.465/1968). Essa lei, por exemplo, destinava-lhes 50% das vagas nas escolas do ensino médio e superior de agricultura e veterinária, sem atender critérios de promoção da equidade. Nenhuma delas mobilizou tanto a sociedade quanto as políticas para o ingresso na educação superior para o segmento populacional oriundo de escola pública e afrodescendente. O instituto das ações afirmativas foi marcado pela polêmica das cotas raciais ou sociais em todo país, na imprensa e demais ambientes virtuais de discussão, inclusive na universidade, marcado pelo descontentamento de quem se sentia com chances reduzidas de competição. A polêmica com as ações afirmativas hoje é um fato curioso, pois, ao invés de desconforto, foi aceito como natural as iniquidades praticadas historicamente contra pobres, negros e outras ditas minorias.

No estado da Bahia, todavia, a polêmica perde sentido já que os indicativos de “cor da pele negra”, “vulnerabilidade socioeconômica” e “egresso de escola pública” figuram juntos frequentemente. As pessoas negras (afrodescendentes), via

de regra, são pobres e as mais excluídas das melhores oportunidades de trabalho e educação e cursam ou cursaram a escola pública ao menos em boa parte da sua vida escolar. Ainda que essa condição possa reduzir a polêmica, por outro lado, acentua a natureza das desigualdades históricas na distribuição de bens, direitos sociais e riquezas para os afrodescendentes e pobres da Bahia. O que aumenta sua invisibilidade nos espaços sociais mais prestigiados, a exemplo da universidade pública federal, bem como nos cursos de maior prestígio acadêmico e social, que demandem mais investimento financeiro, sendo uma motivação central para esta investigação.

Mas, deixando a esfera das polaridades nas quais se revestem, as ações afirmativas podem ser definidas como:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego (GOMES, J., 2005, p. 53).

Pela clareza de suas explicações, continuamos com a reflexão do então ministro do STF, segundo a qual:

Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção *ex post facto*, as ações afirmativas têm natureza multifacetária (RESKIN, apud HERINGER, 1999), e visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo (GOMES, J., 2005, p. 53).

Pelo exposto, vemos que elas têm o fim de combater as manifestações flagrantes de discriminação, assim como aquelas enraizadas na sociedade, seja de fundo cultural ou estrutural. Portanto, as ações afirmativas representam um mecanismo sociojurídico de viabilizar paz e justiça social ausentes onde há pessoas à margem dos bens públicos, sendo capaz de “inculcar nos atores sociais a utilidade e a necessidade de observar princípios do pluralismo e da diversidade nas diversas esferas do convívio humano” (GOMES, J.; SILVA, F., 2003, p. 90-91).

Todavia, no que tange à universidade, as políticas afirmativas não cumprem sua finalidade se ficarem restritas ao acesso; elas implicam conceber a trajetória estudantil na universidade com os condicionantes de ordem material e simbólica que

são capazes de promover a igualdade efetiva e não apenas a igualdade do formalismo documental, pois este acaba promovendo a invisibilidade dos seus atores neste contexto midiático, na era da informação, comunicação e do conhecimento em redes; contexto no qual, quem não dispõe de capital cultural sólido para transitar no meio universitário, tem suas possibilidades de permanência e pós-permanência comprometidas e, conseqüentemente, a inclusão social desses estudantes explicitada no PAAf (CARVALHO, 2007; BARICHELLO, 2004).

Por isso, resultados de pesquisas da UNESCO (2007), de dissertações e teses na UFBA (2008/2009) e na PUC-Rio (2010) apontam para a necessidade de estudos com foco na permanência simbólica dos estudantes que ingressos por sistemas de cotas (MALACHIAS, 2007; REIS, 2007; ROCHA, 2007; FIGUEIREDO, 2008; SANTOS, D., 2009; PAIVA, 2010), ao passo em que há várias ações em curso na universidade visando à permanência material, como ocorre na UFBA, por meio dos editais (MARTINS, 2011). Por outro lado, no interior das relações sociais e nos discursos no cotidiano acadêmico permanecem em aberto várias questões relativas à presença do estudante cotista e da sua permanência qualificada, as quais refletem na sua mobilidade e inclusão social. Dentre elas inscrevem-se as relativas à visibilidade dessa política e dos sujeitos beneficiados, por sua vez, parte integrante das políticas de equidade e avaliação nas IES.

Para Piovesan (2005, p. 39) as ações afirmativas situam-se como um poderoso instrumento de inclusão social que, enquanto políticas compensatórias, “cumpram uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social”. Assim, superado o acesso à universidade é preciso atenção aos mecanismos de permanência, incluindo formas de pertencimento, afiliação e reconhecimento das singularidades dos novos estudantes como forma de viabilizar uma permanência/pós-permanência bem-sucedidas. Em contrapartida, tornar público esse processo nas redes virtuais da UFBA para a comunidade interna amplia suas chances de participação efetiva, sendo fundamental para o êxito do PAAf e a efetiva inclusão social de estudantes das camadas populares.

Nesse contexto de compulsória publicidade da vida pública (seja por transparência ativa ou imposição da lei) e da vida privada, para que o estudante de origem popular consiga conjugar os verbos SER, ESTAR e PERMANECER nos espaços da universidade é imperioso fazer-se presente distinguindo-se por uma

visibilidade afirmativa, onde PERMANECER se conjuga com APARECER, com “estar na mídia” e de preferência “nas redes sociais e interativas”. Essa imposição midiática nos instiga a também repensar o conceito de permanência.

AVANÇANDO NO CONCEITO DE PERMANÊNCIA

Na seção anterior anunciamos a pertinência de repensar o conceito de permanência diante de um contexto que valoriza “marcar presença nas mídias interativas, presenciais ou virtuais”, sejam elas redes sociais, listas de discussão, estatísticas de produção dos grupos de pesquisa ou classificação no coeficiente de rendimento escolar, assim como nos diversos espaços de decisão política na universidade. O topo do coeficiente de rendimento, por exemplo, pode significar vantagem competitiva ao concorrer às oportunidades escassas na universidade pública e um pré-requisito que confere visibilidade e legitimidade ao estudante que o possua. A conjugação do verbo APARECER, como sinônimo de credibilidade e do verbo PERMANECER, no sentido da legitimidade institucional, guarda alguma aproximação. Daí a pertinência de se analisar neste estudo a comunicação virtual da universidade com sua comunidade, com ênfase na dimensão interna, como espaço de conjugação da permanência com visibilidade e legitimidade (cf. seção 2.2).

Segundo Barichello uma forma de legitimação da universidade é por meio das práticas de linguagem e interação comunicacional. Além do mais, o diálogo na esfera pública pode gerar conhecimento que possibilite aprimorar os objetivos de uma determinada política e subsidiar sua avaliação institucional ampliada (na perspectiva formativa-somativa), contribuindo indiretamente para uma permanência bem-sucedida dos ingressos na instituição. Destacamos a informação e comunicação no processo de permanência estudantil porque pensamos a avaliação construída com esses dois insumos (comunicação e informação) como um instrumento de gestão que pode subsidiar várias etapas de implantação do programa, desde diagnóstico, tomada de decisão, monitoramento e aprimoramento, até mesmo sua extinção quando tiver sido superada sua necessidade (BARICHELO, 2004; WORTHEN, SANDERS, FITZPATRICK, 2004; DIAS SOBRINHO, 2003; DÉCIA; TENÓRIO, 2009; DÉCIA; ARGOLLO, 2010, 2011).

Por sua vez, ao estudar a permanência universitária sob o prisma da condição estudantil, Alain Coulon (2008, p. 32) revela que uma trajetória bem-sucedida na

universidade depende de afiliação institucional e intelectual para adequar-se a exigências acadêmicas, conteúdos intelectuais, métodos de exposição do saber e *habitus* dos estudantes. Por isso se funda na hipótese de que “os estudantes que não conseguem afiliar-se fracassam”, sendo a afiliação “o método através do qual alguém adquire um status social novo”. Uma trajetória bem-sucedida “significa que fomos reconhecidos como socialmente competentes, que os saberes que adquirimos foram legitimados”. A entrada na universidade é caracterizada como uma passagem em três tempos: do *estranhamento*, da *aprendizagem* e da *afiliação*. E para permanecer nela o estudante terá de adequar seu *habitus* às exigências acadêmicas (métodos, códigos do ensino superior e suas instituições, regras diversas), aprendendo o “ofício de estudante” que implica passar pelo processo de afiliação institucional e intelectual simultaneamente.

Essas duas formas de competência [afiliação institucional e intelectual], que definem um membro na linguagem da etnometodologia, são caracterizadas pelo uso competente de diferentes regras e instruções, através do qual o estudante mostra que faz verdadeiramente parte da comunidade universitária (COULON, 2008, p. 199).

A afiliação, sendo um processo social complexo como observamos, caracteriza-se como algo ainda mais desafiador para aqueles de origem popular, pois tudo lhe é estranho e evidencia sua condição de “diferente” e de não pertencimento ao contexto dos demais estudantes portadores de um capital simbólico que lhes confere vantagem competitiva à priori e conseqüentemente reconhecimento na comunidade universitária.

A permanência para Santos D. (2009, p. 69-71), sintetizada segundo as dimensões kantianas de tempo, simultaneidade e sucessão, caracteriza-se em dois tipos: permanência material e permanência simbólica. A primeira refere-se às condições concretas e quantificáveis enquanto a segunda, às condições imateriais ou simbólicas, ou seja, “a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele”. Significando duração no tempo e também transformação nessa convivência.

Por isso, entendemos que a passagem desse novo estudante originário de camadas populares pela experiência universitária preserva implicitamente uma *luta por reconhecimento* da sua capacidade de permanecer, ou seja, de resistir aos obstáculos e superá-los; de ser visto e ser reconhecido como alguém que existe e é integrante deste ambiente na percepção do outro. Para Axel Honneth (2009, p. 211),

o reconhecimento se dá em três dimensões: a) relações primárias (amor), b) relações jurídicas (direito) e c) relações sociais (autoestima), caracterizadas pela conquista da autoconfiança, do autorrespeito e da estimassocial, respectivamente.

Todavia, passar a existir em um universo onde ainda não se obteve o *status* de membro permanente não é tarefa simples. Requer “*savoir faire*”, saber lidar com os obstáculos de ordem socioeconômica e também cultural/simbólica. Os primeiros obstáculos dão conta de aspectos materiais/explicitos envolvendo as soluções redistributivas (baseadas na igualdade dos sujeitos), por vezes propiciadas pela própria universidade, ainda que em número inferior à demanda. Os últimos obstáculos, sendo mais sutis, podem comprometer a permanência de forma implícita, exigindo estratégias diferenciadas de permanência no programa; é quando se aplicariam soluções de reconhecimento (baseada na diferenciação dos sujeitos), que dependem da cultura da instituição e sensibilidade de docentes/gestores diante das representações sociais excludentes, por vezes, naturalizadas no cotidiano da universidade (FRASER, 2001; HONNETH, 2009).

Nesse cenário é fundamental tanto prover a visibilidade dos diversos aspectos do PAAf, no sentido da disponibilidade informacional, dos critérios de acesso aos recursos disponíveis para a permanência bem-sucedida quanto prover condições aos estudantes para que saibam usar os mediadores da comunicação contemporânea a fim de romper barreiras existentes para entender o outro e se fazer entender por ele na seara universitária. Este é um medidor, entre outros requisitos, para estar bem posicionado nas múltiplas redes sociais de comunicação que favorecem o acesso às redes de conhecimentos e pessoas, que formam um círculo virtuoso na permanência universitária. Não basta sobreviver nessa permanência; é essencial “ser-estar-bem-sucedido” e legitimado nas relações que configuram a universidade (midiatizada) na contemporaneidade, onde invisibilidade equivale a não-presença, a qual marca os não-membros e não-reconhecidos, portanto a impermanência.

Considerando-se a esfera pública virtual dos canais midiáticos como espaço privilegiado para tornar “tudo visível a todos” e àquilo que é aparecer como tal, a legitimidade desse programa implica que o estudante de origem popular conquiste *status* de membro afiliado e reconhecido por uma “visibilidade tipicamente afirmativa”, ou seja, um tipo de visibilidade que projete efetivamente sua inclusão na sociedade a partir da permanência e pós-permanência qualificada na educação

superior pública. Para tanto, é essencial o acesso a tecnologias e processos de (in)formação e comunicação e integração. Sobretudo que seus conteúdos sejam ressignificados desde propostas e práticas curriculares, discursos, representações, e relacionamentos no cotidiano da universidade para que esses estudantes consigam manejar as regras explícitas e implícitas que distinguem o membro afiliado, conquistando a autoexpressão e reconhecimento recíproco de suas singularidades/potencialidades de ascensão em iguais condições com os demais.

Assim, validar a política de ações afirmativas na UFBA significaria promover equidade na permanência e pós-permanência desses estudantes na universidade, para que seja alcançada a inclusão social prevista no PAAf, tendo o reconhecimento da comunidade e sua afirmação objeto de ampla visibilidade institucional. Por sua vez, a validação da política demanda a necessidade de investigação e avaliação sistemáticas da implantação do programa, além de estarem visíveis nos canais e sistemas informação e comunicação institucional, atendendo a um dos cinco princípios constitucionais e à LAI: o da publicidade.

Desse modo, acreditamos ser possível avançar do conceito de permanência para uma visibilidade afirmativa na permanência e pós-permanência estudantil na UFBA, que possibilite legitimar a IES por meio da comunicação e informação sobre as políticas afirmativas com efetiva inclusão social dos respectivos estudantes, na medida em que sejam observados os seguintes elementos:

- 1) transparência das práticas adotadas e dos resultados alcançados por meio da democratização do acesso à informação sobre o programa;
- 2) disponibilidade de informações consistentes para o diálogo e a participação dos envolvidos na observância dos mecanismos de inclusão efetiva na permanência e pós-permanência qualificada dos estudantes;
- 3) instituição de um observatório da experiência afirmativa na UFBA que produza conhecimentos sobre obstáculos/conquistas na trajetória desses novos partícipes;
- 4) retroalimentação do ciclo da política pública e do processo avaliativo institucional para subsidiar a tomada de decisão nos altos escalões, no conjunto da IES e por parte dos envolvidos; e
- 5) conhecimento da percepção de estudantes inseridos no PAAf como membros afiliados intelectual e institucionalmente, reconhecidos na sua capacidade de inclusão e mobilidade social pela comunidade interna e externamente.

Em breves palavras, avançar no conceito de permanência equivaleria a: levar em consideração os obstáculos de ordem material e simbólica que trazem os indivíduos beneficiários por programas afirmativos quando ingressam na universidade pública como matéria-prima para um pacto de superação por parte do coletivo de atores da comunidade universitária, refletido nos projetos políticopedagógicos das formações nos âmbitos do ensino, extensão e pesquisa tendo como meta a afiliação, o reconhecimento e a inclusão social, nos diversos tempos da permanência e pós-permanência, traduzidos em visibilidade afirmativa nos canais de comunicação e sistemas de informação institucional, ou seja, um compromisso pela equidade na educação superior com sustentabilidade social. Onde a universidade se (re)conheça por novas representações sociais para estudantes originários das camadas populares como um projeto da Universidade.

Deste ponto procedemos a uma análise da proposta de inclusão social de estudantes prevista no programa de ações afirmativas na UFBA, o PAAf/UFBA, destacando os eixos da permanência e pós-permanência.

2.1.3 PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA: LIMITES OU POSSIBILIDADES?

Na esteira das pressões internas e externas por mais equidade na educação superior, houve longos debates a favor do/contra ao acesso via cotas nas universidades públicas, até que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) aprovasse a constituição de um Grupo de Trabalho⁹, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação, com a atribuição de elaborar proposta de "estratégias de inclusão social" na UFBA. O processo culminou com a proposta de um "Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal da Bahia" iniciado em 2005, sendo antecedida pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pioneira na implantação do sistema de cotas raciais no Brasil, seguida pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), no ano de 2002, pioneira na Bahia.

Dado o entendimento que as fragilidades da escola pública na Bahia atuam como fator de exclusão prévia dos candidatos às IES públicas, o Programa de Ações Afirmativas na UFBA¹⁰ (identificado neste estudo também como PAAf/UFBA) foi

⁹ O GT foi designado pela Portaria 154/2002 de 11/11/2002 do então Magnífico Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar de Almeida Filho.

¹⁰ O PAAf/UFBA teve aprovação final pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UFBA em 17/05/2004, com duração inicial de 10 anos e avaliação prevista para o ano de 2014. Antes teve

concebido em quatro eixos que incluem preparação, ingresso, permanência e pós-permanência (UFBA, 2004, p. 4-11) como segue:

- 1) Preparação – visando a prover o aumento do nível de informação dos candidatos, oferta de pré-vestibulares populares, cursos preparatórios e melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio na escola pública a partir da formação inicial e continuada de professores, mediante convênios (municipal, estadual e federal);
- 2) Ingresso – visando a prover a ampliação das possibilidades de acesso a partir da reserva de 45% do total das vagas (sendo 43% para egressos de escola pública e negros e 2% para indiodescendentes) e do aumento das vagas no vestibular de cursos existentes e novos, mediante apoio do Ministério da Educação (MEC);
- 3) Permanência – concebendo mecanismos que possibilitem aos aprovados conciliar estudo e trabalho ou ter dedicação integral ao curso, mediante ampliação do orçamento, de parcerias e do reforço da política de assistência estudantil, visa a prover o aumento de bolsas, cursos em turno único e noturno e um sistema de acompanhamento acadêmico (tutoria) conforme as necessidades e a viabilidade; e
- 4) Pós-Permanência (pós-graduação) – ainda que imprecisamente é mencionada sua importância, centrando-se na pós-graduação e no financiamento para linhas de pesquisa voltadas a questões etnicorraciais, recomendando-se, na distribuição das bolsas o mínimo de 30% de negros. Visa a prover o desenvolvimento de programas especiais na fase pós-diplomação dos estudantes, obtenção de estágios e empregos, preparo para carreira de pesquisa/docência e/ou intercâmbio em universidades-sede de programas afirmativos (como Howard e Vanderbilt nos Estados Unidos). Prevê apoio do MEC e instituições parceiras em potencial.

Destarte sua imprecisão em alguns aspectos, a inclusão dos eixos permanência e pós-permanência nesse programa inaugurou uma perspectiva nova à visão de universidade, até então, elitista. O PAAf/UFBA prevê que o estudante originário das camadas populares seja apoiado a permanecer na universidade desde sua graduação, tendo oportunidade de prosseguir em carreira docente, pesquisa científica, intercâmbio em países de língua estrangeira e/ou pós-graduação *stricto sensu*. A partir da ampliação de capitais/espacos simbólicos de poder e de condições concretas de permanência, possibilita-se aos estudantes uma trajetória bem-sucedida na universidade pública como parte da política afirmativa.

Logo, com a consolidação dos eixos da permanência/pós-permanência, os estudantes de origem popular na UFBA contam com reais chances de inclusão e mobilidade social e eventual participação nas composições da elite brasileira no futuro próximo, desde que sejam observadas as dimensões materiais e simbólicas investigadas por Dyane Brito Reis Santos (2009). No nosso entendimento isto implica contemplar na formação dois aspectos:

- 1) estabelecimento de processos de afiliação institucional e intelectual e de reconhecimento, preditores de autorrespeito e estimassocial, como parte de uma política de VISIBILIDADE AFIRMATIVA INSTITUCIONAL, conjugando PERMANECER com APARECER;
- 2) concepção e materialização de ações que visam à inclusão social dos estudantes para além da retórica meritocrática, da existência de uma democracia racial no Brasil e da máxima de que todos são iguais perante a lei, onde não se carece de diferenciação, tampouco visibilidade positivada ou afirmativa.

Vale frisar que o documento que aprova o PAAf/UFBA é finalizado com a menção de que caberá a um comitê de acompanhamento – que deverá ser criado – “a inclusão da discussão da diversidade brasileira nos currículos dos cursos”. Isto coloca uma tarefa clara para as instâncias responsáveis pela reformulação dos projetos político pedagógicos tais como o colegiado de curso, Núcleo Docente Estruturante, além das pró-reitorias envolvidas. Isto não significa restringir-se à formalidade do currículo.

Consolidar a permanência e pós-permanência na universidade significa prover condições para que estudantes de origem popular desfrutem de visibilidade afirmativa nos telões da casa-grande, simbolicamente representados pela arquitetura institucional dos portais de comunicação e informação virtual, por meio de suas redes interativas síncronas e assíncronas, provendo condições para que deixem o confinamento representado pela senzala simbólica da (in)visibilidade reproduzida na mídia e tão bem conhecida de nós, brasileiros. E por isso não é demais lembrar que:

Se hoje há políticas de ação afirmativa para os ‘negros’ ou ‘afrodescendentes’, traduzindo a constituição de uma identidade negra difícil de ser conquistada em um país onde se reforça a ideia de mestiçagem nas relações sociais, elas traduzem reivindicações baseadas nesse processo de afirmação da nova identidade. Portanto, em vez de se dizer que está em curso um processo de racialização da socialização da sociedade brasileira, **pode-se argumentar que esses novos atores estão demandando novos direitos e exercendo uma nova cidadania,**

resultado da ação concertada na luta **contra a invisibilização**, tanto de sua **identidade** quanto de sua **participação** (PAIVA, 2010, p. 15, grifo nosso).

Portanto, a visibilidade desejável a um programa de permanência e inclusão social de estudantes de origem popular como o PAAf/UFBA implica lidar com as contradições características de um dos últimos países a abolir a escravidão e cujas demandas materiais (supridas na forma de bolsas-auxílio diversas) e simbólicas (supridas na forma de partilha de saberes/afetos/sentidos) necessitam de sintonia com a convivência plural, étnica, cultural e mutuamente respeitosa entre os sujeitos envolvidos, o que não parece tarefa fácil. Implica contemplar fortemente na visibilidade midiática do PAAf essa simbólica dimensão com ênfase nos mecanismos previstos para inclusão social desses estudantes como um elemento configurador da própria política de permanência estudantil qualificada, amplificada na perspectiva do que aqui denominamos de visibilidade afirmativa.

Deste ponto direcionamos a discussão para as implicações decorrentes do “ser-estar visível ou não visível” na condição de estudante de origem popular em uma universidade pública de prestígio como a UFBA, particularmente para estudantes que se encontram em cursos de alto prestígio e investimento financeiro. Consideramos na discussão tanto a inclusão social prevista na concepção do PAAf/UFBA e a conseqüente mobilidade social como também os lugares de “invisibilidade social quase absoluta” ocupados por essa parcela populacional na trajetória pessoal e profissional, rompida quando retrata altos índices de evasão, reprovação, desemprego, e outras mazelas sociais ainda mais preocupantes.

EQUIDADE VIA AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA¹¹

Falar em equidade remete invariavelmente a significados opostos: iniquidade, injustiça, desigualdade. Historicamente as desigualdades têm sido dirigidas a determinados grupos ou segmentos populacionais, discriminados por possuírem características diferentes das verificadas entre aqueles que estão nos lugares de poder tais como idade, opção sexual, raça, gênero, condição socioeconômica, deficiências psicofísicas, culturais, entre outras. Por questão de delimitação deste estudo, privilegiaremos nesta seção as questões relativas a gênero e condição

¹¹ Parte significativa desta seção figura em publicação apresentada no âmbito do Programa RIAIPE₃ em intercâmbio com atividades do Eixo Avaliação da Educação Superior que integra o Grupo de Pesquisa na Linha Política e Gestão da Educação (PPGE/UFBA).

socioeconômica/racial de estudantes e as respectivas políticas e programas encontrados na UFBA, que visam a reduzir os prejuízos imputados a esses segmentos, ampliar seus espaços de representação e promover a equidade. Para tanto são consideradas duas experiências institucionais: uma voltada à mulher e outra, à ampliação do acesso e da permanência no ensino superior.

A primeira experiência é desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA e centra sua ação no fomento ao ensino e à produção de conhecimento sobre as mulheres e relações de gênero, provendo condições para as transformações em vários âmbitos por meios de projetos institucionais. Dentre aqueles desenvolvidos entre 2006-2010 encontram-se: 1) Projeto Especial de Formação de Formadores para Participação de Mulheres no Mundo do Trabalho; e 2) O combate ao Racismo e Sexismo Institucional no Brasil – experiências dos Conselhos na Bahia. Além destes, há dois projetos em curso: o Projeto Trilhas do Empoderamento e o Observatório da Lei Maria da Penha. Esses projetos institucionais “diferem-se dos projetos de pesquisa acadêmica realizados continuamente pelas integrantes do NEIM, por seu caráter de pesquisa integrada às atividades de extensão, na perspectiva de uma interseção entre teoria acadêmica e práxis feminista” (NEIM-UFBA, 2011).

Vale destacar a iniciativa do Curso Bacharelado em Gênero e Diversidade, aprovado em 2008, além do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, oferecidos pelo núcleo com o intuito de construir alternativas de empoderamento de grupos sociais discriminados (por fatores como gênero, raça/etnia, idade/geração etc.) para o desenvolvimento nacional e regional baseadas na equidade, cidadania e autossustentabilidade. (NEIM-UFBA, 2011).

Em palestra durante o I Seminário de Equidade na Educação Superior, realizado em 15/06/2011 na UFBA, a Professora Márcia Macêdo compartilhou as dificuldades enfrentadas no cotidiano da universidade à frente do NEIM para posicioná-lo como uma unidade acadêmica capaz de produzir ensino e conhecimento relevantes na direção de alterar as concepções que historicamente reservaram para as mulheres lugares de subalternidade nas relações sociais, apesar de sua presença em vários setores da sociedade onde até são maioria. A autora ressalta que “gênero não é sinônimo de mulher”; contudo, “quando se fala de gênero

e relações de poder, as mulheres ainda são um grupo historicamente discriminado e que vem enfrentando o que a gente poderia chamar de processos hierarquizantes”. Esses processos favorecem a manutenção de um quadro de discriminação e diferenciação a despeito dos avanços políticos, sociais e tecnológicos presentes na atualidade.

Macêdo destaca a importância do combate à desigualdade, dentro e fora das organizações, em todas as esferas e apresenta algumas razões para o investimento em equidade, inclusive pelo setor privado: 1) a valorização de aspectos técnicos e humanos, por trazer efeitos positivos em termos de motivação, produtividade e diferencial (imagem) da empresa; 2) o surgimento de uma mentalidade estratégica que envolve a transversalização de gênero e diversidade como condição para a superação dos processos de exclusão e via para redução da pobreza; 3) a conquista da equidade é imprescindível na modelagem e na obtenção dos resultados em torno de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Em outro âmbito, tomamos a experiência das políticas afirmativas para acesso e permanência na educação superior, destinadas a estudantes que se encontram em condições desfavoráveis para concorrer ao acesso numa universidade pública. A falta de condições para o acesso ao ensino superior é um fator contributivo para a desigualdade social face ao papel que tem a formação superior de interromper esse ciclo. O debate sobre as políticas afirmativas na educação superior vem ganhando contornos diversos desde sua implantação em 2002. Longe de ter sido superada a polaridade das cotas raciais ou sociais e das opiniões contrárias e a favor que foram objeto de intensas discussões na sociedade, sua implantação é uma realidade e seus resultados e impactos devem continuar a mobilizar os acadêmicos e militantes (PAIVA, 2010).

O acesso diferenciado no vestibular da UFBA pelo sistema de cotas, desde 2005, para estudantes oriundos da escola pública, em sua maioria, vem despertando o interesse de investigadores das instituições de educação superior (IES) públicas e privadas acerca das condições em que ocorre a formação superior para esse contingente, bem como das relações estabelecidas entre os distintos estudantes: uns com a formação que lhes prepara para as exigências do vestibular e outros que trazem as marcas das deficiências da escola pública a que tiveram acesso, com raras exceções, como o Colégio Militar e o IFBA, antigo CEFET. A UFBA é uma universidade pública reconhecida pelo seu prestígio na região nordeste do Brasil e

pela histórica presença de segmentos mais privilegiados da sociedade, especialmente, nos cursos de elevado prestígio. Vale dizer que a implantação dessas políticas é fruto da mobilização do movimento negro em conjunto com órgãos oficiais como o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao/UFBA), que elaboraram a proposta inicial que anos mais tarde seria modificada e aprovada pelo Conselho Universitário da UFBA (MACÊDO, 2011).

Compete à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) da UFBA o provimento das condições para viabilizar a formação de estudantes cotistas e também dos não-cotistas que têm necessidades de auxílio relativas à moradia, alimentação, transporte, entre outros. A demanda atendida é inferior à existente. Por isso, a oferta de serviços tem sido ordenada por meio de editais que se destinam aos estudantes da capital, para os campi em Salvador, além das cidades de Barreiras e Vitória da Conquista, no interior do Estado.

No ano de 2011 os editais lançados foram os seguintes: Edital 01/2011 (seleção para moradia, alimentação e auxílio transporte em Salvador); Edital 02/2011 (seleção de vagas na Creche UFBA, destinado a filhos de alunos da graduação e pós-graduação); Edital 03/2011 (seleção para auxílio à organização e participação em eventos acadêmicos); Edital 04/2011 (seleção para auxílio ao estímulo à integração na América Sul, voltado para estágio, curso ou evento em países do MERCOSUL); e Edital 02/2011 NUPAE/ICADS Barreiras (seleção para auxílios moradia, alimentação e transporte).

Até este ponto foram contempladas as demandas materiais, contudo, não se pode ignorar as necessidades de estudantes cotistas no tocante ao ser, estar e conviver em um cenário permeado de dificuldades e discriminações que refletem as praticadas na sociedade. Tratar essas duas tensões é fundamental para superação das desigualdades sofridas pelas populações mais vulneráveis. Vale dizer que aqueles que foram discriminados historicamente e privados dos bens sociais necessários a uma cidadania plena só podem desfrutar de competir em condição de igualdade se lhes forem garantidas condições diferenciadas para atingirem patamares equivalentes àqueles desfrutados pelos indivíduos que tiveram acesso às melhores oportunidades no processo formação.

Martins (2011) revelou que os programas e projetos em desenvolvimento pela PROAE, em 2011, contaram com o orçamento da ordem de R\$ 11.270.241,00 para fazer frente a um custo das despesas que totalizam R\$ 13.134.004,00 e, portanto,

deficitário em R\$ 1.863.763,00. O número de alunos ingressos desde 2005 pelo sistema diferenciado na UFBA totalizou 12.539. Hoje os estudantes são atendidos pela PROAE, através dos recursos do PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) do Ministério da Educação (MEC). É notório que os recursos ainda são insuficientes para atender às demandas de assistência estudantil na UFBA, especialmente quando se somam aos alunos que não ingressam pelo sistema de cotas, mas que também têm necessidade de apoio financeiro para cursar a graduação e a pós-graduação.

A despeito das iniciativas implementadas na UFBA, observa-se uma tímida divulgação dos dados oficiais da UFBA. Na maioria dos casos não há pessoal disponível para sistematizar e alimentar a divulgação que possibilite à comunidade interna e externa conhecer os desdobramentos dessas políticas na prática, seus avanços e dificuldades na inserção de estudantes ingressos pelo sistema de cotas numa IES como a UFBA. A dificuldade no acesso aos dados, sistematizados ou não, foi destacada por pesquisadoras e até gestores, participantes do I Seminário sobre Equidade na Educação Superior na UFBA, motivo pelo qual o destaque dos dados vai para as ações desenvolvidas generalizadamente no âmbito da assistência estudantil, que contemplou apenas aspectos materiais.

A promoção da equidade no âmbito da educação superior a partir de políticas afirmativas, além de orçamento compatível com as demandas de ordem material e simbólica, envolve a ampla discussão sobre a democratização do acesso à informação e o compromisso com a criação de estratégias desde o acesso até a permanência, vislumbrando o mundo do trabalho e da vida. Para isso, o papel da comunicação entre universidade e sociedade é crucial e inadiável. Seja pelo dever constitucional que tem as instituições públicas de prestar informação sobre suas ações empreendidas, seja pela possibilidade de diálogo e transformação sob a mediação de estratégias comunicativas, entendidas para além de meros instrumentos, mas como processos de transformação e mobilização social a serviço equidade e inclusão social pela educação superior (MALACHIAS, 2007; SANTOS, D., 2009).

2.2 UNIVERSIDADE NA ESFERA PÚBLICA MIDIÁTICA: VISIBILIDADE, LEGITIMAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS PRÁTICAS COMUNICATIVAS

A Constituição Brasileira, marco da redemocratização do país, prevê a obediência pela Administração Pública a cinco princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ao da publicidade cabe tornar visível, para além dos seus muros, os atos praticados pelas instituições públicas. Sob os auspícios da LAI, a Universidade Federal da Bahia torna pública sua Carta de Serviços ao Cidadão. Isto “implica em informar à sociedade sobre os atos praticados pelos gestores públicos e que serviços prestados pelas instituições públicas estão disponíveis para demanda dos cidadãos” sob o pressuposto de que

a informação torna-se um requisito essencial para o exercício pleno da cidadania. [Pois] O cidadão bem informado pode requerer direitos, contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos entes públicos através da avaliação desses serviços, exercer o controle social sobre a administração pública de modo que os agentes públicos exerçam sua atividade respeitando os preceitos legais e as máximas republicanas. (Portal UFBA¹², Carta da Reitora [s.d.]).

Nessa ambiência as universidades públicas estão diante de mais um desafio: efetivar suas práticas comunicativas, publicizando-as para a sociedade na ampla vitrine virtual onde estamos imersos nos dias atuais, sob os apelos das comunicações em rede, seja na condição de representantes das instituições ou de indivíduos-usuários. A publicidade das ações institucionais ultrapassou os limites da visibilidade panóptica *benthamniana*, da domesticação e do controle, mas resulta do Estado democrático de direito, do processo de democratização da informação, da autonomização dos seus atores e do compromisso com as transformações sociais necessárias.

A UFBA (2010, p. 13), por sua vez, traz no seu marco normativo um pacto em torno da: “articulação e integração entre excelência acadêmica e compromisso social e compartilhamento da convicção de que a instituição universitária constitui importante fator de transformação sustentada da sociedade ao mostrar-se competente como instituição do conhecimento e da cultura”. O que significa na prática:

¹² A carta de serviços ao cidadão assinada pela reitora da UFBA está disponível em <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Carta_de_Servicos_ao_Cidadao.pdf> Acesso 23 out. 2012.

lutar para que a necessária expansão com inclusão social, fomentando em paralelo qualidade e produtividade científica, cultural e pedagógica, seja alcançada com eficiência de gestão e eficácia no controle institucional e social do imenso, rico e complexo conjunto de atividades desenvolvidas pela Universidade Federal da Bahia (p. 13).

Portanto, o desafio posto não se limita à administração central da UFBA, mas se estende ao conjunto de atores que dão sentido ao existir e fazer da universidade pública como promotora de transformações demandadas, as quais necessitam ganhar a esfera pública para o debate e as deliberações requeridas pela sociedade em geral e a sua comunidade interna em particular.

2.2.1 UNIVERSIDADE E INFORMAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA MUDIÁTICA: ENTRE O ACESSO E O SIGILO

Convivemos em uma sociedade marcada e movida por informação e conhecimento decorrentes da sofisticação crescente das TICs. A evolução dos meios de comunicação de massa para os de autocomunicação de massa (CASTELLS, 2012), ou simplificada a “mídia”, fomenta transformações intensas nas relações entre pessoas, processos e instituições. E, marcadamente, na natureza da visibilidade e sua relação com o poder, perceptíveis na evolução da esfera pública analisada por Jürgen Habermas (*the public sphere*) e da noção benthamiana de visibilidade panóptica enquanto controle disciplinar, analisada por Michel Foucault.

Com o desenvolvimento da mídia e a consolidação dos processos democráticos, pressionando por transparência e acesso à informação de serviços prestados pelo Estado, acentuam-se as transformações na natureza daquilo que é público e das relações históricas entre visibilidade e poder, fazendo com que a distinção entre público e privado, herdada dos debates filosóficos na Grécia Clássica sobre a vida na *polis*, onde se discutiam as questões da sociedade, ultrapasse a esfera pública *habermasiana* das interações face a face e alcance as relações mais sutis do poder, sendo mediadas pelos recursos disponíveis na cibercultura¹³ – “aspectos e padrões culturais relacionados com a Internet e a comunicação em redes de computadores” – onde a realidade virtual significando o real possibilita democratizar a participação dos indivíduos nas diversas instâncias sociais alterando

¹³ Cibercultura. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em [http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=realidade virtual](http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=realidade%20virtual). Acesso em: 31 out.2012.

a percepção do papel da universidade pública, a partir do repensar dos usos da comunicação institucional nesse ambiente virtual.

No primeiro sentido, o termo “público” envolve o domínio do poder político institucionalizado e exercido por um estado soberano em oposição ao domínio da atividade econômica e das relações pessoais, as quais não estão submetidas ao controle direto do estado (THOMPSON, 1998, p. 109-110). Desse modo, “[...] de meados do século XVI em diante, ‘público’ começou a significar atividade ou autoridade relativa ao estado e dele derivada, enquanto ‘privado’ se referia às atividades ou esferas da vida que eram excluídas ou separadas daquela”, sintetizando a distinção entre estado e sociedade civil; mas essas fronteiras se deslocam movidas por fatores socioeconômicos e avanços democráticos em escala mundial e demandam a intervenção do estado por meio de políticas sociais que possam promover o desenvolvimento do país.

Em outro sentido, “público” tem histórica relação entre formas de governo e visibilidade do poder. Na democracia grega as questões eram debatidas e decididas face a face, em locais públicos, por quem tinha direito de manifestar opinião e ser ouvido e “o exercício do poder era relativamente visível”. Nos estados monárquicos da idade média os negócios do estado ocorriam em “círculos relativamente fechados da corte” invisíveis à maioria da população; as aparições públicas da realeza afirmavam seu poder para os súditos e a visibilidade servia à afirmação do próprio poder (p. 113). No estado constitucional moderno a invisibilidade do poder cede ao princípio da publicidade, as decisões se dão nas assembleias parlamentares e os cidadãos ampliam sua participação. Nesta 2ª década do século XXI, a consolidação da democracia, as comunicações interativas em rede e as pressões por transparência ampliando o controle social sobre os atos públicos tornaram lei o acesso à informação pública, de modo que “o acesso vira regra e o sigilo, exceção” (CGU, 2012, p. 2).

Por sua vez, a LAI traz consigo uma situação delicada na concepção de sigilo sobre questões afirmativas/desempenho estudantil na educação superior. Pela polêmica em que se reveste o assunto, da qual não está livre o PAAf/UFBA, quando a universidade pública adota o sigilo sobre seu desdobramento como forma de preservar os beneficiários de eventuais discriminações acaba também por comprometer seu caráter público (no sentido do que é visível) e conseqüentemente

a crença na sua efetividade e reconhecimento por parte da sociedade, que por lei tem direito à informação sobre esse e outros programas.

Vale frisar que quanto mais os direitos dos beneficiários do programa (re)afirmam-se no cotidiano das relações com o outro e na convivência universitária a afirmação pretendida com o programa tende a consolidar-se e obter o reconhecimento do outro. Reconhecimento (2012) aqui entendido como “aceitação da legitimidade de; ou o ato através do qual alguma coisa é admitida como verdadeira”. Nesse prisma, pensamos que, ao invés do sigilo, é a publicidade (e suas tantas estratégias incorporadas na lógica do mercado) que fomenta a aceitação daquilo de que se tenta afirmar, favorecendo a mudança da opinião pública e do comportamento com relação a reconhecer os direitos do outro.

Destacar a questão da opinião pública é importante, afinal, o Brasil alcançou em 2012 a 6ª posição na economia mundial enquanto se manteve entre os países mais desiguais do planeta. Ambos os aspectos (positivo e negativo) estão sob holofotes da opinião pública mundial. Logo, a visibilidade midiática do PAAf enquanto reflete, de um lado, a retratação das desigualdades, por outro, está contornada por tensões latentes – inclusão-exclusão, permanência-impermanência, reconhecimento-estranhamento, afirmação-negação, legitimação-deslegitimação – que incidem sobre os estudantes-foco das medidas afirmativas. Essas tensões trazem riscos a sua autoestima e autoconfiança, que são elementos fundamentais para lidar com as dificuldades na permanência universitária, e poder superá-las com vistas a uma permanência qualificada.

Por isso entendemos ser imprescindível conceber políticas de promoção de equidade combinadas com reconhecimento e visibilidade afirmativa que contribuam para: 1) atenuar marcas deixadas nos cidadãos e seus descendentes decorrentes da tardia abolição da escravidão – e que ainda vinculam o país à desigualdade social; 2) consolidar a imagem pública do país com o respeito aos Direitos Humanos (cf. III Conferência em Durban, 2001) – e que legitima as instituições na comunidade interna e externa com novas representações para parcelas excluídas da população; e 3) estimular instituições públicas a considerarem o par redistribuição-reconhecimento na concepção das políticas afirmativas – refletindo seu contexto socio-histórico.

Em síntese, os esforços para promover desenvolvimento com sustentabilidade social implicam visibilidade em esfera global para (re)tratar as

políticas afirmativas destinadas a estudantes de origem popular na educação superior como substitutivas daquelas praticadas secularmente, as quais ainda prendem o Brasil ao século XIX, portanto, não cabem mais nos dias atuais.

Necessitam de visibilidade ampla, igualmente, os esforços da universidade pública nessa direção. Dado seu compromisso com a produção e disseminação de conhecimento, inovação e formação de quadros fundamentais ao desenvolvimento com inclusão social, a UFBA tem papel destacado na compreensão da visibilidade como recurso complementar às políticas afirmativas enquanto mecanismos de transformação social capaz de combinar redistribuição e reconhecimento. Afinal, a mídia e a midiatização dos vários campos da sociedade têm potencial de interferir no processo de formação da opinião pública em âmbito não apenas local, mas mundial.

O poder das mídias virtuais no alcance e mobilização dos cidadãos conectados à internet torna-se tão forte que o Brasil viveu um momento histórico nas eleições de out./2012 com a “Lei da Ficha Limpa”¹⁴, uma conquista orquestrada no ambiente virtual via participação popular. Outro fato notável foi protagonizado em ago./2012 por uma estudante de 13 anos que denunciou na internet os problemas da escola pública onde estudava, tornando-se referência de protagonismo juvenil e exemplo de cidadania ao mobilizar outros jovens e adultos a intervirem naquilo que ocorre no seu entorno; sem falar no êxito de constatar algumas mudanças na escola com sua iniciativa¹⁵ e na troca de informações com pessoas de diversas partes do mundo.

Eventos dessa natureza caracterizam um novo paradigma na sociedade contemporânea, impulsionado pelo baixo custo das tecnologias móveis que amplia o acesso da população à internet WEB 2.0 e às redes sociais democratizando a participação dos sujeitos, que vão deixando de ser meros receptores e assumem a

¹⁴ A aprovação da lei da ficha limpa ao informar sobre a conduta dos parlamentares que se candidatam a reeleição possibilita ao cidadão o direito de acompanhar sua trajetória no cumprimento das exigências legais no exercício do cargo e expurgar os candidatos inadequados a cargos públicos, ou que possuem uma ficha suja.

¹⁵ Isadora Faber, aluna da 7ª série da Escola Básica Municipal Maria Tomázia Coelho, em Florianópolis (SC). Após tirar fotos e gravar vídeos com seu celular postou o material no Facebook na página denominada “Diário de Classe” no endereço <<http://www.facebook.com/DiariodeClasseSC>>. Ganhando rapidamente o apoio nas redes sociais facebook e twitter e outras mídias, totalizou 42 mil pessoas clicando a opção “curtir” até 28/08/2012. Dois meses depois, a página continuava mostrando como a escola e seus envolvidos estão se comportando, ultrapassa a marca de 348.000 “curtir” e registra “posts” de várias partes do mundo que interagem com Isabela e seus contatos/seguidores. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/08/estudante-de-13-anos-denuncia-problemas-de-escola-publica-na-internet.html>>.

posição de autor do próprio discurso independentemente de idade, status social. Com essa mudança do polo da emissão na comunicação, o que acontece no “quintal de alguém” pode ser instantaneamente difundido a todo canto do planeta conectado à internet. A intercomunicação de massa no meio virtual assume papel tão central nas decisões políticas cotidianas que assistimos a um deslocamento da esfera pública *habermasiana* para a “esfera pública midiática” (ou “espaço público virtual”) como novo *lócus* privilegiado de visibilidade, discutibilidade, deliberação de questões sociais relevantes e, diríamos até, de protagonismo social (HABERMAS, 1984; GOMES, W., 2007; SILVEIRA et al., 2002).

Dessa maneira, a produção de conhecimento, a formação e a universidade tornam-se também objeto de constantes e renovadas reflexões sobre seu agir comunicativo na esfera pública, usando as palavras de J. Habermas, levando em conta o uso estratégico da comunicação institucional no ciberespaço, onde redes sociais e formas de comunicação interativas emergem como espaço privilegiado de interação social na atualidade com potencial de intervenção direta ou indireta nas decisões importantes para a comunidade. O fenômeno social atinge tanto estudantes inseridos no PAAf como colegas, professores, comunidade acadêmica e a sociedade em geral; sua relevância demanda melhor compreensão e mais atitude por parte da universidade no que tange às práticas comunicativas, assumindo uma postura ativa na disponibilidade de informação sobre esse programa, assim como prevê a LAI. Afinal, informar virou regra, e o sigilo a exceção, é o que diz a lei de acesso à informação.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA INSTITUCIONAL COMO LEGITIMAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA

A construção da visibilidade institucional pela mídia em Barichello (2002; 2004) parte do pressuposto de que a necessidade de legitimação da universidade acompanha o próprio processo de institucionalização, sendo fundamental, além desse, o conceito de objetivação. Assim, apoiada em Berger e Luckmann, concebe a legitimação como o processo que explica e justifica a instituição perante a sociedade, onde

O mundo institucional é experimentado como realidade objetiva pelos indivíduos, sendo [...] produzida e construída pelos mesmos que a percebem. A objetivação é esse processo por meio do qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem o caráter de objetividade e ocorre em cada instituição de forma particular. Devido à necessidade de

objetivação é que o mundo institucional precisa formar a sua legitimidade, isto é, necessita de modos pelos quais possa ser explicado. A legitimação é construída por intermédio da linguagem e a utiliza como seu principal instrumento, já que a linguagem é a principal depositária das experiências coletivas (BARICHELLO, 2002, p. 36).

Com as transformações crescentes na sociedade e a imposição da racionalidade do mercado vão ocorrendo mudanças nos padrões de obtenção da legitimação de modo tal que “a universidade deixa, progressivamente, de ser legitimada como local de busca da verdade pela verdade”. Há “transferência da cena do processo de legitimação” e a uma crescente inclusão da representação e justificação de tais práticas nos meios de comunicação de massa, onde “os mídia são o principal dispositivo contemporâneo de visibilidade da instituição universitária, sendo responsáveis, em grande parte, pela sua legitimação junto à sociedade” (p. 35-36). Constatando a fragmentação das diferentes dimensões da experiência, Barichello (2004, p. 29) diz que “cabe à comunicação colocar em contato os diferentes campos autônomos do saber”. E sentencia:

Situar a comunicação num plano estratégico é considerar a inserção e a singularidade da instituição universitária na contemporaneidade e nos imperativos de uma nova ordem mundial calcada na desterritorialização provocada pelo capital e apoiada nas novas tecnologias de informação e nos *mass media*. **Na atualidade a visibilidade das instituições depende de sua capacidade de informar e comunicar seus atos.** A mídia constitui-se no novo local de visibilidade da sociedade e, portanto, no novo local da cena de legitimação, considerando que, na sociedade atual, não só é necessário legitimar os atos da instituição universitária mas também torná-los legítimos por intermédio de novos suportes de visibilidade (BARICHELLO, 2004, p. 29, grifo nosso).

O nexos estabelecido entre visibilidade midiática, legitimação institucional e responsabilidade social nas práticas comunicativas faz com que as necessidades de informação, as práticas de linguagem e as interações comunicacionais que caracterizam a dinâmica da universidade pública mereçam destaque na sua agenda de discussões consoante com seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Além de possibilitar a consulta de caráter histórico, gerencial e investigativo, o PDI representa um instrumento de legitimação ao explicar e justificar os compromissos assumidos pela instituição em dado período, lastrear os processos de avaliação e reconhecimento que a regulam e integrar sua memória. A problemática da legitimação institucional surge quando se precisa transmitir as objetivações a uma nova geração, sendo mais um motivo para fazer uso da publicidade como um aliado.

O lugar central atribuído à informação e à comunicação neste estudo prende-se a sua ampla relevância. Enquanto insumo que alimenta a dinâmica no cotidiano da instituição subsidia a elaboração de documentos para a gestão interna e externa. Enquanto produto, na forma de relatório gera conhecimento sobre a instituição, suas políticas e programas como o PAAf/UFBA, subsidia a análise de seus diversos processos a exemplo da avaliação institucional nas instâncias internas e externas. Enquanto processo é o veículo pelo qual se objetivam e veiculam seus atos, legitimando a instituição em torno do que ela pensa e faz ao por em comunhão com a sociedade os seus atos. Destacamos que a função aparentemente óbvia de verificar a coerência entre as ações executadas pela IES e o PDI integra uma das dez dimensões avaliativas do SINAES, sendo objeto de discussão na seção 2.2.2.

Levamos em conta que no ato de informar e comunicar configura-se a visibilidade e legitimação das instituições em atendimento a exigências legais, administrativas e pedagógicas mediante os processos cotidianos para seu funcionamento. Essas práticas informativo-comunicativas desempenham papel relevante na transmissão de valores, normas e instruções na dinâmica das instituições, tornando-se um subsídio à gestão na tomada de decisão, implementação e avaliação de ações ou políticas/programas. Subsidiarão também os cidadãos ao fazerem juízos ou tomarem decisões embasadas em torno dos serviços que a universidade produz/oferece e nos modos como os publiciza para a comunidade interna e também externa.

Contudo, pelos diferentes projetos, perspectivas e interesses nos diversos níveis da gestão na universidade, que vão desde manter o prestígio na comunidade internacional/Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) até evitar o descredenciamento pelo MEC, passando por destinação de investimentos ao gerenciamento estratégico de tais práticas, a visibilidade da informação e comunicação torna-se mais que um simples recurso para atender requisitos legais. Afinal, possibilitam revelar o projeto da instituição, seu compromisso e pertinência social, bem como suas contradições e as crises que a atravessam ao longo da sua existência. Por isso, procuramos agora aproximar o debate da crise de legitimidade, quando Boaventura de S. Santos (2008) discute as crises na universidade, daquelas preocupações expressas por Barrichello na esteira

das análises de Berger e Luckmann. Embora as crises na universidade¹⁶ sejam objeto de preocupação para Boaventura e outros autores, limitar-nos-emos às contribuições para entender a visibilidade como fator de legitimidade institucional.

Os fins da universidade neste século XXI, tal como ocorre ao longo de sua história, diante das transformações que atravessam o mundo globalizado, por vezes, apresentam-se contraditórios. As reformas da universidade propostas, quando não consegue superar suas contradições intrínsecas, procuram mantê-las sob controle, utilizando-se de mecanismos de dispersão no lugar de resolução (conhecimentos exemplares *versus* funcionais; hierarquização *versus* democratização; e autonomia institucional *versus* produtividade social). Essas contradições dão lugar à existência de três crises: a crise de hegemonia – quando a incapacidade de desempenhar funções contraditórias leva à procura de meios alternativos de atingir seus objetivos; a crise de legitimidade – quando se torna socialmente visível a falência de objetivos coletivamente assumidos; e a crise institucional – quando sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe impõem modelos de outras instituições como sendo mais eficientes (SANTOS, B., 2008, p. 190-191).

A complexidade dessa tripla crise requer atenção a determinados mecanismos sutis de reprodução das condições sociais vigentes. Desse modo é importante distinguir quando funções manifestas são influenciadas pelas latentes. Santos B. (2008, p. 191) ilustra o fato de que em uma situação de estagnação econômica, por exemplo, “o déficit de desempenho da função manifesta de formação da força de trabalho pode ser compensado [...] pela função latente de ‘parque de estacionamento’”. Isto ocorre quando a universidade deixa permanecer no seu seio aqueles que, tendo credenciais de pouco valor, não se arriscam a entrar no mercado de trabalho e dela se servem para acumular títulos e qualificações que fortaleçam sua posição. Outra situação equivalente é quando a universidade responde à pressão social para expansão do sistema por meio de desempenho da função latente de ‘arrefecimento das aspirações dos filhos e filhas das classes populares’, dissimulando sob falsa democratização a vigência de um sistema seletivo e elitista.

¹⁶ Parte substancial desta seção figura na publicação da autora inserida nos Anais do X CINFOM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação - ocorrido em Salvador/BA, 19 a 22/09/2011, sob o título “Responsabilidades Compartilhadas na Gestão Informacional: Diálogos Possíveis entre Secretários e Arquivistas”. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7022>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

Essas funções latentes de ‘parque de estacionamento’ e ‘arrefecimento das aspirações dos filhos e filhas das classes populares’ são aspectos caros ao estudo como explicação do destino preferencial de estudantes de origem popular nos cursos de menor prestígio ou demanda e também argumento daqueles que são contrários a sua permanência na educação superior pública via medidas afirmativas. Por esse motivo também buscamos compreender a visibilidade do PAAf/UFBA com o recorte no curso de Odontologia, por ser uma formação universitária que combina elevado status social – dado a associação atribuída pelo imaginário coletivo com o “tornar-se doutor” – além do alto investimento financeiro demandado ao longo do curso, representando um duplo desafio à permanência qualificada (desafio que aumenta quando a pele é negra, já que não é tão frequente nesta profissão tida como de elite, encontrar dentistas negros oriundos de camadas populares).

Notadamente as crises não são exclusividade das instituições universitárias, mas refletem as transformações da própria sociedade. O processo evolutivo das instituições em geral revela crises conjunturais e estruturais, caracterizando avanços e retrocessos nos vários campos da atividade humana, e a universidade não ficaria imune a isto. É no compromisso com a superação das crises que jaz o aspecto mais rico e desafiador para todos os envolvidos nessa construção social que é a universidade pública de credibilidade. Portanto, a crise da legitimidade se verifica quanto maior o distanciamento dos princípios que regem o ente público e as contradições não enfrentadas na construção coletiva do seu projeto; e quanto mais se reproduzam as desigualdades sociais e a distribuição desigual do capital cultural na universidade e das riquezas e oportunidades para estudantes oriundos camadas populares, destinando-os às formações menos prestigiadas pela academia e pela sociedade. Neste sentido é o caráter perverso da universidade que se revela como mecanismo de segregação e exclusão legitimado pelo sigilo e silenciamento das suas contradições.

Apoiando-se em Bourdieu e Passeron (1970) e Offe (1977), com muita propriedade, Santos B. percebe o funcionamento do sistema educacional de modo que

a contradição entre o princípio da igualdade de oportunidades e da mobilidade social através da escola, por um lado, e a continuação, a consolidação e até o aprofundamento das desigualdades sociais, por outro, **não seja socialmente visível**, dessa forma **contribuindo para perpetuar e legitimar uma ordem social estruturalmente incoerente**, ‘obrigada’ a desmentir na prática as premissas igualitárias em que se diz fundada. Daí

que a análise das contradições e das crises de um dado subsistema, por exemplo, da universidade, deva ser sempre contextualizada no nível sistêmico em que tem lugar. (SANTOS, B., 2008, p. 191-192, grifo nosso).

Por isso a visibilidade se torna objeto de análise sistêmica do PAAf. Tais questões dizem respeito a todos os envolvidos na educação superior (docentes, discentes, funcionários administrativos e gestores) ao terem de fazer acontecer o cumprimento dos objetivos e a função social da universidade pública. Pois, no bojo das demandas reclamadas pela sociedade é que se consolidam os programas de inclusão e ações afirmativas implementados nesta universidade a partir do ano de 2005.

Embora inicialmente a proposição dessas ações revelasse receio por parte de seus críticos de que a presença de estudantes oriundos de classes populares pudesse comprometer o nível de excelência da universidade pública, estudos posteriores têm revelado equilíbrio no desempenho entre estudantes ingressos por cotas ou não e, conseqüentemente, a falácia daquela crença (UFBA, 2004; PAIVA, 2010). Contudo a UFBA ainda está realizando as pesquisas que possibilitarão avaliar o alcance dos objetivos desse programa, sendo os resultados conhecidos apenas em 2014.

Verificamos que a visibilidade midiática da comunicação/informação nas IES numa esfera pública associada a sua legitimidade (caráter ou qualidade do que é legítimo, conforme a equidade) ou legitimação (ato ou efeito de legitimar, justificar algo) institucional ainda figura pouco na literatura. Iniciativas nessa direção começam a ser implementadas, a exemplo dos repositórios virtuais, inclusive na UFBA, sendo discutido na próxima seção.

Tomamos a limitação também como motivação para o estudo, especialmente na acepção da visibilidade midiática do Programa de Ações Afirmativas na educação superior para sujeitos historicamente excluídos. Pelo perfil desse grupo e por suas representações sociais associadas com prestígio de menor monta, via de regra, sua permanência vai demandar estratégias de afirmação e de visibilidade, a começar pelos meios de comunicação virtual, mediada por computador e conexão à internet, na própria universidade, e para além dela.

Na caracterização da legitimação, Berger e Luckmann (2010, p. 124-127) distinguem quatro níveis. No primeiro nível “a legitimação acha-se presente logo que um sistema de objetivações linguísticas da experiência humana é transmitida (*sic*)”,

ou seja, é quando a “informação imediata e inerentemente legítima a conduta”. No segundo nível é o que “contém proposições teóricas em forma rudimentar”, como os provérbios e adágios da sabedoria popular. O terceiro nível é o que “contém teorias explícitas pelas quais um setor institucional é legitimado por um corpo diferenciado de conhecimentos”, ou seja, quando a legitimação especializa-se a ponto de tornar-se ‘teoria pura’, sendo transmitida por especialistas. Finalmente, há o quarto nível constituído pelos universos simbólicos “que integram áreas de significação e abrangem a ordem institucional em uma totalidade simbólica”; ou seja, é onde “todos os setores da ordem institucional acham-se integrados num quadro de referência global, que constitui então um universo no sentido literal da palavra”; é a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. Portanto, ao abranger a ordem institucional numa totalidade simbólica, esse nível possibilita-nos analisar a visibilidade midiática do PAAf/UFBA mais amplamente, a partir das ações institucionais (gestores da administração central) e também da percepção dos sujeitos (estudantes, professores e gestores da FOUFBA).

A legitimação enquanto processo é melhor definida dizendo-se que se trata de uma objetivação de sentido de ‘segunda ordem’. A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de ‘primeira ordem’, que foram institucionalizadas (BERGER e LUCKMANN, 2010, p. 122).

Considerando a legitimação no nível simbólico, entendemos que as práticas infocomunicativas na universidade pública podem ajustar-se aos objetivos das políticas afirmativas no estágio atual de acesso à informação pública e contribuir nos processos de legitimação das políticas afirmativas e, conseqüentemente, das instituições que as implantam e dos respectivos estudantes-beneficiados por elas. Pensamos que essa dimensão simbólica comporta os aspectos de redistribuição e reconhecimento no bojo das políticas afirmativas na educação superior, sendo a visibilidade veiculada na publicidade institucional com destaque no ambiente virtual.

A visibilidade concebida no *panopticon*, analisada por Foucault (2006) na microfísica do poder, atendia a fins de controle e domesticação do corpo e do espírito por parte de uns poucos, em uma localização fixa e presencial, conforme mencionado no início desta seção-capítulo. Todavia, a sociedade hoje conectada em rede experiêcia um tipo de visibilidade bastante diferente daquela, na qual todos podem ver a “quase todos e a quase tudo” e interagir mutuamente a partir de

ambientes ou comunidades virtuais, em espaço e tempo distintos, presencialmente ou não. Nesta nova forma de visibilidade interativa o controle enquanto disciplina deixa de ser a finalidade principal. Seus fins podem ser inúmeros, relevantes ou meramente informativos; podem conferir notabilidade voluntária ou involuntária, favorável ou desfavorável, sustentada pela liberdade de expressão conquistada com a democracia. A visibilidade pode ainda conferir reconhecimento público, ou seja, legitimidade a quem ou àquilo que é visto por milhares, reciprocamente ou não, a partir de não lugares, de uma desterritorialidade que não conhece fronteiras geopolíticas ou simbólicas, desde que não caracterize crime virtual. Não apenas uma nova gramática, mas novas legislações também caracterizam a visibilidade midiática e ganham a esfera do Direito na atualidade. Mais que nunca o virtual passa também a refletir o real.

Por outro lado, a Controladoria Geral da União (CGU, 2012, p. 1-2) esclarece que acesso a informação não é o mesmo que acesso a documentos e a Lei 12.527/2011 regulamentando o direito de acesso a informações públicas não o restringe a documentos. Nela informação é tida como: "... dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". Nesse contexto muda o papel do Estado, que atua em nome da sociedade, sendo guardião dos bens públicos e não seu proprietário. A propriedade da informação pública pertence à sociedade e deve estar a ela acessível, exceto no sigilo claramente definido por lei ou já legitimado.

A CGU frisa ainda que "segundo a UNESCO o reconhecimento da informação como bem público e do acesso a ela como um direito humano inalienável e universal é um elemento central nos debates que acompanham a consolidação das democracias". Logo, a definição de políticas de visibilidade midiática para o PAAf e seus estudantes pode contribuir também para regular formas de visibilidade pública que evitem a percepção equivocada de que sua implantação seja inócua, justificada pela não publicização/visibilidade no espaço virtual, comprometendo conseqüentemente a legitimidade dos egressos dessas políticas e, conseqüentemente, a inclusão social pretendida no programa, promovendo contraditoriamente uma visibilidade negativa pela ausência de visibilidade (FOUCAULT, 2006; CASTELLS, 2003; BARICHELLO, 2004).

2.2.2 UNIVERSIDADE E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE: PARA ALÉM DA DIMENSÃO AVALIATIVA DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na concepção do SINAES (2009, p. 30-31) como um sistema que combina regulação e avaliação educativa nas dimensões interna e externa, destaca-se a necessidade da responsabilidade compartilhada entre Estado e as Instituições e, sobretudo, o interesse da população que esse sistema educativo dê conta das expectativas gerais da sociedade. O que significa o direito de “saber como as instituições estão realizando seus mandatos sociais relativos ao avanço do conhecimento e à formação de cidadãos que também sejam bons profissionais”. O desafio é manter em constante aperfeiçoamento os instrumentos em vigor e integrados a uma lógica onde a Avaliação Institucional deixe de ser um fim em si e passe a ser parte de um conjunto de políticas públicas voltadas à expansão do sistema educacional, por meio da democratização do acesso e de sua qualificação como reflexo de um processo de revalorização da educação superior e de um projeto de desenvolvimento do país.

Entre as dez dimensões da avaliação institucional no SINAES, tomamos como foco aquela que diz respeito ao como a universidade estabelece *A Comunicação com a Sociedade*. Essa dimensão avaliativa pauta-se em três indicadores discriminados a seguir (SINAES, 2009, p. 132-133, grifos do autor):

- 1) Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais. Nesse item, o **conceito referencial mínimo de qualidade** é: quando as ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES estão **coerentes com o PDI**.
- 2) Comunicação interna e externa, cujo conceito **referencial mínimo de qualidade** é: quando os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam **adequadamente**, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES.
- 3) Ouvidoria, cujo **conceito referencial mínimo de qualidade** é: quando a ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infraestrutura **adequados**, e seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

Considerando o tema das políticas afirmativas no interior da UFBA, podemos inferir que pela amplitude dos três indicadores transcritos, essa dimensão vai além dos objetivos do próprio sistema, chegando à seara da visibilidade comunicativa como elemento de formação da opinião pública, quer seja favorável ou contrária. Essa compreensão justifica a ênfase dada à comunicação neste estudo, ainda que voltada ao âmbito interno da visibilidade midiática no ambiente virtual da UFBA que é oferecida ao PAAf, para compreender o objeto em questão.

Na abordagem da comunicação consideramos os três modelos apresentados por Adriano Duarte Rodrigues (1994): tradicional, moderno e reticular. No modelo tradicional de comunicação “o homem se relaciona diretamente e imediatamente consigo próprio e com o mundo à sua volta e com os outros”, a linguagem exprime o que enunciamos em comunhão com a realidade e o grupo de pertença estando circunscrito a seu espaço coletivo coincide com o de referência.

No modelo moderno há transformação da palavra em relação às coisas e estados que ela designa, os projetos independem das normas e valores herdados da tradição; a linguagem passa de “espelho do verbo criador” a sistema de elementos, relações, signos e “livre jogo retórico ou estilístico das formas do discurso” cuja eficácia está na relação instrumental dos objetivos que transformam a realidade exterior, o mundo subjetivo e as relações intersubjetivas. Por sua autonomização, a comunicação exerce papel de articulação e força estratégica no apelo à opinião pública, acesso à informação e transparência nos discursos como forma de “legitimação e naturalização do poder”. Nesse modelo, grupo de pertença e de referência tendem a dissociar-se; originam-se fenômenos de mobilidade social, indivíduos e coletividades clamam direito à diferença e à privacidade.

A comunicação torna-se uma estratégia ao mesmo tempo de revelação e de camuflagem dos percursos, estratégia que é vista como modalidade da preservação da autonomia [...]. No interstício dos diferentes segmentos funcionais modernos, institui-se um *espaço público* específico, definido como uma espécie de território anônimo [...], que pertence ao mesmo tempo a todos e a ninguém, susceptível de assegurar a livre circulação dos percursos e das trajetórias individuais, mantendo-os ao abrigo do controle que os grupos de pertença exercem sobre a livre circulação das pessoas. Surge assim a categoria da *intimidade*, salvaguardada através da instauração do princípio inviolável da privacidade (p. 133).

Contudo, no modelo de comunicação reticular há uma dupla rede e a distinção entre informação mediatizada e comunicação direta. Essa dupla rede envolve a circulação de mensagens e usuários conectados; e outra aleatória e

transversal à primeira, onde usuários se interconectam independentemente de distância geográfica, social ou cultural. Quanto à informação, a percepção direta do mundo alarga-se quanto mais mediatizada for a rede informativa a que estiver conectado, sendo necessário: sua extensão ao conjunto da estrutura social e um sistema de gestão com mecanismos transversais e bidirecionais; polivalência expressiva (mensagens de natureza verbal ou imagética) e funcional (integração de mensagens noticiosas, publicitárias, econômicas visando transparência e universalização do acesso); altos especialistas para alimentar a rede e os produtos comunicacionais; e instâncias de gestão do sistema integrado de informação (p. 134).

Assim, os três modelos “coexistem num mesmo território e especializam-se no desempenho de funções próprias da experiência”. Embora não sendo incompatíveis entre si, não se configuram como etapas sucessivas. Conforme o autor alerta-nos, “as estratégias profissionais da comunicação moderna não anulam os modelos tradicionais nem inviabilizam a instauração das redes multimedia de informações” (p. 134). Todavia, salientamos que a coexistência simultânea dos modelos de comunicação nas IES somada com a insuficiente compreensão do papel estratégico da comunicação em qualquer instituição funciona como um manto de invisibilidade dos equívocos cometidos cotidianamente, atenuando a responsabilização pelos equívocos protagonizados por profissionais ou pela gestão, nos diversos níveis hierárquicos, que geram ônus desde os mais simples aos mais determinantes para a vida das pessoas e as relações na instituição.

Em poucas palavras, entendemos que não se leva em consideração a importância estratégica da comunicação para a dinâmica institucional. Quando ocorrem falhas, por exemplo, atribui-se a problema de comunicação sem que haja diagnóstico incluindo seus agentes, seus custos e as medidas cabíveis para sua correção. O mesmo ocorre nas atividades mediadas por tecnologia quando erros têm a célebre justificativa de que houve “falha no sistema” ou uma simplificação comum na área de saúde, quando o paciente, diante de um determinado conjunto de sintomas já se autodiagnostica com uma virose. A comunicação institucional precisa rever seu papel e *modus operandi* para que seja capaz de retroalimentar-se com o *feedback* dos diferentes agentes que lhe dão sentido, ampliando sua legitimidade.

Assim, a visibilidade midiática das ações desenvolvidas, particularmente na universidade pública, torna-se questão de importância capital na

contemporaneidade. Levando em conta a polêmica que girou em torno das cotas para acesso à educação superior e o papel estratégico da comunicação na legitimidade institucional torna-se imperativa a manutenção de uma relação dialógica entre universidade e comunidade interna, bem como externa, já que essas fronteiras estão cada vez mais tênues.

Portanto, além de refletir na opinião pública / percepção da comunicação com a comunidade interna e externa à UFBA, a quase inexistência do debate sobre o transcurso desse programa na UFBA representa uma lacuna que pode comprometer: 1) gerar dados para um diálogo crítico sobre o tema da equidade na esfera pública contemporânea; 2) mobilizar os segmentos da comunidade mutuamente implicados no aspecto políticopedagógico e das relações sociais sobre políticas afirmativas; e 3) gerar conhecimento sobre o tema e superar obstáculos aos objetivos do programa, aprimorá-lo ou suprimi-lo, em última instância.

Esses pressupostos nos motivaram a adotar como objeto a análise da visibilidade do Programa de Ações Afirmativas na UFBA nos processos de permanência e pós-permanência dos estudantes de origem popular na educação superior, concebendo-a sob o prisma da informação/comunicação a partir dos seus canais e práticas comunicativos internos como fator de legitimidade institucional e, conseqüentemente, dos beneficiários do programa em questão.

Esse recorte não ignora que a visibilidade e a legitimidade dialogam com (e se ancoram em) campos e práticas nas universidades, muito mais amplos, tais como a comunicação, informação, gestão, avaliação, políticas públicas, democracia, teoria crítica/reconhecimento e a psicologia social. Pelo contrário, nossa compreensão é reforçada na concepção de Barichello (2004) que, nos dez estudos conduzidos sobre práticas comunicativas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estabelece relações das práticas comunicativas em interface com outras áreas (identidade e territorialidade; mídia; imagem institucional; representações sociais; rede, internet; comunicação informal e cultura organizacional; responsabilidade institucional e relações com a sociedade), evidenciando a necessidade de tratar a visibilidade midiática como fator de legitimação e responsabilidade social, algo de valor inestimável para uma IES pública do porte da UFBA no cenário brasileiro.

Por sua vez, Aldo A. Barreto (1998) observa uma mudança estrutural no fluxo de conhecimento com ênfase na comunicação eletrônica, numa perspectiva conceitual da Ciência da Informação, a qual é capaz de gerar conhecimento no

indivíduo e seu espaço de convivência. Ao considerar a comunicação e seu fluxo nesse ambiente, ele analisa que:

A estrutura da relação entre o fluxo de informação e o público a quem o conhecimento é dirigido vem se modificando com o tempo, como uma função das diferentes técnicas que operam na transferência da informação do gerador ao receptor. O fluxo em si, uma sucessão de eventos, de um processo de mediação entre a geração da informação por uma fonte emissora e a aceitação da informação pela entidade receptora, realiza uma das bases conceituais que se acredita ser o cerne da ciência da informação: a geração de conhecimento no indivíduo e no seu espaço de convivência. [...] A Essência – Essência é ação com vigor dinâmico – do fenômeno da informação é a sua intencionalidade. Uma mensagem de informação deve ser intencional, arbitrária e contingente ao atingir o seu destino: criar conhecimento no indivíduo e em sua realidade. [...] Pensando existencialmente, o fenômeno da informação [...] ela se encontra na esfera mais privada de minha individualidade. A única forma de transferir essa experiência para a esfera pública é por meio da informação que produz e direciona ao fluxo de transferência. [...] Porém, o fluxo de informação, que, mediante processos de comunicação, realiza a intencionalidade do fenômeno da informação, não almeja somente uma passagem. Ao atingir o público a que se destina deve promover uma alteração. [...] **Esse é o objetivo da ciência da informação: criar condições para a reunião da informação institucionalizada, sua distribuição adequada para um público que, ao julgar sua relevância, a valorize para uso com o intuito de semear o desenvolvimento do indivíduo e dos espaços que este habita** (BARRETO, 1998, p. 122, grifo nosso).

Barreto (1998) corrobora a importância da visibilidade enquanto legitimação quando nos diz que “a publicidade do conhecimento produzido é uma condição necessária para sua validação e socialização, construindo, também, um ciclo constante e auto-regenerativo: conhecimento → publicidade → opinião pública → novo conhecimento”. E mais,

A opinião pública é o resultado esclarecido da reflexão conjunta e pública em que se está presente fisicamente ou por meio de seus pensamentos inscritos. Daí resulta o postulado da publicidade como princípio: o uso público da própria razão deve ser sempre livre, e isso pode fazer brilhar as luzes entre os homens. Cada um está convocado para ser um publicador que fala através de textos ao público propriamente dito, ao mundo. (BARRETO, 1998, p. 123).

Acompanhando a concepção de Barreto, além daquilo que já evocamos sobre o valor do princípio da publicidade em IES pública no contexto de acesso à informação como regra e sigilo como exceção, o autor nos coloca diante de outro elemento muito caro a uma universidade pública que é a produção de novos conhecimentos. Nesse sentido a visibilidade como parte dessa produção reveste-se de relevância ainda maior para este estudo.

Quando levamos em conta que estamos diante da produção de conhecimento sobre um fato social que se traduz em mudança paradigmática na neutralidade do Estado e na face elitista da universidade pública, ao abrir-se para promoção da equidade e inclusão de estudantes de origem popular, ancorando-se em conceitos como pluralidade e diversidade, são as suas próprias contradições que estão em revisão, e para bem dizer, tentativas de superação de suas crises como espelho da própria sociedade.

Para sintetizar essa mudança estrutural no fluxo de conhecimento, Barreto apresenta-nos a tabela abaixo, na qual se reforça o lugar estratégico da comunicação em uma IES pública.

Figura 1 – Mudança estrutural no fluxo de conhecimento

Tipo de Comunicação			
Característica	Oral	Escrita tipográfica	Eletrônica
Fundamental	Linguagem	Escrita alfabética, texto linear	Interação homem – máquina
Tempo de transferência	Imediato	Interação com o texto	Tempo real = imediato
Espaço de transferência	Convivência auditiva	Geográfico	Redes integradas
Armazenamento	Memória do emissor	Memórias físicas construídas	Memórias magnéticas
Relação de audiência	Um para vários	Um para muitos	Muitos para muitos
Estrutura da informação	Interativa com o emissor, uma linguagem	Alfabética, sequencial, um tipo de linguagem	Hipertextual com diferentes tipos de linguagens
Interação com o receptor	Conversacional Gestual	Visual, sequencial, linear	Interativa
Conectividade (acesso)	Unidirecionado	Unidirecionado	Multidirecionado

Fonte: Aldo Barreto, 1998, p. 124.

Desse modo, o fluxo da comunicação eletrônica ilustra bem as características presentes no cotidiano da UFBA em que se opera o PAAf/UFBA, sendo fundamental para que ela se renove e ultrapasse os limites da cultura do papel, construindo alternativas que viabilizem a comunicação com os diversos agentes no ambiente virtual que marca os dias atuais. Procurando também refletir quanto à publicização dos seus avanços e limitações no cotidiano das práticas e relações vivenciadas no neste novo ambiente da universidade pública, que se reconhece como Universidade Nova.

Procuramos entender a comunicação no ambiente virtual da UFBA para dar conta da visibilidade midiática do PAAf contemplando a perspectiva das ações institucionais e da percepção dos sujeitos atingidos por essas ações mais diretamente.

SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DA UFBA

A UFBA dispõe de canais e sistemas de informação e comunicação com a comunidade universitária e a sociedade. Esses recursos vão desde as áreas de Telefonia (TELEUFBA); Internet (PORTAL UFBA) que inclui páginas eletrônicas, listas de discussão, correio eletrônico; Televisão (TV UFBA) acessível pela internet; Editora (EDUFBA); Jornal eletrônico (UFBA em Pauta) acessível pela internet, indo até outros meios como jornais de circulação interna, folder e outdoor. Por sua importância na esfera de visibilidade midiática, acrescentamos seu canal mais recente, denominado Repositório Institucional, cuja premiação recebida¹⁷ distingue a UFBA no cenário nacional ao democratizar e ampliar o acesso ao conhecimento, disponibilizando parte da sua produção científica e cultural em ambiente virtual, promovendo visibilidade da produção de conhecimento e dos respectivos pesquisadores e autores.

Identificamos que a UFBA dispõe de sistemas específicos para o funcionamento de suas atividades-fim tais como o sistema acadêmico (SIAC) e o de notas (NOTASWEB) que se somam a uma infinidade de outros sistemas de gerenciamento de informação e comunicação a exemplo do Permanecer (SISPER), documentos e processos (SIAD), concursos (SISCON), avaliação (SIAV), extensão (SISBIEX), Sistema de Apoio Orçamentário (SAPO), Sistema de Gerenciamento de Bolsas de Iniciação (SISBIC), Sistema de Gerenciamento de Editais Internos de Fomento à Pesquisa e à Inovação (SAPI), Sistema Integrado de Usuários e Serviços (SIUS), dentre outros.

No campo da comunicação institucional, a UFBA dispõe de Assessoria de Comunicação, vinculada ao Gabinete do Reitor, responsável pela coordenação e

¹⁷ O Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia venceu concurso idealizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Por reunir em único local virtual o conjunto da produção científica e acadêmica da UFBA contribui para “ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação [...], seja na área das artes, das ciências ou humanidades” <<https://repositorio.ufba.br/ri/>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

execução dos assuntos de comunicação da universidade. Vale dizer que a TV UFBA “desempenha papel relevante na produção, cobertura e transmissão de programas e eventos de interesse acadêmico e social”, realizando transmissão ao vivo de determinados eventos em parceria com o Centro de Processamento de Dados (CPD); e que a Editora da UFBA (EDUFBA), responsável pela disseminação da produção técnico-científica-cultural da universidade, atende demandas da comunidade interna, de outras IES baianas e brasileiras, editoras universitárias e escritores desvinculados da academia.

Esses sistemas representam avanços consideráveis no *modus operandi* da instituição, no campo da sua comunicação institucional e suporte às atividades meio e fim. Contudo, restringem-se ao modelo de informação unidirecional, de mão única, que não propicia retroalimentação do processo comunicativo nem possibilita trocas comunicativas, interação de mão dupla. Logo, a implantação das ações afirmativas por seu caráter de novidade, onde todos os envolvidos estão aprendendo a lidar com elas, precisaria dispor de um fórum contínuo de debates e infraestrutura para que, sendo internalizada no imaginário coletivo ufbiano, se possa viabilizá-la na prática, sendo também objeto de visibilidade para a comunidade interna. Não se pode ignorar que embora o escopo da comunicação se restrinja ao nível interno, numa era de comunicação em rede e de autocomunicação de massa¹⁸, que representa para Castells (2012) uma síntese do estágio que vivemos hoje, as fronteiras entre interno e externo na comunicação institucional são bastante tênues.

No tocante às ações afirmativas, pela Resolução 05 de 20/12/2006 do Consuni foi criada a Pró-Reitoria Assistência Estudantil (PROAE) da UFBA, passando em 2010 à denominação Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. Integrada à estrutura da Reitoria como instância de planejamento, administração e avaliação das políticas e assuntos relacionados à vida e convivência estudantis da UFBA. Em seu Art. 2º, atribui-se à PROAE a gestão dos programas de inclusão social, apoio estudantil e ações afirmativas, com a responsabilidade de gerir programas e operar os fundos respectivos.

Todavia, até o momento, nem a Política de Ações Afirmativas nem a PROAE/UFBA dispõem de um canal próprio no portal da UFBA na internet ou outras

¹⁸Discussão apresentada em entrevista. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2012/01/17/castells-debate-os-dilemas-da-internet/>>. Acesso em: 09 out. 2012.

mídias digitais institucionais que deem conta da amplitude de seu papel. Seu espaço no ambiente público virtual refere-se ao sistema de informação do Programa Permanecer, um canal de informação não interativo onde são divulgados os editais para bolsa de permanência estudantil, acessível em no endereço digital <<http://www.sisper.ufba.br>>.

Outro local onde se encontram informações relativas às ações afirmativas é no portal do Centro de Estudos Afro-orientais (Ceao)¹⁹ da UFBA, vinculadas ao Programa de Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero (CEAFRO), o qual teve papel importante na discussão, proposição e aprovação das cotas na UFBA. Outras informações são acessíveis por meio de um blog²⁰ que reúne considerável volume de informações sobre ações afirmativas, mas o conjunto de informações tem defasagem de anos. Vale ressaltar que os dois volumes do livro sobre as cotas, organizado pelo professor Jocélio Teles estão disponíveis em meio eletrônico no endereço <<http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/index.php/>>.

Em síntese, não identificamos espaços de visibilidade midiática ampliados que possibilitassem o acesso centralizado à informação/comunicação sobre os desdobramentos do PAAf no ambiente virtual da UFBA. Isto além de reduzir sua visibilidade, compromete a discutibilidade numa esfera pública e crítica e, por consequência, seu possível aprimoramento e reconhecimento público como ação transformativa, além de afirmativa. Esse pano de fundo sustenta nossa pretensão de conhecer: Como a visibilidade dos mecanismos em curso para permanência/pós-permanência de estudantes ingressos no programa de ações afirmativas na UFBA pode contribuir para a legitimidade institucional desse programa configurando-se, conseqüentemente, em visibilidade afirmativa para os estudantes de origem popular, beneficiados pelo programa.

2.2.3 UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL COM AS PRÁTICAS COMUNICATIVAS EM AMBIENTE VIRTUAL

Na seção anterior fica claro porque a dimensão avaliativa *comunicação com a sociedade*, na perspectiva do ambiente virtual, a partir dos três indicadores que a compõe, teve merecido destaque neste estudo. Assim, evocamos essa justificativa

¹⁹ Disponível em <<http://www.ceafro.ufba.br/web/index.php/projetos>> Acesso em 26/01/2012.

²⁰ Disponível em <<http://permanenciaceao.blogspot.com/2011/05/acoes-afirmativas-na-ufba-e-hora-de.html>> Acesso em: 26 out. 2012.

para dizer que ela está diretamente ligada ao compromisso social assumido pela UFBA quando da implementação do seu programa de ações afirmativas de desenvolver **estratégias de inclusão social**, o que, portanto, vai além de prover a permanência de estudantes na graduação sem o atendimento às especificidades em cada área. Aqui, nos voltamos particularmente para a área de Odontologia, cuja formação profissional envolve, por exemplo, a oferta de serviços nas diversas áreas da odontologia à população como parte essencial da formação prática.

A proposta das ações afirmativas na UFBA procurou combinar mérito, condição racial/étnica e proveniência da escola pública e destinou-se a 45% do total das vagas. Com a adoção do Programa de Ações Afirmativas em 2005, houve “um aumento substancial dos estudantes oriundos da escola pública e que se auto-classificaram como pretos e pardos”. Em 2001, os percentuais nos cursos de Medicina, Odontologia, Comunicação-Jornalismo e Direito eram respectivamente 4,4%, 5,0%, 6,7% e 8,0%”. Após o início do Programa “nenhum desses cursos registrou menos de 43% de alunos de escola pública” (ALMEIDA Fº et al., 2005, p. 27-28).

A revolução se deu com o “ingresso em cursos considerados como de maior prestígio na sociedade brasileira e onde o número de alunos oriundos da escola pública era ínfimo”; outro dado novo foi que, pela primeira vez, houve o ingresso de três índios aldeados. Assim passa a integrar a população interna da universidade uma parcela que traz (não apenas, mas também) em sua bagagem cultural e identitária algumas fragilidades culturais e acadêmicas que podem permitir a reedição da discriminação desses estudantes comparativamente com aqueles que têm um trânsito qualificado em termos da linguagem acadêmica e de um destacado capital cultural, conforme nos fala Bourdieu em Escritos de Educação (NOGUEIRA; CATANI, 1998).

As políticas afirmativas como medidas de reparação devem ter limite de tempo e metas estabelecidos, de modo a configurar a permanência qualificada dos estudantes beneficiados provendo inclusão social audiovisual da sua diversidade cultural/étnica e equidade no conjunto dos estudantes da universidade, em equilíbrio com professores, funcionários e gestores da instituição. E dessa maneira possam devolver à sociedade serviços qualificados e relevantes nos diversos campos de produção da atividade humana nos quais se formem. “No Brasil a cor da pele e outros traços físicos constituem pretextos para discriminar negativamente. Isso

significa que ter a pele clara é possuir um **capital simbólico** que ajuda grandemente no processo de ascensão social” (ALMEIDA F^o et al, 2005, p. 8, grifo no original). Por isso, a UFBA, além de contemplar o fator classe (estudantes de escola pública em geral), sem excluir os socialmente brancos pobres, privilegia os afrodescendentes pobres (ALMEIDA F^o et al., 2005, p. 8-10).

O Direito constitucional brasileiro, inspirado no Direito Internacional dos Direitos Humanos, e fruto da luta dos movimentos sociais oferece legitimidade para interromper a trajetória de inferiorização de pessoas, seja por quaisquer pretextos. Para tanto é preciso não só identificar lacunas perceptíveis nas relações estabelecidas no cotidiano da universidade – e que eventualmente possam colocar esses estudantes em desvantagem perante os demais colegas – bem como apresentar alternativas que os incluam, considerando na sua permanência a diversidade cultural necessária, e envolva a comunidade no processo mútuo de inclusão e aceitação.

Santos, J.R. (2009, p. 5), ao decifrar o debate sobre as políticas de acesso e permanência no ensino superior, revela que “está presente a relação do saber enquanto representação de poder”, ou seja, faz-se presente “uma geografia imaginária que caracteriza a Universidade como um território que demanda poder através do saber e, que conseqüentemente, retira o indivíduo do anonimato dando-lhe visibilidade social, enquanto universitário”. Assim, entendemos que esse segmento estudantil oriundo de camadas populares (negro, pobre, egresso da escola pública) precisa estar representado historicamente e possuir “exemplos vivos de mobilidade social ascendente” para refletir mais equidade na assunção de lugares de poder na sociedade brasileira, levando em consideração a condição do estudante na universidade e sua necessidade de afiliação e pertença, bem como das condições não apenas materiais para trilhar nesse novo ambiente (GOMES, J.; SILVA, F., 2003, p. 97-98; COULON, 2008). E esse processo passa também por visibilidade das novas representações para esse segmento estudantil.

Assim como a educação é um direito de todos e dever do Estado, hoje é assegurado o direito à informação proveniente de órgãos públicos. Nessa perspectiva, dar conhecimento à comunidade interna dos avanços e limites nas políticas afirmativas em uma IES pública mais que dever constitucional atende aos requisitos de uma das dimensões da avaliação institucional do SINAES que é a comunicação interna e externa. Contudo, mais além de atender ao fim de

transparência dos feitos públicos e de critérios regulatórios da avaliação do Ministério da Educação (MEC), interessa que a informação tenha ampliado o seu caráter instrumental e possa ser mediadora da cidadania, sendo enriquecida por mecanismos participativos que incluam os maiores interessados: não apenas estudantes do PAAf, mas, sobretudo a sociedade brasileira, que se enriquece com a equidade e a justiça social representadas pela aceitação e inclusão dos seus novos estudantes. Especialmente quando estes se tornam visíveis no palco do espaço público virtual em que se transformou a esfera pública contemporânea.

Aqui nos referimos a uma aceitação que compreenda o direito desses estudantes de partilharem bens públicos e espaços de poder simbólicos em condições que os capacitem a uma participação acadêmica relevante na política, ciência, na sociedade sem a necessidade de rótulos como cotista, por exemplo, mas que os distingam como cidadãos ou cidadãs qualificados para integrar dignamente a sociedade. Para isso há que nos educarmos para o convívio, a comunhão, ou seja, para conceber a “educação para comunicação como mecanismo de introjeção da subjetividade e de emancipação dos sujeitos” (KAPLÚN, 19??; FREIRE, 1977; COULON, 2008), integrando a visibilidade de situações bem-sucedidas de estudantes ingressos via ações afirmativas que nos permitam a abertura para o diálogo amadurecido em torno das injustiças e das alternativas possíveis, bem como para práticas mais participativas e críticas e culturalmente mais ricas, típicas de um espaço de ensino-aprendizagem-inovação que se pressupõe ser a universidade contemporânea, e no nosso caso, a UFBA, uma Universidade (re)Nova-da constantemente em seu compromisso social com o desenvolvimento da sociedade.

Neste cenário onde estamos conectados a diversas redes – telemáticas, sociais, comunidades – as várias formas de comunicação como trocas simbólicas diversas leva-nos a refletir sobre a legitimidade identitária (BARICHELLO, 2004) da comunidade interna da IES (gestores, professores, funcionários e estudantes) e, em especial, de cada estudante cotista que passa a com-viver, co-habitar e co-laborar neste novo universo político-acadêmico-científico que desafia a permanência e pós-permanência desses novos habitantes-estudantes. Assim, por meio da comunicação, do diálogo, é que os indivíduos se toram sujeitos e se apropriam da sua história, e podem fazer sua leitura do mundo (FREIRE, 1977), bem como novas escrituras para este mundo virtual ou concreto.

2.3 VISIBILIDADE MIDIÁTICA CONTEMPORÂNEA: QUESTÕES SOBRE LEGITIMIDADE NA UFBA

A efetividade da missão social da universidade pública contemporânea, e particularmente a da UFBA, tem estabelecido no seu PDI 2012-2016, dentre outros tópicos, a excelência acadêmica e a promoção da equidade (UFBA, 2012). Por ser esse um documento norteador da missão e das metas da instituição, através dele dá-se conhecimento à sociedade e à comunidade interna dos objetivos alcançados ou por alcançar, articulando planejamento, execução e avaliação realizados pela administração central e instâncias decisórias da universidade. Portanto, o PDI teve estar em consonância com as práticas comunicativas como um meio de promoção da visibilidade e legitimidade institucional.

Por sua vez, a comunicação institucional disponibilizada no ambiente virtual da universidade tem implicação tanto no modo de promoção da visibilidade midiática das suas políticas e ações e sua avaliação institucional como também na formação da opinião pública interna e externa a partir dos canais a que se tem acesso. A opinião pública, ao lançar seu olhar e julgamento sobre um tema, no momento em que explicita sua visão nos veículos de comunicação e autocumunicação de massa, interfere na percepção de outros públicos quer seja de modo favorável ou desfavorável. O mesmo ocorre com a política pública em questão, o PAAf/UFBA. É nesta perspectiva que se torna relevante conhecer como a visibilidade midiática pode incidir sobre o PAAf e conseqüentemente sobre a trajetória acadêmica de estudantes nele contemplados, tradicionalmente excluídos do ensino superior público e de uma visibilidade positiva, especialmente para aqueles ingressos na formação em Odontologia pelo sistema de cotas.

A publicidade da informação discutida na seção anterior configura-se como elemento central para debater os avanços e limites das políticas afirmativas assim como seu aprimoramento. Pois as ações afirmativas integram as quatro macropolíticas institucionais da UFBA (juntamente com: expansão e interiorização; mobilidade acadêmica e internacionalização; e acessibilidade). Portanto, sendo uma macropolítica torna-se um dos preditores do desenvolvimento institucional com equidade, pois: “objetiva-se, nos próximos anos, garantir a permanência qualificada de estudantes em situação de vulnerabilidade social e acadêmica nos cursos do ensino de graduação de todos os campi da UFBA” (UFBA/PDI 2012, p. 23-39).

E para que esse processo se concretize, não basta a implantação, ele depende de disponibilidade de informação na esfera pública no ambiente virtual, que é um espaço democrático por excelência - que sustenta o debate crítico e propositivo por parte dos setores envolvidos ou interessados na construção da universidade nova e que passa a conviver com novos ingressantes. Estes demandam novas estratégias para que ocorra sua afiliação e reconhecimento como um membro legítimo dessa instituição.

Pensamos que tal situação não se dará de modo espontâneo, mas decorrerá da compreensão dos desdobramentos da própria política afirmativa, especialmente, quando se avizinham as avaliações pelos seus dez anos de implantação.

2.3.1 PUBLICIDADE, DISCUTIBILIDADE E FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA: FORMULAÇÕES SOBRE VISIBILIDADE

No modelo de comunicação da política deliberativa, apresentado por Habermas, duas condições críticas têm destaque. Pois “a comunicação política mediada na esfera pública pode facilitar os processos de legitimação deliberativa em sociedades complexas somente se”:¹um sistema de mídia autorregulador ganhar independência dos seus ambientes sociais e ²as audiências anônimas fornecerem *feedback* entre o discurso da elite informada e a sociedade civil responsiva (HABERMAS, 2006, p. 411-412, tradução nossa).

Portanto, as deliberações públicas, tornadas visíveis na esfera pública midiática, reveste de complexidade o posicionamento das instituições na comunicação institucional, de modo que a legitimidade não está dada, vai sendo construída a partir de demandas e evolução das sociedades, engajamento de seus partícipes e publicização dos resultados de suas práticas nos espaços midiáticos como espaços de poder, numa perspectiva inclusiva e dialógica.

A independência relativa dos meios de comunicação de massa dos sistemas político e econômico foi uma pré-condição necessária para o surgimento do que agora é chamado ‘sociedade midiática’. Isto é uma conquista razoavelmente recente mesmo no ocidente e não dista mais do que o fim da Segunda Guerra Mundial (Jarren e Donges, 2006, ff26; Weisbord, 2003). ‘Independência’ funcional significa a ‘autorregulação’ do sistema de mídia em acordo com seu próprio código normativo (Thompson, 1995, ff258).

Nesse sentido tem lugar central os aspectos políticos que envolvem a participação independente dos atores na legitimidade das deliberações, neste caso as instâncias deliberativas da administração central da universidade e suas práticas, que ganham a esfera pública via comunicação institucional. A participação de vários segmentos da comunidade universitária vai por em questão a estrutura de poder da esfera pública e a dinâmica da comunicação de massa, onde se distinguem quatro tipos de poder: político, social, econômico e midiático.

O poder *político* por definição requer legitimação e esta passa pela esfera pública que adota opiniões públicas respeitadas. O poder *social* depende da posição ocupada na sociedade estratificada; tais posições derivam do posicionamento nos sistemas funcionais. O poder *econômico* é um tipo especial de poder social que pressiona o sistema político para ter legitimação. Seus atores possuem influência pública que deriva do social e do capital cultural que acumularam em termos de visibilidade, proeminência, reputação ou status moral. O poder *midiático* tem base nas tecnologias de comunicação de massa, e os profissionais relevantes do sistema midiático (repórteres, colunistas, organizadores, produtores, editores) exercem poder ao selecionar conteúdo politicamente relevante e intervir tanto na formação de opiniões públicas como na distribuição de interesses influentes (HABERMAS, 2006, p. 418-419).

Refletir sobre a comunicação institucional que ganha o espaço de ampla visibilidade passa por considerar as estruturas de poder representadas pelas instâncias deliberativas da universidade que vão tencionar os atores a fazer valer seus interesses, configurando as formas de pressões que dão vida ao debate crítico, tão necessário à superação das contradições que vive a universidade ao se ampliar buscando atingir a permanência qualificada.

Atores na cena virtual da esfera pública podem ser classificados em termos de poder ou 'capital' de que eles dispõem. A estratificação de oportunidades de transformar poder em influência política através dos canais de comunicação mediada, portanto, revela uma estrutura de poder. Esse poder é limitado, entretanto, pela reflexividade peculiar da esfera pública que permite a todos os participantes reconsiderar o que eles percebiam como opinião pública [...]. Intervenções estratégicas na esfera pública devem, exceto se houver risco de ineficiência, agir conforme as regras do jogo. Todavia, para que as regras do jogo correto existam, duas coisas precisam ser conquistadas: primeiro, um sistema de mídia autorregulado precisa manter sua independência em relação a seus ambientes à medida que ligam a comunicação política na esfera pública com a sociedade civil e com o centro político; segundo, uma sociedade civil inclusiva precisa empoderar seus cidadãos a participar no discurso público e a eles responderem, o que,

por sua vez, não significa degenerar para um modo de comunicação colonizadora (HABERBAS, 2006, p. 419-420, tradução nossa).

Prover a visibilidade de estudantes antes excluídos dos espaços de visibilidade midiática na universidade reflete a partilha de espaço de poder, de empoderamento pela participação com suas histórias, seus discursos, suas conquistas. É bem possível que esta universidade ainda não saiba como fazer isto; contar uma outra história desse segmento populacional na esfera pública midiática nos formatos disponíveis hoje nos seus veículos e sistemas de comunicação.

Partindo de uma revisão consistente do conceito de esfera pública política, Wilson Gomes (2007, p. 1-10) aponta o reconhecimento das contribuições da ideia de esfera pública *habermasiana* como patrimônio argumentativo para as ciências sociais. E o faz, sem abdicar de algumas objeções ao referido conceito, tomando a obra *Direito e Democracia* de J. Habermas, onde estaria sua formulação mais madura. Essas objeções consistem em três aspectos que ora apresentamos e cuja análise amplia nossa perspectiva da visibilidade midiática em torno do PAAf no ambiente virtual da UFBA e suas implicações na legitimidade das políticas afirmativas de modo mais amplo e, conseqüentemente, da inclusão social dos estudantes ingressos por meio delas, em particular.

No primeiro aspecto da sua crítica, *por um lugar para o “lobo hobbesiano”* (em alusão à metáfora “o homem é o lobo do homem”), Gomes apresenta uma reflexão quase desconcertante, quando diz que a apropriação do conceito de esfera pública não necessariamente funciona para o bem da sociedade civil, a cooperação entre cidadãos e o atendimento às demandas do mundo da vida, e sentencia:

Esperamos que a esfera pública opere em benefício da esfera da vida cotidiana, mas devemos esperar (e nos precaver contra) que ela opere também em malefício, pois o essencial da noção de esfera pública é a sua publicidade e não a sua bondade ou o seu funcionamento pró-cívico. Reservada esta publicidade, a esfera pública tomará a forma que cada sociedade lhe conferir, operando tanto de forma pró-cívica quanto anticívica ou de ambas as formas ao mesmo tempo. Por que não? (GOMES, W., 2007, p. 4).

Desconcertante ou não, admitir como essencial na esfera pública sua publicidade e não sua bondade pode tornar mais aceitável aos gestores públicos a ideia de que projetos institucionais eventualmente não exitosos também devam ter seus resultados publicizados para a sociedade em canais de fácil acesso como o ambiente virtual da instituição. Equivale dizer que, se no PAAf/UFBA o propósito

inicial de inclusão social de uma determinada parcela de estudantes não for plenamente atingido, a universidade não fica isenta de revelá-lo nem de mobilizar os envolvidos para o alcance de melhores resultados posteriores, nem de problematizá-lo. A justificativa é que publicizar resultados alcançados em determinadas políticas, além de ser parte do jogo democrático, é premissa de uma avaliação politicamente comprometida com a melhoria dos processos avaliados.

Contudo, assumir a transparência ativa da informação, mesmo desejável, pode ter um custo que nem sempre os gestores estão dispostos a pagar, e acabam assumindo a postura da transparência passiva, já que ambas as formas estão contempladas na LAI 2012, portanto, não se constituiria falta gravíssima apenas divulgar depois de haver solicitação ou pressão por parte dos cidadãos interessados.

O segundo aspecto, *discutibilidade e visibilidade na esfera pública*, revela que apesar do papel importante exercido pela visibilidade na legitimação da decisão política – “a esfera pública era o domínio social da argumentação pública e, sobretudo da troca de pública de razões” – a discutibilidade, sendo um valor maior, colocou em segundo plano a ideia de visibilidade ou acessibilidade cognitiva. Entendendo que noções fundamentais agregadas ao conceito (esfera pública) não estariam bem destrinchadas na análise *habermasiana*, Gomes julgou necessário destacar três dimensões da publicidade que são: a *visibilidade*, a *comunicação* e a *discussão*.

Assim, a *visibilidade*, considerada como contraposição a segredo, clausura, reserva, associa-se a “acessibilidade, disponibilidade, abertura, exposição, visibilidade”. Já a *comunicação*, associada com a fala pública, à comunicação e às razões que se trocam em público; onde “a publicidade das razões está relacionada à sua capacidade de ser admitida ou considerada por um auditório universal”, o que não significa ser aceita como verdadeira ou justa. E a *discussão*, associada à ideia de debate, discussão, materializa-se em públicos de indivíduos privados reunidos para discutir assuntos de interesse comum. Contudo, observa: “o fim da discussão decorrente do controle da visibilidade pública pelos meios de massa teria reduzido a esfera pública à dimensão meramente expositiva” (p. 6). Isto pouco contribuiria para fomentar o debate crítico e a deliberação característicos de uma universidade pública.

A esfera pública, então, é o domínio social da visibilidade, da troca de razões e da troca de razões públicas [...]. O endereço deliberacionista da teoria democrática contemporânea, por exemplo, isolou a discussão ou

deliberação pública, deixando de lado a visibilidade [...]. A visibilidade, contudo, não se deixa simplesmente descartar. Para escolher apenas um dos aspectos que a tornam essencial, basta pensar no papel de constrangimento democrático e pró-cívico que ela exerce sobre o sistema político (GOMES, W., 2007, p. 6).

Por constrangimento ao sistema político ou por causa da LAI, que impõe disponibilizar informações das instituições públicas, a visibilidade midiática, particularmente no ambiente virtual, ampliando-se para as redes sociais (a amplitude de acesso a configura um espaço privilegiado de visibilidade e deliberação), tem-se tornado um patrimônio do qual a sociedade faz uso e pelo qual mostra alguma simpatia²¹.

No atual contexto as instituições públicas são compelidas a, cada vez mais, observar o princípio constitucional da publicidade na comunicação institucional. A transparência na gestão pública estimula o cidadão a exercitar o controle social, desenvolver a consciência e a participação política. Desse modo,

trazer as questões relacionadas aos negócios de Estado para as expor ao olhar público é algo dotado de enorme potencial democrático, independente do fato se do controle cognitivo passamos, em seguida, à discussão pública sobre tais questões. Mesmo porque nem todos discutem, porque não podem ou porque não querem. Discutir é importante, mas pode ser separado de uma extensa visibilidade e ainda assim ser democraticamente importante? Afinal, **na reserva, na clausura, também se pode discutir e discutir em profundidade, mas o segredo não faz boa democracia** (GOMES, W., 2007, p. 6, grifo nosso).

Levando em conta que “o segredo não faz a boa democracia”, mesmo para evitar discriminações ou constrangimentos aos estudantes cotistas, uma eventual opacidade das informações sobre os resultados nele auferidos nesses oito anos de implantação, acaba suscitando dúvidas quanto às motivações reais de sua inacessibilidade por parte da comunidade universitária envolvida e/ou interessada (professores, estudantes, coordenadores de curso, entre outros), inclusive gestores e pesquisadores em geral. Abre-se espaço a questões como: Qual a extensão do corpo de cidadãos que tem conhecimento sobre o desenrolar desse programa? Quais os parâmetros que fundamentam essa extensão? Deve-se privilegiar o acesso

²¹ Questões de interesse coletivo na esfera do ambiente virtual vêm sendo discutida e suas deliberações validadas no judiciário, a exemplo da aprovação da Lei Carolina Dieckman (12.737/2013), simbolizada pela atriz denunciou a invasão de privacidade sofrida com divulgações ilícita de fotos suas na internet. A lei pune atos ilícitos, considerados crimes cibernéticos, praticados no ambiente virtual, via internet, aparelhos de telefonia móvel, cartões de crédito, perfis nas redes sociais, dentre outros. As redes sociais têm sido utilizadas como espaço para posicionamento político e mobilização para questões de interesse social, além de meio de autocomunicação de massa.

ou o sigilo quanto às informações sobre seus avanços/limitações na esfera pública? Se sim, até que ponto?

Na percepção do então pró-reitor da PROAE, revelada na entrevista, o contexto hoje é diferente, as cotas viraram lei, há resultados satisfatórios do desempenho de cotistas, portanto, já não faz sentido manter o mesmo sigilo do início da implantação do PAAf.

Além de serem provocativas tais questões são estratégicas para gestores e envolvidos diretos nessa macropolítica institucional. Por isso, antes de trazer o último elemento da crítica de Gomes, vale destacar - para quem dá sentido à universidade por meio das decisões cotidianas, desde as mais simples às mais complexas - que:

[...] uma sociedade altamente democrática depende de um grau de visibilidade das discussões públicas que levam adiante questões de interesse comum e redundam na produção de decisão política. A conversação civil alargada não pode ser uma mera conversa fiada generalizada se quisermos conceder-lhe alguma pregnância política. E a discussão de especialistas restrita aos seus pares pode se tornar um mero concílio de sábios se não insemina uma discussão aberta e cognitivamente acessível a uma dimensão demograficamente relevante de cidadãos (GOMES, W., 2007, p. 8-9).

O terceiro e último aspecto da crítica de Gomes, W. (2007, p. 9-10) diz respeito à *opinião pública* e à *necessidade de sofisticá-la*, distinguindo os sentidos abrigados nesse conceito como meio de formação da opinião e da vontade públicas, dado seu potencial de conferir vantagem argumentativa à ideia de esfera pública. Para tanto, são discutidos três diferentes sentidos do conceito de opinião pública. No primeiro sentido, “que agrada a 10 entre 10 deliberacionistas: opinião pública é a opinião coletiva resultante da discussão pública. [...]; [onde] o princípio kantiano de publicidade das razões não pode faltar”. Nesse sentido, destaca-se a cooperação argumentativa como moldura moral do enfoque preferido, sem que haja uma exclusão da competição discursiva, na formação da opinião pública.

Há mais dois sentidos atribuídos à noção de opinião pública. O primeiro sentido alternativo produz equivalência entre a opinião pública e a opinião publicada ou visibilizada; ela conserva a “publicidade” no sentido de mera “acessibilidade” ou “disponibilidade”. O modo de produção e ausência do sujeito coletivo não contam, mas o olhar do público, sendo o grau de visibilidade determinante para o padrão de publicidade da opinião e formação da opinião. Como há um gradiente de visibilidade,

mesmo dentre as opiniões públicas, nesse sentido, há aquelas ainda mais públicas, porque afetam e influenciam um maior número de pessoas; opiniões extremamente públicas são aquelas que formam outras opiniões. **Opinião pública como opinião publicada é uma opinião seminal; não é pública porque produzida por muitos mas porque, em função da sua extrema visibilidade, outras pessoas deverão a ela aderir, assumindo-a como própria** (GOMES, W., 2007, p. 9-10, grifo nosso).

Tomando o PAAf para análise, procuramos refletir as implicações no caso de não se observar este sentido de opinião pública. significa dizer que enquanto os resultados do PAAf/UFBA não puderem ser considerados “opinião pública como opinião publicada”, não sendo ampla e extensamente visibilizados por parte da sua comunidade, possivelmente configurar-se-á prejuízo na adesão mais comprometida com o programa e na capacidade de agregar pessoas mobilizadas pelo seu aprimoramento.

Em outras palavras, enquanto não houver a visibilidade extrema a partir das conquistas efetivas e daquelas por efetivar no PAAf, indiretamente está-se reforçando na opinião pública a percepção de que não estão sendo alcançados os objetivos assumidos pela universidade no compromisso social com a redução da exclusão social por meio das políticas afirmativas.

Por fim, Gomes, W. define um sentido de opinião pública alternativo ao anterior. É aquele que aparece nas sondagens realizadas para fins políticos ou mercadológicos, o qual se resumiria a medir o posicionamento do público diante das opções que lhe são apresentadas. Ou pelo qual se pode, por meios os mais diversos e até subliminares, influenciar a opinião dos sujeitos. Portanto, na compreensão dos três sentidos apresentados para o conceito de opinião pública, o primeiro estaria fundado nas razões públicas e no debate, o segundo na massificação da publicização e o terceiro nas sondagens sobre o posicionamento dos sujeitos diante das opções dadas. Ainda que o primeiro seduza a comunidade universitária pela racionalidade argumentativa e pelo debate público, sendo valores caros ao paradigma cientificista, o segundo sentido, sob a mediação dos meios de comunicação massivos assíncronos pode influenciar o primeiro e o terceiro nas suas decisões, pois,

Há boas razões e válidas, ao contrário, para acreditar que o tipo de opinião reflexiva, apoiada em razões públicas, produzida em público em seguida a debates abertos exerce muito menor efeito sobre as esferas onde são tomadas as decisões políticas, por exemplo, do que a opinião pública do segundo ou, principalmente, do terceiro tipo. Há muitas evidências de que [...] os príncipes da opinião política das indústrias da informação e do campo do jornalismo, possuam, ao mesmo tempo que um

enorme patrimônio de credibilidade jornalística, uma cota altíssima de capital político. [...] Inclusive, a influência da opinião publicada sobre o sistema político é tão grande justamente em função da sua capacidade de, por sua vez, influenciar a opinião pública do terceiro tipo (GOMES, W., 2007, p. 10, grifo nosso).

Em síntese, Gomes, W. percebe que a preferência pela discutibilidade enfraqueceu empiricamente a noção de esfera pública. Contudo, a influência superior exercida pela opinião pública publicada (ou de extensa visibilidade) e pela sondagem das predisposições do sujeito denota que a visibilidade tem mais influência que a discutibilidade. Ou seja, “a discussão pública tem menor eficiência na produção da influência do que a exposição pública [...] e a visibilidade, e os sistemas especializados na sua produção e gestão, a começar pela comunicação de massa, têm papel central para a democracia contemporânea”. Sustentado nessa crença Wilson Gomes postulou: “precisamos ir além de Habermas”. Recomendação relevante ao avaliarmos as implicações da visibilidade na esfera pública midiática no ambiente virtual institucional para um programa que tem como pretensões nos eixos da permanência e pós-permanência do PAAf/UFBA: a inclusão e mobilidade social de uma parcela da população brasileira excluída historicamente.

Aceitando a provocação de que seja necessário irmos além de Habermas para ampliar a visão das implicações da visibilidade midiática do PAAf/UFBA na esfera pública virtual, resgatamos a compreensão de Rennan Mafra (2006, p. 14-16), na obra *“Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social”*. Adaptada da sua dissertação: *Visibilidade Midiática e Mobilização Social [...]* e filiando-se às discussões dos Estudos em Mídia e Espaço Público, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFMG. Trata dos limites da racionalidade comunicativa em dar conta de estimular o debate público, despertar interesse e engajar pessoas; das relações entre comunicação estratégica, mídia e mobilização social, buscando entender os processos comunicativos com os sujeitos na sociedade, os recursos diversos para gerar visibilidade, legitimidade pública e a mobilização coletiva dos sujeitos para questões que lhes afetam. Esses aspectos extrapolam a racionalidade argumentativa, pois

para o estímulo a um processo de debate na esfera pública, é fundamental que argumentos formulados racionalmente possam ser encaminhados aos sujeitos. Entretanto, algumas vezes, o debate racional é insuficiente para despertar o interesse dos indivíduos por determinadas políticas ou, mesmo, para promover engajamento em prol de certas causas (MAFRA, 2006, p. 15).

Considerando a citação acima, a mobilização social para questões de importância na esfera pública pode se valer das mais variadas ações²². E além da racionalidade do debate, demanda estratégias comunicativas diferenciadas, para além da argumentação (razão comunicativa *habermasiana*), que possam obter tanto atenção da mídia de massa quanto instigar a participação pública, resultando em visibilidade e reconhecimento público de suas posições e propostas. Em outras palavras, é fundamental combinar estratégias que possam ampliar as chances de engajamento de pessoas envolvidas com a causa com a racionalidade do debate, já que

[...] na complexidade da sociedade contemporânea, tanto os embates coletivos pela (re)definição de padrões culturais e normativos, quanto a busca pela participação dos sujeitos em debates públicos, interligam-se com um esforço convocatório, no sentido de chamar os cidadãos para atuarem em deliberações públicas. Tal processo pode ser compreendido como *mobilização social* (MAFRA, 2006, p. 33).

Nesse sentido, compartilhamos do pensamento de Toro e Werneck (2007, p. 89), segundo os quais “a mobilização se concretiza quando os gestos, as crenças e as informações se consolidam, se propagam, se multiplicam e geram ações que concorrem diretamente para os objetivos, em função dos quais está sendo proposta a mobilização” (DÉCIA, 2009, p. 4). Enquanto Mafra (2006, p. 35) propõe compreender a mobilização por um ‘olhar comunicacional’ na perspectiva relacional, consideramos como central o papel da comunicação institucional nas duas perspectivas, originalmente citadas por França (2002): informacional e relacional; a primeira considerada “um processo de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos”; e a segunda, na outra direção, “a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado por meio de uma materialidade simbólica” em dado contexto, influenciando-o e sendo por ele influenciado.

Essa perspectiva mobiliza diferentes atores na dinâmica das políticas afirmativas: gestores ligados à implantação das políticas, vinculados à administração

²² Uma experiência inovadora na UFBA nesse prisma foi a proposta pedagógica de integração de ensino, extensão e pesquisa, aprovada pela PROEXT na modalidade Atividade Curricular em Comunidade (ACC – ADM455) e implementada na Escola de Administração/DSPG/Curso de Secretariado Executivo. Denominada “Gestão de Eventos como Instrumento de Mobilização Social” a proposta visava a ampliar a compreensão da Atividade de Eventos - como algo voltado para promover a imagem do proponente – aproveitando a experiência da gestão dessa atividade na área de secretariado para incutir no tema Gestão de Eventos o trato de questões sociais relevantes de modo a mobilizar os envolvidos ou público-participante, articulando ensino, extensão e pesquisa (DÉCIA, 2009).

central, gestores internos na unidade de ensino, funcionários, professores, estudantes. E afina-se com o atual contexto do PAAf/UFBA e da gestão central da universidade, que além de investir recursos para a manutenção do programa vê-se também na necessidade de sua avaliação, estabelecida para 2014, justificando os investimentos em pesquisas decorrentes, através do Edital 2012 - ProUFBA Encomenda voltado para ações afirmativas na UFBA. A avaliação não se faz sem que haja balanço entre objetivos estabelecidos e alcançados ou deixados de alcançar. Para realizar esse balanço é necessário dispor dos indicadores quantitativos, assim como de informações que reflitam percepções favoráveis e contrárias dos sujeitos que operam e participam do processo avaliado.

As dimensões e os critérios da avaliação institucional interna-externa são definidos pelo MEC através do SINAES, onde a comunicação da universidade com a sociedade é publicizada por meio de relatório encaminhado à Comissão Própria de Avaliação (CPA) e disponibilizado na sua página virtual. Segundo o SINAES deve-se assegurar na avaliação a coerência entre as práticas comunicativas e o estabelecido nos documentos oficiais (PDI entre outros), tanto no nível interno quando externo da comunicação.

A centralidade da comunicação institucional tem um caráter mobilizador das pessoas. O que significa concebê-la no modelo reticular de comunicação (descrito na seção 2.2) e na dimensão do universo simbólico (conforme Berger e Luckman), sendo capaz de prover uma visibilidade midiática para além da mera exposição, o que seria desejável a um programa com a pretensão de promover inclusão social de pessoas de origem popular no universo elitista caracterizado por algumas formações na UFBA, como é o caso da Odontologia, aqui tomado para análise. Está em jogo o papel de um modelo comunicativo que combine prestação de contas e mobilização da comunidade e possa contemplar novas representações sociais para esse público em sua inserção na sociedade como egresso da educação superior pública, membro legítimo da comunidade acadêmica e, portanto, afiliado institucional, intelectual e politicamente, podendo abdicar do rótulo a que se reduz essa política na cabeça de muitos: estudante cotista.

2.3.2 VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF NO AMBIENTE VIRTUAL NA UFBA: PRÁTICAS COMUNICATIVAS COMO ESFERAS DA VISIBILIDADE PÚBLICA

A UFBA, enquanto instituição pública subordina-se à sociedade e sua comunidade interna, pois a sociedade é financiadora dos recursos públicos administrados pela universidade e repassados pelo MEC. Portanto, mais que prover visibilidade como prestação de contas dos resultados favoráveis ou desfavoráveis em torno do PAAf/UFBA, essa comunidade interna demanda um processo de mobilização em torno desse programa para que não apenas se cumpram os objetivos de permanência e pós-permanência desses estudantes, mas que sejam cumpridos com excelência e em consonância com as dimensões avaliativas do próprio PAAf/UFBA e da lei do SINAES (11.864/2004) com a participação da comunidade interna.

O espaço mediado pela internet tem potencial fundamental nessa mobilização, já que favorece a democratização espaço-temporal e dos sujeitos, incluindo-se os atores sociais envolvidos na implantação do programa. Para tanto, Rousiley C. M. Maia (2001, p. 1-2) destaca o potencial de interação da internet de oferecer variedade de informações, reduzir custos da participação política, envolver diferentes parceiros de interlocução (trocando e-mails numa base cidadão-cidadão, chats e grupos eletrônicos de discussão até as amplas conferências), proporcionando que indivíduos e instituições possam “se comunicar, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos”.

Nossa compreensão é que a esfera pública contemporânea é a esfera pública midiática, virtual e em redes, capaz de afetar os processos e as deliberações em instituições públicas, na medida em que o gradiente de visibilidade afeta a opinião pública da comunidade e sua percepção sobre a legitimidade institucional. Por sua vez, esse gradiente de visibilidade ao atuar também sobre a credibilidade das políticas/ações e respectivos resultados, volta-se para as pessoas ingressas por tais políticas afirmativas, gerando um deslocamento da percepção que se tem política para o próprio sujeito beneficiado por ela. Em outras palavras, há a tendência de transferir a percepção que se tem da política, seja favorável ou desfavorável, para a o estudante rotulado, por vezes pejorativamente, de “cotista”.

Mafra (2006, p. 49-50) ao distinguir cinco possíveis espaços de visibilidade pública: o “midiático massivo”, o “midiático massivo local”, o “dirigido”, o “presencial” e o “telemático”, entende que:

Não há dúvidas de que as comunidades virtuais estão criando plataformas suplementares, importantes, para a participação política. Contudo, se as novas tecnologias podem proporcionar um ideal para a comunicação democrática [...], elas podem, também, sustentar formas extremas de centralização de poder. É preciso levar em consideração que, são necessárias não apenas estruturas comunicacionais eficientes, ou instituições propícias à participação, mas também [...] a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para se engajar em debates. As novas aplicações tecnológicas, [...] devem ser pensadas de maneira associada com os elementos sócio-históricos próprios dos atores sociais e com os procedimentos da comunicação estabelecida entre os sujeitos comunicantes concretos (Maia, 2001, p. 5-6).

Torna-se necessária uma nova compreensão do papel da visibilidade midiática no ambiente virtual, de forma que seja concebida como “visibilidade afirmativa”, onde a presença desse novo perfil de estudante nos espaços físicos e virtuais da universidade represente outra forma de assunção de papéis e espaços simbólicos de poder “ser-estar-permanecer- aparecer-transcender” na universidade como um membro afiliado e legitimado, abdicando da percepção de cidadão ou estudante de segunda categoria, como observado nos discursos no campo empírico.

2.3.3 A CONDIÇÃO DE ESTUDANTE VIA AÇÕES AFIRMATIVAS: AFILIAÇÃO E RECONHECIMENTO COMO PARTE DA POLÍTICA DE VISIBILIDADE AFIRMATIVA

Levamos em consideração que as vozes contrárias à implantação das políticas afirmativas na UFBA não poupou e, quiçá, continua não poupando os estudantes beneficiários do programa da responsabilização de eventuais prejuízos à qualidade secular da instituição e da própria formação, sob a profecia de que se tornaria um profissional de segunda categoria. As justificativas incluem a falta de base como elemento que fere a “meritocracia acéfala”, aquela que não leva em conta as diferentes condições dos competidores-estudantes, de origem popular ou não, desde a origem da competição, mas apenas no seu transcurso no processo de seleção para ingresso na universidade pela reserva de vagas, conforme previsto na lei.

A partir deste ponto, procuramos ampliar um pouco mais a compreensão da visibilidade midiática do PAAf/UFBA, estabelecendo aproximações das condições

existenciais dos estudantes ingressos no programa, como contribuição de uma visibilidade tipicamente afirmativa, ou seja, que configure perspectivas de inclusão social tal como previsto no programa, e que estas sejam tornadas visíveis, passíveis de serem conhecidas e reconhecidas.

Na obra “luta por reconhecimento” de Axel Honneth (2009, p. 211) estão postas as dimensões do reconhecimento recíproco: relações afetivas primárias, caracterizadas pela conquista da autoconfiança; relações jurídicas, do autorrespeito; e relações sociais, da estimassocial. Nossa ênfase incide sobre as duas últimas por apresentar relação mais direta com as ações afirmativas. Em outras palavras, entendemos o reconhecimento estando ligado ao direito à informação, à projeção da voz, imagem e inclusão social efetiva na mesma perspectiva mencionada por Zaidan Fº (2007, p. 4) para quem “a política do reconhecimento ou da identidade está relacionada a visibilidade, estima social, reconhecimento jurídico”.

Ainda no terreno do reconhecimento, Fraser (2001) expõe a problemática, em forma de dilema, da redistribuição (como remédio para injustiças econômicas) e do reconhecimento (como remédio para as injustiças culturais), tendo nas temáticas envolvendo gênero e raça a característica de uma necessária combinação de remédios, destacando que algumas alternativas adotadas (como as ações afirmativas) não resolveriam o problema na sua origem, enquanto que outras (como as transformativas) teriam esse papel de alterar a situação geradora. Se iremos transcender dos remédios afirmativos para os transformativos, não é possível dizer. Contudo, pensar o par reconhecimento-redistribuição no âmbito de um programa de que prevê mitigar os efeitos da exclusão sofridos por pessoas de origem popular pode significar mais um passo a contemplar na avaliação da permanência e pós-permanência do PAAf/UFBA em 2014.

No conceito de afiliação universitária, Coulon (2008) e Sampaio (2011) coordenam investigações na França e Brasil respectivamente concebem a permanência numa perspectiva de estranhamento e aproximação por nós, pesquisadores, para darmos conta do universo de novidades e percalços que envolvem estar do lado de dentro da permanência, no cotidiano da universidade. Nesse momento estabelecemos um elo entre a efetividade da permanência com a avaliação institucional e a publicização dos seus resultados para a comunidade interna da UFBA, pois consideramos o programa como uma política pública com o intento de tornar-se legítima para a sociedade.

Nesse sentido, a tese defendida por Dyane Santos (2009) em torno da permanência qualificada de estudantes corrobora uma investigação da legitimidade dessa política como equivalente à legitimidade da instituição na medida em que buscamos avaliar a permanência a partir de mecanismos de afiliação e reconhecimento dos estudantes de origem popular no interior da UFBA enquanto alicerces para a mobilidade social. Tal mobilidade está implícita na forma de inclusão dos estudantes do programa, que prevê ações para dar-lhes condições de ascensão social. Tal desenho reflete o compromisso social da UFBA, portanto, é pertinente que integre sua agenda de diálogos, debates, pesquisas e ações visíveis nas suas práticas e canais comunicativos, caracterizando o reconhecimento de novas representações para esse público. (BARICHELLO, 2004).

A legitimidade das instituições é obtida através dos meios utilizados para “explicar e justificar seus atos perante a sociedade”. Antes a visibilidade ocorria no local dos acontecimentos, com “o desenvolvimento dos meios de comunicação proporcionou um outro tipo de visibilidade e novas formas de controle social” (OLIVEIRA; BARICHELLO, 2004, p. 49). Assim, vão-se configurando espaços virtuais, interativos, multivocais para a construção de novas visibilidades midiáticas.

O acesso e permanência de negros/indígenas/pobres na IES pública muda a feição elitista da universidade pública brasileira e emerge por parte dos privilegiados historicamente o temor de estar em risco o prestígio da universidade. Isto nos motivou a analisar quem/o quê/por quais motivos tem visibilidade na comunicação na UFBA pós-cotas. Afinal, “a falta de visibilidade pública e visibilidade subalterna dos negros nos fazem perceber de que forma a desigualdade na participação econômica dos negros no Brasil [...] se associa com a exclusão simbólica de sua imagem social no espaço virtual” (SILVA F^o, 2008, p. 87).

A exclusão da imagem ou invisibilidade da presença do negro na universidade, trazida por Silva F^o (2008), bem como de outros grupos sub-representados na sociedade, ratifica representações sociais estereotipadas, fere o direito constitucional da imagem e compromete sua autoconfiança, autorrespeito e estima social, com reflexos no processo de inclusão, afiliação, reconhecimento na sua permanência e pós-permanência na universidade. Por sua vez, podem interferir nos objetivos do programa, além do que,

A ausência dos negros na universidade tem a dupla conseqüência de evitar a participação desses grupos no acesso ao consumo de bens materiais e de

privar um grupo social de se identificar com representantes seus em posições de comando ou valorizadas socialmente, reforçando uma auto-imagem depreciada. **A presença de negros em posições graduadas permite uma imagem social positiva (sic) de reforço do referido grupo social** (SILVA F^o, 2008, p. 87-88, grifo nosso).

Assim, retomando à questão central da investigação, considerando que o Programa de Ações Afirmativas na UFBA prevê mecanismos para viabilizar a permanência (e pós-permanência) de estudantes de origem popular na educação superior, visando a sua inclusão na perspectiva da equidade, e que a legitimidade da universidade também depende do modo como ela disponibiliza acontecimentos e discursos na esfera pública.

Um passo importante para isso é a comunidade interna da UFBA assumir o compromisso com a superação das desigualdades que são objeto das medidas afirmativas (PAAf/UFBA). Para tanto, é preciso “abrir a caixa preta”; entendida enquanto lugar que guarda segredos e simbolicamente os segredos sobre os pretos, pardos, pobres, os afrodescendentes presentes hoje na nova universidade pública, ou, universidade nova que é a UFBA. Além disso, cabe ampliar a compreensão de que o acesso e a permanência são estágios iniciais da política afirmativa.

Portanto, refletir a condição do ser estudante no cotidiano de uma formação de tradição elitista exige, no mínimo, incluir aspectos materiais, simbólicos que contornam a efetividade da proposta pedagógica e da inclusão de jovens oriundos de camadas populares. Para tanto, trazemos a seguir o detalhamento metodológico, o caminho da operacionalidade deste estudo.

3 METODOLOGIA

Antes de descrever o caminho empreendido para responder a questão central do estudo e aquelas implícitas nos objetivos específicos, antecipamos dois passos que se revelaram importantes para os rumos da pesquisa. O primeiro foi a realização de entrevistas prévias ao delineamento metodológico, contando com o pró-reitor de ações afirmativas da UFBA, a doutora da UFRB em ações afirmativas e a doutora-membro da comissão de reestruturação curricular do curso pesquisado. O segundo foi a submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)²³ com Seres Humanos, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) sob Nº 06936612.9.0000.0049, tendo sido assegurado o sigilo da identidade dos respondentes e obtida a anuência da direção da unidade de ensino onde se realiza o estudo na UFBA.

3.1 NOTAS SOBRE A PESQUISA IMPLICADA E O LUGAR DA PESQUISADORA

A abordagem metodológica de uma investigação, além da coerência operacional, deve refletir coerência epistemológica com a práxis do investigador. Apoiado em Bachelard, Gamboa (2008, p. 46-47) nos diz que “quando investigamos, não somente produzimos, ou elaboramos respostas organizadas e pertinentes para questões científicas, mas construímos uma maneira de fazer ciência e explicitamos uma teoria do conhecimento e uma filosofia”. Porém, infinitos debates são travados sobre métodos utilizados, formas de abordar os problemas e filiações dos pesquisadores subjacentes a suas abordagens metodológicas (DEVECHI; TREVISAN, 2010; GAMBOA, 2008). Por sua vez, o envolvimento subjetivo na pesquisa qualitativa torna-se ainda mais denso quando o lugar do pesquisador é

²³ O CEP é ligado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A Conep foi criada (Resolução 196/96) com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. O projeto é registrado no Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP) e deverá ser entregue no CEP responsável pelo acompanhamento da pesquisa e recebe um número único correspondente ao Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), que identifica o projeto em todos os níveis: SISNEP, CEPs, CONEP, revistas de publicação científicas e congressos. Disponível em <<http://portal2.saude.gov.br/sisnep/>>.

também o lugar do educador, conforme alerta Pimentel (2009, p. 127) esclarecendo que:

Se por um lado o envolvimento subjetivo põe em risco a objetividade do conhecimento produzido nas pesquisas qualitativas, por outro lado lhes confere unidade conceitual e metodológica quando o investigador consegue se distanciar o bastante do seu campo para ver com outros olhos aquilo que se “naturalizou” na sua experiência pessoal, bem como na experiência dos outros com os quais compartilha o seu campo de investigações (PIMENTEL, 2009, p. 129).

Por isso a definição do método para o pesquisador torna-se uma tarefa complexa e implicada, exigindo a dinâmica de afastamento e aproximação do objeto, além de rigor metodológico necessário para abordá-lo. Os vínculos institucionais de um pesquisador com uma IES que também seja o campo empírico do seu estudo ampliam ainda mais o compromisso com sua relevância social. Estes são pressupostos que ecoaram no nosso vínculo com a UFBA, onde, a partir de 1996 tenho atuado como docente, gestora, pesquisadora, extensionista, marcando uma práxis amplificada pelo trânsito na Ciência da Informação, Avaliação Institucional na perspectiva da política e gestão educacional, na gestão no Colegiado de Secretariado Executivo (Escola de Administração), implicando-me cada vez mais com a inclusão de estudantes de origem popular e a equidade na educação superior pública.

Adotamos a categoria “origem popular”, posta na obra “Observatório da Vida Estudantil” organizada por Sônia M. R. Sampaio, na acepção adotada por Naomar de Almeida F^o (2011, p. 7) ao prefaciá-la, como: “conceito de diferenciação social capaz de integrar as desigualdades econômicas, sociais e políticas do conceito clássico de classe e os aspectos imateriais e simbólicos dos diversos usos da noção de ‘pobreza’”. Assim é que assumimos o delineamento conceitual que culminou nos capítulos teóricos construídos para Avaliar, sob o foco da Visibilidade Midiática no ambiente virtual institucional, o Programa de Ações Afirmativas na UFBA, na perspectiva da comunidade interna, designado neste estudo pelo acrônimo PAAf/UFBA, ou simplesmente PAAf.

Nesse prisma, pretendíamos contribuir para legitimação da IES e da própria política pela via da transparência, acessibilidade à informação e do diálogo crítico sobre a comunicação da universidade no espaço virtual, sem abdicar do olhar sobre o objeto dessa política, que são os sujeitos oriundos das classes populares. Entendemos que tais questões que atravessam a implantação das políticas

afirmativas na universidade pública em um contexto de irreversibilidade das TICs, dos fluxos e modelos de informação, comunicação e de conhecimento, afetando as relações entre indivíduos, instituição e sociedade e conseqüentemente a permanência de estudantes de origem popular, particularmente em curso caracterizado por demanda financeira e prestígio elevados. Daí a importância de também buscar conhecer como se dão as relações entre docentes e discentes na UFBA na era pós-cotas, na ótica da instituição e dos sujeitos, ao tratar a visibilidade midiática institucional no ambiente virtual. (BARICHELLO, 2004; HABERMAS, 1984; RODRIGUES, 1994; SAMPAIO, 2011; SANTOS D., 2009).

3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA ESCOLHIDA

A pesquisa apoia-se fortemente na abordagem qualitativa para a obtenção de dados e informações, admitindo a via quantitativa nas questões específicas. Com o apoio de Flick (2004), concebemos a integração de métodos como alternativa a problemas de obscuridade que cada um apresenta isoladamente, buscando eliminar a concepção de superioridade de um método sobre outro. Uma conduta que ajuda a superar certas dicotomias (quanti-quali, teoria-empíria, sujeito-objeto) na produção do conhecimento, possibilitando a análise intensa do fenômeno pela triangulação, ou seja, adoção de metodologias diferentes no mesmo estudo.

No tocante ao método, adotamos o estudo de caso, observando o que alerta Stake (2003, p. 12): “o pesquisador de casos qualitativos tenta preservar as múltiplas realidades, as perspectivas diferentes e até contraditórias do acontecimento”. Isto reforçou a expectativa de construir um referencial compreensivo do tema ao investigar a visibilidade midiática do PAAf/UFBA e as relações entre docentes e discentes no cotidiano da universidade na era pós-cotas. Levando em conta alguns autores que apontam tanto fragilidades quanto méritos ao estudo de caso (ALVES-MAZZOTTI, 2006; STAKE, 2003; YIN, 2005), consideramos viável a escolha da UFBA como alternativa de investigação intensiva, pelas características de uma instituição multicampi e referência na região nordeste do Brasil, podendo ser replicável a contextos e instituições congêneres.

3.2.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA

ESCOLHA DO CAMPO EMPÍRICO E SUA CARACTERIZAÇÃO

O campo de análise escolhido, a Universidade Federal da Bahia, é justificado pelas implicações no compromisso institucional da pesquisadora, também docente da UFBA em regime de dedicação exclusiva. Adicionalmente, os estudos e eventos produzidos no âmbito do Eixo Avaliação da Educação Superior²⁴ (AES), ao integrarem à Avaliação em Educação as áreas de Direito, Gestão e Odontologia, instigaram-nos a problematizar o estranhamento que a presença de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio e investimento financeiro²⁵ pudesse produzir. Essa combinação justificou a escolha do curso de Odontologia como *lócus* representativo para a pesquisa de campo por combinar elevado prestígio social (“tornar-se doutor”) e investimento financeiro requerido durante a formação. Isto configura um desafio considerável à permanência bem-sucedida na universidade para esse perfil estudantil e para sua inclusão social, tangenciada na visibilidade midiática do programa de ações afirmativas.

A UFBA tem sua origem na criação em 1808 do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, a mais antiga escola oficial de estudos superiores do País, que deu origem à atual Faculdade de Medicina. Instituída oficialmente como universidade em 1946, a UFBA oferece hoje 7.991 vagas anuais distribuídas em 112 cursos atuando em 4 campi, sendo 2 em cidades do interior do Estado da Bahia (Barreiras e Vitória da Conquista) e 2 em Salvador (Canela e Federação/Ondina), somando ao fim de 2012 um total de 32.674 alunos de graduação e 4.965 de pós-graduação (mestrados e doutorados); 2.279 docentes do quadro permanente, sendo 68,8% doutores, 169 temporários, 230 substitutos e 13 de 1º e 2º graus; e 3.260 servidores técnicos e administrativos, sendo 69,1% com nível superior (UFBA, 2012, p. 15; p 42- 43).

A estrutura da UFBA é composta por Órgãos Superiores de Deliberação, de Administração Central, de Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Controle,

²⁴ O eixo AES, uma das áreas de investigação (no Grupo de Avaliação) da Linha de Pesquisa Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFBA, o qual agrega pesquisadores de distintas IES públicas e privadas e áreas de conhecimento, dentre eles a doutora em Educação/PPGE, Profa. Mariângela Matos, da Faculdade de Odontologia, cujas trocas nos possibilitaram a escolha do Curso de Odontologia como objeto de investigação neste estudo.

²⁵ O custo médio de R\$ 1.600,00 (semestral/aluno) para a formação na graduação em Odontologia na UFBA foi informado em entrevista por um membro da Comissão de Reestruturação Curricular do Curso.

Fiscalização e Supervisão, órgãos consultivos e comissões centrais, tendo suas atividades-fim (o ensino; a pesquisa, criação e inovação; e a extensão universitária) fixadas pelos Conselhos Acadêmicos de Ensino e de Pesquisa e Extensão. Como órgão executivo da Administração Central, incumbe à Reitoria superintender, coordenar e fiscalizar suas atividades por intermédio de oito Pró-Reitorias: Ensino de Graduação; Ensino de Pós-Graduação; Pesquisa, Criação e Inovação; Extensão Universitária; Planejamento e Orçamento; Administração; Desenvolvimento de Pessoas e Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. Esta tem como missão coordenar a gestão das políticas de inclusão social, apoio estudantil e ações afirmativas, gerir programas e recursos voltados à população estudantil (UFBA, 2010, p. 24-42; UFBA, 2011, p. 19; UFBA-CPA, 2009, p. 76-77).

O curso de Odontologia, por sua vez, está alocado na Faculdade de Odontologia da UFBA (FOUFBA), situada no Campus do Canela, em Salvador, com base legal constituída de autorização (Carta Régia S/N de 18.02.1808), reconhecimento (Decreto Nº 1270 de 10.01.1891, Portaria do MEC Nº 1345 de 04.07.2001) e Diretrizes Curriculares (Resolução CNE/CES Nº 03 de 19.02.2002 e Parecer CNE/CES Nº 1300/01 de 06.11.2001). Caracterizando-se como curso de progressão linear (CPL), oferece formação profissional diurna, sendo 120 vagas anuais com duas entradas semestrais, e a titulação de cirurgião dentista. O currículo vigente é de 2007.2, distribuído no fluxograma em 9 semestres, com média de conclusão de 5 anos, sendo o 10º semestre incorporado como o último. Os estudantes ativos (matriculados em 2012.2) totalizaram 603, dos quais 280 correspondem à população-participante nesta pesquisa, delimitada entre estudantes matriculados a partir do 6º semestre em diante, estando aí inclusos 45 concluintes, conforme a lista cedida pelo Colegiado do curso.

POPULAÇÃO E SUJEITOS DA PESQUISA

A visibilidade midiática do PAAf na esfera pública articula-se sob dois aspectos: as ações institucionais e as percepções dos sujeitos, caracterizando a população da pesquisa em dois blocos respectivos. Uma entrevista prévia com membro da Comissão de Reestruturação Curricular do Curso de Odontologia da UFBA revelou a importância de incluir na pesquisa informantes-chave (que têm conhecimento e experiência das vicissitudes da permanência estudantil no curso): diretor da unidade de ensino, coordenador do colegiado do curso e chefes dos três

departamentos. Por uma questão de representatividade, foram incluídos entre os informantes-chave dois membros do diretório acadêmico (D.A.) do curso, observando-se um do gênero masculino e outro do feminino, um ingresso por cotas e outro não.

O Bloco 1 foi composto de gestores (administração central) mais diretamente ligados ao PAAf, incluindo o coordenador do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), cujo papel é promover acesso/visibilidade à informação pública prevista na referida lei; e o Bloco 2, composto de estudantes ingressos no curso de Odontologia da UFBA e seus professores, além dos informantes-chave citados. Considerando as dificuldades de participação da população inteira de estudantes e professores, buscamos um plano amostral que fosse estatisticamente representativo. Enquanto que, para a de gestores, dado seu número reduzido, a amostragem foi de um representante para cada instância decisória: a direção, o colegiado do curso, os três departamentos e o diretório acadêmico (D.A.) estudantil, que totalizou 7 gestores.

Para os estudantes, adotamos o método de amostragem probabilística estratificada proporcional, considerando sua composição nos substratos semestres de ingresso. A escolha aleatória foi garantida por sorteio, dando a todos chances iguais de participar, sendo realizado por meio do programa de computador denominado “Sorteador” que gera números aleatórios sem repetição, disponível em <<http://www.sorteador.com.br>> (DETERMINAÇÃO, 2013; LUCHESA; CHAVES NETO, 2011; GLOSSÁRIO, 2007).

Do universo de 603 estudantes ativos do curso de Odontologia (matriculados em 2012.2), a população-participante totalizando 280 estudantes representa 46,4% do total de ativos. Levando em conta no cálculo da amostra um erro amostral ou desvio padrão de 4% e um nível de confiança de 95%, revelou-se como amostra estatisticamente representativa o total de 92 estudantes. Os números resultantes do cálculo amostral de estudantes e professores foram obtidos por meio do programa de computador denominado “Cálculo Amostral: calculadora on-line” (SANTOS, G. 2013). Contudo, pela taxa de participação de estudantes sorteados aleatoriamente ter sido baixa, duas semanas depois ampliamos a participação para todos, mantendo, sempre que possível, a substituição no mesmo semestre para guardar fidelidade com a amostragem probabilística estratificada delineada.

Quanto aos professores, adotamos como os mesmos critérios de amostragem dos estudantes e aleatoriedade por sorteio e cálculo amostral. Assim, da população

total de 83 docentes ativos informada pela coordenação do Colegiado do curso, a amostra considerada estatisticamente representativa apontou 52 sujeitos. Os números resultantes do cálculo amostral foram obtidos por meio do programa de computador denominado “Cálculo Amostral: calculadora on-line” (SANTOS, G. 2013).

Considerando a perda por morte amostral, ampliamos o total de sorteados visando a preservar o plano amostral delineado. Assim como ocorrido com os estudantes, pelo pouco interesse da população em participar da pesquisa, foi necessário ampliar os critérios de participação, substituindo as ausências dos professores sorteados pelos demais, observando-se o departamento de origem, de modo a guardar fidelidade com a amostragem probabilística estratificada delineada.

A amostra total da pesquisa composta pela soma dos respondentes efetivos em cada estrato foi a seguinte: gestor da administração central = 6; informantes-chaves = 7; professor = 35; estudante = 53. A amostra totalizou 101 sujeitos, sendo 6 no Bloco 1 e 95 no Bloco 2. Do total, 2 responderam pela atuação nos cargo de reitor, 1 no de pró-reitor, 2 no de diretor de unidade de ensino/Órgão suplementar, 3 no de coordenador, 3 no de chefe de departamento, 2 no de gestor do D.A., 35 no de docentes e 53 no papel de discentes.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

No aspecto das ações institucionais (Bloco 1), dentre os participantes vinculados com a visibilidade midiática do programa de ações afirmativas da UFBA distinguimos aqueles que respondem pela atuação no cargo de reitor ou reitora, pró-reitor de ações afirmativas (PROAE), coordenador de ações afirmativas, diretor do Centro de Estudos Afro Orientais (CEAO) e a Responsável pela implantação da Lei de Acesso à Informação, coordenando o SIC, sendo todos vinculados à Administração Central da UFBA. Para melhor compreender o fenômeno no que tange às ações institucionais, levamos em consideração a participação dos gestores nomeados no reitorado atual, bem como no anterior (2006-2010) quando se implantaram as ações afirmativas, excetuando-se os casos daqueles que fossem exclusivos de uma única gestão (o SIC foi implantado em mai./2012), estivesse participando da banca examinadora ou ainda no caso de falecimento, como se verificou com o então diretor do Ceao/UFBA, Prof^o Ubiratan Castro, carinhosamente chamado Bira Gordo.

No aspecto das percepções dos sujeitos (Bloco 2), centramos nas relações mais constantes no cotidiano da formação universitária que caracterizam a permanência e a pós-permanência estudantil em Odontologia. Destacando-se os discentes ingressos por cotas ou não (acima do 6º semestre até os concluintes), os respectivos docentes e os informantes-chave para a caracterização das percepções dos sujeitos.

Quanto aos gestores do Bloco 1 e os informantes-chave do Bloco 2, por serem em menor número, na delimitação da amostra houve a inclusão e convocação de todos eles, sendo contemplados aqueles que exerceram atividades nos cargos mencionados, privilegiando os que tivessem mais tempo de exercício nos respectivos cargos, de modo que entre um atual recém-empossado e um ex recém-saído do cargo, por exemplo, o segundo foi selecionado. Pela especificidade da representação estudantil, privilegiamos os cargos de presidente e vice atuais, os quais atenderam à representação por sexo, feminino e masculino, e forma de ingresso sem cotas e por cotas respectivamente.

Quanto aos estudantes (bloco 2), levando em conta a ideia de Dyane Santos (2009) de permanência no curso como “a presença que dura ao longo do tempo”, definimos como critérios de escolha: os matriculados do 6º ao 10º semestre e os retardatários/não semestralizados, sob o pressuposto de que quanto mais próximos de fechar o ciclo da graduação mais estão amadurecidos para compreender e caracterizar as relações na dinâmica da sua trajetória acadêmica.

Quanto aos professores (bloco 2), todos estando vinculados a um dos três departamentos também tiveram chances iguais de serem sorteados, sendo preservado, sempre que possível, o equilíbrio na representação por departamento conforme a composição no total.

O Colegiado do curso forneceu uma lista com os contatos dos docentes do quadro permanente e dos estudantes ativos. Apesar disso, muitos emails estavam desatualizados ou inexistiam, exigindo a substituição dos sujeitos do mesmo grupo para não comprometer a amostra delimitada. Assim, tanto para estudantes quanto para professores, as substituições dos sujeitos definidos no delineamento da amostragem e que por motivos diversos não puderam participar (trancamento de matrícula, intercâmbio, afastamento para pós-graduação, aposentadoria), manteve observado o semestre em curso e os departamentos de origem dos respectivos sujeitos.

Com a lista dos estudantes ativos, atualizada em 30/01/2013 na vigência do semestre 2012.2, foi possível identificar aqueles que estariam aptos a participar da pesquisa no recorte delimitado a partir do 6º semestre do curso até os concluintes. Sendo o estudante matriculado no 6º equivalia ao ingresso no ano de 2010.1, o do 7º em 2009.2, até alcançar o 10º semestre, cujo ingresso foi em 2008.1, incluindo também os considerados retardatários (ou não semestralizados), que ingressaram desde antes de 2008.1 até 2005.1, quando se deu o início da implantação do Programa de Ações Afirmativas na UFBA.

O agendamento para aplicação dos instrumentos se deu por mensagens via e-mail preferencialmente, além daquelas via telefone celular; ligações telefônicas e avisos via redes sociais (*Facebook, Twitter...*), feito pelos próprios colegas mediante pedido da pesquisadora, à medida que alguns dos incluídos no sorteio aleatório não eram encontrados e determinado estudante o reconhecia pelo nome e tinha seu contato na rede social. Houve ainda situações em que colegas comprometeram-se a entregar o instrumento para um colega de turma ou de residência.

A pesquisadora conseguiu viabilizar a coleta contando com parceiros identificados no processo da pesquisa, a exemplo de, professores que avisaram nas salas e estimularam colegas selecionados a responderem; a responsável pela copiadora, que não só manteve cópias dos instrumentos facilitando o acesso aos respondentes como passou a convocar estudantes a lerem o aviso e participar; representantes do D.A., que mantiveram uma pasta na sala para a coleta dos questionários respondidos, assim como o fez também o grupo Pet Odonto; as secretárias da diretoria, do departamento, sendo ponto de contato e especialmente a secretária do Colegiado do curso, que manteve cópias dos instrumentos e estimulou vários estudantes a participar.

Vale destacar que apenas o critério formal de convocação e a argumentação da pesquisadora foram insuficientes para convencer os estudantes e professores a participarem da pesquisa, tendo sido determinante o apoio prestado pelos respectivos colegas estudantes e professores para reduzir tanto as resistências como a falta de interesse, evidenciados pelas esquivas por falta de tempo e outras veladas, após convites e esclarecimentos reiterados da própria pesquisadora.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes da aplicação dos respectivos instrumentos de obtenção dos dados, questionários e entrevistas, conforme protocolado no CEP/CONEP.

DEFINIÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO DA PESQUISA

Consideramos diferentes fontes para aprofundar o conhecimento do campo, permitindo o fundamento lógico e sua replicação literal ou teórica na elaboração e interpretação dos dados obtidos, sendo que as fontes de informação foram distribuídas em primárias e secundárias.

As fontes primárias ou pessoais são caracterizadas pelos seguintes sujeitos: estudantes, professores e gestores, dentre eles, reitores, pró-reitores, diretores, coordenadores de ações afirmativas, do SIC e Colegiado de curso e chefes de departamento da Faculdade de Odontologia da UFBA. Enquanto as fontes secundárias são caracterizadas em bibliográfica e documental, as últimas, tanto impressas quanto eletrônicas, incluem relatórios anuais de gestão, leis, decretos, portarias e resoluções, o PDI, além do Projeto que institui o PAAf/UFBA com o parecer de aprovação, documento no qual se ancora presente investigação. As fontes bibliográficas impressas e eletrônicas, representadas no referencial teórico, subsidiaram o delineamento conceitual construído e sustentam os postulados apresentados, possibilitando confrontar e interpretar os dados e informações obtidos primariamente e reconstruídos, bem como consolidar o quadro de análise da pesquisa para a apreensão do objeto do estudo, dando consistência à discussão e análise dos resultados apresentados no capítulo 4.

PROCEDIMENTOS DE OBTENÇÃO DE INFORMAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS

A entrevista semiestruturada e os questionários mistos complementam-se na análise do fenômeno da visibilidade midiática do PAAf/UFBA no ambiente virtual na perspectiva das ações institucionais e da percepção dos sujeitos da sua comunidade interna. Acompanhando o pensamento de Yaremko e outros (1986), Hartmut Günther (2003, p. 1-2) adota sua definição de questionário como: “um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica”. Para Günther um ponto forte do levantamento de dados por amostragem, ou *survey*, é que “assegura melhor representatividade e permite generalização para uma população mais ampla”; além de sua aplicação admitir interação pessoal por entrevista ou telefone, autoaplicação e envio por correio ou em grupos. Esses aspectos mostraram-se ajustados a nossos objetivos e contexto investigativos.

Na sua perspectiva de planejamento da pesquisa em Ciências Sociais, Günther (2003, p. 7-33) apresenta uma feliz integração de abordagem quanti-qualitativa na concepção de instrumentos, que aliada às pertinentes recomendações quanto à estrutura lógica e elementos do instrumento, conduziram-nos à busca de uma elaboração harmônica dos distintos instrumentos. Assim, buscamos: 1) preservar o diálogo com o respondente ao distribuir os itens por blocos precedidos de uma contextualização na forma de enunciado; 2) equilibrar escalas nominal e ordinal, tipo Likert, em cada bloco, reduzindo custo mental ao respondente; 3) reduzir receios na caracterização pessoal ao oferecer essa opção no final do instrumento, quando a confiança entre pesquisador e respondente pressupõe-se um pouco mais solidificada.

No Bloco 1, para obtenção das informações daqueles que exercem ou exerceram os cargos de reitor, pró-reitor, diretor de órgão suplementar, coordenador de ações afirmativas e do SIC, relativos às ações institucionais, o instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, favorecendo a expressão mais livre desse público, captando sua experiência no tema. Um dos sujeitos que se encontrava afastado por intervenção de saúde e impedido do discurso oral teve sua participação na entrevista por mediação tecnológica. Tendo sido usado o processador de texto, gerando arquivo digital do seu discurso e posterior o envio por correio eletrônico. Essa é mais uma mostra de como o espaço virtual cada vez mais se torna o espaço real das interações humanas e práticas infocomunicativas.

No Bloco 2, a obtenção das informações de docentes e discentes, relativos às percepções dos sujeitos, privilegiou a via qualitativa, sem obstar da quantitativa quando necessário. A técnica aplicada na obtenção dos dados quanti-qualitativos dos sujeitos da pesquisa (docentes e discentes) foi um questionário para docente e outro para discente, composto de questões fechadas e algumas abertas, de modo a não desprezar aspectos subjetivos não contemplados no seu delineamento das questões fechadas, mas passíveis de serem expressos pelos respondentes nas questões dissertativas. Enquanto que a obtenção de dados dos informantes-chave do curso (diretor, coordenador do colegiado, chefes de departamento e membros do D.A.) se deu mediante entrevista semiestruturada, presencialmente, e exclusivamente pela via qualitativa.

Vale salientar que a pesquisa de campo ocorreu em um momento atípico, dado a greve em 2012.1 que, durou cerca de quatro meses, estendeu o 2º semestre

de 2012 até 09/04/2013. Houve uma compressão efetiva do tempo disponível para acesso aos sujeitos da pesquisa e demais setores envolvidos. Em pleno calendário letivo, a pesquisa disputava espaço com os atrativos do verão e das festas populares como o carnaval na cidade de Salvador, que atrai populações de todas as partes do mundo e altera a dinâmica e disponibilidade de acesso às instituições e pessoas.

Na realização do pré-teste foi observado o percentual mínimo recomendado de 5% da amostra, representado por cinco estudantes e três professores do curso de Odontologia, sendo excluídos do plano amostral definitivo. Antes disso, os instrumentos de pesquisa foram validados por pares, doutores em Educação, com formações e/ou atuações nas áreas da Sociologia, Odontologia, Matemática.

Ambos os grupos sinalizaram ajustes necessários antes da aplicação definitiva do instrumento. Contudo, foi nítida a diferença de comportamento diante da função que representava o pré-teste para cada sujeito. Entre as três professoras, duas analisaram detidamente cada questão sugerindo modificações (questões 1, 15, 16, 17) para a clareza inclusive dos enunciados, mostrando preocupação com o resultado por saberem pouco do assunto; enquanto a terceira respondeu sem questionar ou sugerir melhorias. Dos cinco estudantes, três eram do sexo feminino e dois do masculino, ambos cotistas. Do total de estudantes, três responderam atentamente, fizeram questionamentos e sugeriram mudanças para clareza das questões e enunciados (1, 10, 13, 15, 17, 18), identificando numeração equivocada e a palavra docente no lugar de discente, dentro outras notas. Ambos cotistas consideraram a pesquisa relevante, dispendo-se a ajudar no que fosse necessário.

Na aplicação definitiva dos instrumentos de pesquisa com estudantes e professores, embora a pesquisadora tenha se dirigido a eles para facilitar a obtenção de suas respostas, levou-se em conta que eventuais dispersões (motivada pela difícil mobilidade em Salvador ou compromissos intempestivos) demandassem alternativas não presenciais ou assíncronas, sendo admitida a mediação de tecnologias informacionais para viabilizar maior participação dos sujeitos, sem comprometer suas agendas ou eficácia da pesquisa. Um único estudante comprometeu-se a enviar o instrumento digitalizado após respondido, contudo, não o fez, apesar de reiteradas solicitações da pesquisadora.

TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES OBTIDOS DAS FONTES

O tratamento estatístico dos dados e informações fornecidos pelos sujeitos nos respectivos instrumentos tiveram tratamentos diferenciados nas questões fechadas e abertas. Questões fechadas tiveram o uso de processadores de planilhas e gráficos por meio do programa Excel, complementado pelo *Statistical Package For Social Sciences* (SPSS) na sua sistematização e formatação final das ilustrações nas tabelas. Enquanto as questões abertas contaram com a análise de conteúdo e da interpretação, sendo sistematizadas com apoio do programa de editor de texto. Duarte; Barros (2005, p. 284-285) apresentam a definição de Krippendorff segundo a qual: “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto”. Ela pode ser também auxiliar na pesquisa por meio de entrevista ao permitir a sistematização dos conteúdos manifestos na comunicação e a inferência, considerando os mecanismos subjacentes na mensagem. Diz Franco (2012, p. 10):

São perfeitamente possíveis e necessários o conhecimento e a utilização da análise de conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção de conhecimento.

Desse modo, os dados textuais informados pelos docentes e discentes nas questões abertas, assim como os dados textuais das entrevistas com os gestores e informantes-chave, contrastados com os das fontes secundárias, foram assim tratados à luz da interpretação de modo a revelar significados e sentidos que ajudaram a tecer a trama que possibilitou configurar o objeto da presente pesquisa, sintetizada no Quadro 1, seguido do capítulo dos resultados.

QUADRO 1 – MATRIZ DE OPERACIONALIDADE DA PESQUISA

TÍTULO: Programa de Ações Afirmativas na UFBA à luz da Visibilidade Midiática no Ambiente Virtual: entre ações institucionais e percepções dos sujeitos (Um Estudo de Caso do Curso de Odontologia)								
PROBLEMA DE PESQUISA: Como se configura a visibilidade midiática oferecida pelo ambiente virtual da UFBA aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência de estudantes de origem popular na educação superior e como ela atua na percepção da inclusão social desses estudantes segundo a comunidade interna?								
OBJETIVO GERAL: Conhecer a visibilidade midiática oferecida pelo ambiente virtual da UFBA aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência estudantil na educação superior e a percepção da comunidade interna sobre ações afirmativas como alternativa de inclusão e mobilidade social de estudantes de origem popular.								
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE):								
<ol style="list-style-type: none"> 1. Caracterizar a visibilidade midiática no ambiente virtual da UFBA oferecida aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência de estudantes ingressos pelo sistema de cotas; 2. Caracterizar as informações sobre PAAf/UFBA e suas perspectivas de inclusão social para estudantes de origem popular disponibilizadas no espaço virtual da UFBA para a comunidade interna; 3. Conhecer se os estudantes de origem popular na UFBA reconhecem a si próprios e são reconhecidos pelos demais colegas e professores como membros afiliados à instituição no sentido intelectual e institucional; 4. Identificar se as informações e os canais de comunicação disponibilizados no ambiente virtual da UFBA sobre permanência e pós-permanência estudantil contribuem com a comunicação interna da UFBA; 5. Conhecer a percepção da comunidade interna da UFBA sobre as ações afirmativas (PAAf/UFBA) enquanto alternativa de inclusão e mobilidade social de estudantes de origem popular. 								
QUADRO DE ANÁLISE			QUESTÃO RESPONDE OBJETIVO ESPECÍFICO			QUADRO OPERACIONAL		
O E	CATEGORIA DE ANÁLISE	INDICADOR	ENT.	QUEST.		FONTE DE INFORMAÇÃO	TÉCNICA OU INSTRUMENTO	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS
			GEST.	PROF	EST			
1	Visibilidade Midiática no Ambiente Virtual (AV) UFBA	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência de busca de informação no AV • Visibilidade do PAAf percebida 	15,16,18	10,11,12	11,12,13,14	A.V.UFBA, LAI, Coord. SIC, Gestor, Prof., Estudante, Inf-chave	Anál. Doc./ Informação Instrumentos pesquisa	Análise dos dados, caracterizar visibilidade
2	Disponibilidade de Informação no AV UFBA	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade publicações sistematizadas/AV • Qualidade da oferta de informação percebida 	3,4,5,6,17	1b,4,7,13,18	1b,4,7,8,14,19	Literatura, Coord. A.A., Coord. Coleg., Gestor, Inf-chave, Prof., Estudante, LAI	Anál. Doc./ Informação Instrumentos pesquisa	Análise dos dados Caracterizar disponibilidade de info. e publicação sobre PAAf
3	Reconhecimento da Afiliação Estudantil	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de pertencimento/autoestima no Curso • Percepção da autoconfiança estudantil 	3,9,12,13	16c,e,17 ^a ,n,p,r,18	17c,e,18abq su,19 p7,11	Coord. Coleg., Prof., Estudante, Literatura, Gestor, Inf-chave	Instrumentos pesquisa Anál. Doc./ Informação	Análise dos dados Caracterizar afiliação Estudantil
4	Comunicação Interna no Ambiente AV UFBA	<ul style="list-style-type: none"> • Coerência entre as ações comunicativas e as políticas contidas em documentos oficiais • Atendimento à legislação na transparência 	1d,11,14	4,15,18	4,7,16,19	Av. Institucional (Sinaes), Relatório CPA, SIC, Coord., LAI, Gestor, Inf-chave	Anál. Doc./ Informação Instrumentos pesquisa	Análise dos dados Cruzar os dados com critérios de Com. Interna
5	Legitimação das Afirmativas como Política de Inclusão/Mobilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação da Permanência Qualificada • Debate/mobilização/avalia de egressos • Ações concretas na pós-permanência 	1b,1d,2,34,15,16	1516a,b,d,f17m,n	1617a,b,d,f18m,n	Gestor, Inf-chave, Prof. Estudante, Relatório de Gestão UFBA, Literatura	Instrumentos pesquisa Anál. Doc./ Informação	Análise dos dados Descrever frequência, Caracterizar o PAAf.

Fonte: Elaboração própria.

4 RESULTADOS: PESQUISA DE CAMPO

Neste capítulo procuramos convergir a compreensão do objeto da pesquisa no que tange à percepção da comunidade interna da UFBA sobre a visibilidade midiática do PAAf/UFBA no ambiente virtual, integrando teoria e empiria a partir do referencial teórico construído, da pesquisa documental e da pesquisa de campo, mantendo a perspectiva da triangulação na análise e interpretação dos dados e informações obtidos.

Visto que a análise documental está contemplada no referencial teórico em suas respectivas seções, seguimos à análise do que foi revelado pelos sujeitos, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores vinculados à administração central e com informantes-chave do curso de Odontologia e da aplicação de questionários aos estudantes e professores do curso de Odontologia.

As entrevistas e os questionários (apêndices A, B e C) abordam aspectos gerais das políticas/ações afirmativas na UFBA e na formação em Odontologia, bem como da permanência, pós-permanência e inclusão social estudantil previstas no PAAf, levando em consideração o papel da comunicação institucional nas IES públicas que, ao oferecer ampla visibilidade no ambiente virtual, contribui na formação da opinião pública sob o imperativo da transparência e superação das desigualdades sociais e conseqüentemente a legitimação das políticas afirmativas.

Privilegiar as questões que contribuem mais diretamente para os objetivos foi o que norteou esta análise e a decisão de reunir o conjunto dos resultados nos Apêndices (E e F), evitando esforços adicionais ao leitor. Aquelas que não se mostraram relevantes foram desprezadas ou apenas descritas sucintamente. Privilegiei formas complementares na apresentação da análise quali-quantitativa dos resultados: esquemática, descritiva e interpretativa. Na primeira, há convergência entre quadro de análise e operacional representados na matriz da operacionalidade da pesquisa (ver Quadro 1, no fim do capítulo 3). Na segunda, a descrição quali-quantitativa está distribuída nas seções seguintes. Na 4.1 e 4.2 são contempladas as ações institucionais e a percepção dos sujeitos. Na terceira seção 4.3, com a análise e discussão das anteriores tem lugar uma síntese interpretativa à luz dos

objetivos específicos, ancorada no referencial teórico e nas questões abertas dos questionários, culminando com a triangulação dos resultados.

4.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS

Apresento nesta seção os resultados do Bloco 1, que refletem as ações institucionais no tocante à visibilidade midiática no ambiente virtual do PAAf/UFBA na perspectiva dos 6 gestores ligados à Administração Central, submetidos a entrevista semiestruturada, de onde emergem conhecimentos decorrentes de sua experiência nos cargos de reitor, pró-reitor, diretor de órgão suplementar e coordenadores de ações afirmativas e do serviço de informação ao cidadão (SIC).

4.1.1 O QUE REVELARAM OS GESTORES LIGADOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Como previsto, a entrevista semiestruturada com os gestores da Administração Central não se prendeu às questões predefinidas, mas aproveitou informações relevantes que emergiram para além do roteiro. Aqui enfatizo o que se mostrou relevante para caracterizar as ações institucionais em torno das ações afirmativas em geral e do PAAf/UFBA em particular. Contudo, destaco posições contraditórias e/ou complementares desses gestores para refletir o projeto institucional, estratégias e ações empreendidas ou não pela Universidade Federal da Bahia e as implicações da comunicação institucional para os sujeitos objeto das ações afirmativas e para a própria legitimação dessa política na UFBA perante sua comunidade interna.

PERFIL DA POPULAÇÃO: GESTORES LIGADOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Em sua maioria os gestores têm aproximadamente entre vinte e trinta anos na UFBA, exercendo diversas atividades, cargos e funções gerenciais nessa trajetória, além do ensino, extensão e pesquisa e publicação; a exceção de tempo na UFBA fica para a coordenadora de ações afirmativas, educação e diversidade, com cinco anos atuando na PROAE. Ao participarem das instâncias decisórias, especialmente das congregações de unidade e do Consuni, os gestores acabam tendo uma compreensão ampliada da instituição e da política afirmativa, das demandas,

entraves e perspectivas, que ajuda a configurar este objeto de estudo, a partir do lugar que ocupam, tanto mais perto ou mais distante da operacionalidade do PAAf/UFBA e da inclusão social, que é seu objetivo central.

CONCEPÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS NA UFBA

Ainda que conheçam os meandros do processo de implantação das ações afirmativas na UFBA e eventualmente as ações desenvolvidas para viabilizar a permanência dos estudantes ingressos nessa modalidade, especialmente no terreno da assistência estudantil, nem todos os gestores conhecem detalhadamente em que consiste o PAAf e cada um dos seus quatro eixos.

Essa constatação foi confirmada pela gestora do SIC quando perguntada se conhecia a proposta de inclusão social do PAAf, seus avanços e/ou limites. Quanto a sua concepção de AA considera que:

deu oportunidade aos alunos da rede pública de ingresso nas universidades federais, além de ter aumentado vagas, não prejudicando o sistema existente, e criado cursos noturnos.

Para os gestores que atuam diretamente nessa área, como pró-reitores e coordenador de ações afirmativas, a concepção de AA vai desde oferecer via editais subsídios para necessidades básicas dos estudantes vulneráveis socioeconomicamente (moradia, alimentação, transporte, bolsa auxílio do Programa Permanecer e outras) até refletir sobre e/ou apoiar a superação de necessidades biopsicossociais graves vivenciadas pelos estudantes de baixo poder aquisitivo.

Para a coordenadora da PROAE, por exemplo, ainda não está claro até onde é papel da universidade cuidar de distúrbios de saúde dos estudantes que afetam sua permanência, ou se seria atribuição do sistema público de saúde, e revela:

o estudante pobre, negro e de periferia tem questões diferentes de quem mora no centro da cidade, por exemplo, que vão exigindo olhares específicos por parte da universidade. [Na concepção dela] As ações afirmativas precisam propor ações que minimizem as diversas dificuldades da vida acadêmica que os estudantes enfrentam, ajudando-os a superá-las.

O então pró-reitor de ações afirmativas, com dez anos ininterruptos como membro do conselho superior da universidade, participou de uma comissão de avaliação interna acompanhando, na época, os 80% de evasão no curso de Química, onde “já tinha mais de 50% de alunos da escola pública e também mais de 50% de estudantes afrodescendentes [...]. Mas a questão envolvia a universidade

toda e os cursos de elite: medicina, odontologia, direito é que estavam no foco”. Revelando sua posição no Consuni destacou:

Na época eu coloquei no conselho universitário, no dia da votação, que não era suficiente o ingresso, só as cotas não eram suficientes, o problema maior seria a permanência porque a gente já vivia essa realidade. A nossa evasão era alta, a gente já tinha vários estudantes que eram de bairros mais distantes, pobres e tal e que tem dificuldades. Muita dificuldade, por exemplo, no transporte. Esse transporte que a gente faz, por exemplo, é 3 reais, com o *Smart Card* fica R\$ 1,50 e uns pensam, R\$ 1,50 por dia não é nada. Não é nada pra alguns, pro estudante pobre é bastante.

A percepção da gestora que ocupa o ponto mais alto da administração central é que: “aqui na nossa universidade o conceito de ações afirmativas ficou muito focado na questão étnica, embora em outros países como Estados Unidos, que inspirou grande parte dos projetos de ações afirmativas, tenha outra conotação [...]”.

E a reitora continua:

Se a gente vai ampliar o conceito com relação à população com deficiência, que já conta com a questão do trabalho, por exemplo, e já conta com uma lei que determina que um percentual, 5%, das vagas de empresas e nos concursos públicos sejam destinadas às pessoas com deficiência, isso é também uma forma de ação afirmativa. Ou seja, discriminação positiva é uma discriminação que vem beneficiar grupos que não têm espaço na sociedade de forma a se afirmar em termos econômicos e de cidadania.

Por sua vez, na compreensão de quem exerceu dois mandatos consecutivos de reitor na UFBA, o ex-reitor pondera:

Antes não se falava de cotas por curso e os que adotaram até antes, no caso do Rio de Janeiro [UERJ] por uma lei estadual e aqui na UNEB por uma iniciativa interna, eram cotas geral e não articuladas. [Significa dizer]: tinha uma cota para aluno de escola pública e uma cota para negros.

O nosso projeto articulou as duas cotas [para escola pública e para negros] e o segundo foi o critério demográfico que foi considerado; as pessoas na época não tinham pensado nesse critério demográfico e os argumentos que ficavam eram: não podemos ter cotas porque há uma variação, não dá pra botar 20% de cotas pra negros no Rio Grande do Sul que só tem 5%... Então, esse movimento a gente incorporou e, no desenho, a minha contribuição principal foi à discussão de ter o programa de ações afirmativas no sistema inteiro [...].

Ao mencionar o sistema inteiro refere-se aos quatro eixos do PAAf: o da preparação, do ingresso, da permanência e pós-permanência. Considerar os quatro eixos que compõe o PAAf implica ter em conta que a promoção da autoafirmação dos estudantes ingressos pelo sistema de cotas na UFBA envolve mecanismos de permanência e pós-permanência, portanto, vai além do ingresso na graduação, como também citou o gestor da PROAE.

Trazemos agora a perspectiva de quem exerceu o cargo de diretor do Ceao enquanto era órgão suplementar da UFBA. Vale ressaltar que se trata de um órgão cujo protagonismo marca as proposições desde 1996 (reitorado de Felipe Serpa), daquilo que décadas mais tarde tornar-se-iam as ações afirmativas. Por decisão do Consuni, instância máxima decisória da universidade, esse órgão perdeu autonomia, enquadrando-se hoje apenas como órgão complementar. Perguntado sobre sua concepção de ações afirmativas, o então diretor do Ceao que continua atuando no tema das ações afirmativas considera que:

a expressão [ações afirmativas] ainda não alcançou o território nacional em todos os grupos mesmo no ambiente universitário, mas se você com certeza a partir de 2004 adentrasse com essa pesquisa perguntando a qualquer professor, sobre política de cotas nem falava reserva de vagas, política de cotas para negros e indígenas..., qualquer aluno da universidade saberia responder.

Podemos observar que as concepções dos gestores expressam um mosaico com diferentes visões e posicionamentos que embasam as decisões técnicas, administrativas, políticas e pedagógicas sobre as ações institucionais empreendidas nesse campo. Por sua vez, a gestora da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade avalia:

estruturalmente a pró-reitora [Proae] não foi preparada para ser o que ela faz..., não consegue nem dar conta das nossas demandas internas de trabalho, de espaço... É uma casa onde era a superintendência estudantil que atendia a um público específico, bem menor, em uma universidade que ainda nem pensava em ações afirmativas. Pouquíssimas foram as mudanças [efetuadas] para ser uma pró-reitoria [de ações afirmativas].

Diante do envolvimento com a operacionalidade das ações afirmativas imposto pelo seu cargo, sua concepção é de que:

A universidade, com o PAAf que foi aprovado em 2004, teve que se abrir e tinha que se abrir às minorias que estavam fora da universidade. Era uma universidade extremamente elitista, branca e nesse sentido a universidade não estava exercendo o papel social dela. Em 2004 a gente deu um primeiro passo para isso. Ações afirmativas hoje, dentro da pró-reitoria, é: ações afirmativas que cuida da permanência desse estudante [...]. Ele tá aqui na universidade e enfrenta todos os problemas sociais que estão lá fora, e ele enfrenta aqui. E esses problemas são ampliados, por conta tradição da universidade, de ser retrógrada e com um público muito específico, as pessoas estavam acostumadas a esse público. Eu entendo que a coordenadoria de ações afirmativas aqui dentro desse espaço, ela serve para propor ações pra minimizar as dificuldades que esses estudantes têm. A gente tem tentado fazer isso quando trata do acadêmico, do auxílio financeiro... A situação do indígena é muito particular, ele não pode entrar na residência universitária porque é muito diferente do habitat dele, dos

valores... E as ações afirmativas precisam discutir isso, é nosso papel discutir isso.

Como se observa, as aproximações e os distanciamentos decorrentes dos cargos ocupados configuram diferentes concepções sobre políticas afirmativas e revelam tensões e complementaridades que tipificam sua concepção na UFBA hoje. Nesse contexto, pode-se perceber que a UFBA ainda não compartilha de uma compreensão clara e articulada de “ações afirmativas”, bem como não adotou estratégias articuladas para oferecer visibilidade no ambiente virtual, no nível dos gestores, ao seu compromisso social no que refere a inclusão da diversidade e superação das desigualdades sociais previstas no PAAf/UFBA.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF, CANAIS DE INFORMAÇÃO VIRTUAL

Diferentes perspectivas marcam a percepção dos gestores entrevistados acerca da divulgação de informações e canais de comunicação sobre os desdobramentos do PAAf/UFBA.

Se, por um lado, no portal da UFBA estão disponíveis relatórios de gestão contendo desde o número de estudantes atendidos e os valores gastos até a instalação do serviço de informação ao cidadão, no que tange às políticas afirmativas, a ênfase dos dados divulgados é sobre os mecanismos de permanência de caráter material, ou seja, relativos à permanência e ampliação do sistema pela oferta de apoios materiais aos estudantes (UFBA, Relatório de Gestão 2011). Por outro lado, quando se trata das dificuldades em torno do desenvolvimento do programa e seus mecanismos para a permanência bem-sucedida ou qualificada dos estudantes, a situação é oposta. Antecipando depoimento da reitora, adiante, agora é que está sendo iniciada uma pesquisa avaliativa que inclui este tema.

Considerando distintas situações, seja de uma unidade de ensino como a FOUFBA, seja do órgão responsável pela implementação da política como a PROAE, pela falta de recursos humanos, dentre outros, essenciais à gestão da informação para o processo diagnóstico e decisório, pode-se constatar a inexistência até mesmo de uma página da PROAE no portal da UFBA. Esse seria um instrumento para congregar informações e dados tanto qualitativos quanto quantitativos sobre a política. Afinal, tais informações possibilitam subsidiar um debate qualificado para além da polarização contrária e favorável às cotas, a que

muitas vezes se resume a compreensão de políticas afirmativas na sociedade, desconsiderando-se que o PAAf inclui permanência e pós-permanência.

Pelo papel que desempenha a comunicação institucional, é necessário que UFBA não fique refém dos veículos da mídia privada, mas esteja além dela, sendo capaz de prover a divulgação de suas informações, incluindo-se os avanços ou retrocessos sobre as ações afirmativas. Assim, torna-se tarefa fundamental a ser enfrentada pela universidade priorizar a divulgação ativa das informações públicas (como prevê a LAI), não se contentando com divulgação passiva, como ocorre mais frequentemente. Uma prova disto é a dificuldade de acesso à informação para pesquisas relatada por pesquisadores da UFBA no Seminário que discutiu Equidade na Educação Superior (ver seção 2.1.3).

Quando questionada sobre a divulgação de informações acerca do PAAf, a reitoria informou que está em curso uma ampla pesquisa sob a coordenação do Prof. Antonio Virgílio, via Edital. Enquanto isso os gestores e pesquisadores e a própria PROAE se ressentem da falta de informação sistematizada em um único local. Assim, cada órgão procura suprir a necessidade de informação, por vezes, sendo viabilizada com financiamento obtido de projetos submetidos a instituições de fomento. É exemplo disso o site divulgado pelo Prof. Jocélio Teles (Ceao) como sendo um dos melhores e mais amplos sobre as ações afirmativas (acessível em: www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br) onde estaria disponível também o recém-lançado livro sobre as cotas na universidade, organizado por ele.

Em outras palavras, significa que apenas tardiamente a universidade investe em uma avaliação do PAAf, viabilizada por meio do Edital Proufba Encomenda 2012, específico para ações afirmativas e perfil de ingressos e egressos (disponível em: <https://sapi.ufba.br>), quando o programa atinge em 2013 o nono ano de implantação.

Entretanto, foi revelado pela coordenadora das ações afirmativas que um dos momentos mais interessantes que presenciou, apesar da dificuldade que significou para ela, foi descobrir que os professores da UFBA não tinham ideia do perfil de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica existentes nos próprios cursos. A primeira edição do Programa Permanecer (2007) não exigia comprovação de renda que caracterizasse o perfil estudantil em situação de vulnerabilidade socioeconômica de candidatos a bolsistas. Houve críticas e em 2008 passou-se a exigir-se tal comprovação e os quando nos projetos constavam candidatos fora do

perfil, os professores eram orientados a fazer a substituição, os quais alegavam que era difícil atender tal critério. A coordenadora revela:

Muitos [professores] faziam o projeto para aquele aluno, independente do perfil socioeconômico e ia brigar para manter aquele aluno. Outros me falavam assim, mas, [nome da coordenadora], não existe esse tipo de aluno na universidade. Eu ouvia assim... pessoas... que tinham uma boa vontade de fazer, pessoas comprometidas... Mas que diziam assim: meu projeto não vai ter aluno porque não existe isso na UFBA. Eu ouvi muito isso em 2008, foi logo no início... Aí eu pedia a outra coordenadora: tem aluno desse curso com esse perfil? E [a resposta era] tinha uma lista enorme e aí eu mostrava [...]. A gente tava pedindo um salário mínimo de renda *per capita*, mas a média da pró-reitoria era meio salário mínimo.

E aí, muitos desses professores que me perguntavam, se tornaram tão engajados que hoje, mesmo sendo pra outro programa, PIBIC, por exemplo, eles exigem o perfil socioeconômico. E eu acho que o Permanecer foi importante pra isso... Como tem bolsa e tem atividade acadêmica os professores têm interesse. E mais ainda, os professores que têm mestrado tem interesse porque eles conseguem a bolsa, os técnicos também conseguem a bolsa. Então, é um programa que inclui todo mundo. [...]. E todo mundo reclama porque não conseguiu a bolsa e vem...e aí... a gente consegue conversar sobre essas questões e informar sobre esse tipo de situação. [respira fundo] E eu não queria passar por isso novamente, não! Foi difícil demais... era um baque... Mas foi uma experiência muito enriquecedora... não tenho como quantificar, mas foi uma experiência importante para mostrar pra universidade que aqui tem estudante pobre, estudante negro, indígena.

Quando perguntado sobre os problemas para a própria PROAE por não ter informação sistematizada e até pela não identificação de quem é cotista ou não, e o que ajudaria ou não ser divulgado sobre o PAAf, o que seria desejável ou não, diz ela:

O desempenho já foi divulgado e é bom mostrar [...], pois as pessoas que entram através das cotas estão tendo o mesmo desempenho relativamente que os estudantes não cotistas... E as pessoas não têm muito acesso porque foi um relatório, tá numa página da Prograd... mas acho que precisa discutir, ampliar e mostrar na cara, botar nas unidades; desempenho tem que mostrar, mesmo. E também tem que mostrar histórias de superação, mas com cuidado; porque quando a gente vê uma pessoa superando a dificuldade da vida dela, a condição em que ela se encontra, a gente pode achar que ela é uma exceção, porque se esforçou, o que em parte é verdade. Mas tem que ter muito cuidado na divulgação... essas histórias precisam ser muito divulgadas, amplamente divulgadas, com muito cuidado de não culpabilizar a vítima. E fazer com que essas histórias ajudem outras pessoas a pensar, pôxa, eu também passo por aquilo... Acho importantíssimo porque muitos de nossos estudantes chegam aqui superretraídos... Bom, os estudantes da escola pública ainda acham que não podem passar na UFBA e aí recorrem aos PROUNIs da vida porque acham que não podem passar na universidade federal, então, isso tem que ser mostrado para fora da universidade também.

Nós temos que divulgar a pós-permanência como resultado do ingresso, da permanência. Nós temos estudantes [egressos] que têm mestrado e doutorado; nós temos estudantes juizes, diplomatas; temos estudantes do permanecer que ganharam prêmio na área de exatas, de ciência; temos estudantes que estão indo para Cuba, Portugal estudar. Temos que divulgar

isso: os resultados do que é que a pró-reitoria faz; e a gente feito muita coisa. [Perguntado se isso não chega a público e por quê?]. Em parte pela pressão administrativa, do dia a dia, da burocracia. Em parte é cultural...; é o ranço da superintendência. Eu acho que a gente... talvez não dê a preocupação devida a isso, como um instrumento de legitimação da política, de consolidação da política... e o instrumento que vai proporcionar que o estudante... [que isto seja] parte da instrumentalização do estudante para ele superar a condição dele.

E ainda digo mais: ao divulgar, não é fácil divulgar porque as demandas que já são gritantes vão aumentar. Mas eu acho isso ótimo porque é pressão e a gente cresce na crise, cresce por meio da pressão. Eu acho que tem que divulgar a todos os estudantes, todos têm que vir aqui, brigar, vestir a camisa, sabe? Ao dizer isso, eu sei que muitas vezes eles encaram que a gente é contrário a eles. Mas nós temos muitas limitações [...]. mas se os estudantes não brigarem pode ser que a gente se acomode no administrativo ou nas urgências que chegam... E a gente precisa, junto com eles, dizer: olha, nós precisamos de mais. Só moradia não adianta. Só restaurante universitário não adianta. É bom? É, mas não é só isso... E quando a pró-reitoria divulga, aparece a demanda dele e coisas que a gente não tinha pensado sobre isso... E às vezes são coisas que nós podemos fazer com alguns ajustes. Com a demanda deles a gente se critica, se reestrutura para atender aquela demanda e força em cima, quem tá em cima: olha, eu tenho uma demanda real, a gente mostra isso nos relatórios.

Esse relato reflexivo e crítico revela a percepção de quem está na linha de frente dos problemas. A fala dessa gestora da Proae ratifica o entendimento da literatura e nossos pressupostos de que a divulgação dos resultados efetivos daquilo que foi concebido para o PAAf termina por legitimar a política afirmativa na comunidade, tanto para quem é favorável como para quem é contrário a ela, pois ao criticar possibilita o seu aprimoramento. Assim, desconsiderar o aspecto estratégico da comunicação institucional pode ser um “tiro no pé” para essa política e o compromisso social da universidade pública no propósito de inclusão e mobilidade social desses estudantes.

Percebendo a falta de informação sistematizada como algo muito grave para o próprio trabalho que a Proae desenvolve, desse modo, por ocasião da mudança na equipe que transcorria (na ocasião da entrevista), sua intenção é exatamente mudar de área, indo atuar na área de informação dentro da mesma pró-reitoria, dado a importância que tem a informação e a comunicação no trabalho com as políticas afirmativas. Ela relata:

A universidade precisa comprar essa briga, de se repensar e dizer: isso aí é realmente a prioridade; questionar quais são as prioridades, e a comunicação é uma delas. Porque eu não consigo atingir o estudante se ele não sabe que tem a pró-reitoria aqui para dar o suporte. O aluno deixa de buscar o recurso porque não sabe que ela existe [a pró-reitoria].

Finalmente, se a avaliação dos resultados do PAAf só ocorrer no décimo ano, torna-se um obstáculo também para que a política seja bem-sucedida, pois não se deveria esperar “os 45 minutos do segundo tempo do jogo” para que a comunidade interna pudesse conhecer e, em tendo interesse, colaborar no aprimoramento desse programa, dado que há diversas áreas na universidade que se debruçam sobre isto e poderiam atuar conjuntamente. E a avaliação não pode estar descolada da divulgação, no nosso entendimento.

É bastante sintomática a necessidade de avaliação na fala da coordenadora da PROAE quando diz: “a gente precisa qualificar para quantificar qualificado [...]; ainda que seja como um piloto, precisamos pensar uma política integralmente qualificada”. Diz, referindo-se à constante crise da escolha de prioridades diante de recursos insuficientes à demanda da PROAE de ampliar em quantidade e em qualificação da política, e sentencia:

“a pró-reitoria é o lugar de crise [...] e não tô dizendo que a comunicação não seja prioridade, mas às vezes não temos tempo nem pra pensar que isso é uma prioridade”.

Considerar a comunicação institucional como um fator estratégico para a legitimidade da política implica definir metas e investir os recursos necessários para seu alcance. Todavia, há uma contradição implícita a ser resolvida: quanto mais se ofereça visibilidade no ambiente virtual aos mecanismos de permanência e pós-permanência de estudantes beneficiados pelas políticas afirmativas, maior a demanda para a ampliação. Quanto menos se investir na qualificação da política, torna-se mais difícil a efetividade da permanência e pós-permanência qualificada para a mobilidade ascendente desse segmento estudantil.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAf: FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Sintetiza a visibilidade midiática que discutimos ao longo deste trabalho, a complementaridade da oferta de informação sobre o PAAf e correlatos em diversos canais institucionais hospedados no ambiente virtual da universidade e a respectiva busca por parte dos segmentos da comunidade interna, configurando que a obtenção de resultados alcance níveis satisfatórios de atendimento à necessidade de informação.

Portanto, a visibilidade midiática envolve uma relação com via de mão dupla, onde não basta à universidade disponibilizar documentos produzidos para atender

fins ou exigências cartoriais da natureza do seu funcionamento como ente público. Assim como não é suficiente que os segmentos da comunidade busquem determinada informação sistematizada para seus intentos particulares, ainda que relativos aos fins da universidade, como projetos de pesquisa. Mais que isto, a produção de informação precisa estar atrelada ao atendimento de necessidades informacionais que precisam ser conhecidas e para as quais é preciso existir os recursos disponíveis. E aqui estamos falando especialmente de recursos humanos e tecnológicos, de pessoas e tecnologias aptas a produzir os resultados, além de requerer deliberação institucional para isso. Em outras palavras, é ser reconhecida pelas instâncias deliberativas superiores, tendo a alocação de recursos que os viabilizem, ratificando sua relevância também na prática.

Diante de recursos escassos, a tomada de decisão sobre o que vai ser prioritário é uma questão fundante, que não se resolve apenas com pressões da base. Neste caso, implica compreender sua importância no processo, o quanto aquilo que for deixado de investir de um lado, pode gerar prejuízos de outro. Em outras palavras, é fundamental considerar o papel estratégico que desempenha a comunicação institucional, medida pela disponibilidade de informação (via de mão única), mas também dos canais de comunicação que permitam a retroalimentação do processo infocomunicativo, o diálogo entre os envolvidos, inclusive o *feedback* do que está sendo ofertado/acessado pela instituição pública (via de mão dupla) como mostra a literatura. É fundamental ter em conta qual o custo da não informação para a legitimidade institucional e de suas políticas na percepção da sociedade que as financia. Assim, vejamos perspectivas de gestores entrevistados sobre os resultados do PAAf. O gestor do Ceao diz:

Há uma necessidade de mostrar cada vez mais que o sistema de ações afirmativas ele incluiu, mas ele não incluiu como muitos de nós gostaríamos. Ainda é pequeno o percentual de estudantes de escola pública que terminam o ensino médio e que são negros, indígenas e pobres e, menor ainda, os que vão concorrer aos vestibulares das instituições de prestígio como UFBA, como as federais de um modo geral. Não é à toa que a mídia agora volta a utilizar esse tipo de argumento que aparece na Folha de São Paulo: “de que não incluiu totalmente os estudantes do sistema público”. Eles [a mídia] abandonaram o discurso de que haveria maior evasão, reprovação, e agora vão pra esse papo. Mas era de se esperar, o percentual é pequeno e muitos estudantes que estão na escola pública que trabalham preferem ir pra alguma universidade privada onde vão poder continuar a trabalhar. Tem o financiamento total ou parcial, FIES, tem o ProUni. A universidade pública federal no geral e, mais ainda, nesses cursos que você está investigando [Odontologia] é um universo muito

distante pra essa população que nunca teve um parente médico, dentista, arquiteto, engenheiro químico (Gestor do Ceao).

O pró-reitor de ações afirmativas ressalta que não se consegue promover a divulgação adequadamente, pois a dinâmica da operacionalidade da política “engole”; não dá tempo porque “as demandas aumentam e não tem estrutura” [referindo-se ao corpo funcional na Proae].

A visibilidade fica mesmo com o Programa Permanecer que, por meio do sistema de informação Sisper, disponibiliza informação sobre editais para projetos, candidatura aos auxílios estudantis, diretrizes do Programa, entre outros. Para ilustrar ações realizadas em sua pró-reitoria, valeu-se do Relatório de Gestão 2012 (p. 116-117) sob a rubrica: “Assistência Estudantil do Ensino Superior”, cedendo-me 2 páginas impressas, que recuperei da versão digital o seguinte trecho:

A Universidade Federal da Bahia implantou o Programa de ações afirmativas a partir do vestibular de 2005, reservando 45% de suas vagas para o ingresso de estudantes de escolas públicas. A partir de então vem aumentando significativamente o percentual de estudantes pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de apoio para garantir sua permanência na Universidade de forma qualificada. A partir da implantação do REUNI, o número de vagas para ingresso na UFBA praticamente dobrou. Desta maneira, foi necessário ampliar e diversificar os Programas de Permanência Qualificada na UFBA, importantes para a democratização da educação superior, impondo à Universidade o desafio da permanência, uma vez que os discentes oriundos dos grupos sociais menos favorecidos têm maior probabilidade de adiar ou mesmo interromper suas trajetórias acadêmicas devido a condições desfavoráveis que interferem concretamente na sua presença no contexto universitário. Considerando todos os cursos, cerca de 3.600 estudantes ingressaram na UFBA em 2012 pelo sistema de cotas. A implantação das políticas de permanência qualificada na UFBA tem sido possíveis devido à existência do PNAES, sendo que as metas a serem atingidas são definidas de acordo com os recursos disponíveis no orçamento anual. Desta maneira, o estabelecimento destas metas não está sendo pautado na necessidade de atendimento ao total de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e sim no montante de recursos disponíveis. Em 2012 superamos as metas previstas investindo recursos financeiros para atender 840 estudantes dos três campi com auxílio moradia; 441 estudantes dos campi de Salvador e Vitória da Conquista foram contemplados com auxílio financeiro para transporte, além da implantação em Salvador de um sistema de transporte intercampi denominado “Buzufba”, que tem contemplado um grande número de estudantes; 898 estudantes foram contemplados com bolsas dos programas de permanência qualificada denominados Permanecer, Bons vizinhos e Ações Institucionais nos três campi; 860 estudantes foram contemplados com os incentivos aos programas de esportes durante o ano de 2012, com média mensal de 71 estudantes por mês, que participaram de importantes competições esportivas tanto locais quanto nacionais, destacando-se a participação nos jogos universitários da Bahia e Brasileiros; 185 estudantes foram contemplados com auxílios financeiros para aquisição de material didático; 279 estudantes receberam auxílios financeiros destinados à promoção da saúde, incluindo a aquisição de óculos de grau, de medicamentos ou tratamentos dentários; 1770

estudantes receberam auxílios financeiros para organização ou participação em eventos acadêmicos e científicos nacionais ou internacionais durante o ano de 2012, correspondendo a uma média de 148 auxílios por mês e 438 estudantes dos três campi receberam auxílios financeiros para subsidiar suas alimentações. A Universidade oferece ainda 420 vagas em cinco residências universitárias, sendo três casas próprias e duas contratadas junto a terceiros; 70 vagas na Creche e oito auxílios financeiros para subsidiar os custos com creche de filhos de estudantes do Campus de Vitória da Conquista e da periferia de Salvador. Além disso, durante o ano de 2012 foram servidas 687.079 refeições no restaurante Universitário, atendendo diariamente em torno de 1882 estudantes, contemplados com café da manhã, almoço ou jantar. Foram também investidos recursos em material permanente, contemplando a aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos de informática para as residências universitárias e para a creche da UFBA. A existência de restos a pagar não processados deve-se aos pagamentos de bolsas e auxílios referentes ao mês de dezembro, aos pagamentos das empresas responsáveis pelo fornecimento de refeições no Restaurante Universitário e ao oferecimento de vagas contratadas nas residências universitárias terceirizadas e à aquisição de material permanente ainda não entregue, não tendo causado reflexos negativos na execução dos programas. (UFBA, 2012, Relatório de Gestão).

Nesse sentido há uma questão forte entre o que é ofertado e o que é demandado de informação, ou seja, qual a finalidade da informação. Enquanto professor e pesquisador, o primeiro gestor reflete a importância de divulgar informações que são nitidamente distintas daquelas que revelou o segundo, enquanto pró-reitor à frente da PROAE. A finalidade da ação realizada, como consta no relatório mencionado, é especificamente:

promover a permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior.

Portanto, a informação disponibilizada na UFBA não reflete os aspectos simbólico-culturais que envolvem a permanência qualificada de estudantes ingressos no PAAf (o que está muito além da mera assistência estudantil) a exemplo de ações para apoio pedagógico, acesso à bens culturais que reflitam sua condição existencial e razões históricas da exclusão social, desenvolvimento de competências em comunicação e autoexpressão e outras voltadas a promoção de novas representações sociais e de solidariedade para quem enfrentou e enfrenta situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ainda que seja fundamental oferecer recursos materiais (não se admite não atendimento de necessidades básicas de sobrevivência), provê-lo não é suficiente para os propósitos das políticas afirmativas como meio de inclusão e mobilidade ascendente previstos no PAAf/UFBA.

É papel da gestão central e instâncias deliberativas da universidade avaliar qual o papel estratégico cabe à informação e à comunicação em uma instituição como a UFBA no contexto em qual informação e conhecimentos produzidos e veiculados em rede podem potencializar as ações afirmativas e a autoafirmação daqueles que ela pretende incluir com tais políticas.

É importante considerar que a invisibilidade da informação, envolvendo pessoas vulneráveis socioeconomicamente, pode reproduzir a exclusão que tanto as políticas visam a coibir. O reconhecimento da política com seus dados disponibilizados na mais ampla vitrine institucional no ambiente virtual – o portal da UFBA – ao promover a visibilidade desse público contribui para sua inclusão simbólica, sendo contributiva para os processos de pertencimento e afiliação dos novos estudantes de origem popular no ambiente universitário, sendo também uma forma de reconhecimento: poder estar na mídia da instituição, ser notícia vinculada a aspectos positivos e de superação, observando o cuidado, como destacou a coordenadora da PROAE. Sabemos que isto ainda é algo raro para as populações afrodescendentes e em situação de vulnerabilidade social, e que é oportuno refletir, particularmente para os ingressos em cursos de alto prestígio.

O sigilo mantido na identificação do estudante ingresso por cotas não pode ser motivo para o sigilo quanto aos resultados do programa. **Na compreensão do ex-reitor, perde-se muito com a não divulgação, mas é preciso saber se isso é específico do programa ou é um traço da universidade**, e diz ainda:

O que eu acho que aconteceu é que a universidade naturalizou o programa de ações afirmativas, incorporou e está convivendo com o programa de ações afirmativas. Não tem retorno e com a expansão do Reuni uma parte importante é que diminuiu muito a pressão. A UFBA tem um dos dados que eu acho mais interessante, nós tivemos uma redução de mais da metade na competição por cursos em média na universidade.

Em outro momento da nossa entrevista, **ele considera que a “a comunicação na universidade é muito burocrática”**. E relatando sua tentativa de modernizar a página da UFBA na internet, que era muito clássica, comenta:

[...] é como se a gente trabalhasse com uma espécie de agência de notícias internas veiculadas depois que aconteceu, com um atraso, sem uma verificação de interesse. Então é como se fosse assim: se você quiser divulgar alguma coisa mande pra lá. Por outro lado, há um uso mínimo de redes sociais e, em terceiro, lugar tem alguns elementos, que um leigo como eu não saberia porque; mas algumas coisas você vê que são melhores e outras piores nesses elementos da qualidade da divulgação das mensagens, coisa que a área de publicidade faz muito bem e a gente tem.

[...] Ela [a mídia] vem buscar o catastrófico. Mas aí eu fiz um trabalho, que eu tentei fazer individualmente, **mas era um trabalho que cada unidade deveria estar fazendo, cada professor deveria estar fazendo, cada diretor... deveria incluir sua pauta com uma constante visibilidade da instituição que ele representa, porque a universidade é uma instituição diferente das outras, cada grupo de pesquisa, cada pesquisador é um universo e têm suas especificidades, suas qualidades, suas propriedades que fazem cada escola, cada curso, único.** (grifo nosso).

Em parte é difícil fazer a divulgação porque a atividade de gestão no cotidiano é burocrática e ainda tem o aspecto cultural herdado da superintendência estudantil que não divulgava tais informações, conforme revelado. Além disso, é preciso superar a crise constante da PROAE: amplia ou qualifica? Uma crise de escolha de prioridades, que demanda “pensar uma permanência mais integralmente qualificada”, como revelou a coordenadoria de ações afirmativas, educação e diversidade, na fala de sua gestora.

AFILIAÇÃO COMO RECONHECIMENTO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTE DE ORIGEM POPULAR

A invisibilidade do estudante na sala de aula, algumas vezes, é uma escolha estratégica para continuar sem incomodar. Isto já foi mapeado na tese Dyane Santos (2009) e se confirma na fala do ex-reitor quando perguntado sobre aspectos mais sutis para a inclusão social, por exemplo, quando estudantes são tidos como sem “base” ou o seu capital simbólico oferece limites à articulação do seu discurso e sua afiliação intelectual e institucional.

o aluno que entra no BI [bacharelado interdisciplinar] além dele ter uma fase intensiva de afiliação promovida, induzida, dá um tempo para se fazer uma preparação e aí suplantar essas carências e também faz com que esses alunos ganhem uma autoafirmação. **Porque o programa de ações afirmativas não é só afirmação externa é também de ação autoafirmativa.** (grifo nosso).

Portanto, se os professores compreenderem esse como mais um papel que é necessário assumir no atual contexto da universidade, eles podem ajudar no processo de autoafirmação, não apenas do estudante, mas da carreira docente. E isto concorre positivamente para a afiliação intelectual e institucional pensada por Coulon (2008).

Na percepção do nosso ex-reitor o que pode fazer um diferencial no processo de afiliação estudantil são duas coisas: a **solidariedade, pois os processos pedagógicos são todos coletivos**, busca-se a prevenção do individualismo; e a

segunda é a **capacidade de os sujeitos se posicionarem**, pois na questão da formação da opinião, considera isto um monopólio de capital simbólico. E pontua,

[...] o mundo hoje é um mundo de informação, é rede, então esse repertório alguns sujeitos adquirem de berço, claro que não hereditário, mas é todo um processo social que faz com que ele chegue na universidade com esse repertório e as ações afirmativas fizeram com que uma grande massa estivesse na universidade com o outro repertório e aí, **um jovem desse, entrando por cotas em um curso, ele é muito mais vulnerável a essa sutil segregação e muitas vezes pra ele é mais vantagem ser invisível pra não sofrer**. No caso dos alunos que passam pelo primeiro ciclo não, o um ano e meio de formação gerada pelo BI, tá escrito são práticas de afiliação decorrentes da construção desses dois eixos, solidariedade e comunicação como valor simbólico (grifo nosso).

Há uma distinção clara na fala dos sujeitos, do lugar de onde falam e daquilo que vivenciam e como são tocados pelas experiências. Nesse processo, foi nítida na fala da gestora da PROAE a expressão de quem olha muito de perto, por força do cargo, a singularidade das pessoas que buscam os mais diferentes auxílios na PROAE, sejam materiais ou imateriais.

Uma expressão que remete a alguém que não se enrijeceu no cargo, e segue com muita inquietação e desejo de transformar a falta com preenchimentos de sentidos no seu fazer cotidiano, na diferença que pode fazer ao ouvir cada pessoa, nos relatórios para a administração central, nos questionamentos à equipe. Um exemplo disso foi uma situação na qual se ocupou de viabilizar o pagamento das bolsas-auxílio dos estudantes (por falta de pessoal, na época), por entender que a bolsa era usada para o estudante pagar o que comer, portanto, não poderia esperar que ela desse conta das atividades de concepção das políticas. Outro exemplo forte foi quando relatou uma situação de assédio moral a estudante por ser negro e pobre e ele não sabia que poderia procurar a PROAE, disse ela visivelmente tocada: “não é papel dele saber; a universidade tem que dizer a ele, ampará-lo... mas isso não é passado nem explícita nem implicitamente...”.

A complexidade do cotidiano dessa política está muito além da aceitação ou não dela, dos números e da sua divulgação por imposição legal. Ela precisa estar incorporada nas entranhas da universidade, precisa ser gestada e “parida”. E como uma pátria-mãe gentil, é preciso que acolha o “novo filho” que chegou à família. E ainda que suas características fenotípicas e forma de se expressar sejam diferentes das dos demais, é preciso o seu acolhimento como filho legítimo que é, a promoção das condições efetivas que assegurem seu lugar reconhecidamente nessa família e

o alcance dos mesmos direitos e condições de desfrutar das mesmas oportunidades dos filhos que chegaram primeiro nessa família: a universidade pública.

Em outras palavras, é preciso conhecer as especificidades do novo perfil de estudante que ingressa a universidade tendo o estigma da vulnerabilidade socioeconômica para que se possa orientá-los e afiliá-los na direção de uma permanência e pós-permanência qualificadas.

4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS

Apresento nesta seção os resultados do Bloco 2, que refletem as percepções dos sujeitos da Faculdade de Odontologia no tocante à visibilidade midiática no ambiente virtual do PAAf/UFBA, na perspectiva dos gestores (informantes-chave), submetidos a entrevista semiestruturada, e de estudantes e professores, aos quais responderam a questionários distintos. Os representantes do D.A., estudantes ativos, estão entre gestores porque participam das instâncias deliberativas (colegiado e departamentos) como representação estudantil na unidade, fazendo o papel de mediação infocomunicativa entre topo e base.

A FOUFBA estava em reforma, portanto, em um constante movimento nos dez andares do edifício (anfiteatro, salas, ambulatórios, laboratórios, clínica...). O espaço físico integrado ao D.A. era quase um canteiro de obras e não havia local de convivência para os estudantes, que circulavam com seus kits pelos corredores, de uma aula para outra, sendo privilegiados com espaço físico de referência os participantes do Programa de Educação Tutorial (PET) e do D.A.

Nessa dinâmica é que foram obtidas as respostas de 7 gestores, 53 estudantes e 35 professores, descritos a seguir. Dados e informações quantitativos tiveram tabelas e gráficos gerados no programa estatístico SPSS e estão disponíveis nos Apêndices E e F e as questões abertas estão contempladas na seção 4.3. A ocorrência de *missing* em cada resposta fechada significa que ela foi deixada em branco ou não se pôde aferi-la por alguma inadequação. Assim, os *missings* foram excluídos e considerados somente os números válidos. Convencionei desprezar a questão OUTROS quando não foi preenchida a alternativa correspondente e sempre que esta ou outra não se mostrou relevante para o tema em questão. Feitos os

esclarecimentos necessários, seguem-se às análises e discussão dos dados nas respectivas seções dedicadas a informantes-chaves, estudantes e professores.

4.2.1 O QUE REVELARAM OS INFORMANTES-CHAVE DA FOUFBA

PERFIL DA POPULAÇÃO: GESTORES DA FOUFBA (INFORMANTES-CHAVE)

A maioria dos entrevistados atua há mais de 20 anos na UFBA, com exceção da coordenadora do colegiado do curso com 9. Além do ensino, alguns desenvolvem atividades de extensão, pesquisa e publicação, concomitante com os cargos e funções gerenciais nessa trajetória. Suas áreas de formação na Odontologia envolvem a saúde coletiva e políticas públicas, epidemiologia, cirurgia e radiologia. As áreas social e cirúrgica ficaram mais destacadas como distintas, sendo a área social envolvida com temáticas como as ações afirmativas, mantendo uma perspectiva mais humanista da formação, acolhendo a complexidade das relações sociais que atravessam a formação de estudantes, cotistas ou não, em situação de vulnerabilidade social, diferentemente da área clínica.

Os 7 gestores representam direção, 3 departamentos, colegiado do curso e 2 representantes estudantis, estes cursando o 6º e 7º semestres do curso, sendo um do gênero feminino e outro masculino; um ingresso por cotas o outro não; ambos têm pretensão de atuar na odontologia social/hospitalar, o que explica o fato de serem colaborativos e envolvidos com formas de apoio a colegas que precisam. Além do D.A., um deles atua na monitoria em disciplina e no PET Odonto e o outro assessorando os trâmites junto à PROAE, mantém diálogo com o Colegiado, Direção e outras instâncias decisórias nas questões estudantis. Apesar da intensa jornada na graduação, tendo aulas nos turnos matutino, vespertino e noturno, o D.A. Odonto, conjuntamente com o Colegiado do curso e o PET, está comprometido em implantar a avaliação institucional na FOUFBA. Um deles revelou que o Sistema de Avaliação (SIAV) da UFBA não produz retorno da avaliação docente, que é realizada pelo estudante como pré-requisito para sua matrícula via web. Ou seja, as informações que alimentam o SIAV não geram melhorias que contribuam para aperfeiçoar o curso, na sua percepção.

CONCEPÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS NA UFBA

Nas concepções sobre a temática emergiu a ideia de que o conceito de raça seria impróprio, ao menos na opinião de dois gestores, para os quais, todos são seres humanos. A concepção da biologia e da genética foi evocada para justificar a suposta fragilidade de se manter o recorte etnicorracial nas políticas públicas para pobres-negros, já que seria “natural” em suas percepções a maioria da população (sendo negra) ser a mais pobre. Houve posições mais moderadas e outras mais críticas quanto às desigualdades perceptíveis entre os estudantes oriundos de camadas populares, as quais expressaram descontentamento com tal realidade e desejo de ver implantadas alternativas para repensar as AAs.

A percepção enquanto direção da unidade de ensino e participante das deliberações no Consuni deu a essa gestora da FOUFBA uma compreensão mais ampliada do processo de inclusão através das ações afirmativas, isto é, para além da visão de que seja apenas para atender as demandas básicas de sobrevivência do aluno de modo a permanecer na universidade. Mais que isso, ela entende que envolveria uma série de ações tais como políticas de moradia; auxílios financeiros de diversas ordens; restaurante universitário, entre outras, voltadas para criar condições mais amplas de permanência na universidade. E a partir disso, essa gestora abraçou uma série de desafios, ao longo dos seus dois mandatos de diretora da unidade, como relata:

Então, a gente tinha as duas situações: aqueles em situação de extrema vulnerabilidade, que dependiam também de moradia, de transporte, de alimentação e que, portanto, não dispunham do recurso necessário para atender as demandas do curso; mas tínhamos, também, outro tipo de aluno que não requeriam esses outros apoios, que dizer, tinham residência em Salvador [...] e não precisavam de auxílio para alimentação, mas, ainda sim, não dispunham das condições para frequentarem, realizarem as atividades do curso.

Uma gestora de departamento revelou conceber as ações afirmativas como “o pagamento de uma dívida histórica” e que na primeira turma, os professores nem sabiam como receber essa situação, o que hoje estaria incorporado no cotidiano docente, para ela.

Por outro lado, percepções mais instrumentais também se revelam, sendo para um gestor de departamento:

“uma [...] tentativa da Universidade... do Governo, via universidade, de criar condições para que o aluno pobre possa executar a sua graduação [...]”.

Para quem está na perspectiva de gestor-estudante, as ações afirmativas equivalem ao acompanhamento da permanência do alunado no curso que ele deseja, e pondera:

Se é assistência afirmativa né, é acompanhar, saber do aluno porque o aluno tá perdendo a disciplina, porque o aluno tá se evadindo do curso, porque é algo... algo muito triste.

Complementando a visão da representação estudantil, **a gestora-estudante considera que além de transporte, roupa, compra de materiais, é necessário acolhimento**. Diferentemente dos demais colegas de curso, dispõe de espaços físicos do D.A. e PET como pontos de apoio na faculdade, onde tem aulas teóricas e práticas das 7h às 19h, 20 horas. Ao comparar com sua experiência no PET Odonto, diz:

no PET se tem um tutor, todos deveriam ter um; a faculdade, em si, não acolhe as pessoas, não há um espaço para a convivência, os alunos ficam no corredor; não há espaço para estudo...

Como revelou a então diretora, para manter a sua presença no curso, nas atividades cotidianas, o aluno de odontologia tem de gastar em torno de R\$ 3.000,00 a 4.000,00 (três a quatro mil reais) por semestre. Ela analisa que, diante da impossibilidade de um estudante que se enquadra nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica dispor de valores dessa monta, a consequência é o prolongamento da permanência no curso, pois

[os estudantes] se matriculam nas disciplinas e acabam trancando por falta de recurso financeiro para estudar. Entra aí outra dimensão a ser considerada, a pedagógica [...]. É uma **situação perversa dentro da lógica que se pretende de inclusão e permanência plena desses alunos na universidade**. (grifo nosso).

Compondo mais um mosaico, no interior da FOUFBA, de como concebem as ações afirmativas, a política vai sendo operada e, conforme o estilo da gestão no colegiado, nos departamentos, na direção e no D.A., as tensões vão-se acomodando e/ou potencializando-se, para fazê-la acontecer, seja no silêncio ou na reivindicação persistente. Essa última marcou a gestão dessa diretora, que acabara de sair do segundo mandato, e foi percebida por todos os sujeitos participantes desta pesquisa como um diferencial importante para conseguir apoios institucionais para material didático e outros, junto à PROAE, conseguindo viabilizar a permanência de muitos estudantes, dentre eles, o gestor-estudante desta pesquisa.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF, CANAIS DE INFORMAÇÃO VIRTUAL

A percepção dos diferentes gestores relativa à existência de divulgação de informações e canais de comunicação sobre os desdobramentos do PAAf/UFBA, bem como se estão adequados para facilitar a permanência de estudantes de origem popular na FOUFBA, revelou um uníssono e veemente: NÃO. Ainda que sejam reconhecidos os esforços e alguns avanços alcançados.

Um gestor de departamento fez a ressalva de que quem pode estar informado sobre essa questão é o pessoal da área social, da Odontologia social e saúde coletiva. Contudo, ele considerou pertinente que a comunidade acadêmica fosse informada acerca do processo de aprendizagem dos alunos ingressos pelo sistema de cotas, pois “é importante para o professor saber se o aluno tem condições ou não de seguir o que você pretende fazer na disciplina”. Ele afirmou não conhecer o órgão responsável pela divulgação das informações sobre as ações afirmativas, fazendo a uma ressalva que refletiria um desinteresse mútuo:

Eu nunca me interessei em saber, porque se eu tivesse interessado eu iria saber e ele [o PAAf] também nunca mostrou interesse em se fazer conhecer por mim.

A gestora do colegiado revelou que os dados e sua disponibilidade são inadequados, e esclarece sua opinião:

Mas não são inadequados isoladamente, porque quando eu assumi o colegiado, quando o próprio professor assume, não há uma orientação da Reitoria em nada do que ele vai fazer; o professor é jogado lá e quem tá lá por dentro vai orientando o professor, o que, agora, em Odonto a gente tá tentando corrigir: quando o professor entrar aqui, a gente vai fazer uma comissão de acolhimento desse professor.

Revelando as dificuldades encontradas no exercício da gestão, ela diz que “quando o chefe de Colegiado assume não há também absolutamente nada”, por isso, pediu uma reunião com o Pró-Reitor de Graduação, Prof. Ricardo, para ter orientação de como proceder na coordenação do colegiado e a recomendação foi: “siga o REG [referindo-se ao Regulamento de Ensino de Graduação], siga a portaria e vá em frente”. Desse modo, as informações vão sendo colhidas a depender das demandas, diz a gestora.

Reforçando essa percepção, outra gestora de departamento relatou que há professores que não têm interesse por bolsas auxílio, mas na maioria é por conta da falta de divulgação, ou seja, a divulgação não está adequada, dizendo:

[...] a grande maioria dos nossos professores aqui nem encaminham bolsas, pedido de bolsa pro Permanecer; e eu acredito que a grande maioria [seja] por falta mesmo de informação.

Quando perguntado sobre a visibilidade do PAAf e canais de informações, o gestor-estudante responde: “olha, a única coisa que eu sei é que a PROAE faz parte das ações afirmativas”. Outro sinalizador da quase-(in)visibilidade do PAAf/UFBA na FOUFBA é a atuação do representante estudantil junto a seus pares, pois seus colegas recorrem a ele para serem orientados em várias questões sobre trancamento, auxílios, entre outras.

O saldo dos avanços e limites sobre a divulgação do PAAf, como parte importante para a permanência estudantil, é marcado na fala da gestora da direção quando diz que a publicização via editais avançou muito, incluindo a disponibilidade de editais da PROAE no sistema permanecer (SISPER). Entretanto, o fluxo da comunicação interna na UFBA que circula, no dia a dia, nas unidades, de modo geral, ainda é elementar. Cita como exemplo a página da unidade [FOUFBA]:

Era muito [...] elementar, com muitos equívocos. **Tentamos com recurso próprio da unidade fazer essa revisão, tentamos suporte CPD, não conseguimos, enfim. Tava tão ruim que a gente tirou do ar.** [continuando aponta]. Há unidades na UFBA que têm recursos obtidos com projetos e outras têm gente com aquele conhecimento específico, que faz páginas [*homepages*] lindas e maravilhas; outras unidades não têm páginas [no ambiente virtual], simplesmente porque não tem esse pessoal, não tem às vezes dentro das prioridades da unidade do uso do recurso próprio. (grifo nosso).

Todos os relatos evidenciam que não há divulgação adequada do PAAf. E sem isso, há riscos à efetividade do acesso aos mecanismos que visam à permanência e pós-permanência de estudantes, particularmente aos mais vulneráveis na capacidade de autoexpressão para reivindicar uma permanência qualificada.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF NO AMBIENTE VIRTUAL, FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

A percepção de que a divulgação é inadequada não se restringe aos informantes-chave e acaba refletindo na sociedade em geral, nos veículos de mídia que contribuem na formação da opinião pública. A percepção de que a UFBA não se esforça para divulgar amplamente as questões que contornam o programa de ações

afirmativas, faz arranhões à sua imagem e a seu projeto institucional, a sua pertinência social.

O relato da direção mostra sua preocupação com os limites cotidianos, entre divulgar ou não divulgar quem são os estudantes ingressos pelo sistema de cotas:

[...] **eu acho, sim, que há uma fragilidade grande dessas divulgações e dessa interação no interior das unidades, do que existe política, do que existe de possibilidade, do que existe apoio**, né? Quando a gente divulga o edital, a gente bota nos murais o edital. Não há outro instrumento... de comunicação com os alunos. Nós não podemos fazer uma busca ativa, porque em tese, o dirigente, ele não tem conhecimento prévio de quem são os alunos... que ingressaram pelo sistema de cotas, né? Que é uma medida, de um lado visa proteger o aluno de qualquer tipo de discriminação, mas, por outro, também dificulta o acesso a ele, para que ele receba algum tipo de... de benefício que esteja disponível. Então, eu acho que tem uns limites grandes e que as unidades muitas vezes não têm o suporte institucional necessário para prover essas condições, mesmo que considere importante, mesmo que queira, mas, muitas vezes, não consegue realizar (grifo nosso).

Novamente tem espaço o questionamento sobre qual é o papel e o valor estratégico da divulgação de informações e da disponibilidade de canais de comunicação por parte da universidade pública sobre os bens e direitos destinados ao cidadão, para subsidiar a comunidade interna no exercício de suas funções: docente, coordenador, dirigente...

Um questionamento latente é: como a divulgação no contexto de comunicações em redes sociais e virtuais não encontra na nossa universidade *expertise* tendo no conjunto de áreas como informação, informática, comunicação/publicidade e gestão tantas possibilidades para provimento de um princípio basilar da democracia, e objeto de lei, que é a publicidade na instituição pública? E mais, quando os recursos humanos para tal tarefa terão prioridade nos concursos da UFBA, por parte do MEC, inclusive dos recursos do PNAES e correlatos?

Fecho momentaneamente essa questão com a fala da diretora que sugere deveria haver múltiplos canais como meio de tornar mais efetiva a divulgação sobre os mecanismos de permanência e pós-permanência:

Eu acho que **tinha que haver a possibilidade de uso de vários desses canais. Muitas dessas coisas... seria interessante que tivesse em papel, no mural, que tivesse numa página interativa de fácil acesso, de fácil compreensão** e tal. E inclusive, eu não sei, aí fica sempre o cuidado do que isso significa de discriminatório ou não. Mas, por exemplo, essas listas que existem na UFBA, tem uma lista para dirigentes, tem uma lista que todos entram, eu acho que isso é uma coisa que funciona muito em

termos de comunicação. Às vezes o aluno tem iniciativa de entrar na página pra buscar informação, mas se ele recebe um e-mail dando a informação, ele tem um acesso mais direto. Então, se fosse possível organizar essas listas também para os alunos...(grifo nosso).

Aquilo que se vê amplamente e aquilo que deixa de ser visto vai contribuir, cada um a seu modo, para a formação da opinião pública sobre a pertinência e compromisso social da universidade pública, portanto, sobre a legitimidade institucional perante sua comunidade interna. E a decisão da administração central em estimular os diálogos com os diversos setores não pode ser desconsiderada na implementação e revisão do projeto institucional.

AFILIAÇÃO COMO RECONHECIMENTO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR

Investigando as questões mais sutis que atravessam os estudantes carentes, diz a diretora:

Visto que o acesso aos recursos é incerto, isso tem ressonância na dinâmica do processo de afiliação. [...] os alunos estão sempre tensos preocupados e inseguros com a viabilização do curso.

Em decorrência dessas situações preocupantes, ela observa um aumento de casos de adoecimento de alunos por conta dessa situação [...]. E relata:

Como diretora eu tive, em várias situações, que encaminhar estudantes com quadro típico de depressão. Alguns desses, com caso grave, né. Então isso tem tido uma frequência, uma coisa que não era comum.

Cuidadosamente, ressalta que não pode afirmar que o quadro de aumento de procura de ajuda seja só dos alunos cotistas, pois não se fez esta mensuração. Mas, complementa: “sem dúvida nenhuma há... há aí um aumento dentro dessa parcela dos alunos que têm esse quadro de vulnerabilidade socioeconômica”. Além do mais:

Há uma tensão constante para quem tem de [...] adaptar-se a nova cidade, adaptar a um novo contexto, um nível de cobrança de exigência, para o qual, muitas vezes, eles não tiveram a formação básica que facilite essa adaptação.

Ela pontua que é preciso se referir a esse aspecto porque o impacto no perfil do alunado nos cursos, da política do programa de ações afirmativas, é muito diferenciado porque havia cursos que já tinham um perfil de aluno não muito diferente do que passou a ter com o sistema de cotas. Esses impactos, segundo a diretora, ocorrem nos cursos considerados historicamente como elitistas, no qual se inclui Odontologia, Psicologia, Comunicação, revelando que há relatos dos

professores, dos diretores sobre o que significou a mudança no perfil socioeconômico e de cor.

Pela quase invisibilidade do PAAf (até para os gestores da FOUFBA) e pela ausência de espaços de convivência e acolhimento, que tornem mais significativa a experiência dos estudantes mais vulneráveis, na visão dessa gestora, torna-se necessário que as ações afirmativas possam ocupar a discussão dos dirigentes, não apenas nos seus aspectos técnico-burocráticos.

Em outras palavras, dialogando com a literatura, é necessário abrir um espaço para as questões que envolvem a forma como os estudantes e professores significam nas interações sociais as diferenças geradas pelas desigualdades sociais. E assim possamos contemplar possibilidades, alternativas de superação, por meio de mecanismos de redistribuição e reconhecimento para esses novos ingressantes na UFBA. É esse entendimento que está implícito na ideia de ampliação do sistema com promoção de permanência com sua respectiva qualificação que fomenta a pós-permanência.

A gestora do colegiado, mais próxima da questão estudantil diariamente, considerou inexistentes os mecanismos da pós-permanência (eixo 4 do PAAf), pois não há sociabilidade; a biblioteca é um caos e não atende, sem livros sem computador. Sua radiografia desse cenário é de que **“isso não é ações afirmativas, isso é um placebo”** (grifo nosso).

Os relatos na FOUFBA confirmam as contradições evidentes, especialmente para os agentes que estejam próximos do problema. Afinal, a presença do estudante de origem popular em uma formação, em uma escola elitista traz um *“não saber como lidar com isso”*, em certa medida, compreensível. Porém, não exime da construção de alternativas de superação.

Além disso, a afiliação do estudante de origem popular não cabe ser tratada como se ele fosse mais um objeto adquirido e que vai ser tombado pelo setor de patrimônio da universidade, pois se trataria o “suposto objeto” de um sujeito situado, com direitos constitucionais, necessidades de reconhecimento (afetivas, legais e sociais) necessárias ao processo de formação e de aprendizagem, como foi expresso no referencial teórico. O ingresso, a aceitação e a inclusão, ainda que reconhecido o direito desse estudante ascender socialmente, são pautas muito novas na cabeça das pessoas da nossa comunidade, portanto, está em processo de construção, de mudança. Por isso, carece de um debate franco e da mobilização dos

envolvidos como parte integrante dessa política. Os quais precisam ser fomentados e franqueados pela da própria universidade, pela gestão central, como reflexo do PDI e do compromisso social da universidade pública. Tudo está sendo construído, nada está dado ou pronto; mas em transformação, é o que nos mostra essa gestora, tocada pela experiência:

No início eu fazia uma crítica. Era essa questão... eu achava que eles entravam assim... muito frágeis no português, na matemática e que precisa, é base. Mas aí, eu os vendo passar por todos os semestres e, ao final, eu vejo que não. Que eles conseguem se superar. Os que ficam, que não abandonam, eles se superam e é uma forma realmente de promoção das pessoas. Não só do aluno em si, mas a família. A família vem junto, promove junto a família também. Essa menina que eu te falo do biscoito [refere-se ao relato da estudante cuja única refeição na faculdade era um pacote de biscoito], era uma menina também de origem bem pobre e tudo, e assim... tenho certeza que agora ela já formada, com certeza a família também tá numa situação melhor. **Então ascende socialmente a família junto. Isso pra mim é o que faz a diferença, mas tem que ter essa ajuda da universidade, senão, eles realmente abandonam no segundo ano.** (grifo nosso).

Para que o estudante de origem popular possa se sentir realmente um membro afetivo na FOUFBA, sendo o estrangeiro que o é dentro de uma formação elitista, e possa construir coletivamente uma trajetória bem-sucedida, não podemos adiar o repensar de alguns valores nas relações que se estabelecem na universidade atual, pressionada pelo produtivismo “quase-ensandecido” das agências sustentadas no paradigma da avaliação somativa, dos ranqueamentos. Elementos como a solidariedade, capacidade de expressão e autonomia reflexiva precisam estar na pauta de trabalho, não apenas de debate, mas de mobilização transformativa, que nos tire o gosto amargo da descrença no outro, nas políticas públicas, nas instituições...

Por fim, cabe uma pergunta para reflexão: quantos de nós, na labuta diária dentro universidade, considera-se realmente afiliado intelectual e institucionalmente? Particularmente tendo exaustivas jornadas, orientação estudantil e acadêmico-científica, produção e publicação (conceito Capes/Qualis A1, preferencialmente!) sem que as condições materiais e simbólicas do papel de professora ou professor sejam quantificados ou avaliados na mesma medida? É necessário dizer que: não é fácil para a professora ou o professor ajudar o processo de afiliação do estudante se não se sentir parte integrante da universidade, se não se sentir afiliada ou afiliado a ela, se não se sentir autoafirmada ou autoafirmado na carreira docente na UFBA (Universidade Nova).

4.2.2 O QUE REVELARAM OS ESTUDANTES DA FOUFBA (DO 6º SEMESTRE A CONCLUINTES)

As tabelas geradas compõem um conjunto do Apêndice E – Tabulação dos dados e informações obtidos na pesquisa de campo com os estudantes.

PERFIL DA POPULAÇÃO - ESTUDANTES

Da população participante, compondo a amostra de 53 estudantes, 48 responderam a variável sexo, sendo 16 do sexo masculino e 32 do feminino. O gênero feminino representa 66,7% do total válido. Na faixa etária de 18 a 24 anos estão 80,9% dos respondentes.

Quanto à variável renda familiar, com 9 omissões ou 17%, dos 44 que responderam, têm até 2 salários mínimos: 8 (18,2%); acima de 2 até 5 SM: 14 (31,8%); na faixa acima de 5 SM: 22 (50%). Quanto ao **sistema de ingresso no curso por cotas**, de um total de 48, **responderam SIM: 19 (39,6%), NÃO: 27 (56,3%);** NÃO SABE e PREFERE NÃO RESPONDER responderam cada um 1 (2,1%).

Quando perguntados sobre participação em atividades extracurriculares, a omissão de 20 (37,7%) estudantes é significativa. Entre as 33 respostas válidas, aparecem participação em pesquisa 16 (48,5%), extensão 7 (21,2%), sociocultural 1(3,0%); combinando pesquisa e extensão 6 deles (18,2%) e combinando as três atividades aparecem 3 (9,1%).

Quanto à distribuição de estudantes por semestre, houve divergência entre o informado pelo Colegiado do curso e o informado pelos próprios estudantes. Como 2012.2 foi considerado atípico pela própria UFBA, em decorrência da greve no semestre anterior, isto possivelmente justifica a dúvida dos estudantes em assegurar o semestre que estava cursando. Segundo nossos registros e controles, a partir dos dados cedidos pelo Colegiado, responderam pelo 6º SEMESTRE 14, representando 26,4% da amostra de estudantes de Odontologia, 7º SEMESTRE 12 (22,6%), 8º SEMESTRE 9 (17%), 9º SEMESTRE 10 (18,9%), 10º SEMESTRE 5 (9,4%) e os DESSEMESTRALIZADOS 3 (5,7%).

Em alguns casos, a percepção do conjunto dos estudantes requer uma análise bivariada para captarmos com mais fidedignidade os resultados. Quando for relevante, a leitura dos dados valer-se-á da distinção da percepção revelada pelo grupo de estudantes cotistas e o de não cotistas, equivalente a 39,6% e 56,3% respectivamente.

CONHECIMENTO SOBRE O TEMA, PERCEPÇÕES QUANTO A ORIGEM POPULAR

Do total, os estudantes que consideraram seu conhecimento sobre as ações afirmativas na educação superior pública como sendo EXCELENTE representam 1,9%, BOM 24,5%, REGULAR 37,7%, RUIM 20,8% e PÉSSIMO 15,1%. Sobre as ações desenvolvidas pela PROAE/UFBA, excluída uma omissão, revelando ser EXCELENTE representam 5,8%, BOM 17,3%, REGULAR 32,7%, RUIM 17,3% e PÉSSIMO 26,9% (ver Tabela 1). Sobre alternativas de permanência oferecidas a estudantes de origem popular na UFBA, excluída uma omissão, percebendo como EXCELENTE representam 3,8%, BOM 25,0%, REGULAR 36,5%, RUIM 19,2% e PÉSSIMO 15,4%.

Tabela 1 – Conhecimento do estudante sobre as ações desenvolvidas pela PROAE/UFBA

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	3	5,7	5,8	5,8
	bom	9	17,0	17,3	23,1
	regular	17	32,1	32,7	55,8
	ruim	9	17,0	17,3	73,1
	péssimo	14	26,4	26,9	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Missing	System	1	1,9		
	Total	53	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Nas questões acima sobre ações afirmativas e atividades da PROAE, aqueles que conhecem bem (somando EXCELENTE e BOM) não chegam a 30%. No extremo oposto, a soma RUIM e PÉSSIMO atinge 44% sobre ações desenvolvidas pela PROAE. A situação é mais crítica quando se refere ao PAAf/UFBA.

Quando perguntados sobre o que está previsto no PAAf/UFBA para permanência/inclusão social de estudantes, os que consideraram seu conhecimento como sendo EXCELENTE representam 1,9%, BOM 15,1%, REGULAR 20,8%, RUIM 30,2% e PÉSSIMO 32,1%. A soma RUIM e PÉSSIMO, superior a 60%, indica um considerável desconhecimento sobre o programa por parte do conjunto de estudantes, como mostra a Tabela 2.

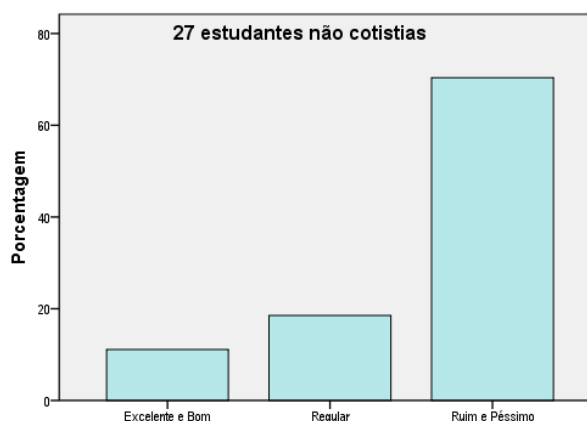
Tabela 2 – Conhecimento do que prevê o PAAf/UFBA para a permanência/inclusão social de estudantes na percepção deles próprios

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	1	1,9	1,9	1,9
	bom	8	15,1	15,1	17,0
	regular	11	20,8	20,8	37,7
	ruim	16	30,2	30,2	67,9
	péssimo	17	32,1	32,1	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Quando foram submetidos à análise por grupos (cotista e não cotista) na mesma combinação da escala, os 19 estudantes cotistas somaram 57,9%. Já os 27 não cotistas somaram 70,3%, como ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Conhecimento sobre o previsto no PAAf/UFBA agrupando respostas pelos extremos da escala



Fonte: Elaboração própria

Quando perguntados sobre o identificar-se como estudante de origem popular, com apenas uma omissão, responderam NÃO 25 (48,1%) enquanto SIM foi dito por 23 (44,2%), e PREFERE NÃO DIZER foi dito por 4 (7,7%). Mesmo com o sigilo na pesquisa, houve quem escolhesse não dizer sua origem. Por outro lado, é recorrente na literatura que dos estudantes beneficiados pelo critério “origem: escola pública”, muitos deles seriam provenientes do Colégio Militar e/ou do antigo Centro de Educação Tecnológica (CEFET), hoje IFBA; ambos, pelo nível elevado do seu ensino, não poderiam ser considerados genericamente como escola pública.

Sobre estar cadastrado na PROAE, com duas omissões, responderam NÃO 31 (60,8%), SIM foi dito por 15 (29,4%); e NÃO SABE foi dito por 5 (9,8%). Quando

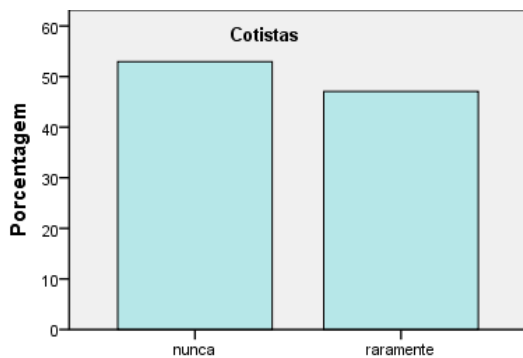
investigados dos 31 estudantes os motivos para não estarem cadastrados, 30 responderam às opções dadas justificando NÃO TER INFORMAÇÃO 15 (50%), NÃO PREENCHER REQUISITOS 12 (40%) e motivos OUTROS 3 (10%). Diante da ausência de informação ter sido posta como a razão para metade de quem não está cadastrado na PROAE/UFBA, o pouco conhecimento relatado sobre as ações desenvolvidas merece atenção por parte dos gestores e interessados nas ações afirmativas.

Na segunda parte do questionário (questões 8 a 17) buscou-se saber dos estudantes quanto ao acesso a informações sobre o PAAf/UFBA em cada canal específico, se procuram tirar dúvidas e a satisfação com a informação obtida, inclusive seus canais preferenciais para serem informados sobre o assunto e as contribuições da visibilidade na sua experiência particular.

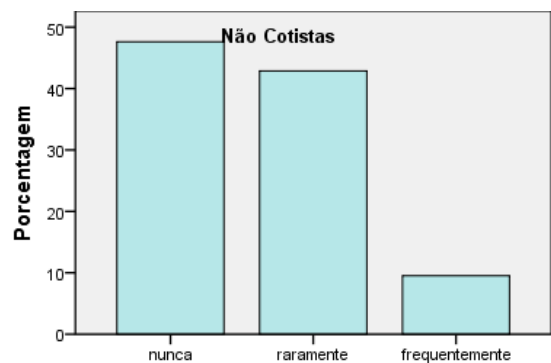
FREQUÊNCIA A INFORMAÇÕES/CANAIS, IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDANTES POR ESTUDANTES

Excluídas as 10 omissões, 43 estudantes responderam com que frequência sabem sobre benefícios disponíveis na UFBA para estudantes de origem popular nas diversas opções oferecidas. Para o **portal UFBA** na internet, sendo NUNCA 23 (53,5%), RARAMENTE 18 (41,9%) e FREQUENTEMENTE 2 (4,7%). A análise por grupos, desagregando respostas por forma de ingresso, revelou que entre os 19 cotistas a soma NUNCA e RARAMENTE atinge 100%. Entre os 27 não cotistas a soma NUNCA e RARAMENTE atingiu 90,5% como mostram os Gráficos 2 e 3.

Gráficos 2 (cotistas) e 3 (não cotistas) – Frequência com que sabem de benefícios disponíveis para estudantes de origem popular no Portal Ufba



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

Continuando a investigar com que frequência sabem sobre benefícios disponíveis na UFBA para estudantes de origem popular, novamente tendo 10 omissões, 43 estudantes revelaram quanto às **redes sociais institucionais** como sendo NUNCA 32 (74,4%), RARAMENTE 9 (20,9%) e FREQUENTEMENTE 2 (4,7%). Com

11 omissões, 42 estudantes revelaram quanto ao **e-mail/lista estudantes** Todos-UFBA, sendo NUNCA 29 (69,0%), RARAMENTE 12 (28,6%) e FREQUENTEMENTE 1 (2,4%); considerando 9 omissões, 44 responderam quanto ao **e-mail/DCE e D.A.**, sendo NUNCA 33 (75,0%), RARAMENTE 9 (20,5%) e FREQUENTEMENTE 2 (4,5%). Considerando 8 omissões, 45 responderam saber por meio de **colegas** (SMS/e-mail/rede social), sendo NUNCA 10 (22,2%), RARAMENTE 24 (53,3%) e FREQUENTEMENTE 11 (24,4%).

Nota-se que enquanto o portal da UFBA e as redes sociais respondem cada um FREQUENTEMENTE por 4,7%, os colegas (com 24,4%) acabam sendo um canal mais efetivo para se informar que a própria comunicação da universidade. O que sugere uma deficiência considerável quanto à disponibilidade de informação de origem institucional, particularmente no seu ambiente virtual, quanto aos mecanismos de permanência e pós-permanência estudantil da UFBA.

Quando questionados sobre a frequência com que se consegue identificar estudantes de origem popular no curso de Odontologia, com 2 omissões, 51 responderam, RARAMENTE 22 (43,1%) e FREQUENTEMENTE 29 (56,9%). Quanto aos indicadores dessa identificação como sendo FREQUENTEMENTE, com omissões entre 8 e 10, responderam às opções: **revelado pelo próprio estudante** 27 (62,8%), **o estudante não ter materiais para aulas práticas** 22 (50,0%), **postura pessoal** 15 (34,9%), **formação básica** (escrita/oral) 13 (28,9%), **comunicação interna** (Colegiado/Deptº) 4 (9,1%).

É importante destacar que mesmo o aluno não revelando sua condição de origem popular, caso não consiga obter apoio para aquisição do material didático na disciplina/aula prática, sua condição fica identificada em 50% dos casos. E junto com isto tem lugar o seu constrangimento de não ter as mesmas condições para permanecer qualificadamente, além de comprometer o histórico escolar, rebaixando o coeficiente de rendimento como mecanismo da meritocracia amplamente utilizado; por vezes é o definidor de uma trajetória ascendente na universidade. Por ter um efeito em cadeia, torna-se ainda mais perversa essa forma de identificação, sendo um duro golpe no processo de afiliação estudantil.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF, CANAIS DE INFORMAÇÃO VIRTUAL

Quando perguntados sobre com que frequência **percebem existir visibilidade midiática do PAAf/UFBA no ambiente virtual**, com apenas uma

omissão, 52 responderam, sendo NUNCA 25 (48,1%), RARAMENTE 25 (48,1%) e FREQUENTEMENTE 2 (3,8%). A soma daqueles que consideraram existir visibilidade do PAAf/UFBA NUNCA e RARAMENTE totaliza 96,2%. Isto mostra existir uma quase invisibilidade do programa na percepção dos estudantes, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Frequência com que o estudante percebe existir visibilidade midiática do PAAf/UFBA no ambiente virtual

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid	nunca	25	47,2	48,1	48,1
	raramente	25	47,2	48,1	96,2
	frequentemente	2	3,8	3,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Missing	System	1	1,9		
Total		53	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Uma análise distinguindo a percepção entre cotistas e não cotistas da frequência com que **percebem existir visibilidade midiática do PAAf/UFBA no ambiente virtual** mostra que a soma NUNCA e RARAMENTE totaliza 94,4% para os 19 cotistas, enquanto para os 27 não cotistas, 100%. Assim, fica clara a invisibilidade do programa segundo os distintos subgrupos de estudantes.

Quando perguntados quanto à frequência com que buscou informações sobre o programa no ambiente virtual da UFBA, 52 responderam, sendo NUNCA 34 (65,4%), RARAMENTE 15 (28,8%) e FREQUENTEMENTE 3 (5,8%). A soma daqueles que NUNCA e RARAMENTE buscou informação do PAAf/UFBA totaliza 94,2%, o que sugere haver pouco interesse pelo tema por parte dos estudantes. Considerando que o estudante tradicional da Odontologia tenha um perfil pouco politizado diante da atmosfera individualista que impera no seu processo de formação, a análise bivariada revelou que os cotistas somam 88,8% e os não cotistas somam 96,3%. Essa proximidade nos dois grupos de estudantes pode indicar que se assimila na convivência o individualismo ou ser um traço da formação.

Quando perguntados **se alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social estudantil** no ambiente virtual da UFBA, dentre os 53, responderam NÃO 43 (81,1%) enquanto SIM foi dito por 10 (18,9%). Ver tabela 4.

Tabela 4 – Frequência com que o estudante alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	não	43	81,1	81,1	81,1
	sim	10	18,9	18,9	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Os mais de 80% que responderam NÃO à questão acima evidenciam ausência de interesse no tema por parte do conjunto de estudantes de Odontologia. Contudo dos números apresentados na tabela 4, o desinteresse expresso na opção NÃO, distribuiu-se em 68,4% para cotistas e 85,2% para não cotistas, o que indica desinteresse pelo tema também entre os estudantes cotistas.

Quando perguntados sobre os **canais preferenciais no ambiente presencial para obter informação** sobre esse mesmo tema, quando agrupadas as respostas por ordem de preferência de 1 a 3, a opção escrita/impresa totaliza 29 (58%), colegas 30 (58,8%), murais da UFBA 43 (86,0%), professores/coordenadores 36 (72,0%), enquanto telefone 14 (28,0%). Quando a questão se referiu às **preferências no ambiente virtual**, também se agrupando as respostas por ordem de preferência de 1 a 3, a opção escrita/eletrônica totaliza 24 (47,1%), pessoas/tecnologias a distancia 24 (47,1%), sites ou redes sociais 39 (78,0%), e-mail da lista Estudantes UFBA 31 (78,0%), enquanto sistemas de informação (ex: Sisper, Sisbic etc.) 24 (48,0%).

A preferência pelo MURAL como canal em ambiente presencial para obter informação revelou-se ainda mais alta que por meio de PROFESSORES/COORDENADORES; superou também as REDES SOCIAIS e o E-MAIL. Desse modo, pensar estratégias de divulgação no ambiente virtual não exclui outras no ambiente presencial, a exemplo do mural.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF NO AMBIENTE VIRTUAL, FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Quando perguntados quanto à **relevância de vincular informações sobre permanência/inclusão social** de estudantes de origem popular na “vitrine virtual da UFBA” **como subsídio ao debate na comunidade interna**, tendo duas omissões,

responderam NÃO 4 (7,8%), enquanto SIM foi dito por 47 (92,2%). Desse total incluem-se 37 (78,7%) daqueles que disseram NUNCA terem se interessado por buscar informação sobre permanência e inclusão, o que caracteriza uma contradição dialética. Portanto, cabe uma reflexão sobre a razão desse desinteresse estudantil (Tabela 4), analisando se ele seria motivado apenas por individualismo, indiferença às questões alheias ou pela falta de oportunidade de debate e/ou de mobilização que gere interesse.

Desse modo, o possível desinteresse do conjunto de estudantes na busca por informação sobre permanência/inclusão (ver Tabela 4) é submetido a análise cruzada com a percepção sobre a relevância de ter informação disponível no ambiente virtual para subsidiar o debate sobre o PAAf/UFBA (ver Tabela 5). Do cruzamento das duas questões constata-se que a mesma faixa de cerca de 80%, que não teria tido interesse no tema, expressa a relevância relevante ter informação disponível no ambiente virtual para subsidiar o referido debate.

Tabela 5 - Cruzamento entre o INTERESSE NA BUSCA POR INFORMAÇÕES sobre a permanência/inclusão social de estudantes e sua PERCEPÇÃO quanto à RELEVÂNCIA DA DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO PARA SUBSIDIAR O DEBATE na comunidade interna sobre o PAAf (**estudantes cotistas e não cotistas**)

		13 Alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA? Assinale uma das opções:		
		não	sim	Total
16 Seria relevante vincular informações sobre a permanência/inclusão social de estudantes de origem popular na vitrine virtual da UFBA que subsidiasse o debate na comunidade interna sobre o PAAf?	sim	37	10	47
		72,5%	19,6%	92,2%
	não	4	0	4
		7,8%	0,0%	7,8%
Total		41	10	51
		80,4%	19,6%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Em um contexto individualista como nessa formação, seria plausível que os estudantes não cotistas considerassem irrelevante ter informação para o debate interno sobre o PAAf, porém, submetendo a análise acima à perspectiva de estudantes não cotistas, não é isto que se verifica na Tabela 6. Apesar de não terem interesse na busca ativa por essa informação, consideram relevante a disponibilidade de informação no ambiente virtual para subsidiar o debate sobre o PAAf/UFBA.

Tabela 6 - Cruzamento entre o INTERESSE NA BUSCA POR INFORMAÇÕES sobre a permanência/inclusão social de estudantes e sua PERCEPÇÃO quanto à RELEVÂNCIA DA DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO PARA SUBSIDIAR O DEBATE na comunidade interna sobre o PAAf (**estudantes não cotistas**)

		13 Alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA? Assinale uma das opções:		
		não	sim	Total
16	Sim Seria relevante vincular informações sobre a permanência/inclusão social de estudantes de origem popular na vitrine virtual da UFBA que subsidiasse o debate na comunidade interna sobre o PAAf?	19	4	23
		73,1%	15,4%	88,5%
	Não	3	0	3
		11,5%	0,0%	11,5%
	Total	22	4	26
		84,6%	15,4%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Para aprofundar **possíveis contribuições em torno de elementos do PAAf** decorrentes da disponibilidade para a comunidade interna de informações e canais de comunicação no ambiente virtual, foram oferecidas seis opções girando em torno da geração de interesse, da credibilidade da permanência estudantil, formação, competência profissional dos egressos, entre outras. Em quatro delas não houve ocorrência de RUIM e PÉSSIMO; nas demais, houve duas ocorrências na opção RUIM e

apenas uma em PÉSSIMO, o que sugere que a relevância pode estar além de fomentar o debate.

Na primeira delas, quanto a **contribuir para mobilizar/gerar interesse sobre os resultados do PAAf**, com apenas 1 omissão, perceberam como EXCELENTE 26 (50,0%), BOM 24 (46,2%) e REGULAR 2 (3,87%). A soma de EXCELENTE e BOM representa 96,2%, indicando uma significativa crença na divulgação como forma viável de mobilização da comunidade interna, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – Percepção do estudante de que disponibilizar informações/canais de comunicação no ambiente virtual contribuiria para mobilizar o interesse da comunidade interna nos resultados do PAAf/UFBA

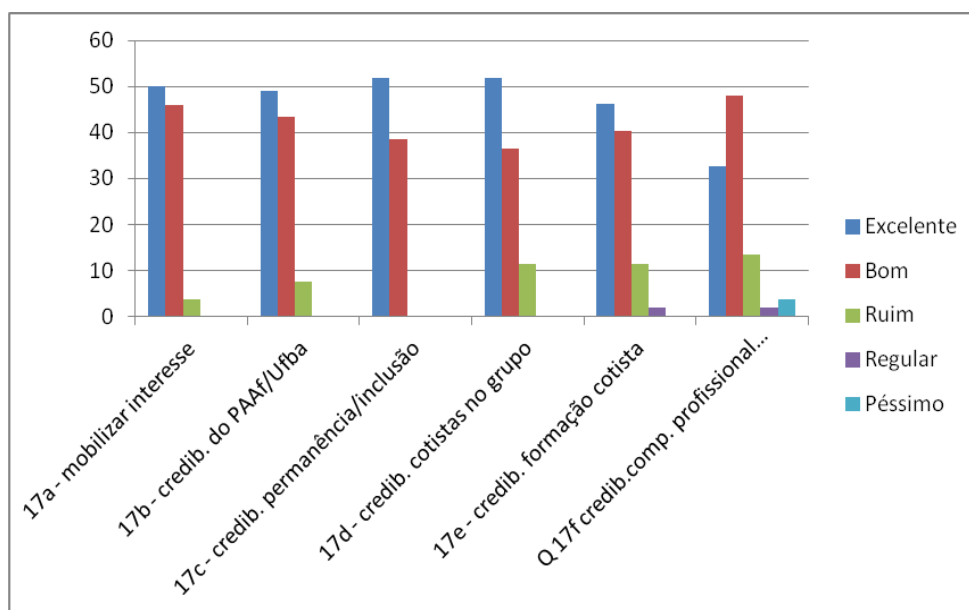
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	26	49,1	50,0	50,0
	bom	24	45,3	46,2	96,2
	regular	2	3,8	3,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Missing	System	1	1,9		
Total		53	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a **contribuir para a credibilidade do PAAf**, perceberam como EXCELENTE 26 (49,1%), BOM 23 (43,4%) e REGULAR 4 (7,5%). Quanto a **contribuir para a credibilidade da permanência e inclusão bem-sucedida de estudantes na UFBA**, com apenas 1 omissão, perceberam como EXCELENTE 27 (51,9%), BOM 20 (38,5%) e REGULAR 5 (9,6%). Quanto a **contribuir para a credibilidade das contribuições de estudantes de origem popular nas atividades coletivas**, com apenas 1 omissão, perceberam como EXCELENTE 27 (51,9%), BOM 19 (36,5%) e REGULAR 6 (11,5%). Quanto a **contribuir para a credibilidade da formação profissional de estudantes de origem popular**, com apenas 1 omissão, perceberam como EXCELENTE 24 (46,2%), BOM 21 (40,4%), REGULAR 6 (11,3%) e RUIM 1 (1,9%). Quanto a **contribuir para a credibilidade da competência profissional de egressos com origem popular**, com apenas 1 omissão, perceberam como EXCELENTE 17 (32,7%), BOM 25 (48,1%), REGULAR 7 (13,5%), RUIM 1 (1,9%) e PÉSSIMO 2 (3,8%).

A soma superior a 80% para EXCELENTE e BOM na percepção dos estudantes indica alta crença na capacidade de a informação contribuir positivamente na credibilidade das ações afirmativas nas opções dadas (Gráfico 4).

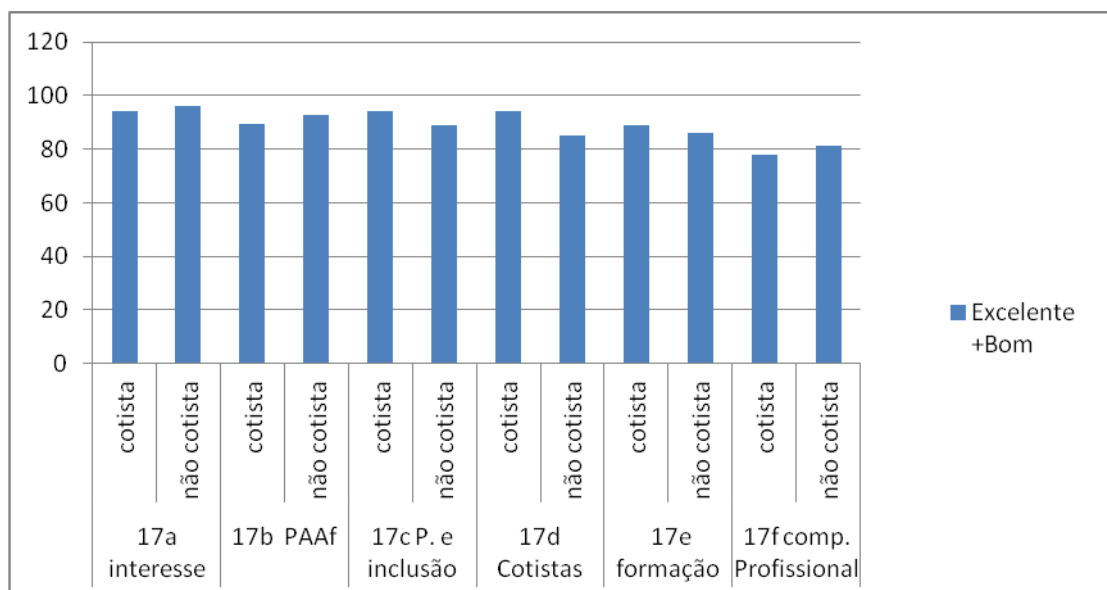
Gráfico 4 – Contribuições possíveis em torno do PAAf decorrentes da disponibilidade de informação no ambiente virtual da UFBA na percepção dos estudantes



Fonte: Elaboração própria

Uma análise bivariada (da combinação EXCELENTE e BOM), distinguindo a opinião de estudantes cotistas e não cotistas, preserva a mesma percepção favorável. Na opção: **a) mobilizar/gerar interesse** totalizando 94,2% para 18 cotistas e para 27 não cotistas, 96,3%; **b) credibilidade do PAAf** totalizando 89,5% para 19 cotistas e para 27 não cotistas, 92,6%; **c) credibilidade da permanência bem-sucedida** totalizando 94,4% para 18 cotistas e para 27 não cotistas, 88,9%; **d) credibilidade na contribuição de estudantes de origem popular nas atividades em grupo** totaliza 94,4% para 18 cotistas e para 27 não cotistas, 85,2%; **e) credibilidade da formação de estudantes de origem popular** totalizando 88,9% para 18 cotistas e para 27 não cotistas, 86,2%; **f) credibilidade na competência do egresso de origem popular** totalizando 77,8% para 18 cotistas e para 27 não cotistas, 81,5%. Mesmo esta última que foi a pontuação mais baixa fica próxima aos 80%, como ilustra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Contribuições possíveis em torno do PAAf decorrentes da disponibilidade de informação no ambiente virtual da UFBA na percepção de cotista e não cotistas



Fonte: Elaboração própria

Esses resultados reforçam a posição da literatura (BARICHELLO, 2004; GOMES, W., 2007) quanto à relação entre expressiva visibilidade de um tema e formação da opinião pública, bem como nossa compreensão, subsidiada por Mafra (2006), de que o interesse pode ser potencializado se houver informação e mobilização para o envolvimento com o tema. Em outras palavras, os resultados indicam que a ausência de mobilização dos membros da comunidade interna da UFBA fomenta o desinteresse a respeito do PAAf/UFBA.

Na terceira parte do questionário (questão 18, letras a - u), explorou-se a percepção do estudante sobre as relações estabelecidas com professores, colegas e outros; a assimilação de regras postas ou veladas na formação em Odontologia para inferir vestígios da relação próxima entre visibilidade e afiliação institucional/intelectual como fator de reconhecimento e inclusão social dos estudantes oriundos de camadas populares; e ainda com a legitimação das ações afirmativas e do PAAf/UFBA na percepção da comunidade interna.

AFILIAÇÃO COMO RECONHECIMENTO DA INCLUSÃO DO ESTUDANTE DE ORIGEM POPULAR

Os estudantes avaliaram o **relacionamento com professores do curso** como sendo EXCELENTE 7 (13,2%), BOM 34 (64,2%), REGULAR 10 (18,9%) e PÉSSIMO 2 (3,8%). O relacionamento **entre colegas do curso oriundos de camadas**

populares teve avaliação superior na percepção dos 52 que responderam, sendo EXCELENTE 20 (38,5%) e BOM 29 (55,8%), totalizando (94,2%); enquanto **entre colegas do curso não oriundos de camadas populares**, dos 53, avaliaram como EXCELENTE 18 (34,0%) e BOM 22 (41,5%), totalizando (75,5%). O que indica uma diferença favorável ao relacionamento com aqueles oriundos das camadas populares superior a 18 pontos.

Quanto à **oferta de orientação/tutoria acadêmica durante a formação** em Odontologia, ao somar EXCELENTE e BOM obteve-se 54,7% e, em oposição, a soma RUIM e PÉSSIMO totalizou 20,8%. A disponibilidade na **criação/oferta de ações/projetos de apoio estudantil na trajetória acadêmica**, entre os 53, avaliaram como sendo EXCELENTE 4 (7,5%) e BOM 17 (32,1%), totalizando (39,6%); e no oposto da escala, RUIM 9 (17,0%) e PÉSSIMO 5 (9,4%), totalizando (26,4%). Os números sugerem uma percepção medianamente favorável por parte dos estudantes quanto à oferta de orientação e outros apoios na sua trajetória acadêmica.

Quanto à **participação em programas de iniciação científica/grupos de pesquisa**, entre os 53, avaliaram como sendo EXCELENTE 15 (28,3%) e BOM 16 (30,2%), totalizando (58,5%); e no oposto da escala, RUIM 4 (7,5%) e PÉSSIMO 7 (13,2%), totalizando (20,7%), conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8 – Participação do estudante em programas de iniciação científica ou grupos de pesquisa

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	excelente	15	28,3	28,3	28,3
	bom	16	30,2	30,2	58,5
	regular	11	20,8	20,8	79,2
	ruim	4	7,5	7,5	86,8
	péssimo	7	13,2	13,2	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Os números sugerem uma percepção favorável por parte dos estudantes quanto à oferta de programas de iniciação científica ou grupos de pesquisa. É importante dizer que a afiliação ganha densidade quando se participa dessas

instâncias, pois significa ter sido bem-sucedido nos processos seletivos exigidos em tais atividades, além de configurar chances reais de inclusão social na permanência e ascensão na pós-permanência.

Quanto à **relevância das experiências trazidas pelos estudantes de origem popular nas atividades em grupo**, com apenas uma omissão, entre os 52 que responderam, avaliaram como EXCELENTE 6 (11,5%) e BOM 22 (42,3%), totalizando (58,5%); e no oposto da escala, RUIM 4 (7,7%) e PÉSSIMO 2 (3,8%), totalizando (11,5%). Essa condição sugere haver clima favorável à inclusão e reconhecimento da diversidade sociocultural trazida pelos estudantes. Contudo, há que avaliar com cautela, pois há situações em que não se sabe quem são os estudantes de origem popular.

Quando perguntados sobre sua **autoconfiança para concluir a formação no mesmo nível dos colegas** oriundos de camadas populares, dentre os 51, a percepção revelada como EXCELENTE representou 18 (35,3%), e BOM 24 (47,1%), totalizando (82,4%); enquanto que entre colegas não oriundos de camadas populares, avaliaram como EXCELENTE 19 (35,8%) e BOM 27 (50,9%), totalizando (86,8%). Essa autoconfiança (expressa na soma EXCELENTE e BOM) superior a 80% em ambos os casos, revela que na dinâmica da formação em Odontologia não se percebe tratamento distinto por origens diferentes dos estudantes que pudesse interferir na sua autoconfiança e, conseqüentemente, no seu processo de afiliação.

Na análise bivariada, a **autoconfiança de estudantes cotistas em concluir a formação no mesmo nível de seus colegas** (sejam oriundos de camadas populares ou não) totalizou 73,7% em ambas as origens. Quando analisada a **autoconfiança dos não cotistas**, diante de colegas oriundos de camadas populares, a soma EXCELENTE e BOM atingiu 85,2%; e diante daqueles não oriundos de camadas populares, atingiu 92,6%. Os números indicam uma menor autoconfiança dos não cotistas em relação aos ingressos por cotas, podendo sugerir que a autossuperação apresentada pelos colegas oriundos de camadas populares faz diferença para melhor na percepção dos não cotistas.

Em síntese, os resultados agrupados ou com recorte entre estudantes cotistas e não cotistas revelam certo equilíbrio de modo que as inferências mostrassem-se válidas para o conjunto de estudantes.

4.2.3 O QUE REVELARAM OS PROFESSORES DA FOUFBA (3 DEPARTAMENTOS)

O conjunto das tabelas compõe o Apêndice F – Tabulação dos dados e informações obtidos na pesquisa de campo com os professores.

PERFIL DA POPULAÇÃO – PROFESSORES

Da população participante, compondo uma amostra de 35 professores, 32 responderam a variável sexo, sendo 12 do sexo do masculino e 20 do feminino. O gênero feminino representa 62,5% do total válido. Na faixa etária entre 33 - 41 anos estão 11 (36,7%) dos respondentes válidos. Entre 42 - 49 estão 7 (23,3%), entre 50 – 60 estão 8 (26,7%) e acima de 60 anos estão 4 (13,3%). Portanto, 60% deles encontram-se entre 33 até 49 anos. Dos 31 que informaram o regime de trabalho, 2 são do regime 20 horas; 13 são de 40 horas; e os de 40h com dedicação exclusiva (DE) somam 16, ou seja, 51,6% deles. Quanto à titulação acadêmica, dos 33 que informaram, 24 (72,7%) têm doutorado e 6 (18,8%) têm mestrado. Sobre ter experiência com ações afirmativas, dos 35, não houve resposta de 21 (60%) e a opção NÃO foi respondida por 3 (8,6%), revelando que quase 70% dos docentes tem um considerável distanciamento das ações afirmativas.

Quanto à lotação, pelo departamento de PROPEDEÚTICA E CLÍNICA INTEGRADA responderam 9 professores; pelo de ODONTOLOGIA SOCIAL E PEDIÁTRICA responderam 10; pelo de CLÍNICA ODONTOLÓGICA responderam 16; este último representando 45,7% do total da amostra docente. No de ODONTOLOGIA SOCIAL destacou-se o envolvimento docente com as questões afirmativas, pois, ao trabalhar com a saúde coletiva nas periferias, seu posicionamento distingue-se fortemente daqueles que atuam na área da cirurgia ou ortodontia, por exemplo, como foi observado nos comentários ao longo dos meses em que a pesquisadora esteve na FOUFBA realizando a pesquisa.

CONHECIMENTO SOBRE O TEMA, PERCEPÇÕES SOBRE A ORIGEM POPULAR

De um total de 35 professores, aqueles que consideraram seu conhecimento sobre as ações afirmativas na educação superior pública como sendo EXCELENTE representam 2,9%, BOM 34,3%, REGULAR 42,9%, RUIM 11,4% e PÉSSIMO 8,6%. Sobre as ações desenvolvidas pela PROAE/UFBA, excluída uma omissão, considerando EXCELENTE representam 2,9%, BOM 20%, REGULAR 34,3%, RUIM 31,4% e PÉSSIMO

11,4%. Sobre alternativas de permanência oferecidas a estudantes de origem popular na UFBA, entre os 35 não houve pontuação em EXCELENTE e percebendo como BOM representam 31,4%, REGULAR 42,9%, RUIM 17,1% e PÉSSIMO 8,6%. Quanto ao que está previsto no PAAf/UFBA para permanência/inclusão social de estudantes, entre os 32 também não houve pontuação em EXCELENTE e os que consideraram seu conhecimento como sendo BOM representam 11,8%, REGULAR 35,3%, RUIM 32,4% e PÉSSIMO 20,6%.

Ainda que os professores da FOUFBA avaliem como sendo razoável seu conhecimento sobre as ações afirmativas no âmbito geral, quando se refere às ações desenvolvidas internamente pela PROAE/UFBA os números revelam o oposto: a soma de RUIM e PÉSSIMO representa mais de 42%, ampliando-se para 53% quando o assunto é a permanência e a inclusão previstas no PAAf/UFBA. Isto caracteriza um considerável desconhecimento por parte do próprio docente dessa universidade.

Esses dados merecem atenção, particularmente, quando consideramos o papel de orientação e tutoria, formal ou informal, que recai sobre o docente nas atividades de ensino, extensão e pesquisa, realizadas com seus alunos. Além do mais, esses dados incidem na compreensão sobre ações afirmativas (AA) como contribuidor para saber lidar com os estudantes ingressos nessa modalidade na UFBA (ver Tabela 9).

Tabela 9 – Avaliação do professor de que a concepção que possui sobre ações afirmativas contribui para saber lidar com alunos ingressos pelo sistema de cotas

5 Sua concepção sobre as ações afirmativas contribui para saber lidar com alunos ingressos por sistema de cotas					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	1	2,9	3,1	3,1
	bom	15	42,9	46,9	50,0
	regular	7	20,0	21,9	71,9
	ruim	5	14,3	15,6	87,5
	péssimo	4	11,4	12,5	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
	Total	35	100,0		

Fonte: Elaboração própria

A tabela 9 mostra que metade dos professores avalia no nível EXCELENTE e BOM a relação entre o que sabe sobre AAs e o saber lidar com esse novo perfil estudantil. Contudo o estudante de origem popular desafia o docente na trajetória

acadêmica no curso de Odontologia, estando ainda em situação de adaptação, por ser uma formação historicamente elitista, como discutido na literatura e referendado pelos relatos dos gestores da administração central, dos informantes-chave da FOUFBA e de estudantes.

Justificando-se por evitar discriminações, ainda se mantém **sigilo quanto à forma de ingresso do estudante**. Desse modo, dos 33 professores que responderam se seus alunos de origem popular são cadastrados na PROAE, a expressiva maioria que NÃO SABE representa 81,8%. Vale dizer que se torna difícil saber lidar com estudantes em situação de vulnerabilidades socioeconômica quando sequer se sabe quem são esses estudantes em uma única turma e quais as medidas adotar.

Na segunda parte do questionário (questões 7 a 16) buscou-se saber dos professores quanto ao acesso a informações sobre o PAAf/UFBA em cada canal específico, se elas ou eles procuram tirar dúvidas e sua satisfação com a informação obtida, inclusive seus canais preferenciais para serem informados sobre o assunto e quais as contribuições da visibilidade do PAAf na sua experiência particular.

FREQUÊNCIA A INFORMAÇÕES/CANAIS, IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDANTES POR PROFESSORES

Em resposta a com que frequência sabem sobre benefícios disponíveis na UFBA para estudantes de origem popular, foram pontuadas as diversas opções oferecidas. Destacam-se posições negativas na escala somando NUNCA e RARAMENTE. Com cinco omissões, os 30 professores consideraram para o **portal UFBA** na internet a soma NUNCA + RARAMENTE = 24 (80%) e nas **redes sociais institucionais** a soma NUNCA + RARAMENTE = 28 (93,3%). Com 3 omissões, no **e-mail/lista Docentes/Todos-I UFBA** a soma NUNCA + RARAMENTE = 19 (59,4%). Considerando 6 omissões, para **e-mail/entidades de classe** NUNCA = 28 (96,6%). Considerando 7 omissões, os 28 professores consideraram **sobre os pares, professores** (SMS/e-mail/rede social), a soma NUNCA + RARAMENTE = 25 (89,3%).

Para professores, os pares não se revelaram uma opção viável para informar-se, diferentemente do que foi relevado pelos estudantes. Em oposição, a opção e-mail/lista Docentes/Todos-I destacou-se na ocorrência FREQUENTEMENTE 12 (37,5%) contra 2,4% para estudantes, indicando que para professores a UFBA a utiliza. Ainda assim, os números indicam uma deficiência considerável por parte da UFBA

quanto à disponibilidade de informação/canais de comunicação para os docentes, especialmente no ambiente virtual.

Quando questionados sobre a frequência com que se **consegue identificar estudantes de origem popular no curso de Odontologia**, com 2 omissões, dos 33, responderam para a opção FREQUENTEMENTE 22 (67,5%). Quanto aos indicadores dessa identificação, com omissões entre 1 e 8, responderam como FREQUENTEMENTE às opções: **o próprio estudante** 14 (41,2%), **o estudante não ter materiais para aulas práticas** 22 (67,7%), **postura pessoal** 11 (36,7%), **formação básica** (ESCRITA/ORAL) 19 (59,4%) e **comunicação interna** (COLEGIADO/DEPTº) 5 (18,5%). Tendo a maior omissão com 8, a COMUNICAÇÃO INTERNA registrou na opção NUNCA 18 (66,7%), coerente com a ideia de sigilo institucionalmente falando. Com apenas 1 omissão em **o próprio estudante**, a opção FREQUENTEMENTE (41,2%) ficou bem próxima de RARAMENTE (38,2%). O empate merece atenção dado que se tratam de níveis opostos na escala, pode indicar acolhimento diferenciado de estudantes de diferentes origens.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF, CANAIS DE INFORMAÇÃO VIRTUAL

Quando perguntados sobre com que frequência **percebe existir visibilidade midiática do PAAf/UFBA** no ambiente virtual, com apenas uma omissão, 34 professores responderam, sendo NUNCA 9 (26,5%), RARAMENTE 21 (61,8%) e FREQUENTEMENTE 4 (11,8%). A soma daqueles que consideraram NUNCA e RARAMENTE existir visibilidade do PAAf/UFBA totaliza 88,2% (ver Tabela 10). Isto indica que o programa está pouco visível também na percepção dos professores. E possivelmente tendo comprometida a sua execução na prática, no cotidiano da trajetória de estudantes de Odonto e, em alguma medida, tornando os estudantes invisíveis perante diversas instâncias da UFBA, assim como aos professores e colegas, dificultando o processo de permanência do estudante de origem popular.

Tabela 10 – Frequência com que o professor percebe existir visibilidade midiática do PAAf/UFBA no ambiente virtual

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	9	25,7	26,5	26,5
	raramente	21	60,0	61,8	88,2
	frequentemente	4	11,4	11,8	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Quanto à frequência com que **buscou informações sobre o programa no ambiente virtual** da UFBA, responderam, NUNCA 14 (40%), RARAMENTE 18 (51,4%) e FREQUENTEMENTE 3 (8,6%). A soma daqueles que NUNCA e RARAMENTE buscaram informação do PAAf/UFBA totaliza 91,4%, indicando que os professores têm tido pouco interesse pelo tema, a despeito de se confrontarem cotidianamente com ele. Quando perguntados **se alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social estudantil** no ambiente virtual da UFBA, dentre os 35 professores, responderam NÃO 21 (60%) enquanto SIM foi dito por 14 (40%). A elevada taxa de 60% para quem NUNCA buscou informação sobre o tema sugere que ele ainda não está integrado às reflexões curriculares e à *práxis* docente na formação em Odontologia.

Os **canais preferenciais no ambiente presencial para o professor obter informação** sobre esse mesmo tema, consideradas omissões entre 6 e 8, quando agrupamos as respostas por ordem de preferência de 1 a 3, a opção escrita/impressa totaliza 19 (60,7%), professores 19 (66,9%), murais da UFBA 18 (62,1%), coordenadores/chefia de departamento 24 (80%), enquanto telefone 9 (32,1%). Quando se referiu aos **canais preferenciais no ambiente virtual**, consideradas omissões entre 4 e 8, mantidas agrupadas respostas por ordem de preferência de 1 a 3, a opção escrita/eletrônica totaliza 26 (92,9%), pessoas/tecnologias a distancia 14 (51,9%), sites ou redes sociais 14 (46,7%), e-mail da lista Todos UFBA 23 (74,2%), enquanto sistemas de informação (ex: Sisper, Sisbic etc.) 14 (50%).

A preferência pelos pares como canal presencial para obter informação sobre o tema próxima de 70% e departamento/colegiado de 80%, sugerindo que há demanda pelo diálogo, troca de informação. Perdendo apenas para a opção

escrita/eletrônica, superior a 92%, e email institucional superior a 74%. Os números reforçam a importância de a comunicação institucional, tanto no ambiente presencial quanto virtual, ser mais e melhor concebida pela UFBA.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA DO PAAF NO AMBIENTE VIRTUAL, FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Quando perguntado ao professor a **relevância de vincular informações sobre permanência/inclusão social de estudantes de origem popular** na “vitrine virtual da UFBA” **como subsídio ao debate na comunidade interna**, tendo uma omissão, responderam NÃO 4 (11,8%), enquanto SIM foi dito por 30 (88,2%).

Para aprofundar **possíveis contribuições** decorrentes da **disponibilidade para a comunidade interna de informações e canais de comunicação no ambiente virtual** sobre o tema, foram oferecidas seis opções; em duas delas não houve ocorrência na opção PÉSSIMO. Quando questionados sobre: **a) contribuir para mobilizar/gerar interesse sobre os resultados do PAAf**, com apenas 1 omissão, perceberam como EXCELENTE 15 (44,1%), BOM 15 (44,1%) e REGULAR 3 (8,8%). A soma de EXCELENTE e BOM representa 91,2%. A Tabela 11 indica haver crença na divulgação de informações como um meio de mobilizar a comunidade interna para o programa, na percepção dos professores de Odontologia.

Tabela 11 – Percepção do professor de que disponibilizar informações/canais de comunicação no ambiente virtual contribuiria para mobilizar o interesse da comunidade interna nos resultados do PAAf/UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	15	42,9	44,1	44,1
	bom	15	42,9	44,1	88,2
	regular	3	8,6	8,8	97,1
	ruim	1	2,9	2,9	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Quando questionados sobre: **b) contribuir para a credibilidade do PAAf**, com uma omissão e não havendo registro em duas das opções para PÉSSIMO, perceberam como EXCELENTE 15 (44,1%), BOM 16 (47,1%) e REGULAR 2 (5,9%). Quando questionados sobre: **c) contribuir para a credibilidade da permanência e**

inclusão bem-sucedida de estudantes na UFBA, com apenas 1 omissão, perceberam novamente como EXCELENTE 15 (44,1%), BOM 16 (47,1%). Quando questionados sobre: **d) contribuir para a credibilidade das contribuições de estudantes de origem popular nas atividades coletivas**, com apenas 1 omissão, perceberam como EXCELENTE 9 (26,5%), BOM 18 (52,9%) e REGULAR 4 (11,8%). Quando questionados sobre: **e) contribuir para a credibilidade da formação profissional de estudantes de origem popular**, com uma omissão, perceberam como EXCELENTE 11 (32,4%), BOM 17 (50%), REGULAR 2 (5,9%) e PÉSSIMO 3 (8,8%). Quando questionados sobre: **f) contribuir para a credibilidade da competência profissional de egressos com origem popular**, com uma omissão, perceberam como EXCELENTE 9 (26,5%), BOM 15 (44,1%), REGULAR 5 (14,7%) e PÉSSIMO 4 (12,5%).

Esses resultados reforçam a compreensão de que o interesse pode ser potencializado se houver informação e mobilização para o envolvimento com o tema, ou possivelmente se for tratado como um desafio na progressão da carreira docente na UFBA.

Na terceira parte do questionário (questão 17, letras a - u), explorou-se a percepção do professor sobre o relacionamento estabelecido com seus alunos e entre colegas-estudantes entre si; explorou-se ainda a assimilação de regras explícitas ou veladas na formação em Odontologia por parte dos estudantes para inferir vestígios entre visibilidade e afiliação institucional/intelectual como fator de reconhecimento da inclusão social dos estudantes oriundos de camadas populares e, ainda, da visibilidade com legitimação das ações afirmativas e do PAAf/UFBA.

AFILIAÇÃO COMO RECONHECIMENTO DA INCLUSÃO DO ESTUDANTE DE ORIGEM POPULAR

Os professores avaliaram o seu **relacionamento com estudantes** do curso, quando **oriundos de camadas populares**, como sendo EXCELENTE 13 (40,6%), BOM 17 (53,1%), ambas REGULAR e RUIM com 1 (3,2%) cada; não se registrou PÉSSIMO. A soma EXCELENTE e BOM representa 93,8%; enquanto que o **relacionamento com estudantes** do curso, **não oriundos de camadas populares**, obteve números similares e avaliaram como sendo EXCELENTE 14 (43,8%) e BOM 17 (53,1%), totalizando (96,9%).

Quanto à **oferta de orientação/tutoria acadêmica** durante a formação em Odontologia, com duas omissões, ao somar EXCELENTE e BOM obtém-se 24 (72,7%)

e REGULAR 7 (21,2%). A disponibilidade na **criação/oferta de ações/projetos de apoio estudantil** na trajetória acadêmica não teve ocorrência em PÉSSIMO e foi avaliada por 31 professores. Ao somar EXCELENTE e BOM obtém-se 24 (77,4%). Quanto ao **encorajamento à participação de estudantes oriundos de camadas populares** em eventos científicos, não houve ocorrência em PÉSSIMO ao ser avaliado por 33 professores; ao somar EXCELENTE e BOM obtém-se 30 (90,9%). Tratando-se de **encorajamento à participação de estudantes não oriundos de camadas populares** em eventos científicos, também não houve ocorrência em PÉSSIMO e ao ser avaliado por 32 professores, obteve-se o mesmo número 30 (93,8%), assumindo percentual ligeiramente superior.

Quando perguntados sobre estar na qualidade de proponente, coordenador ou orientador de projetos de pesquisa/extensão e **privilegiar a participação regular de estudantes quando oriundos das camadas populares**, também não houve ocorrência em PÉSSIMO, e avaliada por 31 professores, ao somar EXCELENTE e BOM obteve-se 29 (93,5%), ver Tabela 12.

Tabela 12 – Percepção do professor proponente/gestor de projetos da sua disponibilidade de privilegiar a participação regular de estudantes quando estes são oriundos das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	13	37,1	41,9	41,9
	bom	16	45,7	51,6	93,5
	regular	1	2,9	3,2	96,8
	ruim	1	2,9	3,2	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

Fonte: Elaboração própria

A mesma questão avaliada por 30 deles, **quando se trata de estudantes não oriundos das camadas populares**, ao somar EXCELENTE e BOM obtém-se 28 (93,3%), ver Tabela 13.

Tabela 13 – Percepção do professor proponente/gestor de projetos sobre sua disponibilidade de privilegiar a participação regular de estudantes quando estes não são oriundos das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	12	34,3	40,0	40,0
	bom	16	45,7	53,3	93,3
	regular	1	2,9	3,3	96,7
	ruim	1	2,9	3,3	100,0
	Total	30	85,7	100,0	
Ausente	Sistema	5	14,3		
Total		35	100,0		

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, avaliando a **relevância das experiências trazidas pelos estudantes de origem popular nas atividades em grupo**, com quatro omissões e nenhuma ocorrência em PÉSSIMO, ao somar EXCELENTE e BOM obtém-se 19 (61,3%).

Os números mostram que os professores se autoavaliam com boa disponibilidade para apoiar os estudantes e quanto à oferta de projetos durante a trajetória acadêmica dos seus alunos quer sejam de origem popular ou não, verificando-se pouca variação. Os números diminuem quando correspondem à **percepção do professor quanto à autoconfiança do estudante em concluir a formação** quando se trata dos oriundos de camadas populares, sendo que ao somar EXCELENTE e BOM, com duas omissões, obtém-se 13 (39,4%). Em contraste, a percepção do professor para estudantes não oriundos de camadas populares elevou-se em quase 30% ao somar EXCELENTE e BOM, obtendo-se 21 (67,7%).

É importante analisar se essa percepção reflete: 1) a autoconfiança do estudante percebida pelo professor; 2) se é apenas uma projeção da sua crença de que estudantes de origem popular têm poucas chances de permanecer até o fim da graduação; ou ainda, 3) se retrata o que o professor observa no seu cotidiano ao final de cada semestre, quando alguns deixam o curso ainda no segundo ano como revelado pelos sujeitos.

A partir da discussão dos resultados mais relevantes, tratados até então, seguimos na próxima seção com uma síntese interpretativa que agrega as percepções reveladas nas questões abertas dos instrumentos de professores e alunos convergindo para dar conta dos objetivos, retomando a tese proposta.

4.3 SÍNTESE INTERPRETATIVA: TRIANGULAÇÃO DOS RESULTADOS

Sob a compreensão de que a qualidade da visibilidade midiática oferecida ao PAAf/UFBA no ambiente virtual institucional é um elemento importante nos processos de permanência e pós-permanência de seus estudantes, os objetivos sintetizados nas categorias disponibilidade e acesso à informação, afiliação, comunicação institucional e legitimação das ações afirmativas procuraram responder à questão central da pesquisa:

Como se configura a visibilidade midiática oferecida pelo ambiente virtual da UFBA aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência de estudantes de origem popular na educação superior e como ela atua na percepção da inclusão social desses estudantes segundo a comunidade interna?

Ao dialogar com o referencial teórico e os resultados de campo (seções 4.1 e 4.2), além das principais questões abertas, integro minha interpretação considerando cada um dos cinco objetivos traçados (seção 1.2) e a tese proposta neste estudo.

TRIANGULAÇÃO DOS RESULTADOS NA PERSPECTIVA DOS 5 OBJETIVOS

OBJETIVO 1 - Caracterizar a visibilidade midiática oferecida pelo ambiente virtual da UFBA

Considerando o uso cada vez mais intensivo das TICs no ambiente virtual, seu caráter democrático e potencial de inclusão, capaz de reduzir barreiras espaço-temporais, financeiras, de recursos humanos, dentre outras, seu uso torna-se irreversível e viável nas instituições públicas, especialmente naquelas de formação e produção de conhecimento como a UFBA. A partir do diálogo estabelecido com gestores da administração central e da comunidade interna (FOUFBA) e com a literatura, fica evidente que **a visibilidade midiática oferecida no ambiente virtual aos mecanismos de permanência e pós-permanência previstos no PAAf/UFBA caracteriza-se pela baixa frequência de buscas por/ofertas de informação por parte dos pesquisados, e ainda pela raridade e desatualização dos dados disponibilizados pela UFBA, restringindo-se àqueles de caráter estatístico, relativos a recursos materiais, exclusivamente no eixo permanência.**

Vale ressaltar que as ações institucionais não são decididas isoladamente pela reitora, e ela nos diz:

Eu vejo que a universidade hoje, que todas as decisões de conselho, elas têm vindo a partir de uma discussão nas unidades, nas congregações. Nessas congregações estão: colegiados de cursos e departamentos. Então, toda discussão da universidade, toda decisão, ela emana desses fóruns, em seguida vem os conselhos superiores. [...]. Vejo que hoje na universidade tem muita informação circulando, é possível que não se chegue a todos, existem exceções, mas de modo geral acredito que as questões mais relevantes da universidade elas são de conhecimento de um coletivo, porque eu escuto, eu leio.

Cabe pensar o quanto a comunidade universitária que, reflete a elite brasileira, deseja ver nos espaços privilegiados de reconhecimento e poder, a face pobre e preta da universidade, expondo sua capacidade de resiliência e superação, ou o oposto, revelando as fragilidades produzidas historicamente pela própria sociedade elitista contra determinados sujeitos. Fragilidade que agora retornam como efeito *boomerangue*, juntamente com os avanços que representam as políticas afirmativas implantadas.

A gestora considera a pesquisa sobre a visibilidade do PAAf uma oportunidade necessária “para a sociedade fazer uma ampla reflexão sobre ela mesma” e revela:

Tem um professor americano que já vem ao Brasil desde os anos 60 e que disse que o que mais espantou a ele foi que na área de saúde, medicina, não vê médico negro. A sociedade tem que pensar sobre isso, tem que pensar sobre quem somos nós, e porque que nós somos assim.

Portanto, é papel dedicado a toda a comunidade interna e não apenas à administração central, pensar sobre a reprodução das desigualdades e a exclusão que se dá dentro da inclusão, como alerta Bourdieu, citado por Nogueira e Catani (1998); cabe inclusive pensar sobre o porquê silenciamos diante das contradições, daquilo que nos incomoda tanto enquanto modelo de sociedade. Nessa linha, vale como reflexão importante para este estudo o que expôs corajosamente o gestor de um departamento da FOUFBA:

[...] eu nunca me interessei pela questão pessoal do aluno; o aluno tá passando fome, pra mim não é relevante [...]. O cara vai começar uma extração aqui, aí desmaia. ‘Ah porque hoje eu não consegui, professor, tomar café da manhã, porque eu tava sem dinheiro pra comprar o pão’... Que é que o paciente tem a ver com isso? [...] O que seu paciente, porque você desmaiou e não conseguiu concluir, tem a ver com isso? Você não devia ter começado. Por que o paciente não quer saber se você não comeu o pão, ele quer saber se você tem capacidade de fazer. Direito, ele tem, porque ele vai lhe processar.

Quanto à eficiência da comunicação institucional em disponibilizar informação, reforça nosso entendimento a percepção revelada por um estudante:

O canal que mais se ateu a busca por informação foi apenas o site SISPER, sendo que, muitas vezes, as informações necessitam ser complementadas na própria Assistência (prédio). Os outros sites da instituição não mostram com grande visibilidade este aspecto (principalmente em relação ao lançamento de editais) (acréscimos do estudante).

Assim, ao considerarmos a categoria *visibilidade midiática oferecida no ambiente virtual da UFBA*, podemos caracterizá-la como inadequada para os fins dessa política afirmativa, de inclusão social. A visibilidade da política também precisa afirmar-se dia a dia no interior da universidade nas mentes e nas práticas dos seus agentes. A política, os beneficiários e os benefícios e todos os resultados alcançados precisam ganhar visibilidade de modo que, não apenas as ações, mas a própria visibilidade midiática se caracterize como visibilidade afirmativa, ou seja, produto da autoafirmação, inclusão e mobilidade ascendente de estudantes excluídos historicamente na sociedade brasileira.

OBJETIVO 2 - Caracterizar a disponibilidade de informações sobre PAAf/UFBA e perspectivas de inclusão social para estudantes de origem popular

Mesmo tendo ficado visível o baixo interesse da comunidade interna em obter informação sobre inclusão social de estudantes de origem popular, ao considerarmos a categoria *disponibilidade de informação no ambiente virtual da UFBA* quando ocorreu a busca, evidenciou-se que a oferta de informação se atrela a números estatísticos para controle social na forma de relatórios extensos. Esses números refletem investimentos gastos por aluno com demandas de ordem material (moradia, refeição, transporte, material didático), bem como matrícula, bolsa auxílio, curso de idiomas, dentre outros.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que os sujeitos faziam associação entre as ações afirmativas e o Programa Permanecer. Essa associação reduzia o desconforto pelo estranhamento com o tema políticas afirmativas, particularmente para professores e gestores da FOUFBA que não atuam na área da Odontologia Social. Em certa medida, o Permanecer mostra-se bem-sucedido e sua visibilidade tem sido possível pelo sistema de informação SISPER, ainda que dificuldades com falta de pessoal e infraestrutura tenham sido relatadas pelos

gestores diretos. Assim, a inadequação revelada pelo estudante deve ser considerada:

Bem, sempre acesso aos sites de informações como o SISPER e ufba.br, porém as informações são obsoletas e não correspondem a realidade. Fazendo com que o estudante bata de "porta em porta" até conseguir uma informação fidedigna.

Vale ressaltar que quando da sua aprovação em 2004, ficou previsto no PAAf/UFBA que:

Deverá ser criado um comitê de acompanhamento dos efeitos das ações afirmativas ao qual caberá, também, induzir a inclusão da discussão da diversidade brasileira nos currículos dos cursos.

Quanto à informação que resulte de análises mais aprofundadas sobre inclusão, foi dito pela gestora principal da UFBA que “a avaliação é o que nós estamos fazendo agora”, referindo-se à pesquisa sobre ações afirmativas que está em curso na UFBA, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Virgílio Bastos.

Quanto à disponibilidade de informação após a implantação da LAI, na percepção da comunidade interna foi veemente a opinião de que não houve melhoria após a implantação do SIC na UFBA (situado na Biblioteca Única de Saúde, no bairro do Canela). Contudo, diz o gestor do Ceao:

Eu vou apelar pra lei de acesso à informação para que eu tenha a análise de desempenho que eu pedi em agosto de 2012 e até hoje o centro CPD não me dá.

A LAI prevê que a instituição pública tenha postura ativa, ou seja, disponibilize a informação sem que haja solicitação. Entre os itens passíveis de serem divulgados incluem-se os programas desenvolvidos pela instituição. Portanto, o que quer que seja possível divulgar/revelar sobre o PAAf deveria estar disponível nesse canal virtual, cuja opção se encontra no portal da UFBA no ambiente virtual. Mas não é o que ocorre quando se faz a busca nesse canal. Ainda assim, a coordenadora do SIC na UFBA assegura que:

o cidadão pode perguntar tudo que for do seu interesse, através do Sistema e-SIC da CGU através da UFBA.

É pouco improvável que quem não conhece bem a UFBA (e não transita nos terrenos virtuais das suas distintas unidades/órgãos) consiga saber que a temática ações afirmativas e correlatas apresente-se fragmentada em distintas páginas virtuais como Portal UFBA, IHAC, CEAO, PROGRAD, SISPER. Quando a vitrine que

provavelmente seria mais cobiçada pela comunidade interna para acesso a tais informações seria sua própria Pró-Reitoria, a PROAE. Entretanto ela não dispõe de uma página na internet que seja um canal de informação e/ou comunicação. Além dela, a FOUFBA também não dispõe desse recurso para dar suporte a suas atividades. A alternativa utilizada pelo colegiado do curso de Odontologia foi criar na plataforma Moodle <*moodle.ufba.br*> um espaço que serve de repositório das informações em meio eletrônico para os estudantes e interessados.

Consideramos que a visibilidade oferecida não permite conhecer detalhadamente o PAAf nem o atual estágio da inclusão social dos estudantes beneficiados. Há uma fragmentação da comunicação, que atinge as relações sociais, e distancia-se do modelo reticular de comunicação, apontado por Rodrigues (1994) como adequado por possibilitar a concomitância com os modelos mais tradicionais, existentes na instituição pública. A UFBA sofre de algumas crises, sob a forma de dilema, como ampliar ou qualificar, produção de conhecimento publicável ou relevante socialmente, entre atividade fim e meio, trabalho de concepção e operação/gestão. Contradições dilemáticas ao invés de dialéticas e complementares também atravessam a comunicação e informação. Provavelmente ainda não é tida como prioridade para a gestão central e instâncias decisórias da UFBA, tais como a vendo a pesquisa, criação e inovação e até sua internacionalização. Essa situação traz prejuízos concretos como revela uma gestora da FOUFBA:

Disponibilidade de oferta e divulgação de ações e projetos em programas de iniciação científica ou grupo de pesquisa ainda é precário. **Vários alunos perdem a oportunidade de participar durante a sua formação acadêmica por falta de informação e divulgação por parte da escola.** (grifo nosso).

Enquanto os custos despendidos com a falta de informação sistematizada e mecanismos para a eficácia da comunicação institucional não forem avaliados e debatidos, muito mais investimento será desperdiçado e objetivos deixarão de ser alcançados. Isto se agrava quando não há uma cultura de transformar o conhecimento tácito em explícito e o explícito internalizado, como discute Oliveira (2005). É bastante curioso que um gestor ao sair do cargo na instituição pública não apresente por sua iniciativa nem se lhe seja demandado um registro formal do seu aprendizado no cargo, ou seja, que não compartilhe seus “ensinamentos” aos próximos gestores. Com isso pagamos o preço de começar sempre do zero, na base da tentativa-erro. Significa dizer: a informação não é disponibilizada pelo gestor e

não há qualquer problema com o prejuízo decorrente desse comportamento gerencial. Em certa medida é compreensível para uma instituição que elege gestores para colegiados e departamentos pelo fato de que são eles, professores do quadro, os elegíveis regimentalmente para tais instâncias, mesmo que não tenham competência ou perfil recomendável para a gestão da respectiva instituição.

O que pensar da incipiente experiência da implantação das ações afirmativas na UFBA em termos de seus registros? Como se dará o acesso ao legado deixado por pró-reitores e coordenadores na implantação das políticas. Vale dizer que essa menção tem sentido, pois a competência para a gestão documental nem sempre é um requisito observado para quem exerce funções de assistente administrativo ou secretário executivo, já que o quadro de arquivistas para toda a UFBA é absurdamente insuficiente, sendo objeto de críticas pelos órgãos competentes.

Cabe, portanto, mencionar o que se pode considerar avanços promovidos pela administração central no campo da gestão documental, institucionalizando-se a criação da Comissão Permanente de Arquivo (CPArq), conforme Art. 54 do Regimento Geral da UFBA, tendo seu regimento interno aprovado pelo Consuni, conforme Resolução 03 de 13/09/2012. Entre outras atribuições cabe à CPArq: estimular a integração dos acervos arquivísticos para apoiar o desenvolvimento da pesquisa, da criação e da inovação, além de subsidiar a elaboração de planos institucionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades direcionadas à política de arquivos no âmbito da UFBA. Dentre os documentos fundamentais para o amplo conhecimento do PAAf incluem-se aqueles relativos à sua avaliação. Todavia, enquanto não se consolidar uma cultura de avaliação, o que pressupõe existir organização de dados e informação fidedignos, torna-se difícil a divulgação adequada a uma visibilidade tipicamente afirmativa dessa política. Esses são objeto para outras pesquisas, certamente.

Considerando o terceiro eixo da permanência, nos aspectos materiais há informação disponível especialmente na forma de Relatórios de gestão anual da UFBA. Considerando o quarto eixo da pós-permanência, onde caberia o desenvolvimento de condições de ampliação do capital cultural/simbólico dos estudantes (além da capacidade de articulação do discurso oral e escrito, apoio psicopedagógico, por exemplo), não se verificou a oferta desse tipo de informação no ambiente virtual institucional que atendesse a comunidade interna ou públicos interessados.

Desse modo, podemos inferir com os dados e informações a que tivemos acesso que as informações disponibilizadas no ambiente virtual da UFBA não dão conta de revelar as perspectivas de inclusão social dos estudantes de origem popular como está previsto no seu programa de ações afirmativas, o PAAf/UFBA. Por enquanto, é necessário aguardar que os resultados da avaliação em curso (prevista para 2014) estejam disponíveis para uma revisão dessa questão.

OBJETIVO 3 - Conhecer se há reconhecimento da afiliação estudantil na FOUFBA

A adaptação em novos ambientes é sempre um custo emocional, especialmente para quem não dispõe dos recursos e do capital cultural requerido para isso. Por outro lado, a permanência bem-sucedida, na compreensão de Alain Coulon (2008), requer a introjeção de regras explícitas e tácitas, saber como driblar o fantasma do *score*, que afeta ordem de matrícula, acesso a inúmeros benefícios e o coloca no topo dos ranqueamentos internos e tantas exigências para “permanecer sem perecer” sendo um estudante de origem popular, da periferia da cidade, do interior ou vivendo em situação considerada de vulnerabilidade socioeconômica.

A alternativa do silêncio adotada por alguns estudantes como técnica da invisibilidade, já relatada, pode ser uma estratégia adequada ou não. Além disso, não é fácil saber com quem falar sem se fragilizar perante o outro ou comprometer sua autoestima. Especialmente diante de professores tão imunes a qualquer tipo de sofrimento do outro, por maior que possa ser? Tomamos duas das dimensões de Reconhecimento discutidas por Honneth, que são o direito e a autoestima social, estruturantes da personalidade do sujeito e um remédio para os males simbólicos sofridos. Resgatando o depoimento do gestor que disse não se importar se um estudante desmaiar de fome na sua aula..., vale frisar que aí está em jogo o entendimento da pobreza e da fome como algo estrutural, decorrente de um modelo de sociedade, e jamais caberia culpabilização da vítima. A fome mexe com sua autoestima diante dos colegas e professor, além do que, é muito improvável uma aprendizagem consistente nessa condição.

Essas são questões importantes que se somam a outras mais complexas a exemplo de: como conseguir “passar um dia inteiro de estudos na FOUFBA tendo apenas um pacote de biscoito como única refeição”? Ou qualquer que seja a situação de desestruturação que afete o rendimento nos estudos, culmine com

reprovação em componente curricular e risco de perda da bolsa Permanecer, por exemplo. Todas elas dizem respeito aos processos de afiliação intelectual e institucional.

Sentir-se afiliado é também sentir-se membro, pertencente a um determinado grupo, implica ser aceito como se é, ter o reconhecimento de que o outro se importa contigo. No modelo produtivista em que os professores estão enredados cotidianamente e a solidariedade não é um valor cultivado na formação, alguns professores me revelaram sua angústia de não poder fazer mais pelos alunos; enquanto outros, em dedicação exclusiva, dizem “que não é seu papel saber se o aluno dispõe ou não de material para as práticas ou se existe uma instituição na UFBA que viabiliza esse material para quem não pode pagar”. Penso que a afiliação pode levar um golpe com essas posições, ou fomentar uma sabotagem à perspectiva da inclusão social que faz a diferença na formação, particularmente para aqueles de origem popular. O ex-reitor faz uma análise sobre a formação de Odontologia, que também se aplica a outros contextos:

[...] a mesma coisa é em odontologia, o máximo que se chega é de pensar que nós vamos ser provedores de serviços para planos de saúde. Então são formas de relação do sujeito com a profissão, como a profissão sendo um dom individual ou uma conquista individual e não um aporte social [...]. São cursos que formam os jovens ideologicamente contrários ao sistema público de saúde. A construção de uma solidariedade dentro de uma construção social e planetária também. A relação com o meio ambiente que é parte de uma certa cultura do primeiro ciclo da universidade dá uma formação geral que tem toda uma discussão conceitual. E a segunda é a capacidade dos sujeitos de se posicionarem na questão da formação da opinião. [...] Aí, por exemplo, **um professor chegar e dizer “a política não é comigo é com outro” isso significa que ele não aprendeu a lição que a universidade deveria ter dado a ele. Ele não aprendeu, talvez não foi porque ele não tenha querido, foi porque a formação não deu isso pra ele e o outro elemento é essa questão da própria comunicação, quando você forma o sujeito pra ser um técnico, aplicar técnicas e práticas a questão da comunicação dele é zero. Só que o mundo hoje é um mundo de informação, é rede [...].** (grifo nosso).

Por outro lado, é a própria formação que se vê questionada no seu modelo individualista que não compartilha material, por exemplo, não dá conta da comunicação como esfera humanizante. A fala da jovem gestora-estudante quando me disse: “o paciente não é só a boca, é o todo”, pode ter muito a ensinar aos professores, mestres, doutores, sobre o que pode significar valores como reconhecimento, afiliação e pertencimento na FOUFBA. E o conceito de Educomunicação, inspirado em Freire e Kaplún, pode ser uma alternativa a se

pensar. Em sua apresentação no III Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos, Ismar Soares (2005, p. 1) pontua:

defino, inicialmente, a **educomunicação** como sendo o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos (*sic*), usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas, e ampliar capacidade de expressão das pessoas (grifo nosso).

No que tange à PROAE, algumas formas de afiliação intelectual e institucional são visíveis nas produções coletivas de livros produzidos por alunos, inclusive cotistas, e cuja terceira edição foi prevista para 2013 sob a organização do Grupo Conviver, conta com Conversações em vídeo, Fórum permanecer, Cartilha *calourosa*, Seminários, entre outros.

Em sua maioria, a percepção de estudantes e professores é que não há distinção no tratamento, ressaltando relatos contrários. Tratando-se de matéria delicada, não podemos precisar, apenas no discurso, o quanto a suposta afiliação - que pareceu ter terreno mais favorável que desfavorável na FOUFBA - realmente encontra lastro e pertinência no modelo individual e elitista da formação. Assim, compreendemos que valores inclusivos e a própria ideia de afiliação e de reconhecimento precisam fazer parte do projeto político pedagógico (PPP) da formação e da instituição, que é o seu PDI.

Portanto, na categoria *reconhecimento e afiliação estudantil* de estudantes de origem popular, o que se pode perceber é que há um ambiente favorável a se autorreconhecerem e serem reconhecidos pelos colegas e professores como membros afiliados à FOUFBA no sentido intelectual e institucional, sendo necessários estudos mais aprofundados.

OBJETIVO 4 - Identificar se as informações e os canais de comunicação no ambiente virtual da UFBA contribuem com a comunicação interna da UFBA.

Apesar de "conhecer" os programas de permanência/ inclusão não sabemos sobre o seu universo de abrangência, nem sobre sua efetividade.

Segundo o modelo da avaliação institucional do SINAES a comunicação interna deve ter uma coerência entre as ações institucionais previstas no PDI e sua comunicação com a comunidade interna e externa. Não faltam motivos para validá-la em uma instituição pública que forma pessoas e produz conhecimento, gera diversas

tecnologias. A comunicação é uma dessas dez dimensões avaliadas, além de prevista na lei de acesso à informação, movimento pela transparência pública, ou numa perspectiva gerencialista (ou até ingênua diante das condições que interferem na tomada de decisão), informação sistematizada pode subsidiar a tomada de decisão pessoal e institucional. Algumas posições dos pesquisados confirmam a relevância de se prover a visibilidade do PAAf na comunicação institucional:

Para fornecer maiores informações a respeito dos direitos dos estudantes. Minimizando assim as desistências de estudar, por parte dos estudantes, por falta de dinheiro.

Pois muitos estudantes necessitam dessa inclusão e auxílio para manter-se estudando e desenvolvendo-se intelectualmente e claro que, quanto maior a visibilidade dessa permanência/inclusão social, mais estudantes (maior número) irão recorrer e procurar por estes programas.

No entanto, a CPA/UFBA, responsável pela autoavaliação institucional encontra dificuldades para desempenhar esse nobre papel – pois a autoavaliação permite traçar um retrato das fraquezas e fortalezas, mostrando o que manter e o que mudar, seja em uma instituição, programa, curso ou desempenho do estudante. Se não houver informação organizada e refletida internamente, seja a avaliação ou a própria gestão vão ser penalizadas. Alocar pessoas qualificadas para essa finalidade é uma decisão da gestão, desde o nível estratégico, para que sejam asseguradas as condições necessárias.

Nossa percepção é que há um *delay*, um atraso na informação, pois é custoso produzir informação de qualidade, especialmente quando não há uma cultura informação e de avaliação incorporadas nos diversos setores, pró-reitorias e demais instâncias deliberativas.

O que se disponibiliza são resoluções, portarias. O próprio PDI entre o fim do reitorado anterior e o início do atual ressentiu-se desse delay, ocasionando dificuldades severas não apenas ao trabalho da gestão, mas incluem o da pesquisa científica. Não raro, perdemos tempo com estudos que não avançam por falta de informação, inclusive para gestores e comunidade científica interna, como ilustra a fala do gestor do Ceao:

[...] eu acho que a universidade ela adotou uma política que, por um lado, era pioneira em algumas ações desde ir às escolas publicas antes do vestibular, [...] o debate com outras categorias, a publicação, divulgação [...]. Por outro lado, a universidade anos depois passou a ter um tipo de ação que contradiz o que a gerou. Passou a ser uma decisão burocrática institucional. E o que é pior, a universidade como produção do

conhecimento, ficou no vazio. A não ser determinados pesquisadores que vão em busca de dados remetendo carta, ofício, e-mail pra determinadas pessoas que estão em órgãos que produzem dados em busca dessa avaliação; e aí o que é que acontece, **as solicitações por um motivo, digamos assim, uma simpatia pela causa das cotas, alguns servidores tendem a contribuir; em outros setores, há a completa omissão, rejeição do fornecimento desses dados.** Isso é impensável numa instituição que se quer séria... no ensino superior. (grifo nosso).

Na perspectiva do gestor da PROAE, seria importante ter uma assessoria de imprensa que pudesse buscar o que tem de bom e colocar em vários suportes e canais, estando focada só nisso. Seria interessante divulgar teses e projetos, ressalta ele.

Em síntese, as informações e canais de comunicação, disponíveis no ambiente virtual sobre a temática, são inadequados para assegurar que a categoria *comunicação interna da UFBA no ambiente virtual* promova o diálogo e transparência de suas ações entre Universidade e comunidade. Por sua vez, a comunicação da UFBA no ambiente virtual se dá forma inadequada para subsidiar o processo de avaliação institucional e obrigatório, previsto pelo SINAES/MEC, bem como para fomentar o debate em torno das ações afirmativas.

OBJETIVO 5 - Conhecer a percepção da comunidade sobre as ações afirmativas (PAAf/UFBA) enquanto alternativa de inclusão e mobilidade social.

A visibilidade midiática na universidade tem um apelo à importância de divulgar seus atos com a legitimidade institucional. Quanto mais a visibilidade aumenta, mais pode interferir na formação da opinião e consequentemente na sua legitimidade perante seu público. Daí o comentário na citação anterior merecer atenção. Afinal, pode haver descrédito dos propósitos e projetos da instituição, como nos revela o mesmo gestor ao dizer com veemência:

com essa instituição eu sou muito "lé com crê", eu quero ver pra crer [...]; projetos de ação administrativa, que mexa com a estrutura dessa universidade, eu estou querendo ver pra crer, ou seja, prazo de início da política: quando?

Mais um comentário de estudante revela a importância de visibilidade do PAAf como alternativa de inclusão:

pois é importante que todos os alunos da faculdade/universidade saibam das ações afirmativas da universidade, através de exemplos "vivos", como os estudantes de origem popular; com isto seria mais fácil exigir da

universidade este programa concretizado e ampliado a todos os alunos que necessitam.

Outra posição estudantil revela que: "por meio virtual o estudante terá maior acesso de informações, no qual esclarecerá suas dúvidas".

Além do mais, o contexto de fragmentação, aceleração constante, produtivismo, em um cenário onde há crise de atenção pelo excesso de informação irrelevante junto a relevante, faz com que, mesmo havendo informação, muitos não se interessem por ela. Daí porque a dimensão da racionalidade comunicativa *habermasiana* não dá conta, na percepção de Gomes e com a qual concordamos. Assim, entendendo que as políticas afirmativas envolvem mudança de comportamento, aceitação de diferenças, e encerra muitas posições contrárias, é que recorreremos, além do debate na esfera pública virtual como espaço para acolher diferentes ideias, à necessidade da mobilização interna para conquistar adeptos na discussão que pense sua superação como meta da UFBA como Universidade Nova. É o que reflete a estudante:

[...] acredito que seja válido, visto que tal vinculação iria contribuir com o debate na comunidade interna sobre o PAAF. Afinal as referidas informações ajudarão no questionamento e tema de decisões frente às necessidades de melhorias no PAAF.

Berger e Luckmann (2010, p. 124-127) caracterizando os níveis da legitimidade, descreve o nível simbólico como sendo constituído pelos universos simbólicos, que integram diferentes ordens da instituição, como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. Pela complexidade na qual estão imersas as políticas afirmativas, se considerarmos a ordem institucional numa totalidade simbólica, esse nível pode contribuir para uma análise do campo da visibilidade midiática do PAAf/UFBA de modo relativamente amplo. Podendo contemplar as ações institucionais (gestores da administração central) e também a percepção dos sujeitos (estudantes, professores e gestores da FOUFBA) de modo mais integrado onde a comunidade interna seja mobilizada na direção da efetividade dessa política a partir da superação dos aspectos materiais e simbólicos que resultem na afiliação dos estudantes de origem popular, sendo reconhecidos por si e pelo outro na sua capacidade de torna-se incluído socialmente e galgar um novo status social.

Com a mobilização inserida em um projeto efetivo da instituição para envolver a comunidade, afiliar os novos membros, tornar transparentes os processos e

receber *feedback* que permitam aprimorar o PAAf, o resultado é a legitimação da instituição, da política na percepção da comunidade interna e, conseqüentemente, dos estudantes beneficiados, envolvendo a sociedade como um todo.

Na compreensão do ex-reitor como gestor da administração central:

Nós temos especialistas em comunicação, nos temos que sentar e perguntar pra eles como fazer; eu sei, assim, de leigo pelo menos duas coisas e que eu tenho usado na [Universidade] Federal do Sul da Bahia. Redes sociais [...] e a outra coisa é a mobilização desse contingente. **A universidade agora está com 34 mil alunos de graduação, 5 mil alunos de pós, tem 6 mil servidores, 3 mil professores. Agora, qual é a mobilização que se faz para a articulação desses sujeitos?** (grifo nosso).

A gestora-estudante da FOUFBA, por exemplo, refletindo as dificuldades dos estudantes para aquisição de material em Odonto, sugere que poderia haver uma campanha de doação para recolher materiais necessários para as aulas práticas; e ainda que os próprios professores poderiam fomentar troca de experiências entre “alunos bons numa determinada matéria” para ajudar aqueles que tenham mais dificuldade na apreensão do conteúdo, da aprendizagem necessária.

Muitas das críticas sobre as cotas e ações afirmativas giram em torno da meritocracia (que nada mais é do que a tentativa de manter o *status quo* e os privilégios adquiridos historicamente), da queda da qualidade, da falta de base por parte do estudante, que não teve uma formação que o ajude a operar nessa nova realidade. Contudo, a *expertise* dos profissionais que a UFBA dispõe e sua criatividade certamente são capazes de eleger alternativas que tornem essa política um bônus no que tange à transformação das assimetrias sociais pela educação e, não, um ônus de formar profissionais que não possam competir em condições iguais e se inserir no mercado de trabalho de forma compensadora.

Na percepção de um dos gestores da administração, referindo-se à efetividade das políticas afirmativas geridas pela PROAE: **“o maior obstáculo é recurso humano qualificado e foco; as pessoas normalmente não têm foco”**. (grifo nosso).

Como o PNAES aloca recursos para que haja permanência bem-sucedida, mas só na graduação, tem sido discutida no fórum de pró-reitores, Andifes possibilidades de apoio na pós-permanência. Por sua vez, a gestora principal da UFBA vê a educação com um vetor de mobilidade social, que dá ao sujeito, além

das perspectivas com sua formação, uma visão de mundo, que lhe permite não só fazer, mas entender o porquê. Na visão de professores e estudantes:

Poderia se criar ações mais específicas para cada unidade, pois as dificuldades que um estudante de odontologia vivencia são diferentes das dos estudantes de humanas e, **no entanto, são poucas as ações para garantir a permanência num curso de alto custo.** (grifo nosso).

O curso de Odonto é muito caro e não há bons meios de permanência para alunos carentes de verdade. Os cotistas que conheço e estão cursando o curso, têm alguma condição para poder permanecer, os que não têm, infelizmente abandonam o curso.

Considerando a opacidade quanto à visibilidade da política e que quanto mais haja visibilidade mais a instituição se explica e se justifica perante seu público, ou seja, legitima-se, podemos inferir que sua legitimidade está em processo, não sendo percebida fortemente pela comunidade interna, uma vez que o PAAf e seus mecanismos de permanência estudantil qualificada (como revelou querer ver a coordenadora da Proae), e da inclusão social que façam vislumbrar formas de mobilidade ascendente não são percebidos por ela; portanto, a legitimidade da política enquanto alternativa de inclusão social ainda não se consolidou e, sem uma mobilização efetiva da comunidade interna em torno do programa, pode até fragilizar-se mais.

Como não há avaliação nem estudos longitudinais sobre a trajetória de egressos, muitos dos que evadem sequer são objeto de análise. Portanto, a lógica da inclusão social nas políticas afirmativas, necessita que se conceba a “ideia do nenhum a menos”, tendo em vista que já totalizam muitos a menos historicamente.

Por sua vez, a categoria que concebe a *legitimidade das ações afirmativas como política de inclusão e mobilidade social* de estudantes de origem popular não se revela ser atendida pelas alternativas de informações e comunicação institucional disponibilizadas na UFBA. Segundo opinião da gestora do colegiado, mais próxima da questão estudantil diariamente, são inexistentes os mecanismos da pós-permanência (eixo 4 do PAAf), pois não há sociabilidade; a biblioteca é um caos e não atende, sem livros, sem computador. Sua radiografia desse cenário é de que **“isso não é ações afirmativas, isso é um placebo”** (grifo nosso).

Foram consideramos os resultados nesses objetivos que pretenderam responder à questão central da pesquisa. Em síntese, eles nos levam a inferir que **a visibilidade midiática no ambiente virtual da UFBA oferecida aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência de estudantes de origem**

popular na educação superior é inadequada aos fins da política afirmativa no contexto da formação analisada, a Odontologia. Pela sua opacidade, a visibilidade no ambiente virtual quanto aos resultados da implementação do PAAf/UFBA não contribui para a percepção das ações afirmativas como uma alternativa efetiva de inclusão social desses estudantes na perspectiva da comunidade interna.

Dessa compreensão apresentamos as considerações finais deste estudo (capítulo 5), longe de significar um término ou fechamento, pois o que temos efetivamente são possibilidades de aprofundamento e continuação da temática de modo que possamos ver prosperar resultados efetivos das políticas afirmativas na UFBA e sua visibilidade revelar as ações afirmativas como política de inclusão e mobilidade ascendente dos estudantes de origem popular ingressos na nossa universidade.

5 CONCLUSÃO

É preciso fazer assim a vida toda e, quando as coisas se mostrarem por demais persuasivas, é preciso pô-las a nu, observar a fundo sua pouquidão e suprimir a busca por meio da qual adquirem tanta importância. [...] O estranhamento é um meio para superar as aparências e alcançar a compreensão mais profunda da realidade (GINZBURG, 2001, p. 21; 36).

A literatura indicou que a convergência das práticas da comunicação e informação institucional influenciam na formação da opinião pública, repercutindo nas percepções, comportamentos e julgamentos que ecoam no cotidiano das políticas afirmativas, podendo facilitar ou emperrar o processo de implementação, avaliação e superação dos obstáculos, percebidos nos debates polêmicos que antecederam a implantação das ações afirmativas nesta universidade, especialmente quando consideramos os cursos de alto prestígio, entre os quais se inclui o de Odontologia.

Tomamos como perspectiva que a visibilidade midiática no ambiente virtual oferecida ao PAAf/UFBA tem implicações na formação da opinião pública a depender do como e com que intensidade se torna visível a informação disponibilizada sobre ele. A partir daí propusemos uma teia envolvendo a compreensão das ações institucionais desenvolvidas para essa política pública e a das percepções dos sujeitos do curso de Odontologia, contrastados com o referencial teórico-documental.

Sabemos que a visibilidade no ambiente virtual, por um lado, instiga a curiosidade e vontade de conhecer, opinar, e facilita participar das deliberações. Por outro, suscita o querer simplesmente “vigiar” para manter-se informado, sem um compromisso maior com aquilo que vigie ou pelo qual possa estar sendo também “vigiado”. Como as instituições públicas têm o papel de gerenciar bens sociais, é natural que haja questionamentos sobre a qualidade democrática da argumentação de caráter público, a necessidade do segredo no modo de produção da decisão política aludindo à extensão dos cidadãos com acesso à deliberação, assim como à extensão da visibilidade da deliberação pública ou do público aos quais essas deliberações são visíveis conforme discutido no referencial teórico.

Contudo, os resultados do PAAf/UFBA em seus 9 anos de implantação não têm sido objeto de ampla e intensa visibilidade no ambiente virtual institucional da UFBA, nem de debate público na sua comunidade interna, como revelou a pesquisa de campo. Tendo em vista que efetiva em 2013 iniciam-se estudos na UFBA com objetivo de avaliar tais políticas, com revelaram os dados de campo, este aspecto suscita não apenas questionamentos, mas também eventual descrédito na efetividade dessa política pública, particularmente no seu objetivo principal de promoção da inclusão social dos estudantes ingressos no programa.

Os resultados da pesquisa de campo possibilitam concluir que as ações afirmativas são toleradas, pois além de implantadas tornou-se lei, mas ainda não foram plenamente acolhidas pela comunidade interna que a implantou. Em parte porque mexe com a zona de conforto dos agentes estabelecidos e requer mudanças e estratégias apropriadas para lidar com um novo público, com novas demandas, demandando um aprendizado que está por ser construído. Em parte também porque a efetividade das ações afirmativas implica reconhecer a prática secular do racismo e das desigualdades sociais, dirigidas para os grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em especial a população negra/parda, sendo que alimentam os índices de violência, subemprego, desenvolvimento humano, dentre outras iniquidades naturalizadas no território brasileiro até que tivéssemos a implantação do estado democrático de direito.

Uma instituição secular e elitista como a universidade pública federal no Brasil, produtora de conhecimento e dona dos saberes legitimados pelos grupos que sempre estiveram no poder, assumir que ainda não sabe ou não consegue fazer o necessário diante de um novo público presente na formação universitária, não é nada fácil de admitir, nem de aceitar plenamente. Contudo a opinião pública faz juízos fundados no excesso ou na escassez de informações. Isto direta ou indiretamente tem implicações na legitimação das políticas públicas na percepção de cada um. Donde se conclui que **a o processo da política afirmativa precisa estar visível e com destaque no ambiente virtual, na página principal da instituição, sendo amigável e motivando o desejo de conhecê-la, nela navegar. Além disso, não se pode prescindir do diálogo e da mobilização da comunidade interna e demais interessados para haja envolvimento e compromisso no avanço das políticas de cunho afirmativo. Sendo este mais um desafio na agenda das universidades públicas no momento de avaliação de tais políticas.**

Considerando a legitimação no nível simbólico apresentada no referencial teórico, concluímos que as práticas infocomunicativas na universidade pública podem se ajustar aos objetivos das políticas de ação afirmativa no estágio atual de amplitude do acesso à informação pública, contribuindo nos processos de legitimação das políticas afirmativas e, conseqüentemente, das instituições que as implantam e dos respectivos estudantes-beneficiados por elas.

Essa dimensão simbólica da legitimação comporta a complementaridade da redistribuição e reconhecimento postos pela literatura diante da implantação das políticas afirmativas na educação superior, sendo que a visibilidade dos resultados do PAAf/UFBA deve estar veiculada na publicidade institucional, com destaque para o ambiente virtual, por se tratar de um espaço privilegiado de divulgação e discussão pública na contemporaneidade, merecendo destaque seu caráter democrático, que viabiliza a participação dos mais diferentes atores com a mediação das TIC, retirando as barreiras de espaço e tempo, de capital cultural.

Os resultados da pesquisa de campo revelam o amplo desconhecimento da comunidade interna da UFBA sobre as políticas de ações afirmativas, sobre seu programa, o PAAf/UFBA, e tudo o que lhe diz respeito como a atuação da Proae, os mecanismos disponíveis para viabilizar a permanência e a pós-permanência dos estudantes ingressos por sistema de cotas, especialmente o que extrapola o caráter de subsistência, das bolsas auxílio. Ainda que o sigilo continue um princípio assegurado para evitar discriminação desses estudantes, a dependência de recurso financeiro para cursar disciplinas que exigem material importado de alto custo e a dificuldade de autoexpressão com domínio da norma culta falada e escrita, sem falar na língua inglesa, são identificadores claros de quem são os estudantes de origem popular que acumulam vulnerabilidades socioeconômicas na formação em Odontologia (não estando associado aos negros, conforme observado no campo).

Os dados de campo revelam que parte expressiva dos professores, exceto os que atuam na área social, sob o discurso do tratamento igual para todos contribuem para a cultura da indiferença na FOUFBA diante das dificuldades enfrentadas pelos estudantes na permanência universitária, não raro deixando a mensagem subliminar que o lugar do estudante pobre não é na formação em Odontologia pelo alto custo demandado e que ele não dispõe. A falta de compromisso docente com a inclusão social desse perfil de estudante justifica o desinteresse por informar-se sobre os mecanismos existentes para apoiar estudantes carentes, caracterizando um boicote

indireto à permanência bem-sucedida de estudantes de origem popular na formação. Desse modo, o processo de afiliação intelectual e institucional não teve proporcionado pela instituição, mas aos meios que o aluno dispuser. Em contrapartida, a representação estudantil da Foubfa revelou alto comprometimento e implicação política com a inclusão dos estudantes que demandam apoio do diretório acadêmico; demonstrando no processo de investigação inquietação e envolvimento no que concerne ao seu papel para com estudantes que não dispõem de apoio material e pedagógico para superar as dificuldades típicas de uma formação elitista e individualista, onde práticas solidárias não são um valor disseminado/acolhido.

Dos resultados de campo concluímos que a pró-reitoria voltada para o desenvolvimento de ações afirmativas agoniza diante da desproporção entre a demanda e as reais condições de infraestrutura disponíveis de tal modo que integrar sua reduzida equipe parece um feito para poucos e não por longo período dado o dilema de ampliar a oferta e qualificar a permanência estudantil que garanta uma trajetória bem-sucedida na permanência e conseqüentemente na pós-permanência.

Cientes dos limites que este estudo encerra ao investigar tão somente a graduação em Odontologia entendemos que sua contribuição principal, ao trazê-lo para um espaço de debate qualificado como o doutorado, foi expô-lo à comunidade acadêmica e à esfera pública e que, como fratura exposta, se deixa ver na sua incompletude. Possivelmente este limite instigará investigações mais amplas e longitudinais, envolvendo essas políticas e seus partícipes, que fomentem a construção de novas representações para os grupos historicamente excluídos dos espaços de poder e das notícias elogiosas da grande mídia, a qual se desloca cada vez mais para o terreno virtual. Desafio maior para as gerações formadas na cultura do papel (onde se inclui boa parte de gestores e professores em atuação) a interagir no espaço virtual das comunicações em rede colaborativas, sociais, assíncronas, em tempo real, a distância.

Respondendo ao objetivo geral, o estudo possibilitou conhecer que ainda é opaca a visibilidade midiática oferecida pelo ambiente virtual da UFBA aos mecanismos institucionais de permanência e pós-permanência de estudantes no âmbito do PAAf/UFBA. Portanto, o potencial de contribuição efetiva do programa de viabilizar a autoafirmação de sujeitos historicamente excluídos ainda não se consolidou. Ou seja, na percepção da comunidade interna ainda não se efetivou a legitimação das ações afirmativas como alternativa de inclusão e mobilidade

ascende de estudantes de origem popular, pois a permanência qualificada também não se tornou uma meta alcançada até então, como atestou o estudo no campo.

E ainda se faz necessária a mobilização e o envolvimento da comunidade interna e da sociedade em geral para que a tarefa da UFBA na gestão dessa política caminhe na direção da construção de espaços de visibilidade afirmativa a partir de uma permanência e pós-permanência inclusivas e qualificadamente bem-sucedidas para os jovens nela ingressos. Pois, desse modo, podemos ser capazes de integrar a diversidade e a diferença nos currículos dos cursos, provendo mobilidade social ascendente para os jovens estudantes negros pobres e egressos da escola pública, devolvendo-lhes o direito à cidadania plena, que a neutralidade do Estado brasileiro lhes retirou e nos dias atuais vem sendo resgatada com a ação das políticas públicas afirmativas.

Por fim, recuperamos a tese de que a visibilidade das políticas de equidade na educação superior, voltadas a estudantes de origem popular, para além da mera prestação de contas à sociedade, possibilita o diálogo universidade-sociedade em torno das históricas desigualdades sociais no Brasil que hoje demandam alternativas de permanência e pós-permanência sustentadas em redistribuição e reconhecimento como meio de inclusão e ascensão social desses estudantes, interrompendo o ciclo da exclusão e, portanto, da invisibilidade acadêmica e social naturalizada e imposta a eles durante décadas.

Nessa perspectiva as metas e a própria avaliação do programa não podem prescindir da visibilidade ampliada no ambiente virtual da UFBA como elemento central para um segundo processo que, visando à inclusão social efetiva de seus estudantes, possa contribuir para superar uma das crises por que passa a universidade, conforme nosso referencial teórico: a crise da legitimidade.

5.1 RECOMENDAÇÕES

As políticas de caráter afirmativo são oportunidades de repensar a autoafirmação dos diversos sujeitos que dão sentido à universidade e as dificuldades de prover a afiliação estudantil adequada quando o professor não se sentir afiliado intelectual e institucionalmente; ou sem que isto seja um valor objeto de reconhecimento e valorização (equiparado com o conceito Qualis A1) para todos os segmentos da universidade. Assim, levando em conta:

- 1) a incipiente produção de pesquisas sobre a visibilidade midiática em ambiente virtual sobre políticas afirmativas como fator de legitimação institucional;
- 2) que não encontramos estudos que investigassem a visibilidade sob esse prisma e suas implicações sobre as políticas afirmativas e conseqüentemente sobre os sujeitos atendidos, estudantes historicamente excluídos pela sociedade brasileira;
- 3) que também não encontramos estudos sobre a visibilidade midiática no ambiente virtual institucional incidindo nos processos de afiliação e reconhecimento dos seus beneficiários ingressos nos cursos de alto prestígio e investimento financeiro, a exemplo do de Odontologia;

Torna-se fundamental que esse campo de estudo seja inaugurado, tendo a visibilidade afirmativa como um conceito no qual devemos investir para sua consolidação como elemento estruturante das políticas afirmativas na educação superior pública, tendo em vista a efetividade da inclusão social e a mobilidade ascendente de estudantes ingressos pelo PAAf/UFBA, especialmente nos cursos mais prestigiados socialmente. A partir da visibilidade afirmativa esses sujeitos se tornam exemplos vivos e inspiradores das gerações futuras de estudantes no projeto UFBA Universidade Nova, que dispõem de uma geração de docentes e profissionais técnicoadministrativos ingressos a partir do Reuni, sobre os quais incidirá essa tarefa entre outras que serão apontadas na avaliação do PAAf no ano de 2014.

Compreendo que essa investigação pioneira na área possa estimular os grupos de pesquisa na UFBA a conceber se debruçar sobre o estudo da visibilidade afirmativa das políticas públicas no ambiente virtual, ora iniciado neste estudo de caso no curso de Odontologia, como um campo de estudo ampliado a todas as áreas/cursos da universidade, podendo contribuir para a superação de limites e consolidação das políticas afirmativas na UFBA, para além das cotas e da mera permanência na Graduação. Para tanto, destaco elementos que considero imprescindíveis no campo da Gestão da Políticas em Educação:

1. a inclusão da interseccionalidade de eixos que estruturam relações de poder na sociedade brasileira como gênero, raça/etnia, classe social nos processos de concepção, implantação e avaliação das políticas públicas, em especial as políticas afirmativas;
2. que a informação e a comunicação institucionais no ambiente virtual passem a ser repensados pelas instâncias decisórias da UFBA como um fator,

inclusive, de gestão e de mobilização e participação política na nossa universidade, constituindo-se um objetivo chave no Projeto Político Pedagógico dos cursos de graduação e de fortalecimento dos propósitos da nossa universidade;

3. que as congregações das unidades de ensino possam atuar de modo mais sistemático na disseminação da informação sobre decisões e questões que afetam a universidade pública e a sociedade, assumindo agendas de engajamento de professores, funcionários e estudantes, recolocando a comunicação como elemento de humanização nos processos sociais, por um lado. E por outro lado, que sejam avaliados os custos despendidos com a falta de informação sistematizada e manutenção de práticas de comunicação ineficazes diante dos desafios sintetizados nas macropolíticas previstas no PDI (2012-2016) da UFBA;
4. que seja concebido como requisito formal para todo gestor, ao assumir um cargo na instituição pública e ao deixá-lo, a produção do registro formal do cenário encontrado, bem como os pontos fortes e fracos, os avanços alcançados e os que merecem atenção por parte do próximo do gestor, dando pistas dos problemas e soluções requeridas no seu entendimento; e assim, possa disponibilizar tal registro em meio impresso e eletrônico, para que acrescentemos seus ensinamentos e experiências aos existentes e deixemos de pagar o preço de começar sempre do zero, em termos de gestão e avaliação institucional, portanto, de otimização do uso do recurso público.

Por fim, além de recomendável, considero ser inadiável que a comunidade interna da UFBA seja convocada e que atenda ao chamado da mobilização, para engajar-se em uma concepção de autoavaliação formativa de suas políticas (e não apenas somativa), que seja capaz de transcender o mero controle social, sendo um efetivo instrumento de subsídio à gestão e à tomada de decisão, que revelando seus pontos fortes e frágeis, sinalize caminhos para a direção da UFBA que queremos ser e à qual desejamos estar afiliados intelectual e institucionalmente. Desse modo, que o desempenho auferido pelos alunos da graduação ou pós-graduação seja produto dos objetivos, metas, ações institucionais e metodologias utilizadas na ação do conjunto dos seus atores, e não meras consequências daquilo que o estudante isoladamente produziu, resultando em superação ou perecimento, ficando à mercê

das circunstâncias. Ao contrário, torna-se oportuno que esses novos membros afiliados à UFBA, bastante familiarizados com a era digital e suas comunicações em rede, sejam convocados também a ser partícipes da concepção e materialização da visibilidade afirmativa na nossa universidade como tradução de sua inclusão e de seu reconhecimento ao direito de assumir novos lugares e novas representações na sociedade brasileira, sendo uma tradução da equidade via educação superior pública.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. *et al.* **Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de. A vida universitária como objeto de pesquisa e o campus universitário como etnopaisagem. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos.** Salvador: Edufba, 2011. p. 7-12.
- ALVES, Maria Bernardete Martins; MENDES, Leandro Luis; ALVES, Joao Bosco da Mota. **MORE: mecanismo online para referências.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, c2005. Disponível em: <<http://vm-rexlab.led.ufsc.br:8080/more/index.jsp>>. Acesso em: 06 set. 2012.
- ALVES-MAZZOTI, Alda Judith. **Usos e abusos do estudo de caso.** Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.
- AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos: sem arroteio e sem medo da ABNT.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 126 p.
- BARICHELO, Eugenia M. da Rocha. Comunicação e sociabilidades. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da [et al.]. **Comunicação & sociabilidades.** Santa Maria/RS: FACOS/UFSM, 2001. 188 p. (Coletânea de Comunicação).
- BARICHELO, Eugenia M. da Rocha. A construção da visibilidade institucional pela mídia. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da [et al.]. **Comunicação midiática.** Santa Maria/RS: FACOS/UFSM, 2002. 168 p.
- BARICHELO, Eugenia Mariano da Rocha (Org.). **Visibilidade midiática, legitimação e responsabilidade social: dez estudos sobre as práticas de comunicação na Universidade.** Santa Maria: FACOS/UFSM; Brasília: CNPQ, 2004, 366 p.
- BARICHELO, Eugenia Mariano da Rocha; OLIVEIRA, Carolina. A construção da visibilidade institucional: relações entre a universidade e a mídia. In: BARICHELO, Eugenia Mariano da Rocha (Org.). **Visibilidade midiática, legitimação e responsabilidade social: dez estudos sobre as práticas de comunicação na Universidade.** Santa Maria: FACOS/UFSM; Brasília: CNPQ, 2004, 366 p.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica.** Ci. Inf., 1998, vol.27, nº 2, p.nd-nd. ISSN 0100-1965.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 32 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2010. 239p.
- BOURDIEU, Pierre. Violência simbólica e lutas políticas. In: Pierre Bourdieu. **Meditações pascalianas;** tradução Sergio Miceli. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007.cap. v, p. 199-251.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso 04 abr. 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso 04 abr.2012.

CARVALHO, Renata Innecco Bittencourt de. **Universidade midiaticizada: o uso da televisão e do cinema na educação superior**. Brasília/DF: Senac, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed., total. rev. e ampl. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2003. iii, 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1) ISBN 8521903294 (broch.).

CASTELLS, Manuel. **Castells debate os dilemas da internet**. Entrevista concedida a Sergio Martin. Tradução: Daniela Frabasile e Gabriela Leite Martins. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2012/01/17/castells-debate-os-dilemas-da-internet/>>. Acesso em: 09 out. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS (CEAO). Blog sobre ações afirmativas e permanência na universidade (s.d.) Disponível em: <<http://www.permanenciaceao.blogspot.com/>>. Acesso em 21 out. 2011.

CIBERCULTURA. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <[http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=realidade virtual](http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=realidade%20virtual)>. Acesso em: 31 out. 2012.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (Brasil). **Acesso à informação pública: uma introdução à Lei nº 18.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: Eclips Design, 2011. 24 p. (Cartilha). Cooperação UNESCO e Poder Executivo Federal brasileiro.

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 205 p. (Ciências sociais da educação). ISBN 8532613942 (broch.).

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. (Tradução de Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio) Salvador, BA: EDUFBA, 2008. 276 p. ISBN 9788523205270 (broch.).

DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **As contribuições das políticas de avaliação educacional em larga escala: o caso da avaliação de aprendizagem na Bahia/Lys Maria Vinhaes Dantas**, Salvador: FAGED/UFBA, 2009. Tese (Doutorado em Educação).

DÉCIA, Ana Cristina Muniz. **Responsabilidades compartilhadas na gestão Informacional**: diálogos possíveis entre secretários e Arquivistas. X CIFORM Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação. Anais... Salvador, 2011. Disponível em:
<<http://www.ciform2011.ici.ufba.br/modulos/submissao/Upload/37299.pdf>>.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz. **A extensão universitária interdisciplinar na UFBA**: o caso da gestão de eventos como instrumento de mobilização social. XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação. Anais... Vitória/ES, 2009.

_____; TENÓRIO, Robinson M. **Avaliação educacional no ensino superior**: uma discussão sobre a proposta pedagógica do curso de secretariado da UFBA na perspectiva da avaliação formativa. IN: TENÓRIO, Robinson Moreira; VIEIRA, Marcos Antonio. (Orgs.). Avaliação e sociedade: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz; ARGOLLO, Rivailda S. Nunes de. Autoavaliação institucional da UFBA na era SINAES: a experiência revisitada na Escola de Administração. **Estudos em Avaliação Educacional** (Impresso), v. 21, p. 387-404, 2010.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz; ARGOLLO, Rivailda S. Nunes de. Informações para Tomada de Decisão na Autoavaliação das Instituições de Ensino Superior. In: Robinson Tenório e Rosilda Arruda Ferreira. (Org.). **Avaliação e Decisão**: teorias, modelos e usos. Salvador: Edufba, 2011.

DETERMINAÇÃO do tamanho de uma amostra. Disponível em:
<http://www.fesppr.br/~centropesq/Calculo_do_tamanho_da_amostra/Tamanho%20da%20Amostra%20-%201.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz. **Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação**: positividade ou simples decadência? Revista Brasileira de Educação, v.15, n.3, jan./abr. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **A política da avaliação de políticas públicas**. RBCS, v. 20 nº 59, out./2005.

FERRER, Alejandro Tiana. **Evaluación y cambio de los sistemas educativos**: la interacción que hace falta. Ensaio: aval. pol. públ.Educ. Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, jun. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2010. doi: 10.1590/S0104-40362008000200007.

FIGUEIREDO, Érica Suruagy Assis de. **As ações afirmativas na educação superior**: política de inclusão à lógica do capital. Niterói: UFF, 2008. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2008. Disponível em: <http://www.ppg-educacao.uff.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=8&temid=52&limitstart=91>.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. (trad. Raquel Ramallete), 20 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. 288p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22 ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2006. xxiii, 295 p. (Biblioteca de filosofia e história das ciências.).

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

FRASER, NANCY. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, DF: UnB, 2001. 479p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira; prefácio de Jacques Chonchol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em Educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. (tradução Eduardo Brandão). São Paulo: Companhia da Letras, 2001. 311 p. ISBN 9788535901535 (broch.).

GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, Apr. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000100007&lng=en&nrm=iso>. Access on 24 Aug 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652000000100007>.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Disponível em <http://www.dgz.org.br/fev08/Art_01.htm>. Acesso 24 Ago. 2011.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. A experiência do EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 454p. ISBN 8571472483.

_____. A recepção do instituto das ações afirmativas pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 397 p. (Educação para todos).

_____. SILVA, Fernanda Duarte L. Lucas da. **Ações Afirmativas e os Processos de promoção da igualdade efetiva**. Brasília: CJF/CEJ, n.24, p. 85-153, 2003 (Série Cadernos CEJ).

GOMES, Wilson da Silva. **Publicidade, Visibilidade, Discutibilidade**: para uma revisão do conceito de esfera pública política. Curitiba: Compós, 2007. XVI Encontro Anual.

GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário**. Brasília/DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003 (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 01).

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1984. 397 p. (Biblioteca tempo universitário; 76).

HABERMAS, Jürgen. **Political Communication in Media Society**: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. *Communication Theory* 16 (2006) 411–426 ^a 2006 International Communication Association. *Communication Theory* ISSN 1050-3293. Disponível em <http://archivos.brunner.cl/jjbrunner/archives/1-Habermas_Deliberation2006.pdf>.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (Org.). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça** (GPP-GeR: módulo I). Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. 140 p.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Ed. 34, 2009.

JESUS, Josiele Sales dos Santos de; SILVA, Nandalle Vieira da. A inserção do negro na carreira odontológica: da formação acadêmica ao mercado de trabalho. In: Grupo Conviver (Org.). **Diversidade e Convivência**: construindo saberes. Salvador: EDUFBA, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo uma vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho;

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 324 p. (Psicologia social) ISBN 8532612970 (broch.).

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999. 264 p. Tradução de Carlos Irineu da Costa (Coleção TRANS).

LIMA, Efsion Batista; OLIVEIRA, Geiziane Matos de. Um olhar sobre permanência e cotas na Faculdade de Direito da UFBA. In: Grupo Conviver (Org.). **Diversidade e Convivência: vencendo desafios**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação institucional: o uso dos resultados como estratégia de (re)organização dos espaços de discussão na universidade**. Campinas/SP: [s.n.], 2008 (tese doutorado).

LUCHESA, Cláudio J.; CHAVES NETO, Anselmo. **Cálculo do tamanho da amostra nas pesquisas em administração**. Curitiba: Edição do Autor, 2011. UNICURITIBA. Disponível em: http://www.unicuritiba.edu.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/calculo_do_tamanho_da_amostra_-_texto_final_para_impressapso1.pdf. Acesso em: 22 jan. 2013.

MACÊDO, Márcia. **Relações de gênero e equidade: desafios para o século XXI**. Palestra proferida no I Seminário de Equidade na Educação Superior. Salvador: UFBA/Grupo de Avaliação, realizado em 15/06/2011.

MAFRA, Rennan. Mídia, comunicação estratégica e espaços de visibilidade pública. In: MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Cap. II, p. 39-52.

MAIA, Rousiley C. M. **Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação**. Apresentado no X Encontro Anual da Compós, Brasília, p. 46-60, 2001.

MALACHIAS, Rosângela. Ações comunicativas da juventude negra na USP: a experiência do programa raça, desenvolvimento e desigualdade social, Brasil – Estados Unidos. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007, v. 30.

MARTINS, Dirceu. **Políticas afirmativas oferecidas na UFBA: conquistas, desafios e estratégias**. Palestra proferida no I Seminário de Equidade na Educação Superior. Salvador: UFBA/Grupo de Avaliação, realizado em 15/06/2011 (Projeto Riaipe₃).

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação: Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER (NEIM/UFBA). Página na Internet. Disponível em <<http://www.neim.ufba.br>>. Acesso em 16/06/2011.

OLIVEIRA, Vitória Peres de. Uma Informação Tácita. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação: 2005, v.6 n.3, jun/05.

OLIVEIRA, Tereza Cristina. A leitura e interpretação das falas das crianças: a escrita a partir do que se lê. In: _____. **A Escola e a Infância**: os devaneios poéticos das crianças em construção. FAGED/UFBA, 2006. Tese (Doutorado em Educação).

PAIVA, Angela Randolpho (org.). **Entre dados e fatos**: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010. 184p.

PATTON, Michael Quinn. **The challenges of making evaluation useful**. Ensaio: aval. pol. públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 46, Mar. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso 24 Mar. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362005000100005>.

_____. **Utilization-Focused Evaluation**. London: Sage, 1977.

PIMENTEL, Álamo. **Considerações sobre a autoridade e o rigor nas etnografias da educação**. In: MACEDO, Roberto Sidnei. Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas. Salvador: EDUFBA, 2009. 174p.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 397 p. (Educação para todos).

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53,dez. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 nov. 2010. doi: 10.1590/S0104-40362006000400002.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. (trad. João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes; Maria Carvalho). (revisão cient. Rui Santos), 2ed. LISBOA: Gradiva, 1998.

RECONHECIMENTO. In: Dicionário HOUAISS. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=reconhecimento&stype=k>>. Acesso em: 31 out. 2012.

REIS, Dyane Brito; TENÓRIO, Robinson Moreira. Cotas e estratégias de permanência no ensino superior. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; VIEIRA, Marcos Antonio (Orgs.). **Avaliação e Sociedade: a negociação como caminho**. Salvador: EDUFBA, 2009.

REIS, Dyane Brito. Acesso e permanência de Negros (as) no ensino superior: o caso da UFBA. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007, v. 30.

ROCHA, José Geraldo. O desafio da permanência do (a) aluno(a) negro(a) no ensino superior: o caso da universidade federal fluminense. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007, v. 30.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Presença, 1994. 231 p. (Biblioteca de textos universitários; 134).

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1997. 223 p ISBN 9722312073.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. **A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu repositório institucional: uma política de acesso aberto**/Flávia Goulart Mota Garcia Rosa, Salvador: FACOM/UFBA, 2011. 242 f. (Tese de Doutorado).

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha et al. **O projeto observatório da vida estudantil da Universidade Federal da Bahia: interlocuções França-Brasil**, 2010. Disponível em <<http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/O%20PROJETO%20OBSERVATORIO%20DA%20VIDA%20ESTUDANTIL%20DA%20UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20DA%20BAHIA.pdf>>. Acesso 24 jan. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, Outubro 2008. Disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

_____. **Educação e ações afirmativas:** um olhar sobre a permanência de estudantes negr@s na UFRB. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des)Igualdades, UFBA/Campus de Ondina, 2011. Anais... http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1316199955_ARQUIVO_educacaoeacoesafirmativasconlab160911.pdf.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral:** calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 22 jan.2013.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **Cotas nas universidades:** análises dos processos de decisão. Salvador: Ceao, 2012. 288 p.

SANTOS, Jocélio Telles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Vestibular com cotas:** análise em uma instituição pública federal. Revista USP, São Paulo, n.68, p. 58-75, dez./fev. 2005-2006.

SANTOS, José Raimundo de J. **Reconhecimento e permanência no ensino superior:** um debate sobre a teoria crítica do reconhecimento e o pensamento *bourdieusiano*. IN: Anais do XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, Niterói (RJ): ANPAE; Vitória (ES): UFES/CE/PPGE, 2009. CD-ROM. ISSN 1677-3802. Disponível em <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/162.pdf>. Acesso em 28 jun. 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). BRASIL Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 397 p. (Educação para todos).

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior:** lições de uma experiência. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 149-168, abr./jun. 2005.

SILVA FILHO, Penildon. **Políticas de ação afirmativa na educação brasileira:** estudo de caso do programa de reserva de vagas para ingresso na Universidade Federal da Bahia. 2008. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2008.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. [et al.]. **Comunicação & sociabilidades.** Santa Maria, RS: FACOS,UFSM, [2001]. 187 p.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. [et al.]. **Comunicação midiática.** Santa Maria RS: UFSM, FACOS, 2002. 168 p.

SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: da concepção à regulamentação/ [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. 5 ed., revisada e ampliada. Brasília: INEP, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. In: **Contato**, Brasília, Ano 1, N 1, jan/mar. 1999. p.57.

_____. **Alfabetização e Educomunicação**: o papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. In: III Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em <http://www.usp.br/nce/wcp/arg/textos/89.pdf>. Acesso em 17 maio 2011.

SOUZA, Jessé. **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, DF: UnB, 2001. 479 p.

SOUZA, Jessé. **Uma teoria crítica do reconhecimento**. Lua Nova, São Paulo, n. 50, 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200008&lng=en&nrm=iso>. Access on 28 June 2011. doi: 10.1590/S0102-64452000000200008.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. London: Sage, 2003. 175p.

SZYMANSKI, Heloísa; ALMEIDA, Laurinda R. de; PRANDINI, Regina Celia A. Rego. Perspectivas para a análise de entrevistas. In: **A Entrevista na Educação**: a prática reflexiva. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2008. p. 62-87.

TÉCNICAS de Amostragem Disponível em: <http://www.apis2.com.br/?page_id=189>. Acesso em: 17 jan. 2013.

TENÓRIO, Robinson Moreira. O que é avaliação? **Jornal do Grupo de Avaliação**, Salvador, Ano 1, n. 5, jun.2009.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 427 p ISBN 8532614841 (broch.)

_____. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 261 p ISBN 8532620795 (broch.).

TORO, Bernardo C; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação, 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**. Salvador, 2012. Disponível em: <

https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16.pdf>. Acesso em 12 fev. 2013.

_____. **Estatuto & regimento geral**. Salvador, BA: Cian, 2010. 104p. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/www.ufba.br/files/estatuto_regimento/index.html>.

_____. **Relatório de Gestão 2011**. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.proplad.ufba.br/ftp/relatorio_2011/relat_gestao_2011.pdf>. Acesso em 24 ago. 2012.

_____. **Relatório de Gestão 2012**. Disponível em: <https://groups.google.com/forum/?fromgroups=#!topic/psiufba2011_1/AwZJpC-XLbw>. Acesso em: 3 abr. 2013.

_____. Comissão Própria de Avaliação (CPA). **Relatório de Auto-Avaliação Institucional da UFBA**. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso em 05 nov. 2012.

_____. Conselho Universitário. **Resolução Nº 05/2006**. Cria a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Salvador, 2006. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/resol_0506_0.pdf>. Acesso em 05 nov. 2012.

_____. **Parecer** do Processo Nº 23066.008006/04-54 sobre o Programa de ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia. Aprovado em 17/05/2004. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://www.ufrb.edu.br/reitor/textos-do-reitor-paulo-nacif/2004/11-parecer-ao-conselho-universitario-da-ufba-sobre-programa-de-politicas-afirmativas/download&sa=U&ei=0gZPUdXXC_Wg4AOU14CYBA&ved=0CAcQFjAA&client=internal-uds-cse&usg=AFQjCNGjU7f3RcLaZKyl3r82HJzIzt8ycw>.

_____. **Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal da Bahia**. Redação aprovada pelo GT em 17/03/2004. In: FIGUEIREDO, Érica Suruagy Assis de. **As ações afirmativas na educação superior**: política de inclusão à lógica do capital. Niterói: UFF, 2008. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.ppg-educacao.uff.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=8&Itemid=52&limitstart=91>.

VIRKUS, S. (2003). **Information literacy in Europe**: a literature review. Information Research, 8(4), paper no. 159 [Available at: <http://informationr.net/ir/8-4/paper159.html>]. Acesso em: 15 set. 2004.

VISIBILIDADE. In: Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>. Acesso em: 04 dez. 2012.

WEISS, Carol. **The interface between evaluation and public policy**. Evaluation, 1999. Disponível em <<http://www.evi.sagepub.com>>.

WEISS, Carol. _____. **Have we learned anything new about the use of evaluation?** American Journal of Evaluation, vol. 19, n.1, 1998, pp. 21-33. Disponível em <<http://www.aje.sagepub.com>>.

Z Aidan Filho, Michel. **Honneth, Habermas e a dimensão política do reconhecimento**. Fev.2007. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=679>>. Acesso em 29 maio 2011.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS ESTUDANTES

QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES - CURSO DE ODONTOLOGIA/ UFBA

Esta pesquisa é conduzida pela pesquisadora Ana Cristina Muniz Décia no curso de Doutorado em Educação (PPGE/UFBA) e tem o objetivo de conhecer a contribuição da visibilidade midiática da permanência estudantil para a legitimação das ações afirmativas como alternativa de inclusão social de estudantes de origem popular na percepção da sua comunidade interna. A sua participação é fundamental para o estudo, assim, peço que dê visibilidade a sua percepção de modo o mais fiel possível. Será preservado o sigilo das informações prestadas individualmente e o resultado global conhecido ao fim o estudo. Gratos, Ana Décia e Equipe.

Pretendemos saber seu nível de informação/conhecimento sobre o Programa de Ações Afirmativas na UFBA (PAAf/UFBA) e outros assuntos correlatos. Neste bloco (questões 1 a 4) responda nos espaços entre colchetes a opção que melhor representa sua opinião, sendo

[E] EXCELENTE [B] BOM [Re] REGULAR [Ru] RUIM [P] PÉSSIMO

1. Na qualidade de **estudante**, informe o que considera ser o seu conhecimento sobre:
 - a) Ações afirmativas na educação superior pública []
 - b) Ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) da UFBA []
 - c) Alternativas de permanência oferecidas a estudantes de origem popular ingressos na UFBA []
2. Considerando que a UFBA apoia estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica através de editais onde se concorre a auxílios moradia, transporte, creche, bolsas-auxílio etc, informe o que você sabe a respeito de:
 - a) Oferta de recursos materiais e imateriais a estudantes que precisam para continuar na formação []
 - b) Requisitos necessários para estudantes que precisam candidatar-se a tais recursos []
3. Considerando obstáculos materiais (financeiros) e imateriais (socioculturais/simbólicos) enfrentados por estudantes de origem popular na formação em Odontologia, informe seu nível de conhecimento sobre os aspectos que eles mais precisam []
4. Considerando o que prevê o PAAf/UFBA para permanência/inclusão social de estudantes, informe seu conhecimento []
5. Você se identifica como um estudante de origem popular? NÃO SIM PREFERE NÃO DIZER
6. Você está cadastrado na PROAE? NÃO SIM NÃO SABE PREFERE NÃO DIZER

Se você escolheu NÃO, responda ao item 7. Caso contrário, pule-o e continue do item 8 em diante.

7. A resposta NÃO no item 6 se deve a:

NÃO TER INFORMAÇÃO NÃO PREENCHER REQUISITOS OUTRO _____

Neste bloco informe se você tem acesso a informações sobre o PAAf/UFBA, se procura tirar dúvidas e qual a frequência e a qualidade da informação obtida nos canais disponíveis. Responda nos espaços entre colchetes a opção que melhor representa sua experiência. Se necessário, utilize a opção Outros e especifique a frequência, sendo

[0] NUNCA [1] RARAMENTE [2] FREQUENTEMENTE

8. Você fica sabendo sobre benefícios disponíveis na UFBA para apoiar os estudantes de origem popular por meio de:

Portal UFBA na internet [] Redes Sociais institucionais [] E-mail/Lista Estudantes Todos UFBA []
E-mail/DCE e D.A. [] Colegas (SMS/E-mail/rede social) [] Outros _____ []
9. Na condição de estudante, você consegue identificar estudantes de origem popular do curso de Odontologia []
10. São indicadores dessa identificação:

o (a) próprio (a) estudante [] o (a) estudante não ter material para aulas práticas [] postura pessoal []
formação básica (escrita/oral) [] comunicação interna (Colegiado, Deptº) [] Outros _____ []
11. Um tema ter “visibilidade midiática no ambiente virtual” equivale a ser acessível/visível quando se faz buscas em portal(ais) da instituição, buscadores, redes sociais, canais de notícias na internet. Você percebe que existe essa visibilidade midiática do PAAf/UFBA []
12. A frequência com que já buscou informações sobre o PAAf no ambiente virtual da UFBA é: []

13. Alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA?
 Assinale uma das opções: NÃO (pule o item 14) SIM

14. Considerando suas buscas por informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA (Portal, SISPER...), comente os resultados conforme os canais utilizados e se atenderam sua necessidade.

15. Considerando os ambientes **presencial e virtual**, coloque em ordem de prioridade os canais de sua preferência para obter informações sobre permanência/inclusão de estudantes na UFBA. Atribua nº 1, depois nº 2 e assim por diante. Se necessário, utilize a opção Outros informando para o canal sua ordem de preferência.

AMBIENTE PRESENCIAL	AMBIENTE VIRTUAL
a) Informação escrita/Impressa..... []	b) Informação escrita/eletrônica..... []
c) Informação oral (colegas)..... []	d) Informação (pessoas/tecnologias, tirar dúvidas a distancia).. []
e) Informação disponível em murais na UFBA..... []	f) Informação disponível em sites ou redes sociais.....[]
g) Informação oral (professores/coordenador)..... []	h) Informação por E-mail da Lista Estudantes-UFBA.....[]
i) Informação por telefone (tirar dúvidas diretamente).[]	j) Sistemas de Informação (ex: Sisper, Sisbic, Siatex etc).....[]
k) Outros..... []	l) Outros.....[]

16. Seria relevante vincular informações sobre a permanência/inclusão social de estudantes de origem popular na vitrine virtual da UFBA que subsidiasse o debate na comunidade interna sobre o PAAf?

NÃO SIM POR QUÊ?

17. No que se refere às Ações Afirmativas, disponibilizar informações/canais de comunicação no ambiente virtual para a comunidade interna geraria alguma contribuição para o tema? Responda nos espaços entre colchetes a opção que melhor representa sua opinião, sendo

[E] EXCELENTE [B] BOM [Re] REGULAR [Ru] RUIM [P] PÉSSIMO

- a) Contribuiria para mobilizar e/ou gerar interesse da comunidade interna sobre os resultados do PAAf/UFBA []
- b) Contribuiria para a credibilidade do PAAf/UFBA pela própria comunidade interna []
- c) Contribuiria para a credibilidade da permanência/inclusão bem-sucedida de estudantes na UFBA []
- d) Contribuiria para a credibilidade das contribuições de estudantes de origem popular em atividades coletivas []
- e) Contribuiria para a credibilidade da formação profissional de estudantes de origem popular []
- f) Contribuiria para a credibilidade da competência profissional de egressos de origem popular []

Neste bloco enfatizamos naquilo que pode facilitar ou dificultar a trajetória de estudantes de origem popular, em situações de contato com professores e colegas e no manejo de regras implícitas / explícitas na permanência universitária. Responda nos espaços entre colchetes a opção que melhor representa sua experiência, sendo

[E] EXCELENTE [B] BOM [Re] REGULAR [Ru] RUIM [P] PÉSSIMO

18. Como você, enquanto discente na formação em Odontologia na UFBA, autoavalia os aspectos a seguir:

- a) Relacionamento com os professores do curso de Odontologia []
- b) Relacionamento entre colegas do curso de Odontologia quando:
oriundos de camadas populares [] **não oriundos de camadas populares** []
- c) Adequação entre seu envolvimento pessoal no curso e o desempenho acadêmico obtido []
- d) Disponibilidade dos professores durante as aulas em atender estudantes de diferentes origens []
- e) Conhecimento dos professores sobre o conteúdo das disciplinas que ministram []
- f) Reconhecimento por parte dos professores do seu envolvimento com o curso []
- g) Compromisso da instituição com a qualidade da formação []
- h) Tipo(s) de Avaliação de Aprendizagem aplicadas diante de diferentes origens dos estudantes []
- i) Relevância do conteúdo das disciplinas do curso []
- j) Integração entre conteúdos das disciplinas e saberes trazidos pelos estudantes de origem popular []
- k) Disponibilidade dos professores em atender os estudantes fora da sala de aula []
- l) Qualidade das informações prestadas por funcionários quando se trata de
Professores[] **Estudantes de camadas populares**[] **Estudantes de camadas não populares** []
- m) Oferta de Orientação/Tutoria acadêmica durante a formação []
- n) Disponibilidade na criação/oferta de ações/projetos de apoio a estudantes na trajetória acadêmica []
- o) Frequência de sua participação em eventos acadêmico/científicos oferecidos pela instituição []
- p) Frequência de sua participação em eventos sociais/culturais oferecidos pela Instituição []
- q) Sua participação regular em programas de iniciação científica ou grupo de pesquisa []
- r) Condições oferecidas para ingresso na área profissional de formação em Odontologia []
- s) Relevância das experiências trazidas pelos estudantes de origem popular nas atividades em grupo []
- t) Reconhecimento pela comunidade interna da capacidade profissional dos egressos da formação []
- u) Sua autoconfiança quanto à capacidade de concluir a formação no mesmo nível que os colegas:
oriundos de camadas populares [] **não oriundos de camadas populares**[]

Neste último bloco pretendemos traçar seu perfil com dados que têm relação com sua permanência estudantil durante a formação na UFBA, não sendo necessária sua identificação pessoal. Preencha os campos abaixo, marcando nas opções que melhor definem você.

Caso deseje saber sobre os resultados do estudo, preencha também os itens 1 e 2 (nome fictício e email de contato).

1. NOME FICTÍCIO		2. E-MAIL							
3. SEXO	MASC. <input type="checkbox"/>	FEM. <input type="checkbox"/>	4. FAIXA DE IDADE	18-24 <input type="checkbox"/>	25-32 <input type="checkbox"/>	33-41 <input type="checkbox"/>	42-49 <input type="checkbox"/>	50-60 <input type="checkbox"/>	ACIMA 60 anos <input type="checkbox"/>
5. INGRESSO NO CURSO (ANO/SEM)				6. SEMESTRE EM CURSO (EM 2012.2)					
7. INGRESSO (POR SISTEMA DE COTAS)			SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	NÃO SABE <input type="checkbox"/>	PREFERE NÃO INFORMAR <input type="checkbox"/>			
8. OUTRA FORMAÇÃO			SE CONCLUIU INFORME O ANO			SE ESTÁ CURSANDO IDENTIFIQUE-A			
9. TRABALHA [] ESTAGIA []			C.H./SEMAN.12h <input type="checkbox"/>	16h <input type="checkbox"/>	20h <input type="checkbox"/>	30h <input type="checkbox"/>	40h <input type="checkbox"/>	ACIMA 40h <input type="checkbox"/>	
10. RENDA FAMILIAR (SAL. MÍNIMO)			ATÉ 2 SM <input type="checkbox"/>	ACIMA DE 2 – ATÉ 5 SM <input type="checkbox"/>			ACIMA DE 5 SM <input type="checkbox"/>		
11. PARTICIPAÇÃO (ATIV. EXTRA-AULA)			PESQUISA <input type="checkbox"/>		EXTENSÃO <input type="checkbox"/>		SOCIOCULTURAL <input type="checkbox"/>		

19. Comente o que considerar relevante, na sua percepção, inclusive alguma pergunta que não tenha sido feita, mas desejaria.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS PROFESSORES

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES - CURSO DE ODONTOLOGIA / UFBA

Esta pesquisa é conduzida pela pesquisadora Ana Cristina Muniz Décia no curso de Doutorado em Educação (PPGE/UFBA) e tem o objetivo de conhecer a contribuição da visibilidade midiática da permanência estudantil para a legitimação das ações afirmativas como alternativa de inclusão social de estudantes de origem popular na percepção da sua comunidade interna. A sua participação é fundamental para o estudo, assim, peço que dê visibilidade a sua percepção de modo o mais fiel possível. Será preservado o sigilo das informações prestadas individualmente e o resultado global conhecido ao fim o estudo. Gratos, Ana Décia e Equipe.

Pretendemos saber seu nível de informação/conhecimento sobre o Programa de Ações Afirmativas na UFBA (**PAAf/UFBA**) e outros assuntos correlatos. Neste bloco (questões 1 a 4) responda nos espaços entre colchetes a opção que melhor representa sua opinião, sendo

[E] EXCELENTE [B] BOM [Re] REGULAR [Ru] RUIM [P] PÉSSIMO

1. Na qualidade de docente, informe o que considera ser o seu conhecimento sobre:
 - a) Ações afirmativas na educação superior pública []
 - b) Ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) da UFBA []
 - c) Alternativas de permanência oferecidas a estudantes de origem popular ingressos na UFBA []
2. Considerando que a UFBA apoia estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica através de editais onde se concorre a auxílios moradia, transporte, creche, bolsas-auxílio etc, informe o que você sabe a respeito de:
 - a) Oferta de recursos materiais e imateriais a estudantes que precisam para continuar na formação []
 - b) Requisitos necessários para estudantes que precisam candidatar-se a tais recursos []
3. Considerando obstáculos materiais (financeiros) e imateriais (socioculturais/simbólicos) enfrentados por estudantes de origem popular na formação em Odontologia, informe seu nível de conhecimento sobre os aspectos que eles mais precisam []
4. Considerando o que prevê o **PAAf/UFBA** para permanência/inclusão social de estudantes, informe seu conhecimento []
5. Sua concepção sobre as ações afirmativas contribui para saber lidar com alunos ingressos por sistema de cotas []
6. Os estudantes de origem popular nas suas disciplinas são cadastrados na PROAE?
NÃO SIM NÃO SABE

Neste bloco informe se você tem acesso a informações sobre o PAAf/UFBA, se procura tirar dúvidas e qual a frequência e a qualidade da informação obtida nos canais disponíveis. Responda nos espaços entre colchetes a opção que melhor representa sua experiência. Se necessário, utilize a opção Outros e especifique a frequência, sendo

[0] NUNCA [1] RARAMENTE [2] FREQUENTEMENTE

7. Você fica sabendo sobre benefícios disponíveis na UFBA para apoiar os estudantes de origem popular:

Portal UFBA na internet [] Redes Sociais institucionais [] E-mail/Lista Todos ou Docentes UFBA []
E-mail/Entidades de Classe [] Professores (SMS/E-mail/Rede Social) [] Outros _____ []
8. Atuando como docente, você consegue identificar estudantes de origem popular do curso de Odontologia []
9. São indicadores dessa identificação:

o (a) próprio (a) estudante [] o (a) estudante não ter material para aulas práticas [] postura pessoal []
formação básica (escrita/oral) [] comunicação interna (Colegiado, Deptº) [] Outros _____ []
10. Um tema ter “visibilidade midiática no ambiente virtual” equivale a ser acessível/visível quando se faz buscas em portal(ais) da instituição, buscadores, redes sociais, canais de notícias na internet. Você percebe que existe essa visibilidade midiática do PAAf/UFBA []
11. A frequência com que já buscou informações sobre o PAAf no ambiente virtual da UFBA é: []
12. Alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA?
Assinale uma das opções: NÃO (pule o item 13) SIM

13. Considerando suas buscas por informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA (Portal, SISPER...), comente os resultados conforme os canais utilizados e se atenderam sua necessidade.

14. Considerando os ambientes **presencial e virtual**, coloque em ordem de prioridade os canais de sua preferência para obter informações sobre permanência/inclusão de estudantes na UFBA. Atribua nº 1, depois nº 2 e assim por diante. Se necessário, utilize a opção Outros informando para o canal sua ordem de preferência.

AMBIENTE PRESENCIAL	AMBIENTE VIRTUAL
a) Informação escrita/Impressa..... []	b) Informação escrita/eletrônica..... []
c) Informação oral (professores) []	d) Informação (pessoas/tecnologias, tirar dúvidas a distancia).. []
e) Informação disponível em murais na UFBA..... []	f) Informação disponível em sites ou redes sociais..... []
g) Informação oral (coordenador/chefe departamento)..... []	h) Informação por E-mail da Lista Todos-UFBA..... []
i) Informação por telefone (tirar dúvidas diretamente)..... []	j) Sistemas de Informação (ex: Sisper, Sisbic, Siatex etc)..... []
k) Outros..... []	l) Outros..... []

15. Seria relevante vincular informações sobre a permanência/inclusão social de estudantes de origem popular na vitrine virtual da UFBA que subsidiasse o debate na comunidade interna sobre o PAAf?

NÃO SIM POR QUÊ?

16. No que se refere às Ações Afirmativas, disponibilizar informações/canais de comunicação no ambiente virtual para a comunidade interna geraria alguma contribuição para o tema? Responda nos espaços entre colchetes a opção que melhor representa sua opinião, sendo

[E] EXCELENTE [B] BOM [Re] REGULAR [Ru] RUIM [P] PÉSSIMO

- a) Contribuiria para mobilizar e/ou gerar interesse da comunidade interna sobre os resultados do PAAf/UFBA []
- b) Contribuiria para a credibilidade do PAAf/UFBA pela própria comunidade interna []
- c) Contribuiria para a credibilidade da permanência/inclusão bem-sucedida de estudantes na UFBA []
- d) Contribuiria para a credibilidade das contribuições de estudantes de origem popular em atividades coletivas []
- e) Contribuiria para a credibilidade da formação profissional de estudantes de origem popular []
- f) Contribuiria para a credibilidade da competência profissional de egressos de origem popular []

Neste bloco enfatizamos naquilo que pode facilitar ou dificultar a trajetória de estudantes de origem popular, em situações de contato com professores e colegas e no manejo de regras implícitas / explícitas na permanência universitária. Responda nos espaços entre colchetes a opção que melhor representa sua experiência, sendo

[E] EXCELENTE [B] BOM [Re] REGULAR [Ru] RUIM [P] PÉSSIMO

17. Considerando sua atuação docente na formação em Odontologia na UFBA, autoavale os aspectos a seguir:

- a) Relacionamento em sala com estudantes do curso de Odontologia quando:
oriundos das camadas populares [] **não oriundos das camadas populares** []

- b) Adequação entre envolvimento pessoal do estudante no curso e seu desempenho acadêmico quando:
oriundos das camadas populares [] **não oriundos das camadas populares** []
- c) Sua disponibilidade durante as aulas em atender estudantes de diferentes origens []
- d) Seu conhecimento sobre o conteúdo das disciplinas que ministra []
- e) Reconhecimento do envolvimento do estudante com o curso quando:
oriundos das camadas populares [] **não oriundos das camadas populares** []
- f) Compromisso da instituição com a qualidade de formação de estudantes de diferentes origens []
- g) Tipo(s) de Avaliação de Aprendizagem que pratica diante das diferentes origens dos estudantes []
- h) Relevância do conteúdo das disciplinas do curso []
- i) Integração entre conteúdos das disciplinas e saberes trazidos pelos estudantes de origem popular []
- j) Sua disponibilidade em atender os estudantes fora da sala de aula quando:
oriundos das camadas populares [] **não oriundos das camadas populares** []
- k) Qualidade das informações prestadas por funcionários quando se trata de
Professores [] **Estudantes de camadas populares** [] **Estudantes de camadas não populares** []
- l) Oferta de Orientação/Tutoria acadêmica durante a formação para os estudantes de diferentes origens []
- m) Sua disponibilidade na criação/oferta de ações/projetos de apoio a estudantes na trajetória acadêmica []
- n) Sua disponibilidade no encorajamento à participação de estudantes em eventos acadêmico/científicos quando:
oriundos das camadas populares [] **não oriundos das camadas populares** []
- o) Frequência de sua participação em eventos sociais/culturais oferecidos pela Instituição []
- p) Caso seja proponente/coordenador/orientador de iniciação científica/pesquisa/extensão na instituição, procura privilegiar a participação regular de estudantes quando:
oriundos das camadas populares [] **não oriundos das camadas populares** []
- q) Oferta de condições para ingresso na área profissional de formação em Odontologia é considerada []
- r) Relevância das experiências trazidas pelos estudantes de origem popular nas atividades em grupo []
- s) Sua manifestação de reconhecimento quanto à capacidade profissional dos egressos da formação quando
oriundos das camadas populares [] **não oriundos das camadas populares** []
- t) Sua percepção da autoconfiança do estudante quanto à capacidade própria de concluir a formação quando:
oriundos das camadas populares [] **não oriundos das camadas populares** []

Neste último bloco pretendemos traçar seu perfil, relacionando experiência docente com a permanência estudantil durante a formação em Odontologia/UFBA, não sendo necessária sua identificação pessoal. Preencha os campos abaixo, marcando nas opções que melhor definem você.

Caso deseje saber sobre os resultados do estudo, preencha também os itens 1 e 2 (nome fictício e email de contato).

1. NOME FICTÍCIO		2. E-MAIL							
3. SEXO	MASC. <input type="checkbox"/>	FEM. <input type="checkbox"/>	4. FAIXA DE IDADE	18-24 <input type="checkbox"/>	25-32 <input type="checkbox"/>	33-41 <input type="checkbox"/>	42-49 <input type="checkbox"/>	50-60 <input type="checkbox"/>	ACIMA 60 anos <input type="checkbox"/>
5. ADMISSÃO NA UFBA (ANO)				6. REGIME TRABALHO			20h <input type="checkbox"/>	40h <input type="checkbox"/>	40h D.E. <input type="checkbox"/>
7. GRADUAÇÃO				8. TITULAÇÃO					
9. EXPERIÊNCIA (AÇÕES AFIRMATIVAS)									
10. ATUAÇÃO (ATIV. EXTRA-AULA)			PESQUISA <input type="checkbox"/>	EXTENSÃO <input type="checkbox"/>			SOCIOCULTURAL <input type="checkbox"/>		

18. Comente o que considerar relevante, na sua percepção, inclusive alguma pergunta que não tenha sido feita, mas desejaria.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA GESTORES²⁶

Esta pesquisa é conduzida pela pesquisadora Ana Cristina Muniz Décia no curso de Doutorado em Educação (PPGE/UFBA) e pretende conhecer a contribuição da visibilidade midiática da permanência estudantil para a legitimação das ações afirmativas como alternativa de inclusão social de estudantes de origem popular na percepção da sua comunidade interna. A sua participação é fundamental para o estudo, assim, peço que dê visibilidade a sua percepção de modo o mais fiel possível. Será preservado o sigilo das informações prestadas individualmente e o resultado global conhecido ao fim o estudo. Gratos, Ana Décia e Equipe.

Sua experiência em gestão no âmbito das políticas afirmativas pode fazer a diferença no estudo da visibilidade midiática do referido Programa na perspectiva da permanência de estudantes de origem popular no curso de Odontologia. Se desejar saber seus resultados, informe um nome fictício e seu email.

PARTE A – IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR E MOMENTO QUEBRA-GELO

1. Caracterizar dados de Identificação: perfil do gestor
 - a. Nome, formação,
 - b. Cargo atual, tempo no cargo;
 - c. Data admissão na UFBA, outros cargos/atividades exercidas e duração;
 - d. Experiência ou participação no campo das ações afirmativas, duração.

PARTE B – DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS DO PAAf E CANAIS DE COMUNICAÇÃO?

2. Qual a sua concepção sobre as ações afirmativas e o PAAf/UFBA?
3. Os dados/informações disponibilizados sobre o PAAf são adequados para facilitar a permanência de estudantes ingressos pelo programa? Comente-os.
4. O que deve ou não ser divulgado na web sobre o PAAf/UFBA e desempenho estudantil? Comente.
5. Que órgão/equipe na UFBA é responsável por organizar e publicar dados/informações sobre o PAAf para a comunidade interna e externa?
6. Quais os tipos de dados/informações e respectivos canais disponibilizados sobre permanência de estudantes ingressos pelo PAAf? Se houver obstáculos no uso de cada um desses canais, exemplifique-os.

PARTE C – DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS PERMANÊNCIA/INCLUSÃO (AFILIAÇÃO)

7. Atuando na gestão, você identifica estudantes de origem popular do curso de Odonto? Que indicadores dispõe?
8. Quais são as demandas de ordem material (financeira) e/ou imaterial (simbólica) para a permanência de estudantes de origem popular na UFBA? Cite as atendidas prioritariamente e quais as não atendidas.
9. O Sr (a) considera que a UFBA enfrenta dificuldades para assegurar a permanência bem-sucedida de estudantes de origem popular no Curso de Odontologia? Se sim, comente essas dificuldades.
10. O Sr (a) tem conhecimento se existe tratamento distinto entre estudantes cotistas e não-cotistas e entre docentes e ambos? Se sim, de que tipos e por quais razões? Como o Sr (a) fica sabendo?
11. O PAAf é o resultado do GT incumbido pela reitoria de elaborar proposta de "estratégias de inclusão social", tendo 4 eixos. O Sr. (a) conhece essa proposta? Como o Sr. (a) a avalia em avanços/limitações?
12. O PAAf prevê oferta de mecanismos para permanência de estudantes de origem popular na UFBA, configurando perspectivas de inclusão e ascensão social. O Sr. (a) os conhece? Se sim, exemplifique-os.
13. Como o Sr (a) caracteriza esses mecanismos no curso de Odontologia da FOUFBA?

PARTE D – DIMENSÃO AVALIATIVA E VISIBILIDADE MIDIÁTICA DA INFORMAÇÃO

14. Os dados informacionais e canais de comunicação disponíveis sobre permanência no PAAf contribuem com a dimensão *Comunicação com a Sociedade* posta na avaliação institucional?
15. Qual a contribuição da visibilidade do PAAf/UFBA no ambiente virtual para a formação da opinião pública quanto à validade das ações afirmativas?
16. Qual a contribuição da visibilidade do PAAf/UFBA no ambiente virtual para a credibilidade da formação dos estudantes de origem popular na UFBA?
17. A Lei de Acesso à Informação muda desde mai/2012 a divulgação de informações em instituições públicas. O Sr. (a) sabe se mudou a disponibilidade de informações sobre o PAAf/UFBA no ambiente virtual UFBA?
18. Gostaria de fazer algum acréscimo ou comentário de algum aspecto não contemplado até então?

²⁶ A denominação gestor inclui tanto os vinculados à Administração Central da UFBA (reitoria, pró-reitoria, diretor de unidade, coordenação), como os vinculados à FOUFBA (direção da unidade de ensino, coordenação de colegiado do curso e chefe de departamento).

APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: Programa de Ações Afirmativas na Universidade Pública à luz da Visibilidade Midiática: entre as ações institucionais e as percepções dos sujeitos.

OBJETIVO: Conhecer a contribuição da visibilidade midiática sobre permanência estudantil no âmbito do PAAf/UFBA para a legitimação das ações afirmativas como alternativa de inclusão social de estudantes de origem popular segundo percepção da comunidade interna.

Autora: Profa. Me. Ana Cristina Muniz Décia, Coorientadora: Profa. Dra. Dyane Reis
Orientador: Prof. Dr. Robinson Tenório

Eu, _____, (Situação ou cargo pelo qual participa na pesquisa) da (área _____) da Universidade Federal da Bahia, concordo com a realização desta pesquisa, a ser realizada pela pesquisadora Ana Cristina Muniz Décia como requisito à obtenção do grau de doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFBA. Reconheço a importância desta pesquisa, pois seus resultados poderão contribuir no aprimoramento de políticas de equidade na educação superior pública e consinto em participar na qualidade de entrevistado(a), por meio de gravação, sobre o tema do seu estudo. Declaro, ainda, que fui informado(a) pela pesquisadora que os nomes das pessoas entrevistadas não aparecerão em nenhuma ocasião da pesquisa, sendo garantido seu completo sigilo. Estou ciente de que poderei desistir deste consentimento a qualquer momento que julgar pertinente, o que não me trará nenhum problema. Finalmente, declaro estar de acordo com os objetivos da pesquisa, aceitando contribuir para seu êxito.

Salvador, de _____ 2013.

Nome completo do(a) Entrevistado(a) ou Respondente do Questionário
Assinatura.

APÊNDICE E – TABULAÇÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO COM ESTUDANTES

Estudantes Alocados por Semestre na Faculdade de Odontologia/UFBA					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
		6	13	24,5	26,0
		7	11	20,8	48,0
		8	8	15,1	64,0
Válido		9	10	18,9	84,0
		10	5	9,4	94,0
		11	2	3,8	98,0
		12	1	1,9	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
Total		53	100,0		

1a Conhecimento sobre Ações afirmativas na educação superior pública					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	1	1,9	1,9	1,9
	bom	13	24,5	24,5	26,4
Válido	regular	20	37,7	37,7	64,2
	ruim	11	20,8	20,8	84,9
	péssimo	8	15,1	15,1	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

1b Conhecimento sobre Ações desenvolvidas pela PROAE/UFBA					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	3	5,7	5,8	5,8
	bom	9	17,0	17,3	23,1
Válido	regular	17	32,1	32,7	55,8
	ruim	9	17,0	17,3	73,1
	péssimo	14	26,4	26,9	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
Total		53	100,0		

1c Conhecimento sobre Alternativas de permanência oferecidas a estudantes de origem popular ingressos na UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	2	3,8	3,8	3,8
	bom	13	24,5	25,0	28,8
	regular	19	35,8	36,5	65,4
	ruim	10	18,9	19,2	84,6
	péssimo	8	15,1	15,4	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
Total		53	100,0		

2a Conhecimento sobre Oferta de recursos materiais e imateriais a estudantes que precisam para continuar na formação

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	4	7,5	7,7	7,7
	bom	14	26,4	26,9	34,6
	regular	18	34,0	34,6	69,2
	ruim	6	11,3	11,5	80,8
	péssimo	10	18,9	19,2	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
Total		53	100,0		

2b Conhecimento sobre Requisitos necessários para estudantes que precisam candidatar-se a tais recursos

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	3	5,7	5,9	5,9
	bom	11	20,8	21,6	27,5
	regular	14	26,4	27,5	54,9
	ruim	9	17,0	17,6	72,5
	péssimo	14	26,4	27,5	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
Total		53	100,0		

3 Considerando obstáculos materiais (financeiros) e imateriais (socioculturais/simbólicos) enfrentados por estudantes de origem popular na formação em Odontologia, informe seu nível de conhecimento sobre os aspectos que eles mais precisam

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Excelente	12	22,6	22,6
	Bom	17	32,1	54,7
	Regular	14	26,4	81,1
	Ruim	4	7,5	88,7
	Péssimo	6	11,3	100,0
	Total	53	100,0	100,0

4 Considerando o que prevê o PAAf/UFBA para permanência/inclusão social de estudantes, informe seu conhecimento

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Excelente	1	1,9	1,9
	Bom	8	15,1	17,0
	Regular	11	20,8	37,7
	Ruim	16	30,2	67,9
	péssimo	17	32,1	100,0
	Total	53	100,0	100,0

5 Você se identifica como um estudante de origem popular?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	não	25	47,2	48,1
	sim	23	43,4	92,3
	prefere não dizer	4	7,5	100,0
	Total	52	98,1	100,0
Ausente	Sistema	1	1,9	
	Total	53	100,0	

6 Você está cadastrado na PROAE?

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	não	31	58,5	60,8	60,8
	sim	15	28,3	29,4	90,2
	não sabe	5	9,4	9,8	100,0
Total		51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
Total		53	100,0		

7 A resposta NÃO no item 6 se deve a:

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	não ter informação	15	28,3	50,0	50,0
	não preencher requisitos	12	22,6	40,0	90,0
	outro	3	5,7	10,0	100,0
Total		30	56,6	100,0	
Ausente	Sistema	23	43,4		
Total		53	100,0		

8 Com que frequência fica sabendo sobre benefícios disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: Portal UFBA na internet

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	23	43,4	53,5	53,5
	raramente	18	34,0	41,9	95,3
	frequentemente	2	3,8	4,7	100,0
Total		43	81,1	100,0	
Ausente	Sistema	10	18,9		
Total		53	100,0		

8 Com que frequência fica sabendo sobre benefícios disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: Redes Sociais institucionais

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	32	60,4	74,4	74,4
	raramente	9	17,0	20,9	95,3
	frequentemente	2	3,8	4,7	100,0
	Total	43	81,1	100,0	
Ausente	Sistema	10	18,9		
Total		53	100,0		

8 Com que frequência fica sabendo sobre benefícios disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: E-mail/Lista Estudantes Todos UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	29	54,7	69,0	69,0
	raramente	12	22,6	28,6	97,6
	frequentemente	1	1,9	2,4	100,0
	Total	42	79,2	100,0	
Ausente	Sistema	11	20,8		
Total		53	100,0		

8 Com que frequência fica sabendo sobre benefícios disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: E-mail/DCE e D.A.

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	33	62,3	75,0	75,0
	raramente	9	17,0	20,5	95,5
	frequentemente	2	3,8	4,5	100,0
	Total	44	83,0	100,0	
Ausente	Sistema	9	17,0		
Total		53	100,0		

8 Com que frequência fica sabendo sobre benefícios disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: Colegas (SMS/E-mail/rede social)

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	10	18,9	22,2	22,2
	raramente	24	45,3	53,3	75,6
	frequentemente	11	20,8	24,4	100,0
	Total	45	84,9	100,0	
Ausente	Sistema	8	15,1		
Total		53	100,0		

8 Com que frequência fica sabendo sobre benefícios disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: Outros

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	raramente	3	5,7	50,0	50,0
	frequentemente	3	5,7	50,0	100,0
	Total	6	11,3	100,0	
Ausente	Sistema	47	88,7		
Total		53	100,0		

9 Na condição de estudante, você consegue identificar estudantes de origem popular do curso de Odontologia

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	raramente	22	41,5	43,1	43,1
	frequentemente	29	54,7	56,9	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
Total		53	100,0		

10 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: o (a) próprio (a) estudante revelar

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	2	3,8	4,7	4,7
	raramente	14	26,4	32,6	37,2
	frequentemente	27	50,9	62,8	100,0
	Total	43	81,1	100,0	
Ausente	Sistema	10	18,9		
	Total	53	100,0		

10 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: o (a) estudante não ter material para aulas práticas

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	4	7,5	9,1	9,1
	raramente	18	34,0	40,9	50,0
	frequentemente	22	41,5	50,0	100,0
	Total	44	83,0	100,0	
Ausente	Sistema	9	17,0		
	Total	53	100,0		

10 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: postura pessoal

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	6	11,3	14,0	14,0
	raramente	22	41,5	51,2	65,1
	frequentemente	15	28,3	34,9	100,0
	Total	43	81,1	100,0	
Ausente	Sistema	10	18,9		
	Total	53	100,0		

10 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: formação básica (escrita/oral)

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	9	17,0	20,0	20,0
	raramente	23	43,4	51,1	71,1
	frequentemente	13	24,5	28,9	100,0
	Total	45	84,9	100,0	
Ausente	Sistema	8	15,1		
	Total	53	100,0		

10 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: comunicação interna (Colegiado, Deptº)

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	25	47,2	56,8	56,8
	raramente	15	28,3	34,1	90,9
	frequentemente	4	7,5	9,1	100,0
	Total	44	83,0	100,0	
Ausente	Sistema	9	17,0		
	Total	53	100,0		

10 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: Outros

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	raramente	1	1,9	100,0	100,0
Ausente	Sistema	52	98,1		
	Total	53	100,0		

11 Um tema ter "visibilidade midiática no ambiente virtual" equivale a ser acessível/visível ao fazer buscas em portal(ais) da instituição, buscadores, redes sociais e notícias internet. Você percebe existir essa visibilidade midiática do PAAf/UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	25	47,2	48,1	48,1
	raramente	25	47,2	48,1	96,2
	frequentemente	2	3,8	3,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
Total		53	100,0		

12 Frequência com que já buscou informações sobre o PAAf no ambiente virtual da UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	34	64,2	65,4	65,4
	raramente	15	28,3	28,8	94,2
	frequentemente	3	5,7	5,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
Total		53	100,0		

13 Alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA? Assinale uma das opções:

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	não	43	81,1	81,1	81,1
	sim	10	18,9	18,9	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

**15a AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: ESCRITA/IMPRESSA**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	16	30,2	32,0	32,0
	2	5	9,4	10,0	42,0
	3	8	15,1	16,0	58,0
	4	12	22,6	24,0	82,0
	5	4	7,5	8,0	90,0
	6	2	3,8	4,0	94,0
	7	1	1,9	2,0	96,0
	8	1	1,9	2,0	98,0
	9	1	1,9	2,0	100,0
Total		50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
Total		53	100,0		

**15c AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: ORAL/COLEGAS**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa	
Válido	1	12	22,6	23,5	23,5	
	2	9	17,0	17,6	41,2	
	3	9	17,0	17,6	58,8	
	4	10	18,9	19,6	78,4	
	5	7	13,2	13,7	92,2	
	6	1	1,9	2,0	94,1	
	7	2	3,8	3,9	98,0	
	10	1	1,9	2,0	100,0	
	Total		51	96,2	100,0	
	Ausente	Sistema	2	3,8		
Total		53	100,0			

**15e AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: MURAI NA UFBA**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	14	26,4	28,0	28,0
	2	21	39,6	42,0	70,0
	3	8	15,1	16,0	86,0
	4	4	7,5	8,0	94,0
	5	1	1,9	2,0	96,0
	6	1	1,9	2,0	98,0
	10	1	1,9	2,0	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
	Total	53	100,0		

**15g AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: ORAL/PROF e COORD.**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	14	26,4	28,0	28,0
	2	11	20,8	22,0	50,0
	3	11	20,8	22,0	72,0
	4	8	15,1	16,0	88,0
	5	5	9,4	10,0	98,0
	6	1	1,9	2,0	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
	Total	53	100,0		

15i AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre permanência/inclusão social de estudantes: TELEFONE - diretamente

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
		2	7	13,2	14,0
		3	7	13,2	28,0
		4	8	15,1	44,0
		5	24	45,3	92,0
Válido		6	1	1,9	94,0
		7	1	1,9	96,0
		9	1	1,9	98,0
		10	1	1,9	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
	Total	53	100,0		

15k AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre permanência/inclusão social de estudantes: Outros

		Frequência	Porcentual
Ausente	Sistema	53	100,0

15b AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre permanência/inclusão social de estudantes: ESCRITA/ELETRÔNICA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
		1	8	15,1	15,7
		2	9	17,0	33,3
		3	7	13,2	47,1
Válido		4	12	22,6	70,6
		5	10	18,9	90,2
		6	2	3,8	94,1
		8	3	5,7	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
	Total	53	100,0		

**15d AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: PESSOAS/TECNOLOGIAS - a distância**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	3	5,7	5,9	5,9
	2	5	9,4	9,8	15,7
	3	16	30,2	31,4	47,1
	4	14	26,4	27,5	74,5
	5	10	18,9	19,6	94,1
	7	1	1,9	2,0	96,1
	9	2	3,8	3,9	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
	Ausente	Sistema	2	3,8	
Total	53	100,0			

**15f AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: SITES/REDES SOCIAIS**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	14	26,4	28,0	28,0
	2	17	32,1	34,0	62,0
	3	8	15,1	16,0	78,0
	4	7	13,2	14,0	92,0
	5	3	5,7	6,0	98,0
	8	1	1,9	2,0	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
	Ausente	Sistema	3	5,7	
Total	53	100,0			

**15h AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: EMAIL VIA LISTA ESTUDANTES-I
UFBA**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	16	30,2	32,0	32,0
	2	7	13,2	14,0	46,0
	3	8	15,1	16,0	62,0
	4	9	17,0	18,0	80,0
Válido	5	5	9,4	10,0	90,0
	6	1	1,9	2,0	92,0
	7	1	1,9	2,0	94,0
	8	2	3,8	4,0	98,0
	9	1	1,9	2,0	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
	Total	53	100,0		

**15j AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Sisper,
Sisbic...)**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	10	18,9	20,0	20,0
	2	8	15,1	16,0	36,0
	3	6	11,3	12,0	48,0
	4	4	7,5	8,0	56,0
Válido	5	16	30,2	32,0	88,0
	6	1	1,9	2,0	90,0
	7	1	1,9	2,0	92,0
	9	1	1,9	2,0	94,0
	10	3	5,7	6,0	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
	Total	53	100,0		

16 Seria relevante vincular informações sobre a permanência/inclusão social de estudantes de origem popular na vitrine virtual da UFBA que subsidiasse o debate na comunidade interna sobre o PAAf?

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	não	4	7,5	7,8	7,8
Válido	sim	47	88,7	92,2	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
Total		53	100,0		

17a Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para mobilizar e/ou gerar interesse da comunidade interna sobre os resultados do PAAf/UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	26	49,1	50,0	50,0
Válido	bom	24	45,3	46,2	96,2
	regular	2	3,8	3,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
Total		53	100,0		

17b Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade do PAAf/UFBA pela própria comunidade interna

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	26	49,1	49,1	49,1
Válido	bom	23	43,4	43,4	92,5
	regular	4	7,5	7,5	100,0
Total		53	100,0	100,0	

17c Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade da permanência/inclusão bem-sucedida de estudantes na UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	27	50,9	51,9	51,9
Válido	bom	20	37,7	38,5	90,4
	regular	5	9,4	9,6	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
	Total	53	100,0		

17d Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade das contribuições de estudantes de origem popular em atividades coletivas

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	27	50,9	51,9	51,9
Válido	bom	19	35,8	36,5	88,5
	regular	6	11,3	11,5	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
	Total	53	100,0		

17e Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade da formação profissional de estudantes de origem popular

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	24	45,3	46,2	46,2
	bom	21	39,6	40,4	86,5
Válido	regular	6	11,3	11,5	98,1
	ruim	1	1,9	1,9	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
	Total	53	100,0		

17f Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade da competência profissional de egressos de origem popular

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	17	32,1	32,7	32,7
	bom	25	47,2	48,1	80,8
	regular	7	13,2	13,5	94,2
	ruim	1	1,9	1,9	96,2
	péssimo	2	3,8	3,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
	Total	53	100,0		

18a Relacionamento com os professores do curso de Odontologia

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	7	13,2	13,2	13,2
	bom	34	64,2	64,2	77,4
	regular	10	18,9	18,9	96,2
	péssimo	2	3,8	3,8	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18b RELACIONAMENTO entre colegas do curso de Odontologia QUANDO: ORIUNDOS de camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	20	37,7	38,5	38,5
	bom	29	54,7	55,8	94,2
	regular	2	3,8	3,8	98,1
	ruim	1	1,9	1,9	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
	Total	53	100,0		

18b RELACIONAMENTO entre colegas do curso de Odontologia QUANDO: NÃO ORIUNDOS de camadas populares

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	18	34,0	34,0
	bom	22	41,5	75,5
Válido	regular	11	20,8	96,2
	ruim	2	3,8	100,0
	Total	53	100,0	100,0

18c ADEQUAÇÃO entre seu ENVOLVIMENTO PESSOAL no curso e o DESEMPENHO acadêmico obtido

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	14	26,4	26,4
	bom	25	47,2	73,6
Válido	regular	11	20,8	94,3
	ruim	2	3,8	98,1
	péssimo	1	1,9	100,0
	Total	53	100,0	100,0

18d Disponibilidade dos professores durante as aulas em atender estudantes de diferentes origens

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	14	26,4	26,4
	bom	27	50,9	77,4
Válido	regular	9	17,0	94,3
	ruim	2	3,8	98,1
	péssimo	1	1,9	100,0
	Total	53	100,0	100,0

18e Conhecimento dos professores sobre o conteúdo das disciplinas que ministram

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	34	64,2	64,2	64,2
	bom	18	34,0	34,0	98,1
	regular	1	1,9	1,9	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18f RECONHECIMENTO por parte dos professores do SEU ENVOLVIMENTO com o curso

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	7	13,2	13,2	13,2
	bom	31	58,5	58,5	71,7
	regular	10	18,9	18,9	90,6
	ruim	3	5,7	5,7	96,2
	péssimo	2	3,8	3,8	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18g Compromisso da instituição com a qualidade da formação

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	13	24,5	25,0	25,0
	bom	27	50,9	51,9	76,9
	regular	7	13,2	13,5	90,4
	ruim	3	5,7	5,8	96,2
	péssimo	2	3,8	3,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
Total		53	100,0		

18h Tipo(s) de Avaliação de Aprendizagem aplicadas diante de diferentes origens dos estudantes

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	6	11,3	12,0	12,0
	bom	22	41,5	44,0	56,0
	regular	14	26,4	28,0	84,0
	ruim	4	7,5	8,0	92,0
	péssimo	4	7,5	8,0	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
Total		53	100,0		

18i Relevância do conteúdo das disciplinas do curso

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	26	49,1	51,0	51,0
	bom	20	37,7	39,2	90,2
	regular	4	7,5	7,8	98,0
	ruim	1	1,9	2,0	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
Total		53	100,0		

18j INTEGRAÇÃO entre conteúdos das disciplinas e SABERES TRAZIDOS PELOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	2	3,8	3,8	3,8
	bom	23	43,4	44,2	48,1
	regular	20	37,7	38,5	86,5
	ruim	5	9,4	9,6	96,2
	péssimo	2	3,8	3,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
Total		53	100,0		

18k Disponibilidade dos professores em atender os estudantes fora da sala de aula

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	2	3,8	3,8	3,8
	bom	16	30,2	30,2	34,0
	regular	28	52,8	52,8	86,8
	ruim	4	7,5	7,5	94,3
	péssimo	3	5,7	5,7	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18l Qualidade das INFORMAÇÕES PRESTADAS POR FUNCIONÁRIOS QUANDO SE TRATA DE: Professores

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	10	18,9	19,6	19,6
	bom	30	56,6	58,8	78,4
	regular	7	13,2	13,7	92,2
	ruim	2	3,8	3,9	96,1
	péssimo	2	3,8	3,9	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
Total		53	100,0		

18l Qualidade das INFORMAÇÕES PRESTADAS POR FUNCIONÁRIOS QUANDO SE TRATA DE: Estudantes de camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	2	3,8	4,0	4,0
	bom	28	52,8	56,0	60,0
	regular	13	24,5	26,0	86,0
	ruim	5	9,4	10,0	96,0
	péssimo	2	3,8	4,0	100,0
	Total	50	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	3	5,7		
Total		53	100,0		

18l Qualidade das INFORMAÇÕES PRESTADAS POR FUNCIONÁRIOS QUANDO SE TRATA DE: Estudantes de camadas não populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	3	5,7	5,9	5,9
	bom	28	52,8	54,9	60,8
	regular	14	26,4	27,5	88,2
	ruim	4	7,5	7,8	96,1
	péssimo	2	3,8	3,9	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
Total		53	100,0		

18m OFERTA DE ORIENTAÇÃO/TUTORIA ACADÊMICA DURANTE A FORMAÇÃO

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	5	9,4	9,4	9,4
	bom	24	45,3	45,3	54,7
	regular	13	24,5	24,5	79,2
	ruim	9	17,0	17,0	96,2
	péssimo	2	3,8	3,8	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18n DISPONIBILIDADE na criação/oferta de AÇÕES/PROJETOS DE APOIO A ESTUDANTES NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	4	7,5	7,5	7,5
	bom	17	32,1	32,1	39,6
	regular	18	34,0	34,0	73,6
	ruim	9	17,0	17,0	90,6
	péssimo	5	9,4	9,4	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18o Frequência de sua participação em eventos acadêmico/científicos oferecidos pela instituição

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	13	24,5	24,5	24,5
	bom	19	35,8	35,8	60,4
	regular	13	24,5	24,5	84,9
	ruim	3	5,7	5,7	90,6
	péssimo	5	9,4	9,4	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18p Frequência de sua participação em eventos sociais/culturais oferecidos pela Instituição

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	5	9,4	9,4	9,4
	bom	14	26,4	26,4	35,8
	regular	21	39,6	39,6	75,5
	ruim	9	17,0	17,0	92,5
	péssimo	4	7,5	7,5	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18q SUA PARTICIPAÇÃO regular em programas de INICIAÇÃO CIENTÍFICA OU GRUPO DE PESQUISA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	15	28,3	28,3	28,3
	bom	16	30,2	30,2	58,5
	regular	11	20,8	20,8	79,2
	ruim	4	7,5	7,5	86,8
	péssimo	7	13,2	13,2	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18r Condições oferecidas para ingresso na área profissional de formação em Odontologia

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	3	5,7	5,7	5,7
	bom	22	41,5	41,5	47,2
	regular	15	28,3	28,3	75,5
	ruim	10	18,9	18,9	94,3
	péssimo	3	5,7	5,7	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

18s RELEVÂNCIA das experiências trazidas pelos ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR NAS ATIVIDADES EM GRUPO

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	6	11,3	11,5	11,5
	bom	22	41,5	42,3	53,8
	regular	18	34,0	34,6	88,5
	ruim	4	7,5	7,7	96,2
	péssimo	2	3,8	3,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
	Total	53	100,0		

18t RECONHECIMENTO pela comunidade interna da CAPACIDADE PROFISSIONAL DOS EGRESSOS da formação

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	3	5,7	5,8	5,8
	bom	29	54,7	55,8	61,5
	regular	14	26,4	26,9	88,5
	ruim	3	5,7	5,8	94,2
	péssimo	3	5,7	5,8	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,9		
	Total	53	100,0		

18u SUA AUTOCONFIANÇA quanto à capacidade de CONCLUIR A FORMAÇÃO NO MESMO NÍVEL QUE OS COLEGAS: ORIUNDOS de camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	18	34,0	35,3	35,3
	bom	24	45,3	47,1	82,4
Válido	regular	6	11,3	11,8	94,1
	ruim	3	5,7	5,9	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Ausente	Sistema	2	3,8		
	Total	53	100,0		

18u SUA AUTOCONFIANÇA quanto à capacidade de CONCLUIR A FORMAÇÃO NO MESMO NÍVEL QUE OS COLEGAS: NÃO ORIUNDOS de camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	19	35,8	35,8	35,8
	bom	27	50,9	50,9	86,8
Válido	regular	5	9,4	9,4	96,2
	péssimo	2	3,8	3,8	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

PERFIL DO ESTUDANTE: Sexo

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	masculino	16	30,2	33,3	33,3
Válido	feminino	32	60,4	66,7	100,0
	Total	48	90,6	100,0	
Ausente	Sistema	5	9,4		
	Total	53	100,0		

PERFIL DO ESTUDANTE: Faixa de Etária

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	18-24	38	71,7	80,9	80,9
Válido	25-32	9	17,0	19,1	100,0
	Total	47	88,7	100,0	
Ausente	Sistema	6	11,3		
	Total	53	100,0		

PERFIL DO ESTUDANTE: Ano de Ingresso

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
		7	13,2	13,2	13,2
	2007.2	1	1,9	1,9	15,1
	2008.1	4	7,5	7,5	22,6
	2008.2	10	18,9	18,9	41,5
	2009	2	3,8	3,8	45,3
Válido	2009.1	7	13,2	13,2	58,5
	2009.2	9	17,0	17,0	75,5
	2010	2	3,8	3,8	79,2
	2010.1	10	18,9	18,9	98,1
	2010.2	1	1,9	1,9	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

PERFIL DO ESTUDANTE: Semestre em curso

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	5	1	1,9	3,3	3,3
	6	6	11,3	20,0	23,3
	7	9	17,0	30,0	53,3
Válido	8	4	7,5	13,3	66,7
	9	5	9,4	16,7	83,3
	10	5	9,4	16,7	100,0
	Total	30	56,6	100,0	
Ausente	Sistema	23	43,4		
	Total	53	100,0		

PERFIL DO ESTUDANTE: Ingresso por Sistema de Cotas

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	sim	19	35,8	39,6	39,6
	não	27	50,9	56,3	95,8
	não sabe	1	1,9	2,1	97,9
	prefere não informar	1	1,9	2,1	100,0
	Total	48	90,6	100,0	
Ausente	Sistema	5	9,4		
Total		53	100,0		

PERFIL DO ESTUDANTE: outra formação

		Frequência	Porcentual
Ausente	Sistema	53	100,0

PERFIL DO ESTUDANTE: Trabalha /Estágio

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	trabalho	2	3,8	18,2	18,2
	estágio	9	17,0	81,8	100,0
	Total	11	20,8	100,0	
Ausente	Sistema	42	79,2		
Total		53	100,0		

PERFIL DO ESTUDANTE: Carga horária

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12h	2	3,8	16,7	16,7
	16h	3	5,7	25,0	41,7
	20h	5	9,4	41,7	83,3
	30h	2	3,8	16,7	100,0
	Total	12	22,6	100,0	
Ausente	Sistema	41	77,4		
Total		53	100,0		

PERFIL DO ESTUDANTE: Renda familiar

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	até 2 sm	8	15,1	18,2	18,2
	acima 2 - até 5 sm	14	26,4	31,8	50,0
	acima de 5 sm	22	41,5	50,0	100,0
	Total	44	83,0	100,0	
Ausente	Sistema	9	17,0		
	Total	53	100,0		

PERFIL DO ESTUDANTE: Participação em Atividades Extracurriculares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	pesquisa	16	30,2	48,5	48,5
	extensão	7	13,2	21,2	69,7
	sociocultural	1	1,9	3,0	72,7
	pesquisa + extensão	6	11,3	18,2	90,9
	pesquisa + extensão + sociocultural	3	5,7	9,1	100,0
	Total	33	62,3	100,0	
Ausente	Sistema	20	37,7		
	Total	53	100,0		

APÊNDICE F – TABULAÇÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO COM PROFESSORES

Professores Alocados por Departamento na Faculdade de Odontologia/UFBA				
	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Propedeutica	9	25,7	25,7
	Social	10	28,6	54,3
	Clinica	16	45,7	100,0
	Total	35	100,0	100,0

1a Conhecimento sobre Ações afirmativas na educação superior pública				
	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	1	2,9	2,9
	bom	12	34,3	37,1
	regular	15	42,9	80,0
	ruim	4	11,4	91,4
	péssimo	3	8,6	100,0
	Total	35	100,0	100,0

1b Conhecimento sobre Ações desenvolvidas pela PROAE/UFBA				
	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	1	2,9	2,9
	bom	7	20,0	22,9
	regular	12	34,3	57,1
	ruim	11	31,4	88,6
	péssimo	4	11,4	100,0
	Total	35	100,0	100,0

1c Conhecimento sobre Alternativas de permanência oferecidas a estudantes de origem popular ingressos na UFBA

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	bom	11	31,4	31,4
	regular	15	42,9	74,3
Válido	ruim	6	17,1	91,4
	péssimo	3	8,6	100,0
	Total	35	100,0	100,0

2a Conhecimento sobre Oferta de recursos materiais e imateriais a estudantes que precisam para continuar a formação

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	bom	10	28,6	28,6
	regular	12	34,3	62,9
Válido	ruim	7	20,0	82,9
	péssimo	6	17,1	100,0
	Total	35	100,0	100,0

2b Conhecimento sobre Requisitos necessários para estudantes que precisam candidatar-se a tais recursos

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	1	2,9	2,9
	bom	9	25,7	28,6
	regular	12	34,3	62,9
Válido	ruim	9	25,7	88,6
	péssimo	4	11,4	100,0
	Total	35	100,0	100,0

3 Considerando obstáculos materiais (financeiros) e imateriais (socioculturais/simbólicos) enfrentados por estudantes de origem popular na formação em Odontologia, informe seu nível de conhecimento sobre os aspectos que eles mais precisam

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	2	5,7	5,7	5,7
	bom	13	37,1	37,1	42,9
	regular	10	28,6	28,6	71,4
	ruim	5	14,3	14,3	85,7
	péssimo	5	14,3	14,3	100,0
	Total	35	100,0	100,0	

4 Considerando o que prevê o PAAf/UFBA para permanência/inclusão social de estudantes, informe seu conhecimento

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	bom	4	11,4	11,8	11,8
	regular	12	34,3	35,3	47,1
	ruim	11	31,4	32,4	79,4
	péssimo	7	20,0	20,6	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

5 Sua concepção sobre as ações afirmativas contribui para saber lidar com alunos ingressos por sistema de cotas

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	1	2,9	3,1	3,1
	bom	15	42,9	46,9	50,0
	regular	7	20,0	21,9	71,9
	ruim	5	14,3	15,6	87,5
	péssimo	4	11,4	12,5	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

6 Os estudantes de origem popular nas suas disciplinas são cadastrados na PROAE?

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	sim	6	17,1	18,2	18,2
	não sabe	27	77,1	81,8	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

7 Com que frequência fica sabendo sobre recursos disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: Portal UFBA na internet

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	13	37,1	43,3	43,3
	raramente	11	31,4	36,7	80,0
	frequentemente	6	17,1	20,0	100,0
	Total	30	85,7	100,0	
Ausente	Sistema	5	14,3		
Total		35	100,0		

7 Com que frequência fica sabendo sobre recursos disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: Redes Sociais Institucionais

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	22	62,9	73,3	73,3
	raramente	6	17,1	20,0	93,3
	frequentemente	2	5,7	6,7	100,0
	Total	30	85,7	100,0	
Ausente	Sistema	5	14,3		
Total		35	100,0		

7 Com que frequência fica sabendo sobre recursos disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: E-mail/Lista Todos/Docentes UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	14	40,0	43,8	43,8
	raramente	5	14,3	15,6	59,4
	frequentemente	12	34,3	37,5	96,9
	5	1	2,9	3,1	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		

Total	35	100,0
-------	----	-------

7 Com que frequência fica sabendo sobre recursos disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: E-mail/Entidades de Classe

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	25	71,4	86,2	86,2
	raramente	3	8,6	10,3	96,6
	frequentemente	1	2,9	3,4	100,0
	Total	29	82,9	100,0	
Ausente	Sistema	6	17,1		
Total		35	100,0		

7 Com que frequência fica sabendo sobre recursos disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: Professores (SMS/E-mail/Rede Social)

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	16	45,7	57,1	57,1
	raramente	9	25,7	32,1	89,3
	frequentemente	3	8,6	10,7	100,0
	Total	28	80,0	100,0	
Ausente	Sistema	7	20,0		
Total		35	100,0		

7 Com que frequência fica sabendo sobre recursos disponíveis na UFBA para apoiar estudantes de origem popular em: Outros

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	raramente	2	5,7	50,0	50,0
	frequentemente	2	5,7	50,0	100,0
	Total	4	11,4	100,0	
Ausente	Sistema	31	88,6		
Total		35	100,0		

8 Atuando como docente, você consegue identificar estudantes de origem popular do curso de Odontologia

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	1	2,9	3,0	3,0
	raramente	10	28,6	30,3	33,3
	frequentemente	22	62,9	66,7	100,0

	Total	33	94,3	100,0
Ausente	Sistema	2	5,7	
Total		35	100,0	

9 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: o (a) próprio (a) estudante revelar

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	nunca	7	20,0	20,6	20,6
Válido	raramente	13	37,1	38,2	58,8
	frequentemente	14	40,0	41,2	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

9 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: o (a) estudante não ter material para aulas práticas

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	nunca	3	8,6	9,1	9,1
Válido	raramente	8	22,9	24,2	33,3
	frequentemente	22	62,9	66,7	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

9 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: postura pessoal

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	nunca	5	14,3	16,7	16,7
Válido	raramente	14	40,0	46,7	63,3
	frequentemente	11	31,4	36,7	100,0
	Total	30	85,7	100,0	
Ausente	Sistema	5	14,3		
Total		35	100,0		

9 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: formação básica (escrita/oral)

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	3	8,6	9,4	9,4
	raramente	10	28,6	31,3	40,6
	frequentemente	19	54,3	59,4	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

9 É um indicador da identificação de estudantes de origem popular: comunicação interna (Colegiado, Deptº)

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	18	51,4	66,7	66,7
	raramente	4	11,4	14,8	81,5
	frequentemente	5	14,3	18,5	100,0
	Total	27	77,1	100,0	
Ausente	Sistema	8	22,9		
Total		35	100,0		

10 Um tema ter "visibilidade midiática no ambiente virtual" equivale a ser acessível/visível ao fazer buscas em portal(ais) da instituição, buscadores, redes sociais e de notícias internet. Você percebe existir essa visibilidade midiática do PAAf/UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nunca	9	25,7	26,5	26,5
	raramente	21	60,0	61,8	88,2
	frequentemente	4	11,4	11,8	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

11 A frequência com que já buscou informações sobre o PAAf no ambiente virtual da UFBA

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido nunca	14	40,0	40,0	40,0
raramente	18	51,4	51,4	91,4
frequentemente	3	8,6	8,6	100,0
Total	35	100,0	100,0	

12 Alguma vez já buscou informações sobre permanência/inclusão social de estudantes no ambiente virtual da UFBA? Assinale uma das opções:

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido não	21	60,0	60,0	60,0
sim	14	40,0	40,0	100,0
Total	35	100,0	100,0	

14a AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre permanência/inclusão social de estudantes: ESCRITA/IMPRESSA

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido 1	5	14,3	17,2	17,2
2	5	14,3	17,2	34,5
3	7	20,0	24,1	58,6
4	8	22,9	27,6	86,2
5	3	8,6	10,3	96,6
6	1	2,9	3,4	100,0
Total	29	82,9	100,0	
Ausente Sistema	6	17,1		
Total	35	100,0		

**14c AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: ORAL/PROFESSORES**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	7	20,0	25,0	25,0
	2	8	22,9	28,6	53,6
	3	4	11,4	14,3	67,9
Válido	4	6	17,1	21,4	89,3
	5	1	2,9	3,6	92,9
	6	1	2,9	3,6	96,4
	9	1	2,9	3,6	100,0
	Total	28	80,0	100,0	
Ausente	Sistema	7	20,0		
Total		35	100,0		

**14e AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: MURAI NA UFBA**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	4	11,4	13,8	13,8
	2	9	25,7	31,0	44,8
	3	5	14,3	17,2	62,1
	4	5	14,3	17,2	79,3
Válido	5	3	8,6	10,3	89,7
	7	1	2,9	3,4	93,1
	8	1	2,9	3,4	96,6
	9	1	2,9	3,4	100,0
	Total	29	82,9	100,0	
Ausente	Sistema	6	17,1		
Total		35	100,0		

**14g ABM. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: ORAL/COORD e CHEFE DEPTº**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	15	42,9	50,0	50,0
	2	6	17,1	20,0	70,0
	3	3	8,6	10,0	80,0
Válido	4	3	8,6	10,0	90,0
	5	2	5,7	6,7	96,7
	6	1	2,9	3,3	100,0
	Total	30	85,7	100,0	
Ausente	Sistema	5	14,3		
Total		35	100,0		

**14i AMB. PRESENCIAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: TELEFONE - diretamente**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	4	11,4	14,3	14,3
	3	5	14,3	17,9	32,1
	4	2	5,7	7,1	39,3
	5	13	37,1	46,4	85,7
Válido	6	1	2,9	3,6	89,3
	7	1	2,9	3,6	92,9
	8	1	2,9	3,6	96,4
	10	1	2,9	3,6	100,0
	Total	28	80,0	100,0	
Ausente	Sistema	7	20,0		
Total		35	100,0		

14b AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre permanência/inclusão social de estudantes: ESCRITA/ELETRÔNICA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	14	40,0	50,0	50,0
	2	7	20,0	25,0	75,0
Válido	3	5	14,3	17,9	92,9
	4	1	2,9	3,6	96,4
	6	1	2,9	3,6	100,0
	Total	28	80,0	100,0	
Ausente	Sistema	7	20,0		
Total		35	100,0		

14d AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre permanência/inclusão social de estudantes: PESSOAS/TECNOLOGIAS - a distância

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	2	5,7	7,4	7,4
	2	5	14,3	18,5	25,9
	3	7	20,0	25,9	51,9
	4	7	20,0	25,9	77,8
Válido	5	2	5,7	7,4	85,2
	7	1	2,9	3,7	88,9
	8	1	2,9	3,7	92,6
	9	1	2,9	3,7	96,3
	10	1	2,9	3,7	100,0
	Total	27	77,1	100,0	
Ausente	Sistema	8	22,9		
Total		35	100,0		

**14f AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: SITES/REDES SOCIAIS**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	3	8,6	10,0	10,0
	2	5	14,3	16,7	26,7
	3	6	17,1	20,0	46,7
Válido	4	7	20,0	23,3	70,0
	5	6	17,1	20,0	90,0
	6	1	2,9	3,3	93,3
	10	2	5,7	6,7	100,0
	Total	30	85,7	100,0	
Ausente	Sistema	5	14,3		
Total		35	100,0		

**14h AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre
permanência/inclusão social de estudantes: EMAIL VIA LISTA TODOS-I UFBA**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	11	31,4	35,5	35,5
	2	6	17,1	19,4	54,8
	3	6	17,1	19,4	74,2
Válido	4	2	5,7	6,5	80,6
	5	4	11,4	12,9	93,5
	6	1	2,9	3,2	96,8
	8	1	2,9	3,2	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

14j AMB. VIRTUAL - canal preferencial para obter informações sobre permanência/inclusão social de estudantes: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Sisper, Sisbic.)

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1	7	20,0	25,0	25,0
	2	3	8,6	10,7	35,7
	3	4	11,4	14,3	50,0
Válido	4	3	8,6	10,7	60,7
	5	9	25,7	32,1	92,9
	7	1	2,9	3,6	96,4
	9	1	2,9	3,6	100,0
	Total	28	80,0	100,0	
Ausente	Sistema	7	20,0		
Total		35	100,0		

15 Seria relevante vincular informações sobre a permanência/inclusão social de estudantes de origem popular na vitrine virtual da UFBA que subsidiasse o debate na comunidade interna sobre o PAAf?

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	não	4	11,4	11,8	11,8
Válido	sim	30	85,7	88,2	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

16a Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para mobilizar e/ou gerar interesse da comunidade interna sobre os resultados do PAAf/UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	15	42,9	44,1	44,1
	bom	15	42,9	44,1	88,2
Válido	regular	3	8,6	8,8	97,1
	ruim	1	2,9	2,9	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

16b Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade do PAAf/UFBA pela própria comunidade interna

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	15	42,9	44,1	44,1
	bom	16	45,7	47,1	91,2
	regular	2	5,7	5,9	97,1
	ruim	1	2,9	2,9	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

16c Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade da permanência/inclusão bem-sucedida de estudantes na UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	15	42,9	44,1	44,1
	bom	16	45,7	47,1	91,2
	regular	1	2,9	2,9	94,1
	ruim	1	2,9	2,9	97,1
	péssimo	1	2,9	2,9	100,0
Total		34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

16d Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade das contribuições de estudantes de origem popular em atividades coletivas

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	9	25,7	26,5	26,5
	bom	18	51,4	52,9	79,4
	regular	4	11,4	11,8	91,2
	ruim	1	2,9	2,9	94,1
	péssimo	2	5,7	5,9	100,0
Total		34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

16e Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade da formação profissional de estudantes de origem popular

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	11	31,4	32,4	32,4
	bom	17	48,6	50,0	82,4
	regular	2	5,7	5,9	88,2
	ruim	1	2,9	2,9	91,2
	péssimo	3	8,6	8,8	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

16f Ter informação disponível no AMB. VIRTUAL sobre AA contribuiria para a credibilidade da competência profissional de egressos de origem popular

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	9	25,7	26,5	26,5
	bom	15	42,9	44,1	70,6
	regular	5	14,3	14,7	85,3
	ruim	1	2,9	2,9	88,2
	péssimo	4	11,4	11,8	100,0
	Total	34	97,1	100,0	
Ausente	Sistema	1	2,9		
Total		35	100,0		

17a RELACIONAMENTO em sala com Estudantes do curso QUANDO: ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	13	37,1	40,6	40,6
	bom	17	48,6	53,1	93,8
	regular	1	2,9	3,1	96,9
	ruim	1	2,9	3,1	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

17a RELACIONAMENTO em sala com Estudantes do curso QUANDO: NÃO ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	14	40,0	43,8	43,8
	bom	17	48,6	53,1	96,9
	ruim	1	2,9	3,1	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

17b ADEQUAÇÃO ENTRE ENVOLVIMENTO PESSOAL DO ESTUDANTE NO CURSO E SEU DESEMPENHO ACADÊMICO QUANDO: oriundos das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	5	14,3	15,2	15,2
	bom	20	57,1	60,6	75,8
	regular	7	20,0	21,2	97,0
	ruim	1	2,9	3,0	100,0
Total		33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

17b ADEQUAÇÃO ENTRE ENVOLVIMENTO PESSOAL DO ESTUDANTE NO CURSO E SEU DESEMPENHO ACADÊMICO QUANDO: não oriundos das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	8	22,9	25,0	25,0
	bom	21	60,0	65,6	90,6
	regular	2	5,7	6,3	96,9
	ruim	1	2,9	3,1	100,0
Total		32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

17c Sua disponibilidade durante as aulas em atender estudantes de diferentes origens

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	19	54,3	57,6	57,6
	bom	13	37,1	39,4	97,0
	ruim	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

17d Seu conhecimento sobre o conteúdo das disciplinas que ministra

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	22	62,9	66,7	66,7
	bom	10	28,6	30,3	97,0
	ruim	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

17e RECONHECIMENTO DO ENVOLVIMENTO do estudante com o curso QUANDO: ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	6	17,1	19,4	19,4
	bom	18	51,4	58,1	77,4
	regular	5	14,3	16,1	93,5
	ruim	2	5,7	6,5	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

**17e RECONHECIMENTO DO ENVOLVIMENTO do estudante com o curso QUANDO:
NÃO ORIUNDOS das camadas populares**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	8	22,9	25,0	25,0
	bom	20	57,1	62,5	87,5
Válido	regular	3	8,6	9,4	96,9
	ruim	1	2,9	3,1	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

**17f Compromisso da instituição com a qualidade de formação de estudantes de
diferentes origens**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	11	31,4	33,3	33,3
	bom	13	37,1	39,4	72,7
Válido	regular	5	14,3	15,2	87,9
	ruim	4	11,4	12,1	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

**17g Tipo(s) de Avaliação de Aprendizagem que pratica diante das diferentes origens
dos estudantes**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	8	22,9	24,2	24,2
	bom	17	48,6	51,5	75,8
Válido	regular	6	17,1	18,2	93,9
	ruim	1	2,9	3,0	97,0
	péssimo	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

17h Relevância do conteúdo das disciplinas do curso

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	13	37,1	39,4	39,4
	bom	18	51,4	54,5	93,9
Válido	regular	1	2,9	3,0	97,0
	ruim	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

17i INTEGRAÇÃO entre conteúdos das disciplinas e SABERES TRAZIDOS PELOS ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	5	14,3	16,1	16,1
	bom	13	37,1	41,9	58,1
Válido	regular	7	20,0	22,6	80,6
	ruim	6	17,1	19,4	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

17j SUA DISPONIBILIDADE EM ATENDER OS ESTUDANTES FORA DA SALA DE AULA QUANDO: ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	14	40,0	42,4	42,4
	bom	16	45,7	48,5	90,9
Válido	regular	2	5,7	6,1	97,0
	ruim	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

**17j SUA DISPONIBILIDADE EM ATENDER OS ESTUDANTES FORA DA SALA DE
AULA QUANDO: NÃO ORIUNDOS das camadas populares**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	14	40,0	42,4	42,4
	bom	17	48,6	51,5	93,9
Válido	regular	1	2,9	3,0	97,0
	ruim	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

**17k QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR FUNCIONÁRIOS QUANDO
SE TRATA DE : Professores**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	7	20,0	24,1	24,1
	bom	15	42,9	51,7	75,9
Válido	regular	5	14,3	17,2	93,1
	ruim	2	5,7	6,9	100,0
	Total	29	82,9	100,0	
Ausente	Sistema	6	17,1		
Total		35	100,0		

**17k QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR FUNCIONÁRIOS QUANDO
SE TRATA DE: Estudantes de camadas populares**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	4	11,4	15,4	15,4
	bom	15	42,9	57,7	73,1
Válido	regular	5	14,3	19,2	92,3
	ruim	2	5,7	7,7	100,0
	Total	26	74,3	100,0	
Ausente	Sistema	9	25,7		
Total		35	100,0		

**17k QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR FUNCIONÁRIOS QUANDO
SE TRATA DE: Estudantes de camadas não populares**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	4	11,4	16,0	16,0
	bom	14	40,0	56,0	72,0
Válido	regular	5	14,3	20,0	92,0
	ruim	2	5,7	8,0	100,0
	Total	25	71,4	100,0	
Ausente	Sistema	10	28,6		
Total		35	100,0		

**17l Oferta de Orientação/Tutoria acadêmica durante a formação para os estudantes
de diferentes origens**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	9	25,7	27,3	27,3
	bom	15	42,9	45,5	72,7
Válido	regular	7	20,0	21,2	93,9
	ruim	2	5,7	6,1	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

**17m Sua disponibilidade na criação/oferta de ações/projetos de apoio a estudantes
na trajetória acadêmica**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	7	20,0	22,6	22,6
	bom	17	48,6	54,8	77,4
Válido	regular	4	11,4	12,9	90,3
	ruim	3	8,6	9,7	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

17n SUA DISPONIBILIDADE NO ENCORAJAMENTO À PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES EM EVENTOS ACADÊMICOS/CIENTÍFICOS QUANDO: ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	15	42,9	45,5	45,5
	bom	15	42,9	45,5	90,9
	regular	1	2,9	3,0	93,9
	ruim	2	5,7	6,1	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

17n SUA DISPONIBILIDADE NO ENCORAJAMENTO À PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES EM EVENTOS ACADÊMICOS/CIENTÍFICOS QUANDO: NÃO ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	15	42,9	46,9	46,9
	bom	15	42,9	46,9	93,8
	regular	1	2,9	3,1	96,9
	ruim	1	2,9	3,1	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

17o Frequência de sua participação em eventos sociais/culturais oferecidos pela Instituição

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	excelente	3	8,6	9,7	9,7
	bom	15	42,9	48,4	58,1
	regular	8	22,9	25,8	83,9
	ruim	4	11,4	12,9	96,8
	péssimo	1	2,9	3,2	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

**17p Caso seja proponente/coordenador/orientador de INICIAÇÃO
CIENTÍFICA/PESQUISA/EXTENSÃO NA INSTITUIÇÃO, procura privilegiar a
participação regular dos estudantes QUANDO: ORIUNDOS das camadas populares**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	13	37,1	41,9	41,9
	bom	16	45,7	51,6	93,5
Válido	regular	1	2,9	3,2	96,8
	ruim	1	2,9	3,2	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

**17p Caso seja proponente/coordenador/orientador de INICIAÇÃO
CIENTÍFICA/PESQUISA/EXTENSÃO NA INSTITUIÇÃO, procura privilegiar a
participação regular dos estudantes QUANDO: NÃO ORIUNDOS das camadas
populares**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	12	34,3	40,0	40,0
	bom	16	45,7	53,3	93,3
Válido	regular	1	2,9	3,3	96,7
	ruim	1	2,9	3,3	100,0
	Total	30	85,7	100,0	
Ausente	Sistema	5	14,3		
Total		35	100,0		

**17q Oferta de condições para ingresso na área profissional de formação em
Odontologia é considerada**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	1	2,9	3,1	3,1
	bom	15	42,9	46,9	50,0
Válido	regular	12	34,3	37,5	87,5
	ruim	4	11,4	12,5	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

17r Relevância das experiências trazidas pelos estudantes de origem popular nas atividades em grupo

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	4	11,4	12,9	12,9
	bom	15	42,9	48,4	61,3
Válido	regular	9	25,7	29,0	90,3
	ruim	3	8,6	9,7	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

17s Sua manifestação de RECONHECIMENTO quanto à CAPACIDADE PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA FORMAÇÃO QUANDO: ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	4	11,4	12,1	12,1
	bom	25	71,4	75,8	87,9
Válido	regular	3	8,6	9,1	97,0
	ruim	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

17s Sua manifestação de RECONHECIMENTO quanto à CAPACIDADE PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA FORMAÇÃO QUANDO: NÃO ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	5	14,3	15,6	15,6
	bom	23	65,7	71,9	87,5
Válido	regular	3	8,6	9,4	96,9
	ruim	1	2,9	3,1	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

17t Sua PERCEPÇÃO da AUTOCONFIANÇA DO ESTUDANTE quanto à capacidade própria de CONCLUIR A FORMAÇÃO QUANDO: ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	2	5,7	6,1	6,1
	bom	11	31,4	33,3	39,4
Válido	regular	18	51,4	54,5	93,9
	ruim	2	5,7	6,1	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

17t Sua PERCEPÇÃO da AUTOCONFIANÇA DO ESTUDANTE quanto à capacidade própria de CONCLUIR A FORMAÇÃO QUANDO: NÃO ORIUNDOS das camadas populares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	excelente	6	17,1	19,4	19,4
	bom	15	42,9	48,4	67,7
Válido	regular	10	28,6	32,3	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

PERFIL DO PROFESSOR: Sexo

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	masculino	12	34,3	37,5	37,5
Válido	feminino	20	57,1	62,5	100,0
	Total	32	91,4	100,0	
Ausente	Sistema	3	8,6		
Total		35	100,0		

PERFIL DO PROFESSOR: Faixa Etária

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	33-41	11	31,4	36,7	36,7
	42-49	7	20,0	23,3	60,0
Válido	50-60	8	22,9	26,7	86,7
	acima 60 anos	4	11,4	13,3	100,0
	Total	30	85,7	100,0	
Ausente	Sistema	5	14,3		
Total		35	100,0		

PERFIL DO PROFESSOR: Admissão na UFBA

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	1976	2	5,7	6,1	6,1
	1977	1	2,9	3,0	9,1
	1978	1	2,9	3,0	12,1
	1980	2	5,7	6,1	18,2
	1984	1	2,9	3,0	21,2
	1988	1	2,9	3,0	24,2
	1992	3	8,6	9,1	33,3
	1994	1	2,9	3,0	36,4
	1995	2	5,7	6,1	42,4
	1996	1	2,9	3,0	45,5
Válido	1997	2	5,7	6,1	51,5
	2000	1	2,9	3,0	54,5
	2001	1	2,9	3,0	57,6
	2002	1	2,9	3,0	60,6
	2006	1	2,9	3,0	63,6
	2007	1	2,9	3,0	66,7
	2009	1	2,9	3,0	69,7
	2010	3	8,6	9,1	78,8
	2011	6	17,1	18,2	97,0
	2012	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

PERFIL DO PROFESSOR: Regime de Trabalho

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	20h	2	5,7	6,5	6,5
	40h	13	37,1	41,9	48,4
	40h DE	16	45,7	51,6	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
Total		35	100,0		

PERFIL DO PROFESSOR: Graduação

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		6	17,1	17,1	17,1
	Odontolo	29	82,9	82,9	100,0
	Total	35	100,0	100,0	

PERFIL DO PROFESSOR: Titulação

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Especialização	2	5,7	6,1	6,1
	Mestrado	6	17,1	18,2	24,2
	Doutorado	24	68,6	72,7	97,0
	Pós-doutorado	1	2,9	3,0	100,0
	Total	33	94,3	100,0	
Ausente	Sistema	2	5,7		
Total		35	100,0		

PERFIL DO PROFESSOR: Experiência com Ações Afirmativas

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
		21	60,0	60,0	60,0
	Ativ extensão	1	2,9	2,9	62,9
	Não	3	8,6	8,6	71,4
Válido	Orient permanece	1	2,9	2,9	74,3
	Orient PibicPerm	1	2,9	2,9	77,1
	Prog permanecer	5	14,3	14,3	91,4
	Sim	3	8,6	8,6	100,0
	Total	35	100,0	100,0	

PERFIL DO PROFESSOR: Atuação em Atividades Extracurriculares

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	pesquisa	5	14,3	16,1	16,1
	extensão	3	8,6	9,7	25,8
	sociocultural	2	5,7	6,5	32,3
Válido	pesquisa + extensão	16	45,7	51,6	83,9
	pesquisa + extensão + sociocultural	5	14,3	16,1	100,0
	Total	31	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	4	11,4		
	Total	35	100,0		

APÊNDICE G – LISTA DE REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ABNT **NBR 14724**: 201. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação.

_____. **NBR 6023**: 2002. Informação e documentação – Referências – Elaboração.

_____. **NBR 6024**: 2003. Informação e documentação – Numeração Progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: ARTMED, 2004. Cap. 6. p. 89-99.

ASSIS, Wilson Martins de. **Gestão da Informação nas organizações**: como analisar e transformar em conhecimento informações captadas no ambiente de negócios. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

AZAMBUJA, Telmo Travassos de. **Construção de questionários para medição e monitoramento da satisfação de clientes**. 2012. Disponível em <<http://www.multidata.com.br/qualidade/Constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20ques tion%C3%A1rios.pdf>>.

BABBIE, Barl. Estatística Social. In: _____. **Métodos de pesquisa de Survey**. BH: UFMG, 2001. Cap. 16.

_____. A lógica da amostragem do *survey*. In: _____. **Métodos de pesquisa de Survey**. BH: UFMG, 2001. Cap. 5.

_____. Construindo e compreendendo tabelas. In: _____. **Métodos de pesquisa de Survey**. BH: UFMG, 2001. Cap. 14.

BARICHELO, E. M. R. SCHEID, Daiane. **Apontamentos sobre construção da visibilidade das instituições na Internet a partir de um cenário de midiatização da sociedade**. E-Compós (Brasília) **JCR**, v. 10, p. 1-15, 2007. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/207/208>>. Acesso em 23 abr. 2012.

BARICHELO, Eugenia Mariano da Rocha; SCHEID, Daiane. **Considerações sobre visibilidade midiática e legitimação**: a auditoria de imagem nas organizações contemporâneas. XXIX INTERCOM. Anais... Brasília/DF, 2006. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0901-1.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2012.

BONA, Nívea. CONTEÇOTE, Marcelo Luis. COSTA, Laílton. **Kaplún e a comunicação popular**. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 11 n.11, 169-184, jan/dez. 2007.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões.** SENAC, 2009.

DAVENPORT, Thomas H; PRUSAK, Laurence. **Ecologia da Informação:** por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação (tradução Bernadete Siqueira Abraão), São Paulo/SP: Futura, 1998.

DAVIS, Angela. Enfrentamos hoje um racismo muito mais perigoso. **Muito**, Salvador, n. 245, p. 8-11, 09 dez. 2012. Entrevista.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz. **A Information Literacy na formação do neo-secretário executivo:** um estudo de caso da Graduação em Secretariado/UFBA/ Ana Cristina Muniz Décia, Salvador: ICI/UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado).

_____. MASCARENHAS, Ana Carolina Fernandes. **Equidade na educação superior:** direitos fundamentais à igualdade e à informação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho – Seminário Interno realizado para o Eixo de Avaliação da Educação Superior (AES) do Grupo de Avaliação (GA) FACED/UFBA. Salvador, 2011 (digitado).

ENQA – **European Association for Quality Assurance in Higher Education 10 Years (2000-2010):** A decade of european co-operation in quality assurance in higher education. Helsink: Finland, 2010.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. (Lei Nº 12.888 de 20 de julho de 2010). Presidência da República. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR). 4. ed. Brasília, 2012.

GINSBURG, Alan; RHETT, Nancy. **Builiding a better body of evidence:** (novas oportunidades para fortalecer a utilização da avaliação). American Journal of Evaluation. 2003, v. 24, pp. 489-498. Disponível em: <<http://sagepub.com>>.

GLOSSÁRIO do Curso Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas e Projetos Sociais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação S.I: Enap, 2007. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/glossario_2007.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais.** 6. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2000. 324 p. (Psicologia Social) ISBN 8532612970 (broch.).

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Fourth generation evaluation.** Sage Publications. London, 1989.

LORENZUTTI, Patrícia Simon; ARRUDA, Ângela. **Escola em cena:** resultados preliminares de uma pesquisa sobre representações sociais. Sessão Interativa de

Pôster. V Jornada Internacional E III Conferência Brasileira Sobre Representações Sociais. Disponível em http://www.vjirs.com.br/completos/VJIRS_0270_0009.PDF. Acesso: 07 mai.2012.

LUNA, Sérgio. **O falso conflito entre tendências metodológicas**. *Cadernos de Pesquisa*. n. 66, p. 70-74, 1988.

LUZ, Marco Aurélio. **Cultura negra em tempos pós-modernos**. 3. ed. Salvador: Edufba, 2008. 181 p.

MARTINEZ, Vinício C. Habermas e a luta pelo reconhecimento, legitimidade e validação no Estado Democrático de Direito. **O poder comunicativo e o Direito atuam na luta hegemônica pelo reconhecimento de sujeitos, valores, demandas, ações e outros e novos direitos**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 13, n. 1889, 2 set. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11667>>. Acesso em: 29 maio 2011.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil: O caso da Universidade Federal da Bahia** (tese de doutorado), Salvador: FAGED, 2004.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica** (tradução Astrid Beatriz de Figueiredo). Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MENDONCA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento e (qual?) deliberação. **Opin. Pública**, Campinas, v. 17, n. 1, June 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000100007&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000100007>. Access on 25 Apr. 2012.

NACIF, Paulo Gabriel. **Reitor da UFRB fala sobre educação e racismo**. Entrevista concedida a Diego Damasceno. *Revista Muito*, p. 8-11, 258, 24 mar. 2013 (*Revista Semanal do Grupo A Tarde, Coluna Abre Aspas*).

NEVES, Paulo Sérgio da C.. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 jun. 2011. doi: 10.1590/S0102-69092005000300006.

OJO-ADE, Femi. **Negro: raça e cultura**. (coord. e tradução Ieda Machado Ribeiro dos Santos). Salvador: EDUFBA, 2006. 272 p.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 149-168, abr./jun. 2005.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Esfera pública, visibilidade midiática, deliberação, identidade coletiva e novas tecnologias da comunicação**: analisando contribuições para o debate. *Contemporânea*, vol. 4, n.1, p. 197-206, jun. 2006 (Resenha: MAIA; CASTRO. *Mídia, esfera pública e identidade coletivas*. BH: UFMG, 2006).

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento Administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. trad. Aluizio L. Pinto. 2. ed. rev. RJ: FGV, 1971.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: um campo de mediações. *Comunicação & Educação*, São Paulo, (19): 12 a 24, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/comeduc/article/viewFile/4147/3888>>.

SODRÉ, Raimundo. **Da diabolização à divinização**: a criação do senso comum. Salvador: Edufba, 2010. 109 p.

SZANTO, Tibor. **Quality Assurance of Higher Education in Europe**: A brief overview. In: 2º Seminário Internacional de Avaliação da CONAES. Brasília/DF, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15305&Itemid=1075>. Acesso em 30 nov. 2010.

VIEIRA, Sônia Chagas. **Revistas científicas**: estudo de visibilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2006.

WORTHEN, B. R; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L.. **Avaliação de Programas: Concepções e Práticas**. São Paulo: Gente, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ANEXO A – PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA

Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal da Bahia

Proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para propor estratégias de inclusão social Redação aprovada pelo Grupo de Trabalho em 17/03/2004

Antecedentes

A UFBA tem se omitido frente à questão da ampliação e diversificação da inclusão social. Nos últimos dez anos, a sociedade baiana ampliou em 130% a demanda pelo vestibular, enquanto a nossa oferta de vagas de graduação cresceu apenas 9%.

As demandas sobre inclusão de negros não foram levadas à discussão até que durante a reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 2001, que discutia mudanças para o vestibular 2003, o DCE propôs que fosse incluída a adoção de 40% de cotas para negros. Foi constituído, então, um Grupo de Trabalho, mas o tema não voltou à pauta de discussões do Conselho.

Desde 1998, o CEAO tem encaminhado à Universidade propostas de abertura do debate sobre políticas de ação afirmativa para negros sem que essas tenham eco na instituição. A última dessas iniciativas, proveniente do Comitê Pró Cotas, foi encaminhada pelo CEAFO/CEAO à Reitoria em outubro de 2002.

Em 21/10/2002 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação, com a atribuição de elaborar proposta de "estratégias de inclusão social".

Em novembro de 2002, aproveitando a realização em Salvador da Reunião Plenária da ANDIFES, a Reitoria da UFBA promoveu um seminário sobre Políticas de Ação Afirmativa na Universidade, com a participação de Nilcéa Freire, Reitora da UERJ (primeira universidade a implantar o sistema de cotas raciais no Brasil), Ana Lúcia Gazzola, Reitora da UFMG, e Carlos Lessa, então Reitor da UFRJ.

Desenvolvimento dos Trabalhos do GT

O Grupo de Trabalho, designado pela Portaria 154/02 de 11/11/2002, do Magnífico Reitor, foi constituído, inicialmente, pelos professores Maerbal Bittencourt Marinho (Pró Reitor do Ensino de Graduação), Odilon Mattos Rasquim, Ubiratan Castro de Araújo (Diretor do CEAO) e Osvaldo Barreto Filho (ADM), a representante dos servidores técnico administrativos Edilene Costa e a representante estudantil Joseane dos Santos Fagundes.

A composição do GT foi modificada duas vezes. A primeira para substituição dos professores Odilon Rasquim, que se aposentou, e Ubiratan Castro, que assumiu a presidência da Fundação Palmares, e a segunda para incluir representantes do Comitê Pró Cotas e da União Nacional dos Índiosdescendentes - UNID.

Reconstituído, o Grupo deliberou por desenvolver seus trabalhos a partir das duas propostas encaminhadas ao mesmo, a do Comitê Pró Cotas e a elaborada pela Reitoria, que coincidem em vários aspectos. Deliberou, também, levar o tema à discussão com a comunidade universitária.

Quatro debates, a serem realizados em diferentes locais da universidade, teriam a finalidade de apresentar as propostas existentes e colocar o tema Inclusão Social em discussão. Três mesas redondas posteriores seriam orientadas para a discussão dos tópicos contemplados pelas propostas: preparação dos candidatos, ampliação do acesso à Universidade e permanência na Universidade e pós permanência (apoio a continuidade pós formatura - exercício profissional ou continuidade da formação).

Os quatro primeiros debates foram marcados para os dias e locais discriminados a seguir e divulgados via out door, Ufba em Pauta, home page e listas eletrônicas da Universidade. Apenas no terceiro foi possível ocorrer uma pequena discussão, com sete pessoas, das quais quatro estudantes que compareceram para a elaboração de trabalhos acadêmicos determinados por seus professores. Nos demais não houve comparecimento.

Debates marcados: 16/10/03 - Faculdade de Administração

23/10/03 - Escola de Administração

30/10/03 - Instituto de Biologia

06/11/03 - Reitoria

Ante tal resultado, o GT deliberou por suspender as mesas redondas previstas e elaborar uma proposta para apresentação ao CONSEPE.

Análise Preliminar

A análise preliminar da base de dados do Vestibular (1998 e 2001) permite refutar as afirmações, às vezes recorrentes, de que a UFBA seja uma universidade exclusivamente das classes e grupos socialmente privilegiados. Os dados indicam que pouco mais de 55% dos que postulam ingressar na UFBA se auto designaram pretos ou pardos e apenas 1% dos candidatos ao vestibular declararam etnia ameríndia. Cerca de 40% dos candidatos cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas. Dos classificados nos vestibulares, cerca de 51% eram pretos e pardos, 2% eram índiosdescendentes e 38% eram provenientes de escolas públicas. (As porcentagens são referidas ao contingente que respondeu o questionário de informações sócio econômicas, cerca de 80% do candidatos.)

Por outro lado, é verdade que vários cursos têm baixa proporção de alunos auto-referidos como pretos ou pardos, como por exemplo Comunicação, Música (Regência), Direito, Odontologia, Arquitetura, Psicologia, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Medicina - todos com menos de 30%. Alguns cursos revelam uma virtual ausência de alunos egressos de escolas públicas, como por exemplo Medicina, Odontologia, Fonoaudiologia, Comunicação, Direito e Teatro - todos com menos de 10%.

Entre os anos de 1998 e 2001 aumentou a porcentagem geral de pretos e pardos. Entretanto, há um acréscimo nos cursos de demanda mais baixa e uma redução nos de demanda mais alta, o que significa que se ampliou a diferenciação interna.

A explicação para essas distorções é a diferença de competitividade no vestibular a qual, nos cursos mais concorridos, determina a exclusão. Como exemplo, Medicina e Odontologia em 2001, ambas com 34% de pretos e pardos e 16% de estudantes egressos das escolas públicas entre os postulantes tiveram, respectivamente, 29% e 23% de pretos e pardos e 4% e 5% de egressos de escolas públicas entre os classificados. (Ver Tabelas anexas).

Tais dados atestam que, com a falência do ensino público fundamental e médio no Estado e no País, a exclusão social ocorre muito anteriormente ao momento de ingresso na universidade, fazendo com que a composição social e racial/étnica do grupo de postulantes ao ingresso na UFBA seja bastante diferente do perfil sócio-demográfico da população baiana.

Ante os dados disponíveis e as razões que determinam tais resultados, um Programa de Ação Afirmativa sério e que pretenda obter resultados consistentes não pode, por um lado, ser pautado pela restauração imediata de proporções demográficas gerais nem se justifica, por outro lado, ser genérico e difuso. Deve ter como objetivo ampliar a admissão dos grupos em desvantagem, focalizado e dirigido aos cursos onde se observa maior defasagem entre composição da demanda e efetiva classificação de ingressantes.

Proposta

O Programa de Ações Afirmativas proposto se estrutura em quatro eixos:

1. Preparação
2. Ingresso
3. Permanência
4. Pós permanência

O objetivo é possibilitar que, em todos os cursos, no prazo previsto para o programa, seja alcançada uma participação mais representativa de egressos das escolas públicas, pretos e pardos, índios aldeados e índiosdescendentes e de comunidades remanescentes dos quilombos.

A efetivação dos itens 1, 3 e 4 depende da interveniência de outros agentes que não apenas a Universidade. O MEC deve ser cobrado a participar em várias ações, tornando efetivas suas repetidas declarações de prioridade para a inclusão social diversificada nas universidades federais. Também são necessários recursos de que a Universidade não dispõe para apoiar a permanência dos estudantes mais pobres. Os governos estadual e municipais são os interlocutores necessários para os programas mais amplos de preparação dos candidatos. No item 2 é proposta reserva de vagas para estudantes da escola pública, pretos e pardos, índios e índiosdescendentes e de comunidades remanescentes dos quilombos.

O formato da proposta procura evitar a possibilidade de diferenciação e eventual desqualificação de qualquer dos classificados. Não se propõe qualquer redução das exigências atuais para o ingresso, todos prestarão o mesmo vestibular de hoje e terão que obter pontuação acima do ponto de corte, como atualmente. Assim, apenas se propõe uma concorrência em faixas mais equilibradas.

Os candidatos não terão que optar por concorrerem às cotas ou não. A partir dos dados colhidos na inscrição para o vestibular é que serão classificados dentro das prioridades e nos limites previstos.

A assistência estudantil, a concessão de bolsas e as demais ações de apoio à permanência, devem atender a todos que necessitem das mesmas, independentemente de terem se classificado por cotas ou não. Hoje, já há um número significativo de estudantes que precisam dessas ações de apoio e a Universidade não consegue proporcionar. Entretanto, é necessário considerar, também, a questão racial na seleção.

As ações de apoio à continuidade pós formatura, seja para ingresso no mercado de trabalho seja para continuidade de estudos, também devem ser dirigidas a todos que tenham menor capacidade econômica mas considerando, igualmente, também a questão racial.

1- Preparação dos candidatos

1.1 - Justificativa

Os dados disponíveis de vestibulares recentes mostram que o principal fator de desigualdade nos concursos tem sido a procedência dos candidatos: se cursaram os ensinos fundamental e médio, predominantemente, nas escolas públicas ou nas particulares. O reconhecimento dessa desigualdade na formação, somado à concorrência aos cursos da UFBA, resultam em uma imagem de inacessibilidade que leva a que muitos sequer se inscrevam para o nosso vestibular.

A Universidade pode contribuir para a melhoria da formação dos estudantes das redes públicas através de programas e ações em parceria com o Governo Estadual e com as prefeituras. Alguns desses programas já estão em andamento: Cursos de Pedagogia para formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental das prefeituras de Irecê e Salvador, através da FAGED, com convênios já estabelecidos e licenciaturas específicas para formação dos professores, a serem oferecidas por várias unidades, cujo convênio está em vias de ser estabelecido.

Também é importante um movimento de maior aproximação e de informação sobre a Universidade em relação aos estudantes, que ajude a mudar a perspectiva atual.

1.2 - Proposto

- Ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio a serem desenvolvidas mediante convênios com o Governo do Estado e com prefeituras:
 - Formação inicial de professores - oferta de cursos especiais de licenciaturas para professores das redes públicas - presenciais e a distância - já existem alguns convênios em andamento; programa especial poderá ser desenvolvido, em conjunto com a FUNAI, para a formação de docentes para o ensino indígena.
 - Formação continuada de professores - oferta de cursos de especialização, de extensão e seqüenciais, produção de materiais didáticos, organização de sites informativos em cada área de conhecimento e de caráter interdisciplinar, acompanhamento pedagógico.
 - Ampliação do Programa de Avaliação do Ensino Médio, visando acompanhar o resultado das ações implementadas e a melhoria desse nível de ensino. Isso implicará na renegociação do Convênio UFBA/Secretaria Estadual de Educação para a Agência de Avaliação.
- Ações voltadas para a elevação do nível de informação dos candidatos sobre o próprio concurso vestibular (cursos oferecidos e suas características, exigências, tipos de provas etc.) a serem promovidas pelo SSOA.
 - Palestras, debates, exposições, oficinas, demonstrações, distribuição de materiais impressos, site informativo, consultas virtuais.
- Preparação específica dos candidatos nos conteúdos exigidos nas provas do vestibular. O MEC deve ser cobrado a participar através do programa Diversidade na Universidade o qual, criado com esse objetivo, tem encontrado dificuldade em sua implementação.
 - Apoio à oferta regular de cursos pré-vestibulares gratuitos - através do estabelecimento de convênios com as entidades que os oferecem como A Assufba, o Forum de Quilombos

Educacionais, Oficina da Cidadania, Pré Vestibular Salvador, que possibilitem a utilização de espaço físico e equipamentos da Universidade, contribuindo para sua ampliação;

- o Publicação de material (livros, fascículos, textos etc.) sobre conteúdos avaliados no vestibular, a exemplo de Cinema no Vestibular (livro publicado no final de 2003)

2- Ampliação das Possibilidades de Acesso

Criação de condições objetivas para a ampliação e diversificação do acesso à Universidade

2.1 - Definição e implementação de critérios estáveis de isenção da taxa de inscrição no vestibular, ampliando o mais possível o número de beneficiados. A UFBA, sozinha, não tem possibilidade de aumentos substanciais além do que ofereceu no último concurso, uma vez que o vestibular é auto sustentado. O MEC precisa rever a posição de não destinar recursos para os processos seletivos da Universidade.

2.2 - Ampliação do número de vagas oferecidas no vestibular, nos cursos existentes e em novos cursos, inclusive noturnos. Para isso, o MEC precisa autorizar a abertura de vagas para docentes e técnicos, além de aumentar os recursos de custeio da Universidade, uma vez que haverá aumento dessas despesas. Proposta nesse sentido já foi encaminhada ao Ministério em outubro de 2002. Poderia ser atendida agora, ao menos parcialmente, dentro do programa de inclusão.

2.3 - Reserva de vagas para estudantes provenientes das escolas públicas, negros (pretos e pardos), índios e índios descendentes e de comunidades remanescentes dos quilombos.

Justificativa

A possibilidade de acesso à Universidade é desigual, principalmente para os cursos mais concorridos, ante as diferentes possibilidades e condições de formação decorrentes da desigualdade social e econômica. As ações de melhoria do ensino fundamental e do ensino médio, por mais amplas e efetivas que venham a ser, demandam tempo para que produzam resultados mais expressivos. Aguardar esses resultados, mesmo admitindo que investimentos substanciais com esse objetivo começassem imediatamente, significa adiar por cerca de 10 anos a ocorrência de mudanças significativas na desigualdade no vestibular.

Enquanto isso, muitos estudantes, mesmo atingindo a média necessária para ingresso na universidade, não o conseguem pela desigualdade na competição. As tabelas anexas mostram os resultados dessa desigualdade relativamente à procedência e à cor dos estudantes. Uma política de reserva de vagas visa acelerar a inclusão dos grupos sociais, econômica e etnicamente em desvantagem até que as demais ações a tornem desnecessária.

Ainda que os dados mostrem como principal fator de desvantagem no vestibular a condição econômica a proveniência da escola pública, a cor é, historicamente, um elemento de preterição dos não brancos. Adotando-se cota para a escola pública, esta certamente contemplaria uma parcela significativa de negros, entretanto, como uma consequência, sem uma manifestação clara quanto à questão. Valorizando também a questão da cor, como demandam os movimentos negros, a Universidade afirmará a necessidade de interferir também no resultado decorrente de todos esses anos de exclusão racial.

Tanto quanto maior o número de profissionais de nível superior não brancos, maiores as possibilidades de que a composição étnica da sociedade venha a permear todos os níveis econômicos da mesma. Tanto quanto maior o número de não brancos podendo competir e defender seus direitos em igualdade de condições maior a velocidade dessa integração. Daí a importância de enfatizar também a questão da cor.

Em relação aos estudantes provenientes das escolas públicas e aos negros (pretos e pardos), o objetivo é alcançar, no prazo de 05(cinco) anos, uma participação mínima de 40% em todos os cursos. Para índios descendentes, provenientes da escola pública, a proposta é uma cota igual à demanda que tem ocorrido no vestibular.

Propomos um formato em que não é necessário, na inscrição, que os candidatos optem por concorrer ou não às cotas. Todos concorrerão ao mesmo vestibular com o mesmo ponto de corte, como atualmente. Apenas, dentro do limite estabelecido, haverá a prioridade definida para preenchimento das vagas reservadas.

No processo de inscrição serão registradas as informações que possibilitarão a classificação nas cotas. A identificação étnica será auto declaratória. Não havendo candidatos suficientes dos grupos contemplados que atinjam a nota necessária para aprovação, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

Com o formato proposto, as cotas não interferirão nos resultados dos cursos que já tenham, independentemente das mesmas, uma porcentagem de aprovados dos grupos contemplados maior do que o mínimo estabelecido. Por outro lado, poderá haver um número de classificados desses grupos superior a esse mínimo desde que haja candidatos com média suficiente para se incluírem na faixa além das cotas.

Um argumento que sempre é contraposto à hipótese de cotas é a questão do mérito, mas em relação a essa questão é preciso discutir o que o vestibular consegue avaliar.

Considere-se, de um lado, um estudante que pode cursar sempre as melhores escolas e que obtenha uma determinada pontuação no concurso e de outro, um estudante, proveniente de um ambiente social e familiar completamente diferente, em geral, adverso, que só tenha podido estudar em escolas públicas, com todas as deficiências que essas têm hoje, e que obtenha uma pontuação relativamente próxima, também suficiente para o ingresso.

Quem teria o maior mérito? Quem teria demonstrado maior capacidade, mais significativo do que o conhecimento específico? Seria preciso ponderar os desempenhos e as diferenças de condições para atingi-los. Quem seria capaz de definir adequadamente tal ponderação? O vestibular não faz tal avaliação. Classifica, sempre, as maiores pontuações desde que estejam acima do ponto de corte.

Também pode-se argumentar que, ainda que mantida a exigência da pontuação mínima, serão admitidos estudantes com média inferior às dos admitidos sem as cotas, quando muitos dos classificados atualmente já mostram grande dificuldade em acompanhar os cursos. Mas essa realidade também justifica discutir o quanto a obtenção da média mínima expressa a potencialidade de cursar a universidade.

O vestibular está longe de ser um meio eficiente de medir potencialidades, é o recurso disponível uma vez que a demanda é muito maior do que a oferta de vagas. A proposta não modifica as exigências para o ingresso na Universidade, apenas possibilita que a concorrência para a classificação ocorra em faixas mais equilibradas. As tabelas anexas mostram que há um número considerável de estudantes acima do ponto de corte que não se classificam. As cotas possibilitam a classificação de alguns desses estudantes, se incluídos nos grupos contemplados pelas mesmas.

Hoje, dentro das limitações do vestibular, estaríamos classificando, predominantemente, os bons e os não tão bons alunos de um determinado estrato social. Admitindo a classificação em faixas específicas, poderíamos estar admitindo os melhores de diferentes grupos. Poderemos estar qualificando a seleção ao invés do inverso.

Para os índios aldeados e estudantes de comunidades remanescentes dos quilombos, provenientes das escolas públicas, propõe-se que todos aqueles que obtenham pontuação superior ao ponto de corte sejam admitidos até o limite de dois (2) por curso. A justificativa é de que, a par de que serão tão poucos aqueles que o conseguirão que não influirão significativamente no resultado, o fato de que o consigam em situação tão adversa justifica que sejam admitidos como reconhecimento a esses e incentivo aos demais. Esse mesmo critério foi adotado pela Universidade de Brasília. As considerações sobre a questão indígena estão detalhadas no documento "Políticas de Inclusão Social - O caso indígena", da professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso e Olímpio Serra, representante da UNID, anexo, incorporado pelo Grupo de Trabalho.

Proposto:

Objetivo: ampliar a participação, na Universidade, de grupos sociais historicamente em desvantagem no acesso.

Meta: alcançar uma participação mínima de 40% de egressos da escola pública e de negros (pretos e pardos) em todos os cursos da Universidade em 05 anos; possibilitar o acesso de índios ou índiosdescendentes na proporção da demanda nos últimos vestibulares.

Ações:

I - Reserva de 43% das vagas no vestibular para egressos das escolas públicas e negros, as quais serão preenchidas na seguinte ordem de prioridade - estudantes que tenham cursado todo o ensino

médio e pelo menos uma série entre a quinta e a oitava do ensino fundamental na escola pública sendo que, desses, pelo menos 85% de negros;

- no caso de não preenchimento dos 43% de vagas reservados por aqueles, preenchimento das vagas remanescentes da cota por estudantes negros, independentemente da procedência;
- continuando sem ser atingido o percentual de vagas reservado, as vagas remanescentes serão preenchidas pelos demais candidatos.

II - Reserva de 2% das vagas para índios descendentes que tenham cursado desde a quinta série do ensino fundamental até a conclusão do ensino médio na escola pública.

III - Admissão de todos os índios aldeados estudantes de comunidades remanescentes dos quilombos, até o limite de dois por curso, que tenham cursado da quinta série do ensino fundamental até a conclusão do ensino médio integralmente em escolas públicas que obtenham média acima do ponto de corte.

Condições: todos os candidatos se submeterão ao mesmo exame seletivo e estarão sujeitos ao mesmo critério de corte atual.

Prazo da reserva de vagas: 10 anos. Durante o prazo de vigência, o resultado do sistema de cotas será acompanhado e avaliado sistematicamente, podendo o prazo do programa ser ampliado como decorrência da avaliação.

3- Permanência dos Aprovados

Atualmente, apenas 65% dos ingressos na UFBA chegam à formatura, mesma média do sistema federal de ensino superior. São muitos os fatores que levam à evasão, entre eles, as dificuldades econômicas. Com a adoção das cotas teremos mais estudantes com essas dificuldades. Mecanismos que possibilitem aos estudantes conciliar estudo e trabalho ou, simplesmente se dedicar integralmente ao curso escolhido são importantes para contornar essas dificuldades.

Disponer de tais mecanismos é um componente muito importante para o resultado esperado do projeto de inclusão, mas defendemos que não seja condição para adoção do sistema de cotas. A Universidade já precisaria dispor desses mecanismos hoje, quando a assistência estudantil que pode proporcionar é muito inferior à que seria necessária. Mesmo assim, muitos dos alunos carentes concluem os cursos, apesar das dificuldades.

A UFBA tem autonomia para decidir sobre as cotas e sobre seu compromisso com as ações de formação dos candidatos e apoio à permanência. Entretanto, para implementação dessas últimas depende de ampliação dos recursos orçamentários ou do estabelecimento de parcerias com outros agentes.

Condicionar a adoção das cotas a que seja assegurada a integralidade do projeto de inclusão implica em assegurar antecipadamente a participação desses agentes, o que pode inviabilizar ou, pelo menos, postergar muito o início do projeto com a diluição das responsabilidades. Decidindo a UFBA sobre o que tem possibilidade de decidir sozinha, pressiona os demais agentes a fazerem a sua parte.

A perspectiva de maior acesso à universidade certamente implicará em maior pressão por qualidade nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, uma vez que continuaremos cobrando o desempenho no vestibular. A incorporação de mais estudantes de extratos sociais variados pressionará o Governo Federal a traduzir em ações efetivas o que tem defendido e cobrado das universidades, uma vez que terá uma oportunidade já definida de fazê-lo.

Certamente há riscos de que as demais ações não sejam implementadas, pelo menos na medida necessária. Mas, teremos iniciado o processo, provocando mais atores a pressionarem por sua efetivação.

Ações propostas:

- ampliar o número de bolsas estudantis oferecidas pela UFBA;
- montar um sistema de acompanhamento acadêmico (tutoria) dos estudantes nos cursos em que se identifique necessidade e viabilidade;
- oferta dos cursos em turno único;
- ampliação da oferta de cursos noturnos;
- reforçar a política de assistência estudantil - residência, alimentação, transporte etc.
- contemplar, nos programas de assistência estudantil, um mínimo de 30% de estudantes negros.

4 - Para a Pós Graduação

Proposto:

- Desenvolvimento de programas de financiamento para linhas de pesquisa específicas com foco étnico racial junto a fundações e outras instituições;
- Obtenção de bolsas adicionais específicas para negros (Idem);
- Recomendar ao comitê do PIBIC que na distribuição das bolsas seja contemplada uma porcentagem mínima de 30% de negros, percentual a ser reavaliado dentro de 5 anos;
- Adoção do critério de menor capacidade econômica, entre os classificados, para a distribuição das bolsas e destinação de, no mínimo, 40% dessas para estudantes negros;
- Que os programas levem o perfil racial e sócio econômico dos estudantes;
- Desenvolvimento de programas especiais para:
 - preparação para a pós-diplomação, com assessoria e assistência na obtenção de estágios e empregos,
 - reforço para a competitividade no mercado de trabalho, com cursos de informática e língua estrangeira (inglês, francês, espanhol⁽¹⁾),
 - educação permanente para aqueles que pretenderem se tornar pequenos empresários,
 - preparação para a pós-graduação, para aqueles que pretenderem seguir carreira de pesquisa e docência,
 - programa de bolsa no exterior, mediante convênios com universidades sede de programas de ação afirmativa (exemplos já existentes: Howard University e Vanderbilt University, nos EUA).

Para a viabilização deste importante eixo do nosso Programa de Ação Afirmativa, serão submetidos projetos visando apoio financeiro, além do MEC, ao Ministério do Trabalho, ao SEBRAE e a empresas parceiras em potencial.

(1) A USP oferece bolsas a estudantes de pós-graduação para acompanhamento acadêmico de alunos de graduação.

Deverá ser criado um comitê de acompanhamento dos efeitos das ações afirmativas ao qual caberá, também, induzir a inclusão da discussão da diversidade brasileira nos currículos dos cursos.

Maerbal B. Marinho
PROGRAD - Coordenador

Maria Hilda Baqueiro Paraíso
FFCH

Edilene Costa
Represent. dos Serv.Tec. Adm.

Ceres Santos
Represent. do Comitê Pró Cotas

Olímpio Serra
Represent. da União Nacional dos Índiosdescendentes -UNID

Jocélio Teles dos Santos
CEAO

Osvaldo Barreto Filho
ADM

Marcos Melo de Almeida
Represent. Estudantil

Silvio Humberto dos Passos Cunha
Represent. do Comitê Pró Cotas